



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 069 - SEXTA-FEIRA, 06 DE MAIO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE		4º SECRETÁRIO
Marta Suplicy - (PT-SP)		Ciro Nogueira - (PP-PI)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO	
1º SECRETÁRIO	1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)	
Cícero Lucena - (PSDB-PB)	2º - João Durval - (PDT-BA)	
2º SECRETÁRIO	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
João Ribeiro - (PR-TO) ¹	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

Notas:

3. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29</p> <p>Líder Humberto Costa - PT</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias</p> <p>Líder do PR - 4 Magno Malta</p> <p>Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB (9)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁸⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾</p>
		<p>PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 65ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE MAIO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Dedicação do tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar os 185 anos de instalação do Senado Federal, nos termos do Requerimento nº 401, de 2011, do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores..... 14240

1.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.3 – Fala da Presidência (Senadora Marta Suplicy)

1.2.4 – Oradores

Senador Mozarildo Cavalcanti..... 14241

Senador Francisco Dornelles..... 14243

Senadora Vanessa Grazziotin..... 14243

Senador Benedito de Lira..... 14243

Senador José Sarney..... 14247

Senador Marcelo Crivella..... 14250

Senador Rodrigo Rollemberg..... 14251

Senador Wilson Santiago..... 14253

Senador Randolfe Rodrigues..... 14254

1.2.5 – Suspensão da sessão às 16 horas e 27 minutos e reabertura às 16 horas e 32 minutos

1.2.6 – Comunicação

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Ofício nº 136/2011, de 2 do corrente)..... 14256

1.2.7 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 306, de 2011, na origem, encaminhando cópia, em meio magnético, do Acórdão nº 3.219/2010, proferido nos autos do TC 007.049/2004-6, com informações complementares referentes ao Requerimento nº 123, de 2006, do Senador Arthur Virgílio..... 14256

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 499, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 12 a 18 de junho próximo. 14256

Nº 500, de 2011, de autoria Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores, solicitando que o Período do Expediente da sessão do dia 30 de junho próximo seja destinado a homenagear os lutadores Éder Jofre e Anderson da Silva. 14257

Nº 501, de 2011, de autoria do Senador Aécio Neves, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Affonso Alves de Camargo Neto. ... 14258

Nº 502, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amelia, solicitando voto de congratulações à Rádio Mais Nova FM. 14258

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010. 14259

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2009; e 294, de 2005. 14259

1.2.10 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 46, de 2011 (nº 109/2011, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de março de 2011; a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal; e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. 14259

1.2.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *autoriza a criação de campus da Universidade Federal do Ceará no Município de Russas, no Estado do Ceará*. 14318

Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, que *altera a redação da Lei nº 8.072, de 1990, que trata dos crimes denominados hediondos, acrescentando à*

mesma, dispositivo que passa a considerar como crimes hediondos aqueles envolvendo patrimônio, bens, valores e recursos públicos destinados à saúde. 14319

Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011- Complementar, de autoria do Senador José Pimentel, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal – Lei de Responsabilidade Fiscal; e dá outras providências.* 14321

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *altera o art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais.* 14331

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que *altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências.* 14332

Projeto de Resolução nº 18, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon, que *cria no Senado Federal a função de Ombudsman com atuação junto à Secretaria Especial de Comunicação Social.* 14335

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011, que *altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002-Código Civil; revoga os dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 514, de 2010).* **Discussão adiada** para a próxima sessão deliberativa ordinária, conforme acordo de lideranças. 14337

1.3.2 – Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2011 (nº 4.409/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, define jurisdições e dá outras providências.* **Aprovado.** À sanção. 14338

1.3.3 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 245, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 14338

Requerimento nº 389, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 14338

1.3.4 – ORDEM DO DIA (continuação)

1.3.5 – Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011 (nº 2.600/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.* **Discussão adiada para a próxima sessão deliberativa ordinária,** após usarem da palavra o Senador Itamar Franco e a Senadora Gleisi Hoffmann. 14339

1.3.6 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia Internacional da Parreira. 14341

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Breve resumo da história de vida pessoal e profissional de S. Exª. 14344

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Justificativa pela apresentação, hoje, de projeto de lei que inclui, entre os crimes denominados hediondos, aqueles envolvendo patrimônio, bens, valores e recursos públicos destinados à saúde. 14345

1.4.2 – Comunicação

Do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em resposta ao Ofício nº 469/2011, de 15 de abril último. **(Ofício nº 18/2011, de 5 do corrente)**. 14348

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADORA ANA AMÉLIA – Insatisfação com a edição excessiva de medidas provisórias pelo Poder Executivo; e outros assuntos. 14349

SENADOR ITAMAR FRANCO, como Líder – Alerta para a interrupção na comercialização do Metotrexate, medicamento fundamental para o tratamento dos portadores da artrite reumatóide. 14354

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Registro dos onze anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. 14355

SENADOR WALTER PINHEIRO – Anúncio de que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal aprovou, hoje, um relatório com critérios para a apreciação de concessões e renovações de rádios e TVs; e outros assuntos. 14357

1.4.4 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 499, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**. 14361

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Expectativa com relação à revisão do posicionamento do Conselho de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, que solicitou ao governo brasileiro a interrupção das obras de construção da Hidrelétrica de Belo Monte. 14361

1.4.6 – Comunicação

Da Liderança do PDT no Senado Federal, de indicação de membro para integrar o Programa Senado Jovem Brasileiro (**Ofício nº 26/2011, de 5 do corrente**). *Designação do Senador Cristovam Buarque para compor o referido Programa*. 14364

1.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR VITAL DO RÊGO – Reflexões sobre a reforma tributária. 14364

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Considerações acerca da violência nas escolas brasileiras e apresentação de propostas de combate ao **bullying**. 14368

SENADOR ACIR GURGACZ – Homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. ... 14370

SENADOR IVO CASSOL – Congratulações à Embraer pela qualidade na fabricação de aviões, por ocasião da visita de S. Ex^a ao parque industrial da empresa na cidade de São José dos Campos, São Paulo; e outros assuntos. 14372

1.4.8 – Ofício do Governo do Estado do Amapá

Nº 151, de 2011, referente ao Requerimento nº 200, de 2008, que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado. 14376

1.4.9 – Ofício do Procurador-Geral da República

Nº 260, de 2011, referente ao Requerimento nº 200, de 2008, que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado. 14376

1.4.10 – Parecer

Nº 234, de 2011, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 59, de 2011. 14377

1.4.11 – Comunicações

Da Liderança da Minoria no Congresso Nacional, de indicação do Deputado Claudio Cajado para a função de Vice-Líder da Minoria no Congresso Nacional. (**Ofício nº 274/2011, de 4 do corrente**) 14381

Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 532, de 2011. (**Ofício nº 424/2011, de 5 do corrente**) 14381

1.4.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro da matéria intitulada “A herança maldita de Dilma”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 18 de abril último. 14381

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre diversas matérias que divulgam atos da Polícia Federal após a entrega do relatório final do inquérito que confirmou a existência do mensalão do PT. 14382

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários sobre matéria intitulada “Lula gastou mais que FHC com publicidade no fim do mandato” e publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 19 de abril último. 14387

SENADOR RENAN CALHEIROS – Considerações sobre o seminário realizado hoje, pelo PMDB, em Brasília, para debater a grandeza da marca do Partido, cuja trajetória se confunde com a história e o futuro do país. 14389

1.5 – ENCERRAMENTO**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 5-5-2011****SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 65ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 5 de maio de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Marta Suplicy, dos Srs. Wilson Santiago, da Srª Vanessa Grazziotin, e dos Srs. Vital do Rêgo, Jayme Campos e Acir Gurgacz

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 25 minutos e encerra-se às 20 horas e 16 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

65ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14 HORAS

Período : 5/5/2011 07:11:19 até 5/5/2011 20:30:18

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	

Compareceram: 70 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo dos oradores do período do Expediente da presente sessão será destinado a comemorar os 185 anos de instalação do Senado Federal, nos termos do **Requerimento nº 401, de 2011**, do Senador José Sarney e outros Senadores.

Convido para sentar à mesa, como membro da Mesa Diretora da Casa, a 4ª Suplente de Secretário, Senadora Vanessa Grazziotin.

Convido todos os presentes para a execução do Hino Nacional, regido pela maestrina Glicínia Mendes e acompanhado pela pianista Ana Amélia Gomyde.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero fazer uma saudação especial ao Subcomandante de Operações Terrestres do Exército, Exmº Sr. General de Divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz, representando o Comandante do Exército, General de Exército Enzo Martins Peri; quero saudar também o Comandante do 7º Distrito Naval, Exmº Sr. Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro, representando o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; também uma saudação ao Comandante do 6º Comando Aéreo Regional, Exmº Sr. Major-Brigadeiro Jorge Kersul Filho, representando o Comandante da Força Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito; saudando também o Secretário de Planejamento do Estado de Tocantins, Exmº Sr. Eduardo Siqueira Campos; o Assessor Especial do Ministro da Defesa, Sr. Ivan Cavalcanti Gonçalves, representando o Ministro da Defesa Nelson Jobim; saudar Exmªs Srªs Embaixadoras e Srs. Embaixadores, Srªs e Srs. membros do Corpo Diplomático, Srªs e Srs. Senadores.

Em atenção ao Requerimento nº 401, de 2011, aprovado no último dia 12 de abril, o tempo destinado aos oradores no Período do Expediente desta sessão será dedicado a comemorar os 185 anos de instalação do Senado Federal.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, o que celebramos hoje – aqui e agora – é a grandeza de nossa própria Casa; uma grandeza atestada pela História e de cuja continuidade todos somos guardiães.

A figura de um coletivo que reúna cidadãos de vasta experiência – e com a sensibilidade aguçada tanto para os objetivos permanentes da sociedade

como para os anseios mais imediatos da população – remonta aos tempos mais longínquos.

Nas tribos primitivas dos mais diversos continentes, as discussões e as decisões mais importantes eram delegadas aos conselhos de anciãos. Os hebreus, em sua marcha rumo à Terra Prometida, já dispunham de um conselho desses mesmos moldes. Na Atenas de Péricles, despontava a **Boulé**, cujos integrantes, eleitos, cuidavam de sistematizar a atividade política. E, na Roma antiga, todos sabemos, o **Senatus** assumiu papel primordial, enfeixando um elenco de poderes que ia do controle das finanças públicas e do setor judiciário até a tomada de decisões nos campos religioso e militar.

Em nosso País, a criação de uma instância que, na expressão da época, “serviria de equilíbrio entre os poderes”, é viabilizada pela Constituição outorgada de 1824.

Surge o Senado. Instalado em 6 de maio de 1826, a instituição terá sua estrutura e suas atribuições fortemente influenciadas, ao longo do tempo, por duas fontes de inspiração.

Num primeiro momento, pela Constituição francesa de 1814, cujo espírito se ajusta com mais propriedade a um poder imperial que estava recém estabelecido.

Mais tarde, à medida que avançam os ideais republicanos, daremos mais atenção ao modelo de Senado que fora adotado bem antes, nos Estados Unidos, pela Constituição Federalista de 1787.

De qualquer forma, independentemente das influências recebidas, o fato, Srªs e Srs. Senadores, é que, ao longo destes 185 anos, a voz ativa e serena do Senado Federal sempre se fez ouvir.

Nas grandes crises nacionais, no debate dos temas mais caros à nossa sociedade, a população brasileira sempre pôde esperar dos integrantes desta Casa uma postura alinhada aos interesses do País e, especialmente, aos interesses da Federação.

Assim tem sido. E assim, com a graça de Deus, continuará sendo.

Não é o caso, evidentemente, de elencar os grandes serviços já prestados pelo Senado Federal ao Brasil. Primeiro, porque não haveria tempo hábil. Segundo, porque estou certa de que alguns desses momentos históricos em que o Senado se mostrou essencial serão destacados pelos próximos oradores.

Pois, então, eu vou me limitar a lembrar, mais uma vez, a grande missão que nos foi conferida, e que está plasmada na Constituição Federal de 1988.

Temos a enorme responsabilidade, Srªs e Srs. Senadores, de representar as Unidades da Federação. Os Estados – e é fundamental que a população

brasileira tenha isso sempre em mente – contribuem para a composição desta Casa com igual número de membros, independentemente de suas dimensões territoriais, de seu poderio econômico ou do tamanho de suas populações.

Evita-se, dessa forma, que os interesses dos Estados mais ricos e mais populosos – embora legítimos – sufoquem as também legítimas aspirações dos Estados menos influentes.

Por conta dessa função basilar do Senado – uma função que complementa, mas, ao mesmo tempo, se contrapõe à da Câmara dos Deputados, cujos integrantes representam o povo brasileiro como um todo –, há de se compreender as demais competências que lhe foram atribuídas pela Constituição de 1988.

Todas elas, de uma forma ou de outra, relacionadas a temas para os quais entendeu o constituinte, que a decisão final deveria privilegiar a posição da maioria dos Estados e garantir, assim, a hegemonia do espírito federativo.

Considerados todos esses pontos, Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos avaliar o tamanho do desafio que nos é imposto. Precisamos estar à altura de uma história gloriosa, mas precisamos, ao mesmo tempo, cumprir uma missão que se mostra indispensável à boa coexistência entre as Unidades da Federação e o desenvolvimento equilibrado do País.

Neste momento, passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, autoridades aqui presentes, quero também me dirigir aos telespectadores da TV Senado, aos ouvintes da Rádio Senado, que, graças a esses instrumentos, propiciam que o Senado de hoje seja um Senado aberto que interage com a população, que acompanha, nos mais distantes rincões deste País, a atuação dos seus representantes aqui no Senado.

Depois do que falou a Presidente Marta, praticamente pouca coisa eu teria a acrescentar, pois é evidente que ela ressaltou os pontos mais importantes do significado e da importância do Senado Federal.

Como todos os Senadores, tenho, amiúde, recebido mensagens iradas de cidadãos que, em meio a denúncias de corrupção e desvios de comportamento de alguns políticos, divulgados pelos meios de comunicação, não conseguem distinguir os maus dos honestos. Veem todos no mesmo balaio e os querem atirar fora. Não podemos rejeitar inteiramente essa possibilidade de manifestação do povo, como frisei, porque hoje temos um Senado que é ligado *on line*,

tanto pela Internet quanto pela TV e pela rádio. Portanto, há facilidade de o cidadão hoje se comunicar. Seja por telefone, através do Alô Senado, seja pelas mensagens que são também abertas, o cidadão fala com o Senador, coisa que não fazia no tempo de Rui Barbosa, por exemplo. Se não podemos rejeitar inteiramente essa possibilidade de manifestação até da indignação do povo, que é própria da democracia eletrônica dos nossos dias, isso, temos de reconhecer, constitui um processo indubitável.

Menciono isso, nesta ocasião em que celebramos os 185 anos desta Câmara Alta, porque, entre as mensagens que recebemos, algumas trazem a proposta “redentora” da extinção do Senado, como no popular se diz. Porque existem, podem existir ou pelo menos dizem que existem parlamentares desonestos, quer-se agir como naquela história que diz “flagrado com o problema, tiramos o sofá”, e o problema não está no sofá. Então, essa proposta “redentora” da extinção do Senado pela adoção do modelo do Parlamento unicameral não surgiu como remédio para a alegada lentidão do Congresso Nacional. Isso não soluciona, aliás, essa dita lentidão, que muito mais se deve, às vezes, à própria interferência do Poder Executivo nas ações e nas atribuições do Poder Legislativo do que mesmo por falta de ação do Poder Legislativo. Os urgentes problemas da população têm de ser realmente encarados de maneira que possam ser debatidos muito abertamente.

É engraçado que essa proposta, por uma hora, demonstra a ignorância sobre a busca do equilíbrio, que é a matriz da ideia do Senado – frisou muito bem a Presidente Marta Suplicy –, o equilíbrio da Federação. A Federação está aqui representada. O meu minúsculo Estado de Roraima, do ponto de vista populacional, tem a mesma representação no Senado que tem o grande Estado da Presidente Marta Suplicy. Portanto, São Paulo tem três Senadores e Roraima também tem três Senadores. Na Câmara, temos oito, São Paulo tem setenta.

Então, essa igualdade, esse equilíbrio, é fundamental para que a democracia, de fato, se exercite e que, como disse ela, os legítimos interesses do grande Estado de São Paulo não sejam sobrepostos aos também legítimos interesses dos pequenos Estados, como, no meu caso, o Estado de Roraima.

Equilíbrio, em primeiro lugar, já é, em sua origem e denominação, o que significa o Senado. A palavra vem do latim *senis*, que significa idoso. Em Roma, o Senado era o fórum dos homens maduros, com a incumbência de ponderar mais cuidadosamente sobre as decisões do Estado. Assim também, nos países de estrutura bicameral, o Senado ou equivalente é a

Casa em que representantes eleitos, com uma idade mínima um pouco maior – aqui no caso do Senado brasileiro, 35 anos é o mínimo que um cidadão ou uma cidadã tem que ter para se eleger Senador –, decidem os assuntos de Estado sem paixões e impulsividades próprias da juventude que, muitas vezes, caracterizam as câmaras baixas.

Fui Deputado na década de 80 e evidente que o meu temperamento daquela época era diferente do meu temperamento de hoje, embora minhas convicções não tenham mudado; pelo contrário, amadureceram, firmaram-se.

Mas há uma razão mais profunda pela qual, em nosso País, o Senado é a Casa do equilíbrio. Trata-se de questão de tamanha importância que foi erigida como cláusula pétrea da nossa Constituição, chama-se, repito, equilíbrio federativo. Nunca desprezemos essa expressão.

Uma câmara única, de membros eleitos sob o princípio da proporcionalidade populacional das Unidades Federativas, poderia tender ao predomínio das Unidades Federativas mais povoadas. No Brasil, já disse, a desproporção entre São Paulo, Estado mais populoso e rico, e Roraima, por exemplo, o de menor população, seria aproximadamente de 120 vezes mais. Então, realmente, se ficássemos somente com a Câmara, essa diferença hoje de oitenta para setenta ainda seria mais agravada. Juntos São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, poderiam açambarcar todas as decisões, muitas vezes até em prejuízo do interesse nacional, vista a Nação como um todo.

É justa a representação proporcional pela qual o cidadão corresponda a um voto? Sem dúvida! Mas um Estado federativo tem outras necessidades para se manter sem se fragmentar em conflitos inter-regionais insólúveis.

A estrutura federada do Estado brasileiro é cláusula pétrea. Não serão aceitas emendas constitucionais voltadas a alterar essa condição. A existência do Senado é, como vimos, uma conquista do nosso País, uma cláusula pétrea, repito, por consequência, porque esta é a Casa da Federação.

São 185 anos de muitos altos, com figuras como Rui Barbosa, já mencionado, e Afonso Arinos, por exemplo, e de alguns baixos, que, naturalmente, não merecem menção. Cento e oitenta e cinco anos acompanhando a evolução política do Brasil, do escravismo para a igualdade de todos; da aristocracia para o cartorialismo e deste, progressivamente, para a democracia. Participando, sempre ativamente, nos avanços e recuos dessa marcha histórica.

Esta Casa, senhores e senhoras, esteve fechada nos momentos mais ferozes das ditaduras a que

o País se viu submetido, precisamente porque este é um foro essencialmente democrático, de debate de ideias – algo que autocratas de todas as colorações não suportam.

Foi precisamente nas eleições para o Senado, em 1974, que o chamado regime militar sofreu a maior derrota. O povo entendeu, então, que era preciso dar outra direção ao País e que esta Casa era o meio, por excelência, de comunicá-lo aos dirigentes da época. O povo, por intermédio do Senado, fez História com H maiúsculo naquele momento, elegendo candidatos da oposição em 16 dos 22 Estados naquela época.

Sim, Sr^a Presidenta, poderemos afirmar isso porque a composição do Senado é e será resultante das urnas. Precisamos, é verdade, aperfeiçoar algumas questões como, por exemplo, a existência de dois suplentes ou a forma desses suplentes substituírem os titulares. Mas isso não compromete o trabalho do Senado.

O que nunca poderemos deixar de reter em nosso pensamento é essa procura pelo equilíbrio, própria do Senado; equilíbrio pela maturidade de seus integrantes, equilíbrio em nome da Federação.

O Senado Federal completa 185 anos. Tenhamos esta certeza: festejará outros aniversários, a despeito de algumas correntes contrárias em alguns segmentos e a despeito, também, de alguns políticos que desmerecem as melhores tradições da política brasileira, ao envolver-se em tramas, manchando a História da Casa e o próprio sentido da política.

Congratulo-me, portanto, com a atual bancada de Senadores por esta data que hoje comemoramos e rendo homenagem aos que nos antecederam e nos passaram o bastão recebido dos predecessores. A Casa é parte inextinguível da organização política nacional.

Quero, portanto, dizer ao povo brasileiro que o Senado Federal nunca esteve ausente de nenhum momento decisivo da nossa História. Hoje, mais do que nunca, este Senado, repito, é aberto. Surpreendo-me quando chego numa vicinal do interior do meu longínquo Estado de Roraima e ouço um cidadão, um agricultor, dizer: *Vi o senhor na TV Senado, no dia tal, abordando tal assunto. Fale sobre o que está acontecendo na nossa região.*

Quando isso aconteceria na época da inexistência da TV Senado, ou da Rádio Senado, ou da *Internet*?

Muito obrigado, Sr.^a Presidente. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti, um dos três representantes do Estado de Roraima.

Quero acusar a presença da Exm^a Diretora-Geral do Senado Federal, Sr.^a Doris Marize Romariz Peixo-

to; da Assessora Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, Excelentíssima Senhora Ministra Cláudia Buzzi Freire; do Sr. Tenente-Coronel Roberto Moutella Pimenta, representando o Ministro Chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General José Elito de Siqueira; e do Assessor Especial da Ministra da Cultura, Sr. José Ivo Vannuchi, representando a Ministra da Cultura Ana de Hollanda.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles, um dos três representantes do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Vice-Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Sr^a representante da Mesa, Senadora Vanessa Grazziotin, autoridades civis e militares.

Há uma velha percepção filosófica de que a identidade das instituições terá que ser sempre reafirmada, sob pena de esmaecer-se. Elas devem lembrar-se, dia a dia, de seus deveres e de suas prerrogativas. É no cumprimento de sua missão que são reconhecidas e respeitadas. As instituições do Estado, mais do que quaisquer outras, têm de agir com a consciência de seu espaço e de seus limites.

Diante dos crescentes desafios ao Poder Legislativo, creio que é importante para todos nós, membros do Senado, no momento em que se realiza a sessão comemorativa dos 185 anos de sua instalação, refletirmos sobre seu papel no Estado federativo e republicano que é o Brasil.

Sr^a Presidente, senhoras e senhores, a existência do Senado e o conjunto de suas responsabilidades e prerrogativas são indissociáveis do sistema republicano federativo.

A Federação, no Brasil, foi imposta pelo senso comum e vem sendo discutida desde a Inconfidência. Na Assembleia Constituinte de 1823, o sistema federativo chegou a ser aventado, mas foi afastado pela argumentação baseada, naquela época, na fragmentação da América latina. Naquele momento, a federação representaria risco à integridade política nacional.

Em 1870, os signatários do Manifesto Republicano, redigido por Quintino Bocaiuva, colocavam a Federação como o primeiro objetivo da substituição do regime monárquico e lembrava a profecia dos conjurados de Vila Rica. “No Brasil – diz o manifesto –, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, inspirar-se na lucidez de Quintino Bocaiuva e dos subscritores do Manifesto Republicano é a grande tarefa do Senado. A descentralização do poder administrativo e político é a mais

inteligente forma de assegurar a integridade nacional e estabelecer as bases sólidas da solidariedade, fundadas nas condições concretas de cada uma das regiões geoeconômicas do País.

Muitos historiadores concordam que a grande questão do Estado, nos vinte anos que se seguiram ao Manifesto Republicano de 1870, não era entre a Monarquia e a República, mas entre o centralismo e a autonomia regional.

Creio, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Senador deve fortalecer a estrutura federativa de nosso Estado Democrático E Republicano. A reforma federativa que a realidade nos exige poderá contribuir para esse fim, o que considero da maior importância para o prosseguimento da construção nacional.

Cada geração, Sr^a Presidenta, é responsável pelo patrimônio intemporal da Nação, diante da memória dos que se foram e dos direitos dos que irão nos suceder.

O Senado Federal pode e deve exercer papel protagonista neste momento, como manifestação política da realidade federativa do Brasil, contribuindo assim para que o País continue superando seus problemas e suas contradições internas e prossiga no caminho de afirmação soberana de sua identidade no mundo.

No momento, pois, em que comemoramos os 185 anos de instalação do Senado, considero importante que o Senado reafirme o seu compromisso com o fortalecimento e equilíbrio da Federação, com a descentralização do poder administrativo e político, que é o caminho seguro para fortalecer a integridade nacional.

Muito obrigado. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, uma das três representantes do Estado do Amazonas.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Marta Suplicy, que orgulha todas as mulheres brasileiras ao estar, neste momento, dirigindo uma sessão tão importante e que marca a democracia brasileira.

Quero cumprimentar os Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, os convidados presentes, todos eles já nominados pela nossa Presidenta, e dizer que, desde a abertura do Senado brasileiro, há 185 anos, que será comemorado no dia de amanhã, dia 6 de maio, abertura feita pelo Imperador Dom Pedro I, esta Casa, o Senado Federal, esteve sempre presente nos momentos mais importantes do País.

O que foi, no passado e no seu início, uma “casa de nobreza” hoje se mostra mais plural, no que diz

respeito à representatividade da Nação. Digo isso, Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, destacando que somos eleitos em nossos Estados pelo voto majoritário, ou seja, para chegar aqui, toda Senadora, todo Senador tem de ter alcançado a maioria dos votos do seu Estado.

Aqui representamos, como foi dito com muita ênfase pelos nobres Senadores que me antecederam, o Senador Dornelles, mas sobretudo pelo Senador do Estado de Roraima, Senador Mozarildo Cavalcanti, que nós somos eleitos em número de três, em cada uma das Unidades da Federação, do Distrito Federal, em cada um dos nossos Estados. Isso é muito importante, porque, como aqui já foi dito – e eu vou pular essa parte do meu pronunciamento –, garante o equilíbrio federativo do nosso País. Um País que – nunca é demais lembrar – é uma das maiores nações do mundo, não apenas quanto ao seu contingente populacional, não apenas quanto à sua economia – e hoje somos a sétima economia do mundo –, mas também na nossa dimensão territorial.

Somos um País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Um País que, como nenhum outro, possui uma riqueza natural fantástica e ainda não aproveitada. Um País de um clima frio no Sul e um clima sempre quente do Norte. Um País que parece a Europa no Sul, mas que tem ainda uma grande população indígena no Norte. Somos, graças a Deus – diz o Senador Pedro Taques –, um País das belas praias do Nordeste brasileiro.

É exatamente o Senado Federal que tem a capacidade de fazer com que cada um dos nossos Estados, com que cada uma dessas realidades tão diferentes sejam representadas igualmente aqui.

Como bem frisou o **Jornal do Senado**, o nosso jornal, ao comemorar os 185 anos desta Casa, a própria unidade do nosso território tem parte de sua explicação na atuação dos Senadores.

Desde o início foram esses que agiram e agem como referência para a manutenção da estabilidade nacional, em um continente ainda marcado por profundas divisões políticas e, principalmente, por profundas desigualdades regionais.

Este é o papel do Senado, senhoras e senhores, o de não somente legislar, mas também fiscalizar e legitimar o exercício do poder.

Em muitas situações, em consulta ao Parlamento, é esta Casa que se coloca como referência, em última instância, sobre o que deve ser feito com a coisa pública, como bem disse o historiador Marcos Magalhães.

Ao comemorarmos mais um aniversário do Senado Federal, 185 anos, quero destacar a participação das mulheres e a nossa luta pelos nossos direitos. Desde

as décadas de 20 e 30, em meio aos protestos pelo direito da mulher para votar e ser votada, garantindo a cidadania plena a todos nós, quando a médica Carlota Pereira foi eleita para um mandato na Assembleia Nacional Constituinte de 1933, passando pela era Vargas, pelos governos populistas, pelo regime militar e pela redemocratização do Brasil, a presença feminina no Parlamento brasileiro vem crescendo paulatinamente, embora em ritmo ainda lento, em ritmo que precisa ser acelerado.

Embora a primeira Senadora do Brasil tenha sido a Princesa Isabel, que, apesar de exercer algumas funções políticas, nunca foi nomeada como Senadora, mas exerceu funções políticas como tal, a primeira Senadora eleita do Brasil só chegou a esta Casa no ano de 1979. No dia 12 de maio de 1979. Portanto, há pouquíssimos 35 anos foi quando chegou pela primeira vez a primeira mulher aqui no Senado Federal.

À época, ao noticiar o fato, em 12 de maio de 1979, de que o Brasil tinha finalmente sua primeira Senadora, os principais jornais brasileiros não diferenciaram muito na abordagem.

A **Folha de S. Paulo**, por exemplo, à época, sintetizou a conquista com o título da matéria principal de capa: “Com a morte do Senador Bosco, mulher chega ao Senado”, Senador Pedro Taques. No mesmo dia, o título da matéria do jornal **O Estadão** foi o seguinte: “Morte de Bosco leva ao Senado a primeira mulher”. E assim seguiram o **Correio do Povo**, o **Jornal do Brasil**; jornais de todos os Estados brasileiros.

O destaque não era a chegada da mulher ao Senado, que, aliás, contribuiu na chapa com 46% dos votos.

À época, eram chapas em que a somatória dos dois candidatos fazia com que o primeiro chegasse ao Senado. E a Senadora Eunice Michiles por muito pouco não foi a primeira colocada. Por muito pouco. Uma das razões, Senadora Marta, foi a discriminação, mas ela teve 46% dos votos. Mas os jornais não noticiaram que a mulher chegou por mérito e com voto ao Senado, não; disseram que tinha sido a morte do Senador que trouxe a primeira mulher.

Nós chegamos aqui em 1979. Hoje, somos doze Senadoras, somos 15%. Temos a alegria de ver uma mulher na 1^a Vice-Presidência. Não é na 1^a, é na Vice-Presidência, porque aqui só têm o Presidente e o Vice-Presidente, e para a gente é uma honra muito grande, Senadora Marta Suplicy.

Portanto, neste dia em que comemoramos 185 anos do Senado, eu, como Senadora da República, eleita pelo Estado do Amazonas, Diretora Doris, Diretora Cláudia Lyra, não poderia deixar de falar sobre a nossa presença e a contribuição que as mulheres

vêm dando não apenas no Parlamento, mas na construção desta bela e amada nação que se chama Brasil. Parabéns às Sr^{as} Senadoras, parabéns aos Srs. Senadores, parabéns ao Brasil, que tem a felicidade de, num ambiente de democracia, num ambiente de liberdade, comemorar os 185 anos de uma instituição tão importante como é o Senado Federal.

Muito obrigada, Sr^a Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT — SP) — Parabéns, Senadora Vanessa, lembrando o papel da mulher na nossa República e no Senado.

Convido os senhores que estão na plateia, Senadores, Senadoras e convidados, a prestarem atenção a esta edição, que foi feita em homenagem aos 185 anos, do Regimento Interno do Senado, de 1826, e do Regimento Comum da Assembleia-Geral, de 1827. Como é interessante observar a mudança dos representantes aqui, nesta Casa: a Província do Pará tinha um só representante, mas também um que valia por um exército, que era José Joaquim Nabuco Araújo; o Maranhão, um só representante, que era Barão de Alcântara; Piauí, um só representante, magistrado; o Ceará tinha como representante um visconde, um magistrado, um oficial superior do Exército e um eclesiástico; o Rio Grande do Norte, um proprietário; a Paraíba, um magistrado e um oficial do Exército; Pernambuco: um magistrado, um proprietário, um magistrado, um oficial superior do Exército, um general e um médico; Alagoas, um conselheiro de Estado e um magistrado; Sergipe: um magistrado; a Bahia, o Visconde de Caravelas, o Visconde da Cachoeira, Visconde de Nazaré, o Barão de Cayrú, Visconde de Pedra Branca e um magistrado.

Vou falar um pouco do meu Estado, cuja representação era um bispo do Rio de Janeiro, um conselheiro de Estado, dois magistrados.

Então, vemos que a possibilidade de acesso a esta Casa realmente foi extraordinária. Nós tivemos a aristocracia. Aqui estava terminando essa situação, mas os títulos permaneceram. A aristocracia estava presente, assim como a Igreja, a magistratura e o Exército.

Hoje, nós temos uma população aqui defendendo os interesses da Federação, com representantes os mais diversos, de todas as profissões liberais, classes sociais. Gostaríamos que isso não só permanecesse, mas que esse aprofundamento da representação na nossa Casa fosse cada vez mais diversificado, porque o povo brasileiro é um povo com representação diferenciada.

Sabemos que esta Casa, que é muito diferente de quando teve a sua primeira representação, ainda é uma Casa de difícil acesso. Esperamos que esse acesso se torne cada vez mais democrático.

Também gostaria de chamar aqui, para fazer parte da nossa Mesa, o Ministro da Previdência e também ex-Presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho.

Agora, passo a palavra ao Senador Benedito de Lira. Com a palavra o Senador. Logo em seguida, falará o Senador Marcelo Crivella.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr^a Presidenta Marta Suplicy, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, autoridades, civis e militares, cumprimento o povo brasileiro neste momento singular da história da vida desta Casa, do Congresso Nacional.

O dia é de comemoração e o aniversariante merece efusivos aplausos da sociedade brasileira. Afinal de contas, o Senado Federal celebra 185 anos de sólida existência sem que se possa insinuar arranhões em sua fidelidade ao princípio do respeito à igualdade entre os Entes Federativos da Nação. Ao zelar pelo compromisso da aliança inafiançável entre os integrantes da Federação, nossa Casa reitera sua tarefa revisora e fiscalizadora, aperfeiçoando as iniciativas legislativas lançadas pelo Congresso Nacional.

Desde sua fundação — ainda que indiretamente —, tem exercido papel fundamental na consolidação da democracia e na estabilidade das instituições. Não por mera coincidência, o Senado Federal tem sido, ao longo de quase duzentos anos de existência, um dos pilares da estabilidade institucional do Brasil. Não há quem conteste sua importância política, assumindo atribuições para além das funções estritamente legislativas.

Aliás, o art. 52 da Constituição Federal enfatiza, com muita propriedade, sua competência fiscalizadora dos atos dos Poderes Executivo e Judiciário, cabendo-lhe, inclusive, processar e julgar tanto o Presidente da República quanto os Ministros do Supremo Tribunal Federal, quando assim lhe convier. E tal atribuição exige-lhe, sem dúvida, excelsa responsabilidade institucional do País.

Espinha dorsal do sistema político republicano, a Alta Casa prestigia a relevância do pacto federativo para a sustentação de um contrato social entre os cidadãos de cada Estado. Independentemente da posição do Estado na ordem econômica do País, o Senado privilegia a noção de simetria, de mútua assistência entre as partes, para a fundação de uma unidade federativa. Trata-se, sem dúvida, de um merecido respeito ao equilíbrio político entre os integrantes do pacto nacional.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, logo após a conquista da independência, a Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, estabelecia a

criação da instituição senatorial no Brasil. No entanto, somente em janeiro de 1826, mediante um decreto monárquico, regulamentou-se o funcionamento desta Casa, fazendo coincidir sua instalação no dia 6 de maio daquele mesmo ano.

À época, os Senadores eram todos nomeados pelo Imperador em caráter vitalício. Na legislatura inaugural, a fórmula adotada para composição dos representantes consistia em indicar apenas a metade do número de Deputados eleitos por cada província. Ao contrário do Senado, os Deputados eram eleitos pelo voto do povo desde sua origem no Brasil.

Com a proclamação da República, o Senado adquiriu relevância ainda mais acentuada, uma vez que, inspirado no modelo grego, caberia aos sábios da Casa revisora intervir nas tratativas da política a cada instante de instabilidade provocada pelas contingências dos conflitos de interesses sociais. Não por acaso, sob a égide autoritária do Estado Novo, o Senado se viu absolutamente cerceado de seus direitos, sucumbindo ao silêncio trágico da intervenção ditatorial.

Graças aos novos tempos, no pós-guerra, o Brasil atravessou novamente uma fase de livre organização política, estimulando o surgimento de grupos mais à esquerda, ávidos por transformações radicais na estrutura política nacional. Ainda abrigado sob as ornamentais pilastras do Palácio Monroe, o Senado brasileiro cooperou com o projeto Brasília, abdicando de sua sede litorânea e assumindo os riscos da aventura no Brasil central.

O delírio da liberdade absoluta durou alguns anos, o suficiente para que a sociedade brasileira percebesse que a nova era político-cultural do País poderia estar camuflando o ingresso abrupto em uma ordem político-econômica fechada, nos moldes comunistas de organização institucional. Com a intensificação dos embates ideológicos, os militares intervieram, em 1964, na cena política, o que acabou por suspender as prerrogativas de um Estado democrático de direito até então em vigor.

Contra tal procedimento institucional, heróis políticos do Brasil inteiro se dispuseram a denunciar as atrocidades cometidas. Tão logo a resistência política surgiu, ventos mais lúcidos e críticos começaram a ventilar os corredores do Congresso Nacional. Nesse contexto, o Senador Teotônio Vilela – o saudoso menezel das Alagoas – desempenhou papel crucial na transição democrática após o fim da ditadura militar. Participou intensamente das campanhas políticas pela extinção do regime de exceção e pelo retorno à normalidade constitucional do País.

No mesmo diapasão patriótico, o Senador Rui Palmeira, a quem o Senado dedicou, em 2010, ho-

menagem especial no centenário de seu nascimento, é detentor de uma larga folha de serviços prestados à democracia brasileira. O compromisso com o ideal democrático jamais lhe faltou, seja em tempo de bonança institucional, seja em tempo de crise política. Alagoas é grata à sua dedicação patriótica para sempre.

Sr^a Presidente, no entanto, ao contrário do que por vezes indica o senso comum, o Senado Federal não vive do passado. Em vez de se acomodar às estruturas ultrapassadas de gestão e de ação legislativa, tem, nos últimos anos, adotado uma plataforma de modernização administrativa invejável aos seus congêneres na América Latina.

O Portal da Transparência, por exemplo, representa uma inovação institucional tão decisiva quando crucial à sustentação dos pilares democráticos de nossa República. Não é à-toa que tem por finalidade veicular informações e dados detalhados sobre a gestão administrativa e a execução orçamentária e financeira do Senado Federal, compreendendo, entre outros, os gastos efetuados por seus órgãos, inclusive os supervisionados, bem como suas unidades integrantes.

Outra novidade institucional de ponta absorvida pelo Senado foi sua responsabilidade pedagógica em repassar sua madura excelência processual legislativa para as esferas públicas estaduais e municipais, menos preparadas para os deveres previstos na Constituição. Por intermédio do primoroso serviço executado pelo Interlegis, o Senado descentraliza suas atribuições e lança programas virtuais de cidadania legislativa nos rincões mais distantes deste País.

Trata-se de um autêntico e instrutivo espelho institucional, a partir do qual imagens são projetadas nas diversas unidades legislativas brasileiras, em especial no seu nível mais elementar, ou seja, nas Câmaras Legislativas Municipais, com o propósito de transmitir noções processuais e administrativas indispensáveis ao bom desempenho das atividades legislativas.

Sem exagero, no aniversário do Senado, o Interlegis merece destaque à parte. Programa desenvolvido pelo Senado Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, cumpre-lhe promover a modernização e a integração do Poder Legislativo nas três esferas públicas. Graças ao manuseio das novas tecnologias de informação, viabilizou-se a promoção de maior transparência e interação desse Poder com a sociedade.

Resumo do esforço, mais de três mil Câmaras Municipais – muitas das quais situadas em cidades nordestinas – já receberam computadores e impressoras para se ligarem à Internet, usarem o correio eletrônico e tornarem disponíveis suas informações a internautas.

Enfim, cabe ao Senado Federal, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, festejar seus anos de vida, orgulhoso do papel democrático que tem historicamente desempenhado. Porém, há muito ainda que trafegar até que se atinjam patamares de excelência, embora, a meu ver, estejamos seguindo o caminho correto. Enquanto isso, devemos estar preparados para cooperar com o sonho de um Senado Federal melhor e cada vez mais ciente de seu papel central para a consolidação dos ideais democráticos da República Federativa do Brasil.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria, nesta oportunidade, cumprimentar o Sr. Presidente José Sarney pelo trabalho que vem desempenhando à frente dessa instituição da República e dizer a V. Ex^a que os parabéns são extensivos não apenas aos Senadores e à Mesa, mas a toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Benedito de Lira, ilustre representante do Estado de Alagoas.

Com a chegada do Presidente José Sarney, eu passaria primeiro a palavra a S. Ex^a, como primeiro subscritor do requerimento desta homenagem, e depois a Presidência da Casa. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Marcelo Crivella, que já estava inscrito.

Agora, por favor, Presidente do Senado Federal. (Pausa)

Vamos fazer uma pequena modificação. Vou passar a Presidência da Casa ao Senador Sarney, que prefere ser o último orador. Então, vamos fazer desse jeito.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP. Fora do microfone.) – Se V. Ex^a me permite, usarei da palavra agora.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos manter o combinado.

Então, com a palavra o Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, meus caros colegas Senadoras e Senadores e autoridades que honram o Senado Federal com suas presenças nesta sessão: eu quis falar, não como Presidente do Senado, mas como Senador e como um dos oradores desta sessão.

O Senado completa 185 anos. E eu, que sou um estudioso da nossa história, da história do Brasil, destaco que considero que esta Casa foi, sem dúvida nenhuma, a que mais contribuiu para a formação das instituições brasileiras.

A Nação brasileira é uma criação civil, pois ela não nasceu, como os países da América Espanhola, de batalhas; ela foi construída dentro de um Parlamento que desejava construir um Estado de Direito que tivesse instituições baseadas nos direitos civis, nos direitos humanos, numa organização absolutamente livre.

O Senado brasileiro é, hoje, o segundo Senado em idade no mundo, porque mais velho que ele só o Senado dos Estados Unidos, que foi o exemplo para a criação do Senado da República.

Portanto, tenho uma grande admiração pelo Senado. Sou um estudioso e, num pedaço da minha vida, logo que aqui cheguei, li muitos dos Anais desta Casa.

O Senado é uma daquelas instituições que vêm da antiguidade, e se renova com a criação da democracia representativa. A idéia surgiu do momento em que o homem resolveu que deveria constituir-se num Estado, que o povo deveria se autogovernar, criar delegados que exercessem o poder em seu nome. Isso recomeçou, objetivamente, ainda nas cartas do rei João, no século XIII, quando ele foi levado a reconhecer que não podia ser rei absoluto, que seu poder não era aquele que vinha como uma coisa divina, mas que, na realidade, ele tinha que ter limitações.

Isso vem se concretizar depois, já nos anos de 1688 e 1689, na chamada Revolução Gloriosa, na Inglaterra, no Bill of Rights, no início do Parlamentarismo moderno na Inglaterra, onde o rei reina mas não governa. Pouco tempo depois se criou, no mundo inteiro, o desejo de que existissem constituições, pactos nacionais que regulassem a vida das nações.

E, realmente, quando o Brasil deixa de ser colônia, com a vinda de D. João VI, em 1808, para cá, foi num tempo em que havia uma efervescência mundial em busca da criação de constituições. A Revolução Francesa já tinha feito a sua constituição. Nos Estados Unidos, vigorava a constituição americana. Na Espanha eles começavam com a Constituição de Cádiz, chamada La Pepa, porque justamente foi promulgada no Dia de São José, no ano de 1812. Ela foi um exemplo naquele tempo, porque ela era uma constituição absolutamente inovadora em matéria de direitos civis, de liberdade, quando havia uma consciência mundial de direito absoluto no qual os reis podiam tudo. E a Constituição de Cádiz foi feita assim. Por isso mesmo, ela gerou uma confusão muito grande. Ela gerou uma abertura – usando uma palavra recente – de tal modo que foi, em 1814, revogada e renasceu brevemente em 1820.

Foi nesse tempo que o Brasil, em meio a essa vontade constitucional, vem e deseja também ter a sua constituição. Em Portugal, já tinha sido convocada

uma constituinte, as Cortes. Compareceram até muitos brasileiros. Antonio Carlos de Andrada, Diogo Antônio Feijó, José Martiniano de Alencar, Nicolau de Campos Vergueiros, futuros senadores, foram deputados às Cortes Portuguesa. Fizeram uma constituição que eles queriam que fosse chamada liberal.

As bases dessa constituição portuguesa foram juradas por D. João VI, que vai de volta para Portugal e aqui deixa para o seu filho o trono. E a primeira coisa que este pensa é justamente em fazer uma nação. José Bonifácio, que é chamado com justiça o Patriarca da Independência, não veio com D. João VI. Ele chegou aqui em 1819. Era um homem extremamente esclarecido, era secretário perpétuo da Academia de Ciências de Lisboa, conhecia a Europa inteira, era um grande professor, e ele então trazia, com a sua inteligência estruturada, a ideia do que era uma nação que vivesse sobre a égide das leis e não dos homens.

Então, José Bonifácio, já antes da Independência – a Independência veio a ser em 7 de setembro –, já em junho de 1822 convocava uma assembléia constituinte, e em agosto comunicava às nações a independência do Brasil. Essa assembléia constituinte veio a se reunir em 1823, e ela examina um anteprojeto de autoria do próprio Antonio Carlos – que tinha vindo da representação na constituinte portuguesa –, e seria uma constituição extremamente importante para o Brasil. Quem lê os anais da Constituinte de 1823, fica vendo como este país pôde ser construído com a vontade de ser um país de liberdades.

Se discutia, nessa constituinte... – vou fazer um parêntese – ninguém sabia o que era aqui o constituinte, a constituição. Lembremos do Brasil de 1823. Os convocados, deputados constituintes, vinham a cavalo, amarravam seus cavalos ali na porta de onde se reuniam, na Cadeia Velha, e eram homens que não tinham instrução. E, a partir daí, eles se reúnem e discutem universidades num país que não tinha escolas. Onde fazer uma universidade? Eles falavam em liberdade, habeas corpus, num país que tinha um rei que mandava enforcar todo mundo, falando que fazia assim por ser benigno. Então, essa gente discute uma constituição, também sob o ponto de vista econômico, liberal, porque o Cairú, que tinha lido Adam Smith, também era muito liberal e estava na Constituição de 23.

Diante disso, o Imperador, que se dizia liberal, mas que no fundo era absolutista, fechou a Constituinte e fechou dizendo que ia fazer uma constituição “duplicadamente mais liberal” da que tinham os constituintes examinado. Mas há dois episódios do fechamento da Constituinte. Acaiaba de Montezuma pede uma retificação nos anais: “Eu disse que o Sr. Ministro do Império, por estar ao lado de Sua Majestade, me-

lhor conhecerá o ‘espírito da tropa’, e um dos senhores secretários escreveu ‘o espírito de Sua Majestade’, quando não disse tal, porque deste não duvido eu.” E, quando a Constituinte é fechada, Antônio Carlos chega na porta e vai saindo, tira o chapéu em saudação e diz: “Sua Majestade, o canhão”: eram os canhões que fechavam a Constituinte.

Vem a Constituição de 24, que é feita por homens que tinham, alguns deles, participado da constituinte, mas sobretudo por Carneiro de Campos, Vilela Barbosa e Maciel da Costa. Eles foram os autores da Constituição que mais tempo durou no Brasil. Realmente, ela foi uma Constituição que organizou o País. E, quando ela organiza o País, convocam-se eleições para a Câmara e para o Senado. Em 1826, instala-se o Senado. O Imperador comparece, pela primeira vez, à abertura do Senado. E o Senado, desde essa data, funciona – embora fechado algumas vezes durante a República – como uma Casa extremamente importante para a construção do Brasil. Basta dizer que todos os 32 Gabinetes do Império foram presididos por Senadores, por 23 Senadores, pois alguns chefiaram mais de um gabinete. Prudente de Moraes, Campos Sales, Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Washington Luís, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e eu, Presidentes da República, estivemos neste Senado. E se falarmos hoje nesta Casa, temos três Ex-Presidentes da República, temos mais de 20 Ex-Governadores, Ministros de Estado, e esta Casa continua a ter o prestígio que ela tem nacionalmente.

O Senado passou por dificuldades. Foi dissolvido, fechado, várias vezes. Por Deodoro da Fonseca. Pela Revolução de 30 e Getúlio Vargas. Pelo regime militar. Mas a tudo resistiu e resiste.

Num único momento não tivemos o Senado entre as instituições nacionais: foi o interregno da Constituição de 37, a Polaca, período mais negro da história do Brasil, em que vivemos sob o governo de um homem, e não das leis. Esse exemplo devemos ter sempre em mente quando se fala no fim do Senado Federal. O Senado é a garantia da democracia.

Identifico muito essa campanha contra o Senado ao fato de ele ser uma Casa forte, a quem o Brasil deve muito com relação à sua construção.

Em um momento em que se procura fragilizar as instituições no Brasil, ataca-se muito o Senado, porque aqui continuamos a ser uma fonte permanente de ajuda ao Brasil. Os homens desaparecem, mas a nossa Instituição tem sido uma parte da construção do Brasil e continua atualizando-se a cada dia.

Ontem, colocamos no Brasil algo pioneiro, que foi a televisão digital do Senado Federal em quatro canais, com televisão aberta para o Brasil inteiro no momento em que colocamos o Senado velho, mas muito novo, tentando renovar-se, porque é o momento que ele vai para a internet, ele vai para a criação de call center, que temos aqui. Temos mais de um milhão de acessos na nossa agência de notícias. Temos televisão, rádio, jornal – e, a cada dia, procuramos modernizar esta Casa para estar com o seu tempo.

Tenho uma profunda admiração por esta Casa. Todos nós devemos ter. Se o povo brasileiro, cada um dos brasileiros, estudasse a história do Senado ao longo dos tempos, iria verificar o que ele já fez pelo Brasil.

Quando se fala da Lei Áurea, da libertação dos escravos, foi no Senado que ela teve a sua solução final. À uma hora da tarde do dia 13 de maio de 1888, ela foi votada. Já às três horas a Princesa Isabel assinava a lei aqui votada.

Aqui dentro do Senado discutimos sobre os erros e os acertos das questões platinas, da Guerra do Paraguai. Aqui dentro do Senado discutimos também a toda a política exterior brasileira. Aqui dentro do Senado nós discutimos e resolvemos os maiores problemas do Brasil.

A esta Casa – dizia Capistrano de Abreu – nós devemos a unidade nacional, porque o Senado é a Casa da duração. Assim dizia Benjamin Constant. Esta é a Casa do equilíbrio, porque aqui há um sinal da vitalidade, que vem daquele tempo do velho Senado, e o Brasil tinha uma noção de permanência, de que não era uma Casa transitória. Talvez por isso ela se completasse entre o Senado e o Conselho de Estado, disse Capistrano, e através deles se fizesse a unidade nacional.

Veio a República, quando se cria o Senado moderno. A nossa imagem era o Senado americano. Como nasceu o Senado americano? Ele nasceu quando os constituintes de Filadélfia estavam reunidos e, como eram descendentes de ingleses, e tinham a concepção das instituições inglesas, ficaram com um problema: como nós vamos ter, numa federação, uma casa dos lordes? Porque, na Inglaterra, havia a câmara dos comuns e a casa dos lordes. Foi uma discussão tão candente que o Madison, se não me engano, disse: “Nós não estamos entrando em acordo, vamos rezar – porque eles eram muito religiosos –, nós passaremos a noite rezando e, de manhã, vamos resolver essa questão.” Eles voltam no dia seguinte e propõem que se estabeleça um compromisso: o Senado teria representação igualitária, a Câmara representação censitária. O que eles chamavam de Senado, que era uma palavra antiga? Nos moldes modernos, era um

organismo que mantivesse a federação. Quer dizer, os Estados Unidos, que eram muitos países independentes, se uniam todos, cada um tendo um representante, dentro de um órgão no qual todos os estados, sendo diferentes, passariam a ser iguais. Então, eles participariam da nação. O Afonso Arinos, até brincando sobre isso, dizia: “O Senado foi uma criação de Deus, porque rezaram e, no dia seguinte, os constituintes voltaram com a ideia do Senado.” Realmente, esta é a função do Senado: de integridade, do conceito de federação, do conceito de unidade nacional.

E hoje, quando o Brasil cresceu, desenvolveu-se, tornou-se o País que é, nós só temos o Senado como a expressão da unidade nacional, porque aqui, em todos os Estados, nós somos todos iguais: três representantes de cada Estado. Não há diferenças. O centro-sul, por exemplo, tem a hegemonia política, tem a hegemonia econômica, tem a hegemonia de recursos humanos. O único ponto de coesão é o Senado Federal, no qual todos somos representantes iguais de cada um dos Estados. Aqui nós defendemos o menor Estado que seja. Aqui o senador defende uma lei na qual seu estado não pode ser prejudicado; isto assegura a unidade nacional. E é isso que nós somos. É isso que nós devemos saber. É isso que nós devemos compreender.

Nessa função hoje só resta no País o Senado como representante da Federação, como instituição da Federação e da unidade nacional, porque, no resto, o país é absolutamente dividido, ele é absolutamente polarizado. Alguns Estados são mais ricos, tem maior papel na parte da educação, na parte da tecnologia, na parte do crescimento, na parte das decisões nacionais, mas aqui dentro do Senado não; aqui, nós temos a unidade nacional, em que todos somos iguais.

Por isso, a nossa Constituição diz que quatro coisas são imutáveis: a Federação, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Portanto, é nesse sentido que quero saudar os 185 anos do Senado Federal, tendo a felicidade de ser seu Presidente, para dizer que ele é uma Instituição em que todos nós, somados, somos menores do que a Instituição Senado.

Muito obrigado. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Parabéns, Presidente do Senado, José Sarney, pelo magnífico discurso com que nos brindou, pela erudição, pela cultura, e, eu acrescentaria, Presidente, pelo entusiasmo que o senhor tem pela Casa e que demonstrou com suas palavras.

Passo a palavra ao Senador Presidente do Senado e ao Exmº Senador Marcelo Crivella.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senador Crivella com a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Parabéns a V. Ex^a pelo lindo discurso!

Srs. telespectadores da *TV Senado*; Srs. ouvintes da *Rádio Senado*, Sr. Presidente; Sr^a Senadora Marta Suplicy; querido Ministro e Senador desta Casa Garibaldi Alves; Ilustres membros das Forças Armadas, que nos visitam; Senhoras e Senhores, nós hoje celebramos 185 anos do Senado Federal.

Eu gostaria de falar, numa retrospectiva muito ufanista, da nossa Instituição, desde aquelas páginas encantadoras, escritas com beleza, com o heroísmo dos missionários, passando pela epopéia das bandeiras, onde os garcias, os raposos, os bartolomeus buenos, os fernãos dias, a golpes de tenacidade e bravura, rasgaram a mata Atlântica, subiram e desceram milhares de serras, fugiram da onça, mataram a cobra, entraram pelo sertão, atravessaram o Planalto Central, o Pantanal, e balizaram uma das maiores geografias do mundo, até chegar aos sonhos de liberdade de Frei Caneca e de Rui Barbosa, que o nosso príncipe, resoluta e audaz, concretizou, cunhando a legenda bela e estupenda da nossa independência.

Precisamos lembrar que as nacionalidades dependem muito da nossa configuração física, dos acidentes imprevisíveis e misteriosos, da sua formação, da nossa formação, mas sobretudo não há notícias na História de que nenhuma nação haja se transformado numa nação rica, poderosa e influente no mundo sem a presença de seus líderes, sábios, generosos, dos seus condutores clarividentes, proféticos. E, mercê de Deus, desses líderes, está repleta a nossa história.

Presidente Sarney, numa retrospectiva, numa cronologia impecável... Apenas, Presidente, como humilde discípulo, com todo o constrangimento, com todo pudor de quem se considera seu aluno, eram evangélicos; não católicos. E V. Ex^a lembra bem, aliás já fez parte de um discurso seu, que no dia seguinte, após a noite de oração, eles decidiram que o Senado americano ia representar as províncias. Eram treze; vinte e seis Senadores. Já tinham a Câmara dos Comuns e alguém perguntou: “Mas Jefferson, vale a pena gastarmos dinheiro com isso? Nós já enfrentamos a guerra da independência. Nós temos problemas. E ele estava tomando uma xícara de chá, e é costume dos ingleses colocar um **drop of milk** para esfriar; e ele

disse: “O Senado é para isso. É para esfriar”. Lembra disso, Presidente?

Presidente, eu acho que aqui nós, que somos essa imensa forja onde se retempera o espírito da brasilidade, nesse sentido do equilíbrio, porque aqui todos os Estados são iguais. O nobre Estado de São Paulo, locomotiva do País, tem o mesmo número de Senadores que um Estado pequeno como o Acre.

Nós temos na vocação, na índole, na gênese, esse princípio de acalmar as coisas, de esfriar as coisas, de ponderar novamente, de pensar de novo, de reescrever. E o Senado tem se apequenado nesse espírito, porque as medidas provisórias chegam aqui sempre na data de vencimento. E o Brasil perde. A nossa nacionalidade perde e perdemos nós todos.

Nos 185 anos do Senado Federal, eu chamo a Nação a refletir sobre a instituição que tem; sobre a importância dela. É triste ver o vilipêndio constante do Senado e dos Senadores. As iniciativas que aqui tomamos muitas vezes são completamente distorcidas nesse dilúvio de ódios e paixões que são as sociedades modernas, quando nós não somos como o Executivo; não somos como o Judiciário.

A mídia sabe que há instrumentos nos outros Poderes. Nós somos um Poder pacífico. Aqui entram milhares, centenas de milhares de pessoas. Aqui falam todos. Aqui não se cala a voz de ninguém. Os gabinetes são abertos. Aqui existe o espírito da democracia. E talvez seja isso a maior afinidade e a maior identidade que temos com o nosso povo, com o povo brasileiro, que sustenta esta Casa, embora aqui, no Congresso Nacional, já tenha havido muita discussão de o Brasil se tornar, como está acontecendo na maioria dos países, uma nação unicameral.

Mas venho aqui, Sr. Presidente, renovar toda minha fé no espírito do Senado Federal, na nossa vocação, no destino que temos – cada um de nós – traçado pela liberdade que nos garante a Constituição Brasileira e, sobretudo, pelo respeito ao direito, pelo culto à liberdade, pela generosidade cristã da nossa alma e por esse instinto que temos de sermos todos brasileiros. Aqui nesta Casa e não em outro lugar, no Congresso, mas especificamente no Senado Federal, nos debates, nas nossas discussões, à luz da nossa história tão rica e tão bonita e com a felicidade de ter líderes que também sofreram tanto, que passaram por angústias que, para nós, outros Senadores, têm sido uma lição. Um calvário constante. É impressionante o preço que se paga para se ter a honra de servir ao povo no Senado Federal. É um preço alto. Aliás, que o diga Juscelino; que o diga o próprio José Bonifácio, Patriarca da Independência, que depois foi exilado; que o digam tantos outros brasileiros que passaram, que

imaginaram, que sonharam com o Senado Federal e que pagaram um preço tão alto. Mas nenhum preço é tão alto quando celebrado com ardor cívico no altar da nossa Pátria, e esta Casa tem sido um altar da Pátria. Creio, Sr. Presidente, que, juntos, haveremos de construir o Brasil dos nossos sonhos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Crivella, agradeço a V. Ex^a, inclusive a sua gentileza de recordar que os Constituintes eram católicos dissidentes, evangélicos, vamos dizer assim.

Eu queria dizer que Jefferson não foi Constituinte de Filadélfia. Ele estava na Europa. Quando ele volta da Europa, é que ele pergunta para que serve o Senado, e aí há esse episódio que o Senador Crivella contou aqui: foi no pires, em que o Madison disse a ele “é para isso, precisamos de duas Casas, a função do Senado é esfriar”. Na realidade, o Jefferson é autor da Emenda nº 1, que é a emenda que criou a liberdade de imprensa, mas ele, infelizmente... Acho que, com seu brilhantismo, figura solar da humanidade que ele era, ele teria dado uma grande contribuição durante a Constituinte, se ele lá estivesse. Mas estamos todos de acordo? Quero que, nos Anais, não fique nem um equívoco, nem outro, porque, uma vez, reconheço que talvez eu tenha falado aqui que foi o Jefferson, mas é porque a memória de alguma idade já tem... Como eu estava dizendo “segundo me lembro”, pode até não ser sido o Madison, mas a minha impressão é a de que foi. Eu desejava prestar esses esclarecimentos à Casa.

Com a palavra o nobre Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Sr. Presidente, Senador José Sarney, que quero cumprimentar pelo brilhante pronunciamento feito há pouco, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, convidados, autoridades aqui presentes, poucos anos depois de proclamada a Independência, instalava-se o Senado do Império. Pode-se afirmar que, desde aquele distante maio de 1826 aos dias de hoje, esta Casa soube aproximar-se da Nação, identificar-se com os mais legítimos interesses nacionais e, acima de tudo, desempenhar papel decisivo para a estabilidade política do País.

Não há acontecimento importante algum na história política brasileira que não tenha contado com a participação do Senado, muitas vezes na condição de protagonista. Uma característica, sobretudo, tem acompanhado sua trajetória ao longo destes 185 anos. Refiro-me à vocação para ser a instância estabilizadora da política nacional, agindo, no mais das vezes, na busca de solução para os mais diversos tipos de con-

tenciosos, aparando arestas e preferindo a construção de pontes – que unem – à de muros – que separam.

Com efeito, Sr. Presidente, foi assim que o Senado do Império agiu no sentido de consolidar as instituições do nascente Estado Nacional. Entre seus integrantes, particularmente nas tensas décadas de 1820 a 1840, marcadas por verdadeiras guerras civis que fizeram das regências um período de tensa gravidade política, estavam algumas das mais sólidas lideranças nacionais que se empenharam na preservação da integridade territorial e política do País.

Creio residir nesse aspecto, Sr. Presidente, o maior feito da elite política brasileira, muito bem representada pelo Senado, no pós Sete de Setembro de 1822. Coube a ela construir e conduzir toda uma engenhosa estratégia, que, ao fim e ao cabo, manteve a integridade do Brasil. Trata-se de feito incomensurável, particularmente quando nos lembramos da fragmentação absoluta que tomou conta da antiga área de colonização espanhola na América, dando origem às inúmeras repúblicas latino-americanas nossas vizinhas.

Não nos esqueçamos, ainda, dos movimentos armados que, explodindo nas mais distintas regiões brasileiras, muitas vezes representavam o repúdio à autoridade central, situada no Rio de Janeiro, e até mesmo a intenção deliberada de proceder à independência das respectivas regiões. Movimentos como a Confederação do Equador, Cabanagem, Sabinada, Balaiada e a Farroupilha – esta, perdurando por dez anos! – em larga medida, convulsionaram o País, e, em alguns deles, o espírito separatista se fez nitidamente vigoroso.

Daí, o significado da ação dos políticos brasileiros do Império, notadamente dos membros do Senado, voltada para o encaminhamento de soluções para esses e outros conflitos.

De igual modo, Sr. Presidente, a mais dramática questão social que marcou a trajetória do Império, a escravidão, teve no Parlamento o palco apropriado à sua discussão. Por mais que se possa criticar a lentidão do processo que pôs fim à escravidão, foi no Parlamento – portanto, na Assembleia e no Senado – que se debateu exaustivamente todo o processo abolicionista. Foi aqui que se chegou gradualmente, após verdadeiras batalhas legislativas, às leis que extinguiram o tráfico de escravos. A despeito de todas as falhas, cujos efeitos até hoje sentimos, foi aqui que se assegurou a extinção formal do trabalho compulsório, com a Lei João Alfredo, mais conhecida como Lei Áurea, de 1888.

Derrubada a Monarquia, instaura-se no Brasil um regime republicano fortemente calcado na exitosa

experiência norte-americana. Dois dos aspectos mais definidores da República brasileira sempre foram o presidencialismo e o federalismo. Desses, coube ao Senado Federal, historicamente, assegurar a plenitude do caráter federativo do Estado brasileiro. Não teria obtido êxito a Política dos Estados, mais conhecida como Política dos Governadores, implantada por Campos Sales e que vigorou por toda a República Velha, sem a presença legitimadora do Senado. Como instância representativa das forças políticas estaduais, o Senado agia como uma espécie de fiador do pacto que unia a Presidência da República aos governos estaduais, assegurando o que hoje chamamos de governabilidade.

Os anos 1930 e a metade inicial dos anos 1940 foram de profunda crise do liberalismo, seja em termos econômicos, seja em termos políticos. O Brasil não fugiu à regra geral. Num contexto de declínio e de radical perda de prestígio da democracia representativa, a Era Vargas, entre 1930 e 1945, expressou a crescente hipertrofia do Poder Executivo e da União. Com o Estado Novo, o Legislativo simplesmente deixa de existir e, seguindo a tendência do totalitarismo em voga, elimina-se o federalismo.

A experiência democrática que o Brasil conhece a partir de 1946, com a posse do Presidente eleito pelo voto popular e, principalmente, com a promulgação da nova Constituição, conferiu ao Senado, uma vez mais, a função estabilizadora do regime. De maneira explícita, reservou-lhe a função de Casa revisora. Em geral, no transcurso desse período de 19 anos, o Senado Federal tentou saídas para as crises políticas que se avolumavam, nem sempre com sucesso. Do suicídio de Vargas, em 1954, ao golpe de Estado de 1964, da crise suscitada pela eleição de Juscelino, em 1955, ao golpe mal-sucedido da renúncia de Jânio, em 1961, o certo é que o Senado participou ativamente de todos esses episódios.

Por certo que, em determinadas ocasiões, felizmente raríssimas, a Instituição a pequenou-se. Como exemplo, poderia lembrar a fatídica sessão de 1º de abril de 1964, quando o Presidente Auro de Moura Andrade declarou a vacância do Poder Executivo quando o Presidente João Goulart, acuado pelas forças golpistas, ainda se encontrava em território nacional, precisamente em seu Rio Grande do Sul.

Relativamente ao regime militar, dos seus 21 anos de vigência, creio ser conveniente distingui-lo em duas fases. Nos primeiros dez anos, é total a supremacia do Executivo sobre os demais poderes, formalmente mantidos, mas vivendo sob a espada de Dâmocles do arbítrio, que podia cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos e aposentar compulsoriamente

os membros da Magistratura. Munido dos poderes excepcionais que lhe conferiam os Atos Institucionais, dos quais o de número 5 atingiu a quintessência do autoritarismo, e surfando na onda do milagre econômico, entre 1969 e 1973, o regime militar mutilou a democracia, subtraindo-lhe, quase que integralmente, a seiva que a nutria: o Poder Legislativo.

Mas foi deste Senado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que partiu a reação política ao regime de força. Depois de duas vitórias avassaladoras da Arena, partido de sustentação política do regime, em 1970 e 1972, a anticandidatura dos gigantes da resistência democrática Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, em 1973, abriu o caminho para a emocionante vitória oposicionista nas eleições de 1974.

Em número de votos, para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, a vitória coube ao MDB, sigla que abrigava a oposição consentida. Nesta Casa, especificamente, das 22 cadeiras em jogo, o MDB conquistou 16.

Ademais, um arenista das Alagoas, o menestrel Teotônio Vilela, tão logo empossado, aproxima-se e passa a integrar as hostes oposicionistas.

Um sopro de renovação varreu o Senado da República, o qual, a partir daquela eleição de 1974, assumiu o honroso posto de centro dos grandes debates políticos nacionais.

Da legislatura iniciada em 1975 em diante, esta Casa passou a protagonizar debates memoráveis. Posições ideológicas antagônicas não inviabilizaram o debate de ideias, muito menos impediam que prevalecessem a civilidade e o respeito mútuo. Senadores como Itamar Franco, Marcos Freire, Saturnino Braga, Paulo Brossard, Jarbas Passarinho, Franco Montoro, Petrônio Portela, Mário Covas, Tancredo Neves, Nelson Carneiro, Josaphat Marinho, José Sarney, Pedro Simon, Jamil Haddad, Darcy Ribeiro e Jefferson Péres, entre tantos outros, marcaram passagem pelo Parlamento. Nomes que deram sua contribuição para que esta Casa tivesse papel preponderante no processo de transição do regime militar ao poder civil e em sua consolidação como centro do debate político brasileiro.

Ao encerrar este pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reitero minha mais profunda convicção de que o atual Senado saberá honrar o que de melhor recebeu como herança de uma trajetória quase bicentenária. Uma herança que remonta a gente ilustre, da estirpe de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Duque de Caxias, Rui Barbosa, Pinheiro Machado, Luís Carlos Prestes. Para tanto, ele terá que demonstrar disposição para o trabalho, coragem para enfrentar desafios, sensibilidade para auscultar o povo e determinação para debater temas controversos.

Por fim, mas não menos importante, que este Senado não perca jamais a vontade de abraçar o novo e que se entregue, de corpo e alma, à tarefa de construir um Brasil melhor! E que seja para todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Como último orador, temos a palavra do Senador Randolfe Rodrigues.

Perdão, tem o Senador Wilson Santiago, que está inscrito também para falar.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney; Sr^a Vice-Presidente, Senadora Marta Suplicy; Senadora Vanessa Grazziotin, demais Senadoras, demais Senadores presentes, autoridades, profissionais da imprensa, minhas senhoras e meus senhores, não deveria, nesta tarde de hoje, acrescentar nada além de tudo aquilo que falou o nosso Presidente José Sarney, mas a missão, na verdade, nos obriga não só a nos posicionarmos, mas também a demonstrarmos a esta Casa não só a importância do Senado Federal na vida democrática, como também a instituição, o que fez, a sua própria história e, além de tudo, o que tem a fazer em favor do nosso Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, a comemoração dos 185 anos do Senado Federal nos leva a uma reflexão sobre a história, a missão e o papel desempenhado pelo Senado, principalmente na construção de nossa democracia e na solução das grandes questões nacionais.

Nestes quase dois séculos de existência, o Senado Federal enfrentou grandes dificuldades políticas, graves problemas institucionais, governos autoritários, mas também passou por períodos em que predominaram a democracia e o desenvolvimento econômico, como nos anos dourados do Governo de Kubitschek.

Aqui, grandes vultos e grandes lideranças políticas nacionais atuaram e contribuíram para a construção de nossa democracia e para a formação de uma sociedade mais livre, justa, soberana e solidária.

Aqui, foram debatidos os grandes temas e as grandes questões nacionais, como a independência do País, os direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a igualdade entre os Estados, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo, ao racismo e a todas as formas de discriminação e de exclusão social.

Homens e mulheres, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mais alta capacidade e da maior competência política e administrativa formam o Senado e

aqui contribuem para o desenvolvimento social e econômico do nosso Brasil.

O Senado é, antes de tudo, uma escola de democracia, de civismo, de federalismo, de pluralismo político e de defesa dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da igualdade, da justiça e da harmonia social.

A contribuição do Senado para a estabilidade política do País tem sido decisiva desde o tempo do Império, em que os Presidentes do Conselho de Ministros eram, em sua maioria, Senadores.

Com a Proclamação da República, em 1889, e a instituição do presidencialismo e do federalismo, o Senado Federal passou a exercer sua missão, demonstrando sua importância e força política, principalmente com as lideranças exponenciais de Rui Barbosa e Pinheiro Machado.

O Senado é o garantidor do pacto federativo, ao longo de nossa história recente, mesmo com as dificuldades decorrentes dos períodos históricos de regimes autoritários.

Esta Casa Alta, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, conseguiu defender e preservar o pacto federativo, apesar das bruscas mudanças ocorridas em nosso ordenamento jurídico, sob a égide das Constituições Federais de 1946, de 1967, de 1969 e de 1988.

Esta Casa do Parlamento conviveu com diversos sistemas partidários, passando por um sistema multipartidário, em 1947, extinto em 1965. Passamos do pluripartidarismo para o bipartidarismo – com a chamada “oposição consentida” –, voltamos ao multipartidarismo limitado e chegamos ao atual modelo de multipartidarismo quase ilimitado. É isso que estamos testemunhando.

A competência, a experiência política e o amplo conhecimento institucional dos Senadores permitiram que o Senado conseguisse dar um mínimo de estabilidade política em períodos históricos de grande turbulência e instabilidade das diversas instituições da sociedade brasileira.

O Senado Federal tem sido fundamental ao encontrar caminhos e soluções para um País que realizou uma revolução demográfica e social, nos últimos setenta anos, passando de 7,5 milhões de eleitores, em 1945, Senadora Marta Suplicy, para mais de 135,8 milhões de eleitores, constatados nas últimas eleições, de 2010.

Além disso, contribuímos decisivamente para a construção de um processo de modernização de nossa sociedade, que passou de um País eminentemente agrícola, com 75% dos habitantes vivendo no campo, para uma sociedade com elevado índice de industria-

lização, com 80% da população hoje vivendo nas cidades, e todos nós testemunhamos isso.

O Senado Federal tem dado uma contribuição decisiva para que a sociedade brasileira tenha uma ampla classe média, um grande mercado de trabalho e um sistema de seguridade social bastante abrangente. E é tudo isso que estamos testemunhando e vivenciando nos últimos anos, graças a esta Casa, graças ao seu povo e graças, sim, à sua representação política.

Sr. Presidente, Senador José Sarney, repito: a crise de confiança da população brasileira em relação ao Legislativo pode ser equacionada com os instrumentos democráticos e institucionais existentes, como maior transparência, maior abertura dos partidos políticos, com maior utilização dos meios de comunicação social e maior aproximação entre o Congresso Nacional e a sociedade brasileira.

É disso que todos nós, esta Casa, a classe política tem de se conscientizar. A aproximação do Congresso com a sociedade, possibilitando que todos falem a mesma linguagem, que todos pensem da mesma forma, é uma solução que temos dos últimos tempos, dos últimos momentos, para de fato fazer com que o povo brasileiro reconheça, a cada dia, a cada hora e a cada instante, o poder, a credibilidade e, além de tudo, a contribuição que o Senado Federal tem a fazer em favor do próprio povo brasileiro.

Tenho plena convicção, Sr. Presidente, de que o Senado Federal não faltará ao povo brasileiro e cumprirá fielmente sua missão constitucional de defesa da Constituição e de preservação do federalismo no Brasil. É em tudo isso que nós, de fato, acreditamos. É o que esperamos e testemunhamos.

Para encerrar, Sr. Presidente José Sarney, V. Ex^a, que é um dos exemplos desta Casa, não só pela sua própria história, não só pelos seus próprios pronunciamentos e, além de tudo, como escritor que V. Ex^a é, mas pela experiência de V. Ex^a. O exemplo que V. Ex^a deu, Senador José Sarney, como Presidente da República, no pior momento da história do Brasil, de incerteza, de insegurança, de instabilidade democrática... V. Ex^a abriu mão de um ano do seu mandato para, com isso, concretizar e, além de tudo, estabilizar a democracia no Brasil, num período de transição, num período que necessitava de credibilidade, num período em que todos nós reconhecemos que, graças às decisões de V. Ex^a, ao posicionamento de V. Ex^a como Presidente da República naquele instante, antes como Senador e hoje como Senador... Cada vez mais, V. Ex^a engrandece esta Casa, fortalece esta Casa, exemplifica esta Casa. No exemplo de V. Ex^a, teremos condições de nos espelhar e, com certeza, de dar ao Brasil uma boa

perspectiva de um dia melhor e de um futuro melhor para a nossa democracia.

Agradeço, enfim, a todos e tenho certeza de que, acreditando nisso, em tudo que realizei, que descrevo e que digo até este instante: teremos condições, juntos, se Deus quiser, de fazer aquilo que, na verdade, a população brasileira espera e merece de cada um de nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Wilson Santiago. V. Ex^a foi muito generoso comigo.

Concedo a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Presidente do Senado Federal, Presidente do Congresso Nacional, Sr^a Vice-Presidente, Senadora Marta Suplicy, Senadora Vanessa, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, autoridades aqui presentes, saúdo também meu querido amigo Maximilien, permita-me assim chamá-lo, Embaixador da República Bolivariana da Venezuela, que também prestigia esta sessão. Sr. Presidente sempre lhe destaco a minha condição de historiador, mas não estarei aqui à altura da perfeição e da riqueza de detalhes do relato histórico que V. Ex^a fez sobre o Senado desde a sua instituição.

Quero aqui só acrescentar ao que já foi dito pelo conjunto de colegas Senadores sobre estes 185 anos de instalação do Senado; lembrar que esta Casa foi instituída logo após a Independência. É uma das primeiras instituições a surgir em nosso País após a Independência, e vejam o caráter singular que trouxemos ao mundo ao instituímos o Senado.

Ao instituímos o Senado, em 1826 – queria aqui, Presidente, cumprimentar V. Ex^a pela publicação do documento histórico relevante, da mais alta importância para nós a publicação do primeiro Regimento Interno do Senado e do primeiro Regimento Interno da então Assembleia Geral do Império, de 1827, que é a antecessora histórica da nossa Câmara dos Deputados. Documentos como esses são um brinde para aqueles que necessitam se deleitar sobre a pesquisa histórica. Mas dizia: a nossa instituição Senado foi sob a égide de um Estado unitário. Vejam que, sob a égide de um Estado unitário, não é característico desses a existência do bicameralismo. O bicameralismo é uma invenção, é uma criação e, muito já foi ressaltado aqui, a partir do advento da primeira República Federativa moderna que é a República dos Estados Unidos da América. E muito aqui se falou, o Presidente aqui citou os pais fundadores, *founding fathers*, da República americana.

Aqui se citou Jefferson, aqui se citou Madison, aqui nós podemos citar Washington e o conjunto dos pais fundadores da primeira experiência de República Federativa que temos conhecimento no mundo.

Lá se justificou o surgimento do Senado para garantir a Unidade Federativa após o advento da Independência para que aquelas antigas colônias inglesas que se levantaram sob o jugo inglês continuassem unidas sob o *status* de uma Federação; uma instituição em que o conjunto dessas antigas colônias abria mão de sua soberania, mas mantinha a sua autonomia.

Foi nesse desenho arquitetônico, foi nessa arquitetura norte-americana, que surgiu a necessidade da instituição do Senado. Na nossa Independência, em 1822, surgimos como uma Monarquia constitucional hereditária. Não tivemos a constituição de Estados Federados, mas, sim, de províncias. Tínhamos, então, o estabelecimento de um Estado unitário.

Não havia, em tese, a necessidade de uma Casa para o equilíbrio federativo como outrora havia surgido na independência dos Estados Unidos da América. Mas compreenderam, da mesma forma, os fundadores do nosso País que necessitávamos de ter uma Casa que apurasse – e esta é a primeira característica de surgimento do nosso Senado – o debate legislativo.

Nesta Casa, completando hoje 185 anos, passaram por aqui – e vou cometer injustiça, porque não citarei todos os nomes das inúmeras personalidades, da nossa experiência como Nação independente, que passaram pelas cadeiras do Senado, seja no Império, seja no Senado da República – Joaquim Nabuco, o Marquês de Queluz, Barão de Cairu, Machado de Assis, Mauá, Rui Barbosa ou mais contemporaneamente, sob a República, Teotônio, Tancredo Neves e Marcos Freire.

Esta Casa conseguiu, ao longo desse tempo, passar pelas diferentes experiências – e aqui me permita os nossos colegas da Câmara dos Deputados, nós, do Senado, temos uma tradição histórica mais longa que a deles. Lembremos que nós já surgimos como Senado em 1826 e lembremos que a Câmara dos Deputados só surge como tal a partir do advento da República em 1891. Antes, estava sob o instituto de Assembleia Geral.

Sob a República, esta Casa viveu a experiência, num determinado momento, de ser extinta. Temos que aqui lembrar o terrível e dramático período do Estado Novo, da ditadura que vigorou entre 1937 e 1945, quando, na prática, nós nos restabelecemos, retornamos, retrocedemos ao *status* de Estado unitário, onde as atribuições do Senado foram extintas e a própria Casa foi extinta.

Era essa a pretensão de uma ditadura, e essa pretensão de uma ditadura deixa bem claro o incômodo que é para as ditaduras a existência desta Casa. Para se ter ditadura, seja no período de 1937 a 1945, seja no período de 1964 e 1985, foi necessário ou, outrora, extinguir o Senado, ou, em outro momento, abafar o Senado,

A todos esses momentos o Senado resistiu. O Senado foi reconstituído como Casa da Federação na Constituição de 1946.

Sob o Senado, levantaram-se as vozes da oposição e da necessidade do restabelecimento da ordem democrática, principalmente a partir das eleições de 1974, quando – aqui já foi dito – a oposição alcançou maioria nesta Casa, antecipando em uma década o brado do conjunto da sociedade brasileira de redemocratizarmos, de restabelecermos o Estado Democrático de Direito.

A arquitetura de Niemeyer deixou claro, cravado, sob os nossos olhares, o sentido que tem esta Casa. A Câmara dos Deputados, aberta para receber a vontade popular; o Senado, para absorver a vontade popular e encaminhá-la para fazer a lei. Esse é o sentido da arquitetura de Niemeyer, e é sob a arquitetura deste, o grande renome da arquitetura brasileira, que trago a necessidade do debate que temos que fazer hoje como Casa da Federação.

Este é o papel que nos cumpre na República: sermos a Casa da Federação. Surgimos na República Federativa, inspiramo-nos no modelo americano de República Federativa quando surgimos como República, em 1891. Aqui nos constituímos com a representação igual de cada um dos 26 Entes da Federação brasileira. E assim fazemos para dizer que, enquanto a Câmara é a Casa do povo, aqui é a Casa para garantir a Unidade Federativa. Sr. Presidente, não tenho dúvida de que este é o nosso desafio no Senado: ampliar a nossa atribuição como Federação.

Um debate que nós travaremos nesta Casa, no próximo ano, soa fundamental: o debate sobre um instrumento fundamental do pacto federativo – o Fundo de Participação dos Estados. Sobre esse debate nos debruçaremos nos próximos meses. Esse é um debate fundamental para restaurarmos um papel que a nossa Federação perdeu, principalmente com o advento de exceções ao Estado Democrático de Direito. Um Estado de Direito, uma democracia é avessa à ideia de federação. Uma ditadura é avessa à ideia de federação, porque uma ditadura é fã da ideia da concentração de poderes.

Um País como o nosso, o quinto País em dimensão territorial do Planeta, um País como o nosso, uma das maiores economias do Planeta, um País como

o nosso não pode ter outra forma de organização de Estado que não seja a forma federativa. Por isso, cumpre a esta Casa o papel central de manter a Federação, garantindo a cada Estado-membro as suas prerrogativas.

Foi este o ideal que inspirou a fundação do Senado, sob a égide da República americana: que o Estado mais pobre não fosse menosprezado pelo Estado maior e pelo Estado mais rico. Este é o desafio colocado ao Senado hoje: que nenhum Estado tenha mais prerrogativas, mais direitos, mais privilégios na Federação; que o Estado mais rico não tenha mais privilégios que o Estado mais pobre.

O princípio da Federação, meu querido Senador Pedro Taques – olho para V. Ex^a e me inspiro no art. 5º da nossa Constituição -, fala de igualdade positiva. O princípio da Federação é o mesmo. Não se pode, na Federação, tratar os iguais igualmente, porque, se tratá-los igualmente, se promoverá desigualdades. Deve-se tratar os iguais na medida das suas igualdades e os desiguais na medida das suas desigualdades, para realizarmos, de fato, a igualdade positiva, preceituada no art. 5º do texto da nossa Constituição Federal, e já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal.

A esse princípio deve recorrer a nossa instituição, como Federação. Somos uma Federação de Estados desiguais; somos uma Federação com a existência de Estados mais pobres que outros; somos uma Federação com Estados ricos, mas, para nos manter como Federação, é necessário que os Estados mais pobres sejam tratados na medida das suas desigualdades e conforme prevê o princípio da representação paritária e da igualdade que temos no Senado da República.

Esta Federação, alguns Estados resolveram integrar, fazer parte dela, para, como brasileiros, reivindicar. O meu querido Estado do Amapá e o Estado do Acre são dois desses exemplos na Federação brasileira. Nós estamos no Brasil porque exigimos ficar no Brasil. Para isso, irmãos nossos deram o seu sangue, no Amapá, no século XIX e, no Acre, na virada do século XIX, para o século XX. Ambos derramaram o seu sangue para fazer parte da Federação brasileira e para serem tratados como iguais pelo Governo da Federação, pelo Governo da União.

Permita-me, Presidente, para concluir. Há três princípios fundamentais consagrados na Constituição. É dever deste Senado honrá-los e defendê-los sempre, porque a Constituição os proclama como indissolúveis: a República, a Federação e o Estado democrático de direito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Quero agradecer as autoridades que aqui se encontram pela honra que deram a esta solenidade, bem como aos Srs. Senadores e a todas as outras pessoas presentes, e declarar que vamos encerrar esta sessão, que é a primeira parte do expediente. Em seguida, entraremos na Ordem do Dia.

Muito obrigado a todos.

Suspendo a sessão por cinco minutos, para que possamos cumprimentar nossos convidados.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 27 minutos; e é reaberta às 16 horas e 32 minutos)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 136/2011

Brasília, 2 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Renan Calheiros, para a titularidade, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Luiz Henrique, passando este para a 1ª Suplência, respectivamente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 306, de 2011**, na origem, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia, em meio magnético, do Acórdão nº 3219/2010, proferido nos autos do TC 007.049/2004-6, com informações complementares referentes ao Requerimento nº 123, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O Aviso nº 306, de 2011, será juntado ao processo do Requerimento nº 123, de 2006, e encaminhado ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 499, DE 2011

Tendo sido designa do por Vossa Excelência para representar o Senado Federal na 100ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a realizar-se em Genebra – Suíça,

nos dias 1º a 17 de junho de 2011, requeiro nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e o art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para o desempenho da referida missão oficial, no período de 13 a 17 de junho do corrente ano.

Comunico, nos termos do inciso I do art. 39, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 12 a 18 de junho de 2011.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senador **Francisco Dornelles**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 500, DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, da Sessão do dia 30 de junho de 2011, seja dedicado a homenagear os maiores lutadores brasileiros de todos os tempos: Éder Jofre e Anderson da Silva, além de outros detentores de título de campeão, nas diversas modalidades de luta.

Justificação

Éder Jofre foi o primeiro campeão mundial brasileiro de boxe. Em 18 de novembro de 2010, o Brasil comemorou os 50 anos da primeira grande conquista do boxe nacional. Foi nessa data que Éder derrubou o mexicano Eloy Sanchez, conquistando o cinturão de Campeão Mundial da AMB (Associação Mundial de Boxe), na categoria Peso Galo.

Nascido no bairro do Peruche, em São Paulo, Éder Jofre iniciou sua carreira no boxe em 1953, com a conquista do tradicional torneio amador Forja dos Campeões. De pugilista desconhecido o grande nome do esporte nacional, foram poucos anos.

Os títulos mundiais, conquistados na Categoria Galo, renderam a Eder o apelido de “Galinho de Ouro”.

Ícone para futuras gerações, Éder Jofre até hoje é apontado por especialistas como o maior pugilista brasileiro de todos os tempos.

O Galinho de Ouro alcançou os seguintes títulos:

- Campeão da Forja de Campeões (amador) – 1953
- Campeão Latino-Americano (Montevideu) – 1956
- Campeão Brasileiro dos galos – 1958
- Campeão Sul-americano dos galos – 1960

– Campeão Mundial da AMB (Associação Mundial de Boxe) dos galos – 1960

– Campeão Unificado (títulos pelas federações americanas e européias) dos galos – 1962 Campeão Mundial dos penas pelo CMB (Conselho Mundial de Boxe) – 1973.

E obteve ainda as seguintes premiações e honorárias:

- Melhor “peso galo” do mundo – 1963.
- Melhor “peso galo” de todos os tempos Conselho Mundial de Boxe (CMB) – 1983, na ONU.
- Melhor na categoria de peso na América Latina – Imprensa da República Dominicana.

Pugilistas que defenderem com sucesso o seu cinturão nos galos ganham o “Troféu Eder Sofre”.

Indicado para o “**Hall da Fama**” do boxe – 1992.

Nono melhor pugilista dos últimos cinquenta anos – Revista norte-americana “**The Ring**” – 2002 (Ao lado de monstros do esporte como Sugar Ray Robinson, Muhammad Ali, Julio Cesar Chavez, Sugar Ray Leonard, Roberto Duran, Carlos Monzón).

Anderson da Silva é um lutador brasileiro especialista em Muay Thai atual campeão mundial peso médio (até 84 kg) do UFC. Atualmente é um grande representante das artes marciais no mundo.

Nascido em São Paulo, em 14 de abril de 1975, aos 4 anos de idade foi morar com os tios em Curitiba, onde começou, aos 7 anos, com o Taekwondo, modalidade na qual se tornou faixa preta com 18 anos de idade. No Muay Thai, Anderson foi o segundo faixa preta formado pelo Mestre Fábio Noguchi, em Curitiba. Ele também é faixa preta em judô e faixa preta de jiu-jitsu. A origem de seu apelido vem de um anúncio que citou o Aranha por causa de uma camisa que usava no dia de um evento, minutos antes de ele entrar no ringue, e até hoje esse apelido perdura. Também é relacionado por conta da sua ágil performance e estilo de luta no ringue.

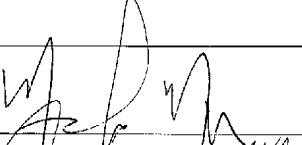
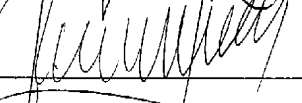



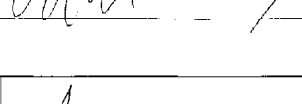
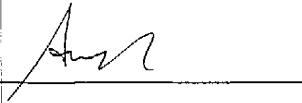
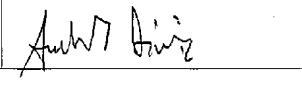
A rigor, Anderson estreou em um torneio em forma de Grande Prêmio, onde haveria uma semifinal. Anderson foi o campeão desse GP vencendo duas lutas. Mas consideram que ele estreou, “oficialmente”, no Mecca, onde foi derrotado pelo também brasileiro Luiz Azeredo, por decisão dividida dos juizes. Após essa luta, conseguiu nove vitórias seguidas, sendo seis delas por nocaute. Nessa série de vitórias, ele venceu Hayato Sakurai, luta em que obteve o título de campeão peso médio do Shooto.

Desde então, Anderson não parou mais. Foram inúmeros os títulos alcançados nos últimos anos:

- Campeão Meio-Médio do Shooto;
- Campeão Meio-Médio do Cage Rage;
- Recordista de defesas de cinturão na divisão dos médios;
- Só fez lutas por disputa de cinturão, vencendo todas;
- Atual campeão do cinturão dos Médios do UFC;
- Vencedor da Luta da Noite (3 vezes);
- Vencedor da Finalização da Noite (2 vezes);
- Vencedor do Nocaute da Noite (2 vezes);
- Unificou os Cinturões Peso-Médio do UFC e Meio-Médio do Pride;
- Recorde de maior número de vitórias consecutivas no UFC;
- Recorde de maior número de vitórias consecutivas em defesa de título no UFC;
- Luta do Ano (2010): Anderson Silva vs Chael Sonnen, no UFC 117.

Por serem símbolos desportistas brasileiros, reconhecidos mundialmente por suas sucessivas vitórias, por sua perseverança de atleta, que os mantém eternamente vitoriosos, Anderson da Silva e Éder Jofre, este ainda comemorando os 50 anos do título mundial de boxe, ocorrido em novembro passado, consideramos justa a homenagem que ora requeremos ao Senado Federal, para esses e para todos os outros lutadores que enaltecem o desporto brasileiro.

Sala das Seções,

01		Senador Magno Malta
02		TANÁS VASCONCELOS
03		RAUL P. F. DE ALMEIDA
04		DEMÓSTENES
05		JOÃO PEDRO
06		ANTÔNIO CARLOS VALADARES
07		AUGUSTO NUNES
08		ANTÔNIO LUIZ

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 501, DE 2011

Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Affonso de Camargo Neto.

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam consignados nos anais do Senador Federal as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do político brasileiro, Affonso Alves de Camargo Neto, ocorrido no dia 24 de março de 2011, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

- I – Inserção em ata de voto de profundo pesar;
- II – Apresentação de condolências e este voto de pesar;

a) À família;

b) Ao governo do Estado do Paraná;

c) Ao Diretório Estadual do PSDB;

Justificação

Affonso Alves de Camargo Neto nasceu em Curitiba, estado do Paraná, no dia 30 de abril de 1929. Em 1952, formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Foram 82 anos de vida, sendo boa parte deles dedicada à política – 54 anos. Começou ocupando o cargo de diretor do Departamento de Água e Energia Elétrica do Paraná e, seguida, o cargo de Secretário de Justiça e Vice-Governador daquele estado.

Muito cedo engrandeceu a política do Paraná para, logo mais, servir ao Brasil com a mesma dedicação e integridade: foi Senador da República por dois mandatos; ministro de Estado no governo do Excelentíssimo Presidente da República José Sarney – que gentilmente manteve o convite feito pelo saudoso Presidente Tancredo Neves – e, mais duas vezes, no governo do então Presidente Fernando Collor; por fim, foi deputado federal por quatro legislaturas.

O “Pai do vale-transporte”, para lembrar apenas uma de suas boas ações em favor dos trabalhadores brasileiros, é merecedor da homenagem póstuma que ora proponho.

Sala de Sessões, 5 de maio de 2011. – Senador **Aécio Neves.**

REQUERIMENTO Nº 502, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Congratulações à Rádio Mais Nova FM, pelo

transcurso dos 4 anos de sua fundação, que ocorrerá em 8-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada à Senhora Beatriz Fragomeni, no seguinte endereço: Rua 15 de novembro, 962 sala 3 – Passo Fundo – RS – CEP: 99010-091.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Esgotou-se, ontem, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010** (nº 6.751/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Esgotou-se, ontem, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009**, do Senador João Vicente Claudino, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005**, do Senador José Sarney, que cria o Fundo Nacional Pró-leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro).

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 46, de 2011** (nº 109/2011, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de março de 2011; a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal; e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 46, DE 2011

Aviso nº 109/GMF

Brasília, 28 de abril de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
70160-900 Brasília – DF

Assunto: Artigos 41 e 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de março de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.

Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de janeiro a março de 2011, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Atenciosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000498/2010-56	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Benjamin Constant do Sul RS <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 10,75 % a.a	<u>Prazo:</u> 60	<u>Valor:</u> 346.950,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 01/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001656/2010-72	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Glorinha RS <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 970.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 01/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000169/2011-29	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Joaquim Felício MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 180	<u>Valor:</u> 250.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 01/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000185/2010-06	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Mariana Pimentel RS <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 750.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 01/03/2011		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001732/2010-40	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Teutônia <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 10,75 % a.a	<u>Valor:</u> 2.000.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Prazo:</u> 60	<u>Data:</u> 01/03/2011	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001484/2010-37	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Castro <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 3.000.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Prazo:</u> 54	<u>Data:</u> 03/03/2011	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19405.000421/2010-86	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Navegantes <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 9 % a.a	<u>Valor:</u> 3.500.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Prazo:</u> 48	<u>Data:</u> 03/03/2011	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000184/2011-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Navegantes <u>Instituição Financeira:</u> Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 3.000.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Prazo:</u> 54	<u>Data:</u> 03/03/2011	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001645/2010-56	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Patativa	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Valor:</u> 3.130.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 03/03/2011	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000186/2011-19	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Vitor Meireles	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 810.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 03/03/2011	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000199/2011-80	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Agronômica	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 321.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 03/03/2011	
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001747/2010-16	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Campestre	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 1.370.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 10/03/2011	

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944.000984/2010-51	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Fortaleza <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Juros:</u> 2,65 % a.a. <u>Prazo:</u> 228 <u>Valor:</u> 35.000.000,00 <u>Indexador:</u> variação cambial <u>Data:</u> 10/03/2011
17944.001383/2010-66	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Lagoa Santa <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Prazo:</u> 180 <u>Valor:</u> 3.450.511,34 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Data:</u> 10/03/2011
17944.001276/2010-38	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Monte Sião <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Prazo:</u> 180 <u>Valor:</u> 2.500.000,00 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Data:</u> 10/03/2011
17944.000158/2011-93	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Tapejara <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	<u>Juros:</u> 10,75 % a.a. <u>Prazo:</u> 60 <u>Valor:</u> 968.000,00 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Data:</u> 10/03/2011

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000496/2010-67	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Senlinela do Sul <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	<u>UF:</u> RS	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 640.000,00	<u>Indexador:</u> T.JLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 11/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000149/2011-01	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Biguaçu <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>UF:</u> SC	<u>Juros:</u> 7,5 % a.a	<u>Prazo:</u> 48	<u>Valor:</u> 1.309.000,00	<u>Indexador:</u> T.JLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 15/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000123/2011-54	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Biguaçu <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>UF:</u> SC	<u>Juros:</u> 9 % a.a	<u>Prazo:</u> 48	<u>Valor:</u> 11.657.000,00	<u>Indexador:</u> T.JLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 15/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000499/2010-09	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Biguaçu <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> SC	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 444.000,00	<u>Indexador:</u> T.JLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 15/03/2011		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000250/2011-53	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 1,9 % a.m	<u>Valor:</u> 462.858,61
	<u>Instituição Financeira:</u> Companhia Energética de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 15/03/2011	<u>Indexador:</u> Não há
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
19406.000473/2010-52	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Dom Feliciano	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 6 % a.a	<u>Valor:</u> 700.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Pessoa Jurídica		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 15/03/2011	<u>Indexador:</u> IGPM
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001094/2010-67	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Janaína	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 4.500.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 15/03/2011	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000181/2011-88	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Camborí	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 9 % a.a	<u>Valor:</u> 5.000.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 18/03/2011	<u>Indexador:</u> TJLP

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO		INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001179/2010-45		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Campo Grande	<u>UF:</u> MS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 5 % a.a	<u>Prazo:</u> 84	<u>Valor:</u> 15.000.000,00
		<u>Instituição Financeira:</u> Empresa Energética do Mato Grosso do Sul		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 16/03/2011	<u>Indexador:</u> reajuste da Reserva Global de Reversão - RGR
PROCESSO		INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
19406.000463/2010-17		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Nova Pádua	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 9,5 % a.a	<u>Prazo:</u> 60	<u>Valor:</u> 350.000,00
		<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 16/03/2011	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001376/2010-64		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 60	<u>Valor:</u> 500.000,00
		<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 16/03/2011	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
19406.000449/2010-13		<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Veranópolis	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 11,25 % a.a	<u>Prazo:</u> 60	<u>Valor:</u> 2.000.000,00
		<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 16/03/2011	<u>Indexador:</u> TJLP

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001707/2010-66	<u>UF:</u> MG <u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 1.250.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 17/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001687/2010-52	<u>UF:</u> MS <u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Costa Rica <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 1.250.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 17/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001388/2010-99	<u>UF:</u> MG <u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itulaba <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 180	<u>Valor:</u> 5.000.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
		<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 21/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000986/2010-31	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Caracau <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 385.000,27	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 22/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000539/2010-91	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Eusébio <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> CE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a	<u>Valor:</u> 687.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 23/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000731/2010-88	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Joaquim Felício <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Valor:</u> 850.000,00	<u>Indexador:</u> TJLP
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 23/03/2011		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000470/2010-19	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Condor <u>Instituição Financeira:</u> Pessoa Física	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> Não há	<u>Valor:</u> 450.000,00	<u>Indexador:</u> INPC/IBGE
			<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)	<u>Data:</u> 24/03/2011		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001411/2010-45	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Guanambi	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 54	<u>Valor:</u> 2.500.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 24/03/2011	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001666/2010-16	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Cridúma	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 9 % a.a	<u>Prazo:</u> 48	<u>Valor:</u> 15.000.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 25/03/2011	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000034/2011-16	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ronda Alta	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 72	<u>Valor:</u> 246.000,00
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 25/03/2011	<u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001096/2010-56	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Barão de Cocais	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Juros:</u> 4 % a.a	<u>Prazo:</u> 180	<u>Valor:</u> 3.951.453,75
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Situação:</u> ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)		<u>Data:</u> 28/03/2011	<u>Indexador:</u> TJLP

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944.001165/2009-69	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste MS <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Valor:</u> 1.250.000,00 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Prazo:</u> 54 <u>Data:</u> 29/03/2011 Situação: ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)
17944.001925/2010-95	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Valor:</u> 2.134.000,00 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Prazo:</u> 180 <u>Data:</u> 29/03/2011 Situação: ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)
17944.000213/2011-45	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ibirama SC <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Juros:</u> 1,9 % a.a. <u>Valor:</u> 628.884,00 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Prazo:</u> 96 <u>Data:</u> 29/03/2011 Situação: ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)
17944.001770/2010-01	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itapava MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Valor:</u> 2.200.000,00 <u>Indexador:</u> TJLP <u>Prazo:</u> 180 <u>Data:</u> 29/03/2011 Situação: ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19406.000364/2010-35	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:
	Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul	SC	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	3.000.000,00
	Instituição Financeira:		Situação:			Indexador:
	Banco do Brasil S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			T.JLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001728/2010-81	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:
	Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande	MG	Operação Contratual Interna	4 % a.a	66	550.000,00
	Instituição Financeira:		Situação:			Indexador:
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			T.JLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
19408.000440/2010-11	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:
	Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul	SC	Operação Contratual Interna	4 % a.a	54	1.000.000,00
	Instituição Financeira:		Situação:			Indexador:
	Caixa Econômica Federal		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			T.JLP
PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000243/2011-51	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:
	Prefeitura Municipal de Major Vieira	SC	Operação Contratual Interna	7,5 % a.a	48	600.000,00
	Instituição Financeira:		Situação:			Indexador:
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			T.JLP

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

PROCESSO		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000304/2011-81	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Juros:	Prazo:	Valor:
	Prefeitura Municipal de Meleiro	SC	Operação Contratual Interna	9% a.a.	48	1.480.000,00
	Instituição Financeira:		Situação:			Indexador:
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		ANÁLISE FINALIZADA (ENTE FEDERATIVO CUMPRIU OS LIMITES)			T.JLP

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2011 a 31/03/2011

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	2	555.000,00
Município	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	7	38.546.000,00
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	1	3.130.000,00
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	12	27.140.985,33
Município	Banco do Brasil S/A	11	15.102.884,00
Município	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1	3.000.000,00
Município	Caixa Econômica Federal	4	37.254.000,00
Município	Caixa Estadual S/A	7	7.064.950,00
Município	Companhia Energética de Minas Gerais S/A	1	462.858,61
Município	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul	1	15.000.000,00
Município	Pessoa Física	1	450.000,00
Município	Pessoa Jurídica	1	700.000,00
Totais das Operações dos Municípios:		49	148.408.657,94

Divida Consolidada Líquida dos Estados

UF	Divida Consolidada Líquida - DCL												Divida Consolidada Líquida - RCL												R\$ mil
	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028	31/12/2029	31/12/2030	31/12/2031	
AC	60.634	437.786	703.247	896.481	1.118.119	655.896	144.825	754.751	612.742	878.415	875.950	1.043.919	1.423.022	1.057.175	1.337.353	1.477.873	1.619.021	1.619.021	1.619.021	1.619.021	1.619.021	1.619.021	1.619.021	1.619.021	24.818.933
AL	2.654.506	2.461.253	3.401.748	4.182.230	5.070.220	3.447.783	1.531.277	6.318.121	6.935.623	6.592.556	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	6.594.360	4.208.455
AM	1.915.679	1.518.113	1.250.103	1.096.915	1.011.725	1.021.703	1.158.416	1.011.706	419.804	1.109.102	1.099.453	1.043.919	n.d.	1.923.171	2.201.831	2.377.751	3.331.410	4.784.400	6.393.025	6.145.401	6.190.919	6.190.919	6.190.919	6.190.919	6.4
AP	31.054	41.231	275.273	260.438	219.200	191.853	175.741	181.069	97.101	246.398	141.125	56.482	n.d.	627.100	701.103	808.319	946.819	1.444.004	1.534.277	1.931.127	2.404.479	2.237.607	3.101.317	2.793.545	n.d.
BA	8.102.057	9.718.837	12.158.453	12.248.048	14.178.412	17.848.374	11.616.438	10.730.537	10.243.232	9.236.427	1.959.541	1.005.849	9.873.203	5.102.240	5.713.366	6.683.304	7.946.526	9.075.419	11.340.178	12.584.860	1.621.427	18.556.200	16.514.569	15.172.151	15.172.151
CE	3.711.864	3.407.008	4.541.190	6.148.478	4.275.337	3.105.714	3.161.365	2.532.029	1.457.021	1.456.623	828.107	1.099.442	n.d.	3.103.121	3.424.071	3.496.865	3.997.827	4.657.443	5.206.002	6.103.601	6.860.029	8.458.940	8.913.266	9.233.172	n.d.
DF	1.153.479	1.294.154	1.397.383	1.299.316	1.467.652	2.128.609	2.279.635	1.711.449	1.541.196	1.777.574	1.469.999	1.204.954	1.341.561	2.175.232	2.407.965	2.814.412	3.330.537	4.553.712	5.532.712	6.287.000	7.753.472	7.446.102	7.593.721	7.760.170	4.139.108
ES	1.803.051	9.829.952	10.611.518	10.948.751	11.241.077	11.106.819	11.144.808	12.211.582	12.123.271	11.697.404	11.141.378	11.811.529	12.688.115	2.657.633	2.704.572	3.439.024	4.553.712	5.532.712	6.287.000	7.753.472	7.446.102	7.593.721	7.760.170	7.760.170	1.023.452
GO	4.682.236	4.452.337	5.384.813	5.448.993	5.111.315	4.952.145	5.652.221	4.293.808	4.116.800	4.007.167	7.726.149	3.470.238	6.379.438	1.794.115	2.121.195	2.121.195	2.121.195	2.121.195	2.121.195	2.121.195	2.121.195	2.121.195	2.121.195	2.121.195	4.818.102
MA	11.613.291	26.757.337	32.511.711	31.753.317	37.444.487	39.168.946	41.767.078	44.482.127	51.568.633	52.754.415	51.635.589	51.234.932	86.109.482	9.623.796	11.112.159	12.542.019	14.282.576	16.055.079	19.580.311	22.081.199	23.403.678	25.242.410	27.118.479	29.113.536	31.179.151
MG	4.173.666	4.307.029	5.659.593	5.602.211	6.101.351	4.117.159	5.207.999	5.879.442	5.923.991	5.602.766	5.706.433	1.941.086	6.213.168	1.333.394	1.511.285	1.756.453	2.122.556	2.579.644	3.177.794	4.261.181	4.831.482	6.181.277	6.457.071	6.703.379	7.099.817
MS	4.375.460	4.107.361	1.983.535	3.336.654	5.037.046	4.701.389	4.686.107	4.911.766	4.524.155	1.407.759	1.992.866	3.025.795	3.923.181	1.743.544	2.083.871	2.512.458	3.136.433	3.877.794	4.261.181	4.831.482	6.181.277	6.457.071	6.703.379	6.958.714	7.099.817
MT	1.313.264	1.711.794	2.134.423	2.121.648	2.418.429	2.229.553	2.485.589	2.194.713	2.144.643	1.977.384	1.495.330	1.631.378	2.609.666	2.313.540	2.764.260	3.254.777	3.507.804	4.081.167	4.861.167	4.861.167	4.861.167	4.861.167	4.861.167	4.861.167	5.117.906
PA	3.474.919	1.977.208	2.367.762	2.418.429	2.512.423	2.384.053	2.465.989	2.201.559	2.151.101	1.953.330	1.515.138	1.514.409	1.809.843	1.592.214	1.801.111	1.944.385	2.241.412	2.537.662	2.913.204	3.374.483	3.841.085	4.391.287	4.837.300	5.047.532	5.047.532
PE	2.801.247	4.231.623	3.892.071	5.229.848	5.255.253	5.200.444	4.928.433	4.401.105	4.204.024	4.399.102	4.411.204	4.220.083	4.766.180	3.459.418	3.803.157	4.333.769	4.629.449	5.297.561	6.281.879	7.238.064	8.201.076	10.000.321	10.401.354	11.044.605	12.441.017
PI	2.201.176	2.241.789	3.892.071	5.229.848	5.255.253	5.200.444	4.928.433	4.401.105	4.204.024	4.399.102	4.411.204	4.220.083	4.766.180	1.552.232	1.803.514	1.944.385	2.241.412	2.537.662	2.913.204	3.374.483	3.841.085	4.391.287	4.837.300	5.047.532	5.047.532
PB	2.473.649	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532	3.544.532
PR	1.143.556	984.026	1.291.902	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601	1.371.601
RO	1.082.894	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043	1.070.043
RR	162.006	171.895	253.377	205.712	32.009	159.460	129.141	164.110	204.269	506.160	599.615	45.011	71.602	942.200	1.023.120	1.244.201	1.697.602	1.577.061	1.577.061	1.577.061	1.577.061	1.577.061	1.577.061	1.577.061	20.237.847
RS	17.342.010	18.333.818	21.406.285	27.626.812	30.333.546	31.833.691	33.710.977	34.314.884	36.015.154	38.130.077	39.590.761	40.399.682	41.473.027	6.673.146	7.373.894	8.444.027	9.899.277	11.303.706	12.949.353	15.132.213	17.941.354	18.637.285	17.241.287	16.054.539	19.113.561
SC	6.011.286	5.883.842	5.511.246	4.533.684	4.343.443	4.019.913	4.008.930	7.671.817	1.008.824	6.122.135	5.848.657	5.848.657	7.484.222	3.304.096	3.053.460	4.331.551	5.139.573	5.668.154	6.147.107	6.265.519	1.100.490	3.969.364	3.612.263	11.134.543	16.237.847
SE	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371	1.064.371
SP	62.342.590	70.881.005	92.310.046	97.158.854	107.918.819	119.163.696	118.335.919	128.463.633	138.520.553	149.594.981	159.405.317	162.109.310	152.779.932	32.249.817	33.463.639	36.611.808	41.079.722	56.773.075	62.403.254	70.593.561	82.432.334	96.630.240	94.953.575	97.109.654	98.914.614
TO	33.219	291.142	215.266	407.519	607.584	312.079	304.144	223.453	303.836	324.313	206.439	488.614	531.000	412.533	1.083.771	1.351.422	1.347.913	1.281.410	2.216.421	2.781.449	3.451.067	3.456.416	3.456.416	3.456.416	3.456.416
TOT	144.556.627	212.943.518	277.275.851	298.878.444	315.618.860	321.321.565	333.546.345	335.266.127	344.844.699	354.123.448	359.068.470	364.352.907	n.d.	104.143.285	123.173.284	139.472.223	159.432.253	181.942.371	218.199.117	258.457.753	317.895.856	378.488.139	342.553.143	n.d.	n.d.

Fonte: Relatório Fiscal, homologado no RNTM em 26/09/2010 e Portaria STN nº 1.040/2.

Relatório Fiscal disponibilizado em Internet em conformidade com a Lei nº 10.400/2002.

n.d. = Informação não disponível.

Os dados referentes a 2010/2011 foram reabertos e atualizados em 27/05/2011 e publicados no RNTM em 27/05/2011.

DSF

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 20/04/2011

UF	Relação DCL/RCL															
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	30/04/10	30/09/10	31/12/10			
AC	1,04	0,82	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,17	0,35	0,39	0,54			
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,74	1,53	1,62			
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,17	0,39	n.d.			
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,13	0,10	0,04	0,11	0,06	-0,02	n.d.			
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,51	0,49	0,51			
CE	0,87	0,94	1,18	1,05	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,09	0,12	n.d.			
DF	0,36	0,35	0,40	0,33	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,14	0,11	0,18			
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,08	0,12	0,17			
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,15	1,28	1,20			
MA	2,88	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,60	0,61	0,64			
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,83	1,76	1,79	1,74	1,71	1,82			
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,17	1,18	1,20			
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,50	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,52	0,51	0,55			
PA	0,57	0,73	0,67	0,81	0,60	0,46	0,44	0,33	0,28	0,24	0,17	0,19	0,23			
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,32	0,30	0,36			
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,37	0,35	0,38			
PI	1,73	1,74	1,64	1,32	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,59	0,59	0,54			
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,22	1,26	1,16	1,19	1,12	1,03	0,86	0,89			
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,60	1,50	1,42	1,56			
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,16	0,15	n.d.			
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,40	0,42	0,34			
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,34	0,20	-0,02	0,04			
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,83	2,38	2,53	2,54	2,34	2,20	2,20	2,12	2,14			
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,34	0,33	0,63			
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22	0,23	0,25	0,28	0,33			
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,51	1,46	1,53			
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,44	0,13	0,08	0,10	0,11	0,06	0,13	0,16			
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,08	1,06	n.d.			

Fonte: Relatórios Fiscais Homologados do SIOFIN, em conformidade à Portaria R/FM nº 10.962.

Metodologia: Físcal, de ponderações no Internet ou encaminhações por E-mail.

n.d. = Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 31/12/2010 foram atualizados exclusivamente dos municípios do Estado do Rio de Janeiro em 20/04/2011 no SIOFIN.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 3º Quadrimestre de 2010
 data-base 30/12/2010

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 20/04/2011

UF	Nome do Município	Cód. IBGE Estado	Cód. IBGE Município	DV. IBGE Município	DCL 3º Quadr	RCL 3º Quadr	% DCL/RCL
AC	CRUZEIRO DO SUL	12	20	3	(7.767.794,08)	63.717.962,78	-12,19
AC	RIO BRANCO	12	40	1	(5.085.944,56)	355.138.734,40	-1,43
AL	BRANQUINHA	27	110	0	(3.180.053,32)	15.423.209,23	-20,62
AL	MESSIAS	27	520	0	921.135,03	22.218.873,76	4,15
AL	PAULO JACINTO	27	660	4	(607.503,46)	11.694.733,39	-5,19
AM	MANAUS	13	250	3	(217.536.016,66)	2.219.098.835,82	-9,80
BA	ACAJUTIBA	29	30	6	1.403.938,88	14.913.709,62	9,41
BA	AIQUARA	29	60	3	4.056.225,96	8.337.621,43	48,67
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	26.045.168,86	127.811.057,66	20,38
BA	AMERICA DOURADA	29	115	5	1.360.000,95	19.456.448,28	6,99
BA	ANGICAL	29	140	3	12.827.392,77	18.461.255,21	69,48
BA	ANGUERA	29	150	2	2.004.589,58	9.637.610,93	20,80
BA	ARACATU	29	200	5	1.826.925,29	17.633.102,81	10,36
BA	ARAMARI	29	220	3	(800.370,85)	12.085.456,10	-6,62
BA	BARRA DA ESTIVA	29	280	7	3.600.107,47	22.850.320,07	15,76
BA	BARROCAS	29	327	6	(4.302.555,27)	22.648.044,84	-19,00
BA	BOM JESUS DA LAPA	29	390	4	33.505.694,97	72.440.382,69	46,25
BA	BRUMADO	29	460	5	6.633.466,75	70.492.863,10	9,41
BA	CAATIBA	29	480	3	3.049.234,03	11.948.011,32	25,52
BA	CACHOEIRA	29	490	2	(3.261.419,76)	30.423.561,99	-10,72
BA	CACULE	29	500	8	7.241.579,14	22.392.184,57	32,34
BA	CAETITE	29	520	6	14.059.501,76	49.489.546,83	28,40
BA	CAMACAN	29	560	2	21.005.841,72	31.415.015,24	66,87
BA	CAMACARI	29	570	1	385.386.941,66	559.521.266,45	68,88
BA	CANDIBA	29	660	0	19.415,65	12.629.369,95	0,15
BA	CAPIM GROSSO	29	687	3	-	27.235.276,91	0,00
BA	CARDEAL DA SILVA	29	700	4	1.273.528,70	13.567.111,16	9,39
BA	CARINHANHA	29	710	3	14.541.088,77	31.750.366,38	45,80
BA	CATURAMA	29	755	8	1.188.074,58	10.108.282,57	11,75
BA	COCOS	29	810	1	737.646,89	27.510.974,10	2,68
BA	CONCEICAO DO COITE	29	840	8	20.908.495,43	54.919.865,47	38,07
BA	CURACA	29	990	1	(4.737.539,10)	38.039.368,00	-12,45
BA	DIAS D'AVILA	29	1005	7	26.496.310,78	81.618.202,08	32,46
BA	DOM BASILIO	29	1010	7	(2.657.271,73)	11.356.809,02	-23,40
BA	GAVIAO	29	1125	3	-	7.865.142,92	0,00
BA	GENTIO DO OURO	29	1130	3	2.742.011,85	14.479.684,17	18,94
BA	GUANAMBI	29	1170	9	14.447.531,32	70.639.846,12	20,45
BA	IBIASSUCE	29	1200	4	8.462.757,21	12.229.567,92	69,20
BA	IBITIARA	29	1300	2	(1.268.493,29)	17.073.747,20	-7,43
BA	IGAPORA	29	1340	8	871.710,28	19.046.886,02	4,58
BA	IPECAETA	29	1380	4	7.461.588,96	20.341.733,16	36,68
BA	IRAJUBA	29	1420	8	(1.148.439,37)	20.908.064,80	-5,49
BA	IRECE	29	1460	4	19.964.680,34	80.067.680,50	24,93
BA	ITABUNA	29	1480	2	190.922.462,52	180.988.635,17	105,49
BA	ITAETE	29	1500	7	(365.257,27)	19.317.681,43	-1,89
BA	ITAMBE	29	1580	9	11.432.205,28	26.326.730,28	43,42
BA	ITORORO	29	1710	2	(797.478,70)	24.878.662,43	-3,21
BA	IUIU	29	1733	4	(803.480,75)	13.560.348,78	-5,93
BA	JABORANDI	29	1735	9	(8.034.207,00)	19.174.114,87	-41,90
BA	JUCURUCU	29	1845	6	11.565.456,08	13.848.894,65	83,51
BA	LAJEDINHO	29	1900	9	1.510.871,22	7.750.801,33	19,49
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	(29.504.108,84)	250.890.083,70	-11,76
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	29	1955	3	3.354.817,38	94.639.504,44	3,54
BA	MACARANI	29	1970	2	(1.084.193,44)	18.962.026,35	-5,72
BA	MAIQUINIQUE	29	2000	7	(367.973,10)	10.066.017,89	-3,66
BA	MAIRI	29	2010	6	8.310.303,21	23.078.646,36	35,01
BA	MARACAS	29	2050	2	(274.252,75)	27.976.377,97	-0,98
BA	MARAGOGIPE	29	2060	1	17.586.328,41	51.916.657,40	33,87
BA	MASCOTE	29	2090	8	(1.321.847,52)	18.067.319,27	-7,32
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	11.723.400,62	79.985.181,14	14,66

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	MATINA	29	2105	4	3.071.616,51	15.009.866,53	20,46
BA	MORRO DO CHAPEU	29	2170	8	2.104.838,67	36.601.458,63	5,75
BA	MORTUGABA	29	2180	7	4.672.365,65	14.454.298,65	32,33
BA	MUCURI	29	2200	3	47.875.805,77	77.512.140,97	61,77
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	29	2225	0	709.545,70	20.656.800,01	3,43
BA	NORDESTINA	29	2265	6	1.121.432,06	19.328.620,19	5,80
BA	NOVA FATIMA	29	2273	0	(1.996.162,99)	10.215.438,74	-19,54
BA	NOVA SOURE	29	2290	4	171.395,18	38.235.889,63	0,45
BA	NOVA VICOSA	29	2300	1	15.288.256,62	50.777.585,01	30,11
BA	NOVO HORIZONTE	29	2303	5	4.870.472,01	12.234.643,97	39,81
BA	OLINDINA	29	2310	0	1.061.492,55	26.893.262,49	3,95
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	29	2320	9	13.815.547,23	24.558.134,45	56,25
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	29	2340	7	8.433.383,96	25.738.947,04	32,77
BA	PARAMIRIM	29	2360	5	2.890.440,77	25.880.085,10	11,17
BA	PARATINGA	29	2370	4	588.088,49	32.344.511,21	1,82
BA	PE DE SERRA	29	2405	8	(1.929.128,08)	18.874.291,77	-10,17
BA	PINDAI	29	2450	4	10.164.718,70	19.034.412,74	53,40
BA	PIRITIBA	29	2480	1	2.175.830,43	22.556.865,58	9,65
BA	PLANALTINO	29	2490	0	(1.331.505,85)	11.820.462,67	-11,26
BA	PLANALTO	29	2500	6	23.912.642,45	23.320.524,63	102,54
BA	POCOES	29	2510	5	14.025.396,72	58.827.249,90	23,84
BA	PRESIDENTE DUTRA	29	2560	0	(113.818,15)	16.177.767,61	-0,70
BA	REMANSO	29	2600	4	10.017.744,34	42.219.220,14	23,73
BA	RIACHAO DAS NEVES	29	2620	2	1.228.545,21	30.239.611,66	4,06
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.863.539.429,26	2.818.930.033,35	66,11
BA	SANTANOPOLIS	29	2830	7	(1.640.400,21)	10.517.153,67	-15,60
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	29	2870	3	(3.777.039,80)	87.320.350,99	-4,33
BA	SANTO ESTEVAO	29	2880	2	(1.064.412,21)	44.757.584,57	-2,38
BA	SÃO GONCALO DOS CAMPOS	29	2930	5	(1.660.939,43)	32.932.797,37	-5,04
BA	SÃO JOSE DO JACUIPE	29	2937	0	405.088,49	12.884.646,33	3,14
BA	SAPEACU	29	2960	2	3.958.382,03	20.168.494,21	19,63
BA	SATIRO DIAS	29	2970	1	(1.999.777,09)	23.597.637,94	-8,47
BA	SAUDE	29	2980	0	4.160.910,97	15.305.913,21	27,18
BA	SENHOR DO BONFIM	29	3010	5	10.802.898,51	75.578.672,93	14,29
BA	SERRA PRETA	29	3040	2	3.506.350,85	21.866.029,38	16,04
BA	SERRINHA	29	3050	1	24.086.010,02	72.343.355,01	33,29
BA	SOUTO SOARES	29	3080	8	(556.795,86)	19.268.084,83	-2,89
BA	TANQUE NOVO	29	3105	3	4.503.680,31	18.825.585,89	23,92
BA	TANQUINHO	29	3110	3	(105.246,71)	8.608.735,82	-1,22
BA	TEOFILANDIA	29	3150	9	4.037.119,86	24.776.868,05	16,29
BA	UBAIRA	29	3210	1	796.417,22	21.808.375,44	3,65
BA	UIBAI	29	3240	8	(537.597,26)	14.930.656,35	-3,60
BA	VALENÇA	29	3290	3	(4.819.699,62)	80.828.400,18	-5,72
BA	VARZEA NOVA	29	3315	8	-	19.081.263,30	0,00
BA	VARZEDO	29	3317	4	-	10.410.245,28	0,00
BA	VEREDA	29	3325	7	4.727.494,78	10.590.718,23	44,64
BA	VITORIA DA CONQUISTA	29	3330	7	90.572.305,79	310.901.092,58	29,13
CE	ACOPIARA	23	30	9	27.118.846,94	47.895.371,34	56,62
CE	AQUIRAZ	23	100	0	14.893.522,52	90.158.161,57	16,52
CE	ARATUBA	23	140	6	5.363.896,00	16.976.703,45	31,60
CE	BARBALHA	23	190	1	3.695.897,65	91.831.703,06	4,02
CE	BEBERIBE	23	220	6	6.869.356,31	53.988.214,21	12,72
CE	BREJO SANTO	23	250	3	(8.719.202,35)	44.982.258,44	-19,38
CE	CANINDE	23	280	0	22.837.122,00	79.851.087,00	28,60
CE	CAUCAIA	23	370	9	14.034.145,85	295.913.487,17	4,74
CE	CRATEUS	23	410	3	(5.683.789,79)	72.157.105,67	-7,88
CE	CRATO	23	420	2	25.920.423,55	116.065.805,84	22,33
CE	FORTALEZA	23	440	0	(42.247.948,24)	3.030.235.769,38	-1,39
CE	FORTIM	23	445	9	3.201.281,23	19.042.330,86	16,81
CE	HORIZONTE	23	523	3	7.316.491,48	78.789.544,34	9,29
CE	IGUATU	23	550	6	23.807.453,83	100.808.251,73	23,62
CE	IPUEIRAS	23	590	2	3.297.586,00	42.964.677,42	7,68
CE	IRAUCUBA	23	610	8	2.984.838,59	27.165.013,87	10,99
CE	ITAITINGA	23	625	6	2.945.373,32	36.955.631,26	7,97
CE	ITAPAGE	23	630	6	13.927.651,95	47.595.578,40	29,26
CE	ITAREMA	23	655	3	(10.858.679,01)	43.045.366,79	-25,22

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	JARDIM	23	710	6	(1.791.920,49)	32.649.519,87	-5,49
CE	MARACANAU	23	765	0	32.725.511,03	316.675.629,32	10,33
CE	MARANGUAPE	23	770	0	6.541.428,97	94.234.282,29	6,94
CE	MILAGRES	23	830	2	51.948,24	28.049.497,90	0,19
CE	OCARA	23	945	8	(839.302,13)	29.046.289,47	-2,89
CE	PACAJUS	23	960	7	419.143,15	59.635.857,42	0,70
CE	PENAFORTE	23	1060	5	(1.984.332,47)	13.452.566,40	-14,75
CE	PIQUET CARNEIRO	23	1090	2	2.935.612,49	16.127.524,62	18,20
CE	QUIXADA	23	1130	6	16.093.426,41	72.265.403,49	22,27
CE	QUIXELO	23	1135	5	5.586.609,20	20.547.492,97	27,19
CE	REDENÇÃO	23	1160	3	3.872.424,44	32.393.094,05	11,95
CE	SENADOR POMPEU	23	1270	0	7.708.297,09	28.814.158,78	26,75
CE	SOBRAL	23	1290	8	(8.009.072,00)	285.493.054,00	-2,81
CE	TIANGUA	23	1340	1	(1.231.796,83)	74.282.606,13	-1,66
CE	TRAIRI	23	1350	0	1.389.994,88	50.410.051,66	2,76
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(53.053.109,00)	223.043.107,00	-23,79
ES	GUARAPARI	32	240	5	10.031.500,79	148.538.796,54	6,75
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	6	(154.432,96)	18.826.180,54	-0,82
ES	MUNIZ FREIRE	32	370	0	(4.281.600,10)	34.285.851,13	-12,49
ES	NOVA VENECIA	32	390	8	7.007.462,09	68.154.204,12	10,28
ES	SÃO DOMINGOS DO NORTE	32	465	8	(1.472.967,32)	16.671.499,09	-8,84
ES	SÃO ROQUE DO CANAÃ	32	495	5	(4.652.039,78)	17.670.813,78	-26,33
ES	SERRA	32	500	2	83.552.947,74	676.684.491,23	12,35
ES	VITÓRIA	32	530	9	76.986.619,78	1.042.041.516,24	7,39
GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	52	25	8	(8.044.341,65)	94.509.189,28	-8,51
GO	ANAPOLIS	52	110	8	40.967.217,01	440.921.831,49	9,29
GO	APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	(66.067.645,26)	366.709.921,03	-18,02
GO	ARACU	52	160	3	(515.926,75)	8.609.484,43	-7,81
GO	BELA VISTA DE GOIAS	52	330	2	(2.738.697,58)	27.967.328,85	-9,79
GO	CACHOEIRA ALTA	52	410	2	(1.149.502,30)	14.370.110,04	-8,00
GO	CÁCU	52	430	0	(6.346.832,12)	21.330.847,47	-29,75
GO	CAIAPONIA	52	440	9	(2.229.604,00)	21.322.313,00	-10,46
GO	CAMPINORTE	52	470	6	3.654.339,20	14.215.497,30	25,71
GO	CHAPADÃO DO CEU	52	547	1	(2.324.567,00)	29.444.862,00	-7,89
GO	DAMOLANDIA	52	680	0	(436.780,09)	6.633.177,37	-6,58
GO	GOIANIA	52	870	7	260.975.101,00	2.112.265.078,39	12,36
GO	GOUVELANDIA	52	915	0	398.476,28	11.445.557,38	3,48
GO	ITAGUARU	52	1060	4	1.056.201,33	7.834.266,80	13,48
GO	JANDAIA	52	1170	1	(1.831.486,05)	13.082.725,28	-14,00
GO	JATAI	52	1190	9	(8.726.525,80)	154.167.210,33	-5,66
GO	JESUPOLIS	52	1205	5	(2.163.866,89)	6.528.460,85	-33,15
GO	JUSSARA	52	1220	4	(815.943,34)	25.687.140,33	-3,18
GO	NOVA AMERICA	52	1470	5	(244.971,00)	6.716.420,08	-3,65
GO	NOVA AURORA	52	1480	4	(430.209,70)	6.039.552,64	-7,12
GO	NOVA ROMA	52	1490	3	(650.863,00)	6.782.639,00	-9,60
GO	PALESTINA DE GOIAS	52	1565	2	2.403.788,89	7.193.614,20	33,42
GO	RIALMA	52	1880	7	960.284,89	12.571.716,47	7,64
GO	RIANAPOLIS	52	1870	6	(305.001,00)	8.160.677,27	-3,74
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	52	1930	8	(26.029.547,06)	35.923.574,25	-72,46
GO	SANTA ISABEL	52	1935	7	(6.535.681,43)	13.097.828,22	-49,90
GO	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	52	2010	8	4.544.724,35	36.338.809,87	12,51
GO	SENADOR CANEDO	52	2045	4	(26.279.223,10)	188.849.635,66	-13,92
GO	SILVANIA	52	2060	3	(1.973.586,63)	28.889.311,21	-6,83
GO	TRINDADE	52	2140	3	8.386.114,74	75.729.080,98	11,07
GO	TURVELANDIA	52	2155	1	(218.235,20)	14.529.989,44	-1,50
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	81.530.838,04	280.678.287,53	29,05
MA	PINHEIRO	21	860	3	(1.831.215,64)	72.094.560,44	-2,26
MA	SÃO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	(7.927.956,53)	123.744.848,76	-6,41
MA	SÃO LUIS	21	1130	0	32.259.833,25	1.397.069.577,98	2,31
MG	ALFENAS	31	160	7	18.906.037,15	116.396.781,36	16,24
MG	ÁLVINOPOLIS	31	230	8	8.036.285,69	17.099.621,60	35,30
MG	ARAGUARI	31	350	4	(2.440.810,07)	142.576.644,24	-1,71
MG	ARAÚJOS	31	390	0	(720.406,42)	10.268.064,09	-7,02
MG	BELA VISTA DE MINAS	31	600	2	(1.616.110,58)	11.854.591,69	-13,83
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	1.269.294.226,65	4.742.711.721,11	26,75
MG	BETIM	31	870	5	334.718.686,21	977.407.338,84	34,25

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	BURITIZEIRO	31	940	2	10.003.096,20	31.409.255,62	31,85
MG	CABO VERDE	31	950	1	1.495.209,08	14.126.485,62	10,58
MG	CAIANA	31	1010	3	(2.478.338,48)	8.267.591,01	-29,98
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	2.666.940,62	20.493.225,72	12,47
MG	CAMPO BELO	31	1120	0	(8.280.055,84)	56.090.696,18	-11,20
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	(622.922,93)	15.192.015,10	-4,10
MG	CAPELINHA	31	1230	7	4.944.278,14	31.219.109,12	15,84
MG	CAPITÓLIO	31	1280	2	(2.290.900,08)	15.167.130,24	-15,10
MG	CARMO DA MATA	31	1400	6	3.008.461,48	13.298.939,51	22,62
MG	CARMO DO PARANAÍBA	31	1430	3	2.439.328,04	31.651.570,93	7,71
MG	CATAGUASES	31	1530	0	3.000.185,69	73.388.092,16	4,09
MG	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	31	1730	6	5.227.976,42	39.772.061,64	13,14
MG	CONSELHEIRO PENA	31	1840	3	(648.125,52)	24.364.199,30	-2,68
MG	CONTAGEM	31	1860	1	413.568.749,47	809.047.875,23	51,12
MG	COQUEIRAL	31	1870	0	1.204.210,23	10.696.308,99	11,26
MG	CORONEL FABRICIANO	31	1940	1	(8.773.651,00)	85.982.028,00	-10,20
MG	DELFINÓPOLIS	31	2120	9	2.025.473,81	17.052.742,87	11,88
MG	ENTRE RIOS DE MINAS	31	2390	8	(1.746.368,85)	13.599.458,98	-12,84
MG	ESMERALDAS	31	2410	4	(8.691.549,50)	50.958.617,94	-17,06
MG	FORMIGA	31	2610	9	(25.312.344,71)	70.349.498,28	-35,98
MG	FORTALEZA DE MINAS	31	2630	7	(1.577.694,22)	15.029.210,23	-10,50
MG	GONZAGA	31	2750	3	(1.243.911,38)	9.389.891,77	-13,25
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	103.091.696,97	352.997.638,46	29,20
MG	GUAPE	31	2810	5	1.474.781,53	19.152.841,30	7,70
MG	IBACI	31	3040	8	(556.353,08)	15.180.702,72	-4,32
MG	IPATINGA	31	3130	7	85.365.702,22	479.383.423,35	17,81
MG	ITABIRA	31	3170	3	(37.016.481,88)	275.878.103,27	-13,42
MG	ITAJUBA	31	3240	4	(4.269.970,86)	96.617.962,29	-4,42
MG	ITAUNA	31	3380	8	27.634.668,05	125.375.133,37	22,04
MG	ITUIUTABA	31	3420	2	17.043.851,00	117.841.369,00	14,46
MG	JANAUBA	31	3510	0	11.736.633,21	61.825.495,62	18,98
MG	JOÃO MONLEVADE	31	3620	7	5.169.703,00	119.888.630,00	4,31
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(25.981.782,74)	760.965.246,58	-3,41
MG	LAVRAS	31	3820	3	17.267.916,73	122.183.934,51	14,13
MG	MACHADO	31	3900	3	(1.663.231,23)	41.617.006,79	-4,00
MG	MARIANA	31	4000	1	(39.438.722,58)	148.509.951,18	-26,56
MG	MARLIERIA	31	4030	8	(413.600,48)	8.321.951,13	-4,97
MG	MATA VERDE	31	4055	5	(475.002,36)	10.152.500,91	-4,68
MG	MATIPO	31	4090	2	8.068.014,39	18.477.097,14	43,66
MG	MOEMA	31	4240	3	(831.541,60)	8.971.148,58	-9,27
MG	MONTE SIAO	31	4340	1	(294.082,40)	27.668.528,24	-1,06
MG	NOVA ERA	31	4470	6	(4.629.360,16)	26.252.144,52	-17,63
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	(7.593.378,74)	80.061.271,87	-8,43
MG	PARAOPEBA	31	4740	2	2.261.341,30	26.391.999,56	8,57
MG	PATROCÍNIO	31	4810	3	849.178,57	117.884.753,92	0,72
MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	6	(180.649,58)	6.305.986,37	-2,86
MG	PEDRO LEOPOLDO	31	4930	9	(5.979.732,60)	81.166.847,49	-7,37
MG	POCOS DE CALDAS	31	5180	0	30.027.344,81	366.037.486,31	8,20
MG	POUSO ALEGRE	31	5260	1	964.212,85	179.381.776,32	0,54
MG	POUSO ALTO	31	5260	0	684.260,63	9.904.663,37	6,91
MG	SABARA	31	5670	0	(431.214,10)	122.745.599,80	-0,35
MG	SANTA LUZIA	31	5780	7	16.423.977,60	188.141.874,03	8,73
MG	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	31	5960	5	1.359.959,14	42.420.074,52	3,21
MG	SÃO BENTO ABADE	31	6080	1	-	7.880.541,07	0,00
MG	SÃO JOÃO DEL REI	31	6250	0	11.747.299,86	94.507.218,66	12,43
MG	SÃO JOSE DA BARRA	31	6294	8	(284.393,85)	16.162.570,41	-1,76
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	31	6470	4	9.420.719,00	79.100.550,00	11,91
MG	SENADOR AMARAL	31	6557	8	(516.381,47)	8.345.719,69	-6,19
MG	TEÓFILO OTONI	31	6860	6	25.571.714,99	145.115.625,80	17,62
MG	TIMÓTEO	31	6870	5	121.085.018,13	141.337.464,86	85,67
MG	TRES CORAÇÕES	31	6930	7	10.335.180,88	83.432.151,64	12,39
MG	TUPACIGUARA	31	6960	4	4.234.497,71	36.781.678,14	11,51
MG	TURMALINA	31	6970	3	148.347,98	20.403.108,97	0,73
MG	UBA	31	6990	1	(37.681.377,08)	89.473.373,83	-42,00
MG	UBERABA	31	7010	7	100.323.433,80	483.960.435,89	21,62
MG	UBERLÂNDIA	31	7020	6	2.312.628,00	942.644.909,00	0,25

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	UNAI	31	7040	4	11.669.950,99	100.913.370,74	11,56
MG	VARGINHA	31	7070	1	25.950.210,72	182.305.173,23	14,23
MG	VESPASIANO	31	7120	4	8.895.438,00	102.697.854,00	8,66
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	(1.008.506,45)	18.687.108,55	-5,40
MS	CAARAPO	50	240	7	(654.687,75)	39.129.375,23	-1,67
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(47.397.182,34)	1.469.966.765,07	-3,22
MS	NAVIRAI	50	570	7	1.946.763,79	78.889.395,14	2,47
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	(6.033.410,14)	21.534.015,31	-28,02
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	10.471.403,06	187.934.178,36	5,57
MT	ALTA FLORESTA	51	25	0	7.357.429,00	65.549.138,47	11,06
MT	ALTO ARAQUAIA	51	30	0	(1.908.342,14)	43.910.805,86	-4,34
MT	ALTO BOA VISTA	51	35	9	951.627,80	10.261.562,85	9,27
MT	ALTO TAQUARI	51	60	7	(362.096,33)	28.537.798,25	-1,27
MT	ARAGUAIANA	51	100	1	(534.117,65)	8.731.651,48	-6,12
MT	ARIPUANA	51	140	7	(8.986.876,90)	29.409.959,93	-30,56
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	7.680.014,98	81.332.328,54	9,44
MT	CACERES	51	250	4	23.486.501,46	81.633.696,65	28,77
MT	CAMPO VERDE	51	267	8	(8.758.853,05)	62.058.933,71	-16,82
MT	CARLINDA	51	279	3	(6.075.961,43)	14.565.410,75	-41,72
MT	CASTANHEIRA	51	286	0	(2.556.481,20)	10.935.443,76	-23,36
MT	CLAUDIA	51	305	6	(5.958.715,74)	16.066.908,05	-37,09
MT	COLIDER	51	320	5	(11.632.847,32)	36.201.187,82	-32,13
MT	COLNIZA	51	325	4	114.888,54	32.637.141,04	0,35
MT	CONFRESA	51	335	3	762.113,98	26.451.408,31	2,88
MT	DIAMANTINO	51	350	2	10.188.742,87	36.825.604,93	27,67
MT	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	51	380	9	(657.434,92)	7.553.961,18	-8,70
MT	GUIRATINGA	51	420	3	(1.769.783,42)	16.507.030,67	-10,72
MT	JAURU	51	500	2	(7.936.277,01)	17.165.570,50	-46,23
MT	JUINA	51	515	0	11.337.532,93	50.788.661,70	22,32
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	(34.006.376,75)	79.350.489,76	-42,86
MT	MARCELANDIA	51	558	0	(4.571.803,50)	18.381.020,51	-24,87
MT	MATUPA	51	560	6	(5.289.061,51)	21.332.679,05	-24,79
MT	NOBRES	51	590	3	-	25.229.320,77	0,00
MT	NOVA BRASILANDIA	51	620	8	(4.013.751,71)	8.528.960,83	-47,06
MT	NOVA CANAÁ DO NORTE	51	621	6	(3.736.624,32)	15.873.287,61	-23,54
MT	NOVA GUARITA	51	680	8	11.363,49	8.081.640,15	0,14
MT	NOVA MONTE VERDE	51	695	6	(1.754.661,74)	12.063.331,08	-14,55
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	(6.665.400,88)	60.041.965,35	-11,13
MT	NOVA UBIRATA	51	624	0	843.622,32	16.203.157,68	5,21
MT	PARANAÍTA	51	629	9	(4.633.021,99)	15.784.833,23	-29,35
MT	PARANATINGA	51	630	7	1.595.293,81	30.696.420,54	5,20
MT	PEDRA PRETA	51	637	2	3.867.977,37	22.144.966,36	17,47
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	51	642	2	(7.503.421,34)	33.134.650,85	-22,65
MT	POCONE	51	660	5	11.178.646,70	28.656.467,52	39,01
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	51	677	8	(1.096.091,47)	11.476.173,03	-9,55
MT	QUERENCIA	51	706	5	(4.191.338,11)	23.493.783,54	-17,84
MT	RIO BRANCO	51	720	6	(4.562.427,89)	10.090.707,77	-45,21
MT	RONDONÓPOLIS	51	760	2	29.493.851,03	304.433.285,20	9,69
MT	SALTO DO CEU	51	775	0	(992.160,16)	8.093.867,04	-12,26
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(893.964,31)	9.800.067,64	-9,12
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	51	776	8	-	9.944.530,60	0,00
MT	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	51	730	5	(7.076.402,08)	22.566.508,05	-31,36
MT	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	51	710	7	(11.970.894,89)	21.500.349,88	-55,68
MT	SINOP	51	780	8	(1.568.452,87)	153.719.272,67	-1,03
MT	TESOURO	51	810	5	(94.933,56)	6.778.805,61	-1,40
MT	VERA	51	860	1	(6.039.323,22)	14.250.171,96	-42,38
MT	VILA RICA	51	860	0	636.356,08	24.864.152,84	2,56
PA	BELEM	15	140	2	(25.316.567,00)	1.548.473.172,00	-1,83
PA	PARAGOMINAS	15	550	2	(53.469.257,31)	105.067.692,89	-50,89
PA	PARAUPEBAS	15	553	6	(55.212.287,52)	464.045.479,02	-11,90
PA	SANTAREM	15	680	7	(35.289.225,01)	252.697.737,76	-13,96
PB	CAJAZEIRAS	25	370	4	-	37.156.187,06	0,00
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	23.461.285,83	71.464.251,40	32,83
PE	AFRANIO	26	20	3	(165.286,82)	23.795.840,11	-0,69
PE	AGRESTINA	26	30	2	3.448.696,89	24.908.931,17	13,85

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	AGUA PRETA	26	40	1	1.210.798,07	35.199.281,89	3,44
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	11.441.194,81	36.525.048,98	31,32
PE	ALAGOINHA	26	60	9	1.860.667,37	15.891.597,03	11,71
PE	ALIANÇA	26	70	8	-	35.255.243,00	0,00
PE	ALTINHO	26	80	7	8.129.649,18	20.469.328,41	39,72
PE	ANGELIM	26	100	3	-	13.058.895,48	0,00
PE	ARCOVERDE	26	120	1	6.944.098,93	55.648.955,48	12,48
PE	ARRAIOBÁ	26	130	0	11.709.416,53	15.591.403,38	74,62
PE	BARREIROS	26	140	9	10.400.084,78	37.576.951,20	27,88
PE	BELO JARDIM	26	170	6	(2.271.232,59)	73.701.286,89	-3,08
PE	BEZERRAS	26	190	4	3.631.725,76	47.803.189,26	7,63
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	(1.268.748,57)	39.584.556,87	-3,21
PE	BONITO	26	230	8	17.110.291,58	36.260.479,40	44,72
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	26	260	5	6.122.673,62	41.422.922,60	14,78
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	(2.012.021,29)	14.093.712,91	-14,28
PE	BUIQUE	26	280	3	(1.292.353,80)	46.030.302,23	-2,81
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	(47.620.876,81)	339.078.874,79	-14,04
PE	CABROBO	26	300	9	9.825.547,24	30.168.204,60	32,57
PE	CACHOEIRINHA	26	310	8	5.839.811,37	17.848.803,47	32,72
PE	CALUMBI	26	340	5	(1.056.173,26)	9.551.539,92	-11,06
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	15.155.930,20	141.833.294,18	10,69
PE	CAMOCIM DE SÃO FELIX	26	350	4	-	17.672.489,82	0,00
PE	CAMUTANGA	26	360	3	2.209.796,71	15.250.497,08	14,49
PE	CANHOTINHO	26	370	2	525.267,12	26.169.638,31	2,01
PE	CAPOEIRAS	26	380	1	2.579.462,58	21.828.251,66	11,82
PE	CARPINA	26	400	7	9.033.997,21	52.545.608,48	17,19
PE	CARUARU	26	410	6	978.172,28	288.663.304,63	0,34
PE	CATENDE	26	420	5	21.137.790,13	39.045.601,76	54,14
PE	CEDRO	26	430	4	(942.183,57)	14.347.665,15	-6,57
PE	CHA GRANDE	26	450	2	2.123.898,14	26.279.505,68	8,08
PE	CONDADO	26	460	1	20.266.013,45	23.796.674,90	85,16
PE	CORRENTES	26	470	0	1.035.954,48	17.612.903,39	5,88
PE	CUPIRA	26	500	4	5.085.243,61	24.060.980,89	21,14
PE	CUSTÓDIA	26	510	3	8.375.062,00	46.156.143,00	18,15
PE	DORMENTES	26	515	2	4.272.409,13	19.436.233,00	21,98
PE	EXU	26	530	1	(3.248.734,13)	34.276.762,25	-9,48
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	3.514.968,38	20.448.081,14	17,19
PE	FLORESTA	26	570	7	10.866.055,71	44.090.798,06	24,64
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	3.961.509,03	14.742.521,10	26,87
PE	GARANHUNS	26	600	2	2.909.463,91	108.855.560,82	2,67
PE	GOIANA	26	620	0	(12.443.377,33)	91.762.452,62	-13,56
PE	GRAVATA	26	640	8	-	71.518.801,00	0,00
PE	IATI	26	650	7	2.591.409,18	24.639.268,07	10,52
PE	IBIMIRIM	26	660	6	5.804.575,33	27.551.303,21	21,07
PE	IGARASSU	26	680	4	(12.999.341,56)	88.190.178,18	-14,74
PE	INAJÁ	26	700	0	181.730,31	17.380.112,38	0,93
PE	INGAZEIRA	26	710	9	69.186,46	8.477.002,06	0,82
PE	IPOJUCA	26	720	8	(70.040.925,35)	303.736.486,53	-23,06
PE	IPUBI	26	730	7	2.167.279,72	33.012.820,00	6,58
PE	ITAMBE	26	765	3	5.222.295,41	31.327.566,02	16,67
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	-	36.742.843,23	0,00
PE	ITAQUINGA	26	780	2	3.732.054,66	27.361.913,68	13,64
PE	JAQUEIRA	26	795	0	1.669.944,19	13.098.625,80	12,75
PE	JATUBÁ	26	800	8	2.034.758,27	18.856.203,71	10,79
PE	JOÃO ALFREDO	26	810	7	-	22.199.085,44	0,00
PE	JUCATI	26	825	5	-	14.617.098,78	0,00
PE	JUPI	26	830	5	962.482,32	17.188.468,41	5,60
PE	JUREMA	26	840	4	5.039.237,46	16.992.633,54	31,51
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	5.841.818,86	16.246.980,04	35,96
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	2.523.734,23	26.087.324,13	9,68
PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	(1.755.676,29)	16.811.745,30	-10,44
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	786.542,49	17.300.647,70	4,55
PE	LAGOA GRANDE	26	875	0	(1.460.130,19)	25.353.973,02	-5,76
PE	LAJEDO	26	880	0	(718.559,24)	37.693.715,16	-1,91
PE	LIMOEIRO	26	890	9	6.099.567,18	48.941.350,34	12,45
PE	MANARI	26	915	4	807.447,18	20.663.866,92	3,91

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	MARAIÁ	26	920	4	(388.151,82)	16.129.121,75	-2,41
PE	MIRANDIBA	26	930	3	(2.423.140,86)	14.737.141,01	-16,44
PE	MORENO	26	940	2	-	53.852.150,54	0,00
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	2.891.453,19	28.092.318,19	10,29
PE	OLINDA	26	960	0	(39.230.466,36)	332.033.934,31	-11,82
PE	OROCO	26	980	8	754.487,63	18.567.853,00	4,08
PE	OURICURI	26	990	7	23.294.266,02	56.150.348,00	41,49
PE	PALMARES	26	1000	4	(3.586.451,84)	71.451.452,31	-5,02
PE	PANELAS	26	1020	2	8.078.047,92	30.443.494,91	26,53
PE	PARANATAMA	26	1030	1	1.202.675,10	14.653.096,07	8,21
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	2.876.803,55	23.160.453,00	12,42
PE	PAULISTA	26	1070	7	75.207.064,26	213.419.417,51	35,24
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	(1.021.949,78)	55.592.709,37	-1,84
PE	PETROLÂNDIA	26	1100	2	(4.154.548,06)	60.267.932,90	-6,89
PE	PETROLINA	26	1110	1	832.983,64	279.459.499,84	0,30
PE	POMBOS	26	1130	9	-	25.122.256,79	0,00
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	-	16.090.505,97	0,00
PE	RECIFE	26	1160	6	565.782.184,58	2.262.474.926,49	25,01
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	4.352.217,82	21.649.674,94	20,10
PE	RIBEIRAO	26	1180	4	7.356.227,61	42.014.057,49	17,51
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	6.621.923,22	32.304.676,80	20,50
PE	SAIRE	26	1200	0	9.195.901,31	17.154.756,24	53,61
PE	SALGUEIRO	26	1220	8	(3.730.549,86)	54.575.742,89	-6,84
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	26	1247	1	(3.634.532,34)	13.389.348,88	-27,14
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	8.452.501,32	64.222.778,79	13,16
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	6.047.460,86	42.312.292,74	14,29
PE	SAO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	4.449.593,73	13.101.043,53	33,96
PE	SAO BENTO DO UNA	26	1300	8	5.023.167,90	41.255.844,08	12,18
PE	SAO CAITANO	26	1310	7	9.414.305,24	30.460.118,98	30,91
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	6.697.114,79	23.683.052,85	28,28
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	1.101.958,50	29.317.376,58	3,76
PE	SAO LOURENÇO DA MATA	26	1370	1	10.238.341,15	80.080.313,51	12,79
PE	SERRA TALHADA	26	1390	9	-	66.358.532,04	0,00
PE	SOLIDÃO	26	1440	2	1.291.843,05	9.422.836,71	13,71
PE	SURUBIM	26	1450	1	(8.155.597,96)	62.863.721,39	-15,43
PE	TABIRA	26	1460	0	-	23.985.824,41	0,00
PE	TACAIMBO	26	1470	9	2.177.883,77	12.929.313,53	16,84
PE	TACUARATINGA DO NORTE	26	1500	3	11.157.770,48	21.871.724,23	51,01
PE	TEREZINHA	26	1510	2	(637.141,06)	10.092.184,02	-6,31
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	18.168.188,48	46.255.936,92	39,28
PE	TORITAMA	26	1540	8	(1.788.295,47)	29.830.067,86	-6,00
PE	TRACUNHAEM	26	1550	8	(1.234.953,41)	12.655.768,76	-9,76
PE	TRINIDADE	26	1560	7	3.639.740,11	27.993.647,32	13,00
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	546.400,38	26.397.492,74	2,07
PE	VENTUROSA	26	1600	1	2.245.349,14	17.962.629,52	12,51
PE	VERTENTES	26	1620	9	(7.172.744,63)	20.494.975,81	-35,00
PE	VIGENCIA	26	1630	8	5.571.127,01	27.853.210,13	20,00
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	26	1640	7	14.184.910,23	97.194.122,81	14,59
PE	XEXEU	26	1650	6	3.266.152,80	19.450.287,88	16,79
PR	ANTONINA	41	120	0	1.305.307,65	25.237.648,20	5,17
PR	APUCARANA	41	140	8	57.037.136,41	137.945.098,24	41,35
PR	ARAPONGAS	41	150	7	8.625.469,61	99.053.810,33	8,71
PR	CAFÉARA	41	340	4	100.340,87	6.539.118,25	1,53
PR	CAMBARA	41	360	2	5.533.622,00	23.278.918,00	23,77
PR	CAMBE	41	370	1	3.395.976,00	99.894.355,00	3,40
PR	CAMPINA DO SIMÃO	41	395	8	(197.213,92)	7.209.254,36	-2,74
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	121.963,70	26.631.073,07	0,46
PR	CAMPO MOURAO	41	430	3	3.792.728,21	120.694.582,85	3,15
PR	CASTRO	41	490	7	9.217.412,95	83.798.591,94	11,00
PR	CIANORTE	41	550	8	(2.532.357,61)	86.368.961,24	-2,93
PR	CURITIBA	41	690	2	259.235.496,94	3.400.113.347,80	7,62
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	5.485.098,12	43.921.717,81	12,49
PR	FAZENDA RIO GRANDE	41	765	2	6.161.413,97	62.528.679,71	8,26
PR	FÓZ DO IGUAÇU	41	830	4	87.790.000,00	323.003.008,35	20,99
PR	GUAIACA	41	890	8	8.385.562,04	9.875.307,78	84,88

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	GUARAPIJÁVA	41	940	1	16.572.246,18	162.894.489,95	10,17
PR	GUARATUBA	41	960	9	18.517.220,49	50.336.628,80	36,79
PR	IBAITI	41	970	8	(68.885,60)	26.789.080,41	-0,26
PR	IRATI	41	1070	6	3.583.186,82	56.133.251,69	6,38
PR	LONDRIANA	41	1370	0	215.394.366,99	531.750.963,52	40,51
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	41	1460	9	(2.740.858,32)	70.803.899,01	-3,87
PR	NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	743.738,87	7.598.412,19	9,79
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(1.774.053,82)	11.244.442,98	-15,78
PR	PARANAGUA	41	1820	4	31.556.681,96	190.192.959,35	16,59
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	(7.271.013,10)	113.278.428,72	-6,42
PR	PEROBAL	41	1885	7	488.778,11	9.568.334,26	5,11
PR	ROLANDIA	41	2240	4	11.533.873,74	61.323.841,54	18,81
PR	SALGADO FILHO	41	2280	0	(245.627,86)	7.488.106,40	-3,28
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	23.875.811,97	40.998.708,15	58,24
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	1.703.887,08	21.444.996,28	7,95
PR	SENES	41	2630	6	(2.125.991,50)	22.414.220,93	-9,49
PR	TOLEDO	41	2770	0	6.419.135,15	150.286.584,87	4,27
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	12.954.444,20	656.734.899,10	1,87
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	33	23	3	4.614.593,50	136.167.622,74	3,39
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	(17.019.777,60)	137.850.031,60	-12,35
RJ	BARRA MANSÁ	33	40	7	30.362.969,80	254.510.651,80	11,93
RJ	BELFORD ROXO	33	45	6	(45.564.735,90)	385.794.251,72	-11,81
RJ	DUQUE DE CAXIAS	33	170	2	136.373.700,00	1.301.979.353,90	10,47
RJ	ITAGUAI	33	200	7	(2.925.418,30)	322.593.772,90	-0,81
RJ	ITALVA	33	205	6	3.992.458,60	32.614.475,14	12,24
RJ	MACAE	33	240	3	(120.935.613,30)	1.288.063.094,30	-9,39
RJ	MESQUITA	33	285	8	(43.507.255,20)	146.167.251,61	-29,77
RJ	NILOPOLIS	33	320	3	(670.407,40)	149.187.424,30	-0,45
RJ	NOVA IGUAÇU	33	350	0	352.274.847,80	662.709.769,00	53,16
RJ	PARACAMBI	33	360	9	10.611.526,60	80.474.006,00	13,19
RJ	QUEIMADOS	33	414	4	(37.822.765,20)	123.833.033,50	-30,54
RJ	RESENDE	33	420	1	80.818.443,80	231.193.906,90	34,96
RJ	RIO CLARO	33	440	9	11.978.493,00	48.366.860,00	24,77
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	2.537.823.736,99	12.642.577.862,14	20,07
RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	33	470	6	19.452.488,50	54.705.779,70	35,56
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	33	510	9	(8.384.885,50)	296.578.516,70	-2,83
RJ	SAPUCAIA	33	540	6	(1.644.020,10)	40.073.725,40	-4,10
RJ	TRES RIOS	33	800	8	(5.161.510,50)	104.801.421,80	-4,93
RJ	VALENÇA	33	610	7	21.823.342,00	89.868.698,40	24,28
RJ	VOLTA REDONDA	33	630	5	348.713.000,00	587.948.600,00	59,31
RN	CAICO	24	200	6	6.668.561,87	58.005.374,48	11,50
RN	NATAL	24	810	2	146.615.315,28	1.069.464.769,83	13,71
RO	CACOAL	11	4	9	6.968.986,28	98.135.964,94	7,09
RO	CEREJEIRAS	11	5	6	(265.783,63)	22.804.894,89	-1,17
RO	CORUMBIARA	11	7	2	(572.185,61)	15.379.204,23	-3,72
RO	GUAJARA-MIRIM	11	10	6	1.915.418,54	45.158.568,59	4,24
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(1.327.996,94)	13.510.941,18	-9,83
RO	JARU	11	11	4	8.155.805,40	62.278.582,65	13,10
RO	JI-PARANA	11	12	2	11.412.364,68	117.414.283,33	9,72
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	11.724.895,00	37.124.388,85	31,58
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(26.458.104,01)	624.080.349,81	-4,24
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	3.258.750,95	25.109.089,46	12,98
RO	VILHENA	11	30	4	25.330.554,19	102.672.651,02	24,67
RS	ALEGRETE	43	40	6	(18.416.068,89)	93.098.003,05	-19,78
RS	ALVORADA	43	60	4	(54.151.452,22)	148.227.163,04	-36,53
RS	ARARICA	43	87	7	(755.533,06)	10.204.337,61	-7,40
RS	BAGE	43	160	2	(760.775,66)	159.012.428,18	-0,48
RS	BARAO DO TRIUNFO	43	175	0	(1.376.563,39)	11.989.341,29	-11,48
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	(22.239.061,52)	186.781.031,69	-11,91
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	9.886.599,66	93.186.611,41	10,61
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	21.648.169,71	172.998.558,60	12,51
RS	CAMAQUA	43	350	9	(3.080.617,49)	70.746.152,57	-4,35
RS	CAMPO BOM	43	380	5	5.728.965,80	99.649.912,49	5,75
RS	CANGUCU	43	450	7	537.358,33	64.667.607,29	0,83

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CANOAS	43	460	6	74.187.612,64	561.518.697,71	13,45
RS	CARAZINHO	43	470	5	(2.804.805,31)	77.658.828,28	-3,61
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	(112.586.564,66)	830.705.975,62	-13,55
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(332.835,52)	6.574.113,64	-5,06
RS	ERECHIM	43	700	5	(13.664.330,96)	117.038.037,27	-11,68
RS	ESTEIO	43	770	8	(22.883.417,58)	130.646.105,33	-17,52
RS	FARROUPILHA	43	790	6	35.206.938,45	99.098.688,87	35,53
RS	FAXINAL DO SOTURNO	43	800	3	245.368,67	9.305.448,62	2,64
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(2.129.244,77)	7.468.518,42	-28,51
RS	GENERAL CAMARA	43	880	5	525.357,38	10.431.028,83	5,04
RS	GRAVATAI	43	920	9	312.935.508,14	338.354.416,25	92,49
RS	GUAIBA	43	930	8	100.548.270,17	110.858.690,26	90,70
RS	IJUI	43	1020	7	(22.333.179,07)	134.434.483,36	-16,61
RS	IMBE	43	1033	0	24.680.283,73	46.758.143,22	52,78
RS	ITAQUI	43	1060	3	(3.322.378,72)	54.012.078,04	-6,15
RS	LAJEADO	43	1140	3	(24.057.153,15)	99.774.700,56	-24,11
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	(951.873,35)	12.274.186,33	-7,76
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	44.037.396,86	93.796.396,62	46,95
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	11.492.254,05	34.287.296,92	33,52
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	62.650.898,76	398.887.471,85	15,71
RS	PAROBE	43	1405	0	5.812.183,04	60.056.221,36	9,68
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(30.243.855,48)	237.336.395,86	-12,74
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1460	6	234.141,69	21.751.303,67	1,08
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	48.560.282,87	3.082.019.442,73	1,51
RS	RELVADO	43	1545	3	(661.617,61)	6.998.714,54	-9,45
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	13.477.298,88	261.742.659,71	5,15
RS	RIO Pardo	43	1570	1	11.390.377,39	38.637.406,55	29,48
RS	RIOZINHO	43	1575	0	(786.781,13)	9.331.037,91	-8,43
RS	ROLANTE	43	1600	6	1.300.030,43	25.372.840,82	5,12
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	1.432.077,28	23.083.945,19	6,20
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	12.579.514,70	193.327.980,41	6,51
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	-	7.926.721,18	0,00
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	36.044.057,47	264.286.078,35	13,64
RS	SANTIAGO	43	1740	0	9.501.069,06	54.344.469,45	17,48
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(2.214.238,30)	81.825.194,77	-2,71
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	43	1770	7	(1.532.949,20)	16.666.584,84	-9,20
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	(3.638.206,00)	64.300.224,33	-5,66
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	104.876.668,28	353.577.210,08	29,66
RS	SAO MARCOS	43	1900	0	1.838.807,44	31.445.054,27	5,85
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	(530.504,78)	6.960.980,05	-7,62
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	43	1930	7	(1.195.598,33)	11.129.217,41	-10,74
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(20.141.502,66)	100.112.341,10	-20,12
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	27.144.855,09	174.106.348,67	15,59
RS	SENTINELA DO SUL	43	2035	4	(152.074,71)	7.908.105,47	-1,92
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	(323.914,72)	6.025.396,36	-5,36
RS	SOLEDADE	43	2080	0	851.846,02	35.787.667,15	2,38
RS	TAQUARA	43	2120	4	3.930.012,52	59.500.339,24	6,61
RS	TORRES	43	2150	1	15.478.384,49	55.901.482,13	27,69
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(1.954.017,28)	9.528.809,99	-20,51
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	18.944.982,30	133.386.386,96	14,20
RS	VACARIA	43	2250	9	(497.689,85)	78.726.987,23	-0,63
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(13.360.447,57)	78.078.109,91	-17,56
RS	VIAMAO	43	2300	2	93.554.162,00	174.814.993,00	53,52
RS	VILA FLORES	43	2330	9	(15.280,36)	9.174.121,80	-0,17
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(10.010,31)	5.794.157,22	-0,17
RS	XANGRI-LA	43	2380	4	5.160.490,16	41.279.520,70	12,50
SC	AGRONOMICA	42	30	9	(993.459,42)	8.564.995,83	-11,60
SC	APIUNA	42	125	7	(469.775,02)	17.842.553,40	-2,63
SC	ARARANGUA	42	140	6	5.384.254,68	58.514.996,63	9,20
SC	ASCURRA	42	170	3	(490.128,81)	9.973.043,06	-4,91
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(107.237.201,37)	317.796.242,03	-33,74
SC	BIGUACU	42	230	5	(11.872.037,66)	81.108.441,33	-14,64
SC	BLUMENAU	42	240	4	98.583.874,82	614.336.692,57	16,05
SC	BOTUVERA	42	270	1	(919.295,56)	8.114.315,51	-11,33
SC	BRUSQUE	42	290	9	40.582.782,27	181.608.399,06	25,11
SC	CACADOR	42	300	6	5.628.300,92	84.820.066,12	6,64

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	CAMBÓRIU	42	320	4	(10.286.365,61)	72.058.349,98	-14,28
SC	CANÓINHAS	42	380	8	(5.647.939,88)	63.972.044,47	-8,83
SC	CHAPADÃO DO LAGEADO	42	419	4	(928.732,63)	7.886.005,12	-11,78
SC	CHAPECO	42	420	2	22.649.029,88	303.174.405,11	7,47
SC	CONCORDIA	42	430	1	(11.662.041,81)	115.345.179,28	-10,11
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	(294.354,74)	6.691.543,87	-4,40
SC	CRICIÚMA	42	460	8	77.757.369,72	299.409.065,60	25,97
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	(2.291.800,99)	19.066.869,55	-12,02
SC	FLORIANÓPOLIS	42	540	7	210.062.511,63	818.076.922,44	25,68
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(1.101.369,33)	7.221.064,64	-15,25
SC	GALVÃO	42	560	5	(783.701,94)	7.807.925,11	-10,04
SC	GASPAR	42	590	2	(23.232.586,64)	89.710.662,69	-25,90
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	42	600	9	402.875,55	21.845.501,13	1,86
SC	GRAO PARA	42	610	8	7.619,13	10.364.018,19	0,07
SC	GUABIRUBA	42	630	6	(3.216.262,18)	24.508.640,98	-13,12
SC	INDAIAL	42	750	2	(8.596.774,91)	78.744.283,02	-10,92
SC	IPIRA	42	760	1	(933.849,90)	9.204.605,97	-10,15
SC	IPUAÇU	42	768	4	296.003,07	12.540.025,79	2,36
SC	IRANI	42	780	9	(466.430,37)	14.600.622,01	-3,19
SC	IRATI	42	785	8	-	5.928.737,75	0,00
SC	ITAJAI	42	820	3	(388.776,50)	529.010.117,25	-0,07
SC	ITAPEMA	42	830	2	6.636.065,35	92.989.144,03	6,06
SC	JARAGUÁ DO SUL	42	890	6	(27.043.500,79)	317.255.736,46	-8,52
SC	JOACABA	42	900	3	(11.489.003,67)	64.388.451,33	-17,84
SC	JOINVILLE	42	910	2	441.478.771,31	857.467.427,94	51,49
SC	LAGES	42	930	0	23.090.648,28	212.639.773,29	10,86
SC	LAGUNA	42	940	9	(1.909.698,78)	51.330.217,89	-3,72
SC	LUZERNA	42	1003	5	(1.544.776,17)	10.622.919,83	-14,54
SC	MAFRA	42	1010	0	(4.471.159,33)	69.668.721,88	-6,42
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	495.096,37	6.771.670,98	7,31
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	(339.990,05)	7.457.320,52	-4,56
SC	NAVEGANTES	42	1130	8	(6.155.155,19)	93.569.784,43	-6,58
SC	PALHOÇA	42	1190	0	(28.669.936,01)	154.281.832,16	-18,58
SC	PETROLÂNDIA	42	1270	0	(693.390,14)	8.691.022,05	-7,98
SC	PRESIDENTE GETÚLIO	42	1400	3	(510.199,43)	21.567.071,56	-2,37
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	(447.584,98)	6.666.935,75	-6,71
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(2.606.312,25)	120.254.099,44	-2,17
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	(647.369,43)	69.258.362,26	-0,93
SC	SALETE	42	1530	7	(855.512,72)	11.776.776,37	-7,26
SC	SANTA TEREZINHA	42	1567	9	(2.808.256,24)	11.532.919,87	-24,36
SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	3.676.628,07	138.449.878,08	2,66
SC	SAO LUDGERO	42	1700	6	(2.064.315,49)	17.638.925,25	-11,70
SC	TAIO	42	1780	8	(3.091.368,66)	26.414.058,60	-11,70
SC	TRES BARRAS	42	1830	1	(1.137.288,65)	29.288.319,01	-3,88
SC	TREZE ILHAS	42	1850	9	117.496,25	13.921.728,06	0,84
SC	TROMBUDO CENTRAL	42	1860	8	(389.508,70)	12.068.166,70	-3,23
SC	TUBARÃO	42	1870	7	2.795.947,87	128.891.903,68	2,17
SC	URUBICI	42	1890	5	(1.327.484,99)	15.423.272,88	-8,61
SC	VARGEM	42	1910	1	(1.304.838,75)	9.110.389,91	-14,32
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	(318.772,24)	10.791.103,74	-2,95
SC	XANXERÊ	42	1950	7	8.247.504,87	57.173.481,22	14,43
SE	AQUIDABA	28	20	9	-	20.868.475,79	0,00
SE	ARACAJU	28	30	8	42.210.002,57	800.235.394,59	5,27
SE	ESTÂNCIA	28	210	6	18.444.836,00	94.505.126,00	19,52
SE	LAGARTO	28	350	0	20.188.124,00	93.928.272,00	21,49
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	28	450	8	(6.430.251,18)	33.034.839,79	-19,47
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	28	480	5	(23.898.523,00)	128.853.464,00	-18,84
SP	ADAMANTINA	35	10	5	(4.886.216,36)	69.885.051,55	-6,99
SP	AGUAI	35	30	3	2.061.424,95	46.123.540,90	4,47
SP	AGUAS DE LINDÓIA	35	50	1	1.328.397,00	35.596.356,00	3,73
SP	ALTINÓPOLIS	35	100	4	(1.544.561,75)	34.537.532,91	-4,47
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(706.151,48)	10.309.074,31	-6,85
SP	AMPARO	35	190	6	(11.151.776,37)	125.275.649,66	-8,90
SP	ANALÂNDIA	35	200	2	(1.974.480,00)	15.234.013,00	-12,96

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	ANDRADINA	35	210	1	7.336.842,91	80.774.799,69	9,08
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	(740.802,53)	44.649.970,31	-1,86
SP	ARANDU	35	310	9	831.310,86	13.495.197,00	6,16
SP	ARARAQUARA	35	320	8	3.633.386,53	412.691.070,88	0,88
SP	ARARAS	35	330	7	17.677.549,37	247.464.868,35	7,14
SP	AREIOPOLIS	35	360	4	(740.776,83)	17.211.226,36	-4,30
SP	ARUJA	35	390	1	(12.626.009,76)	123.669.858,02	-10,21
SP	ATIBAIA	35	410	7	(12.379.607,01)	245.743.162,16	-5,04
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	1.743.382,73	17.856.804,42	9,78
SP	BARRETOS	35	550	0	55.515.930,22	248.298.806,12	22,36
SP	BARUERI	35	570	8	(270.831.985,30)	1.390.141.888,61	-18,46
SP	BASTOS	35	580	7	(1.785.628,24)	31.007.179,53	-5,69
SP	BATATAIS	35	590	6	22.056.667,03	88.152.498,45	25,02
SP	BAURU	35	600	3	77.526.079,45	525.437.016,87	14,75
SP	BEBEDOURO	35	610	2	(1.453.546,66)	124.406.685,07	-1,17
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	630	0	(1.559.552,35)	16.015.778,87	-9,74
SP	BERTIOGA	35	635	9	(120.231.891,97)	187.073.300,37	-64,27
SP	BIRIGUI	35	650	8	(9.342.699,05)	166.554.917,48	-6,61
SP	BIRITIBA-MIRIM	35	660	7	4.911.427,98	37.423.450,44	13,12
SP	BOITUVA	35	700	1	(5.167.094,91)	91.877.628,88	-5,64
SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	35	715	9	(503.486,00)	8.239.867,00	-6,11
SP	BORACEIA	35	730	8	(816.127,96)	12.666.620,25	-6,44
SP	BORBOREMA	35	740	7	2.429.103,44	22.784.846,11	10,66
SP	BRAGANÇA PAULISTA	35	760	5	(62.928.117,16)	245.088.738,05	-25,68
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(1.389.587,27)	8.400.846,99	-16,54
SP	BRODOWSKI	35	780	3	11.471.864,24	35.229.233,13	32,56
SP	CABREUVA	35	840	5	(4.381.987,33)	74.084.849,34	-6,91
SP	CAIUA	35	910	6	(2.358.034,84)	15.394.806,77	-15,32
SP	CAJOBI	35	930	4	2.529.995,06	16.953.263,26	14,92
SP	CAMPINAS	35	950	2	1.134.739.050,28	2.263.622.646,56	50,13
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	35	960	1	26.678.655,49	108.181.956,38	24,66
SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	35	960	9	4.601.638,43	11.061.183,13	41,60
SP	CAPAÇÓ BONITO	35	1020	3	18.302.553,00	70.218.278,00	26,07
SP	CARAGUATATUBA	35	1050	0		257.428.104,93	0,00
SP	CARAPICUIBA	35	1060	9	71.981.109,00	241.706.263,00	29,78
SP	CARDOSO	35	1070	8	676.095,52	21.881.459,12	3,09
SP	CASTILHO	35	1100	3	(3.677.901,84)	50.520.604,73	-7,28
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	1.475.774,00	27.555.385,00	5,36
SP	CONCHAL	35	1220	9	5.198.981,68	45.853.280,05	11,34
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	1.193.314,56	70.143.701,75	1,70
SP	CORUMBATAÍ	35	1270	4	(455.811,00)	12.722.344,00	-3,58
SP	COSMORAMA	35	1290	2	1.275.313,78	14.327.667,96	8,90
SP	CRUZALIA	35	1330	6	129.563,30	9.131.895,49	1,42
SP	CUBATÃO	35	1350	4	(210.541.128,52)	701.006.721,09	-30,03
SP	DESCALVADO	35	1370	2	(2.944.825,00)	63.218.796,00	-4,66
SP	DIADEMA	35	1380	1	376.678.560,98	640.756.832,45	58,79
SP	DOURADO	35	1430	4	(2.045.361,35)	14.280.390,48	-14,32
SP	EMBU	35	1500	4	(13.526.238,34)	260.712.033,45	-5,19
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	(5.520.259,51)	59.043.575,51	-9,35
SP	ESPIRITO SANTO DO TURVO	35	1519	4		11.870.478,94	0,00
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	(1.689.363,12)	11.737.089,16	-14,48
SP	FLORINIA	35	1610	1	(246.377,59)	9.689.329,94	-2,54
SP	FRANCA	35	1620	0	(43.228.114,89)	354.630.377,92	-12,19
SP	FRANCISCO MORATO	35	1630	9	(52.429.239,17)	148.821.789,14	-35,23
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	35.021.544,86	21.512.644,14	162,80
SP	GETULINA	35	1700	0	(1.201.073,40)	16.577.290,90	-7,25
SP	GLICERIO	35	1710	9	554.855,89	10.797.425,85	5,14
SP	GUAIARA	35	1740	6	(41.841.570,52)	83.708.391,69	-49,98
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(2.727.610,50)	36.771.284,56	-7,42
SP	GUARACI	35	1790	1	5.922.348,93	24.655.691,84	24,02
SP	GUARARAPES	35	1820	6	8.025.394,85	42.515.406,80	18,88
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(17.724.165,00)	110.964.350,81	-15,97
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	46.900.144,52	169.476.089,86	27,67
SP	GUARUJA	35	1870	1	433.367.366,01	567.663.943,45	64,91
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.461.343.924,93	2.186.327.623,04	66,84
SP	HORTOLÂNDIA	35	1907	1	48.051.699,69	378.230.679,00	12,70
SP	IBATE	35	1930	3	(4.189.508,18)	44.587.574,56	-9,40

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	IBIRAREMA	35	1950	1	1.243.901,08	12.728.978,65	9,77
SP	IEPE	35	1990	7	89.064,46	17.942.459,21	0,50
SP	ILHA COMPRIDA	35	2042	6	2.286.824,80	34.075.536,67	6,71
SP	INDAIA TUBA	35	2050	9	(376.883.659,19)	484.056.989,30	-77,86
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	(900.245,61)	8.685.057,86	-10,37
SP	IPAUSSU	35	2090	5	348.565,12	24.377.011,05	1,43
SP	IPEUNA	35	2110	1	(1.892.884,30)	15.908.705,73	-11,90
SP	IPUA	35	2130	9	(1.405.147,65)	30.159.974,99	-4,66
SP	ITAI	35	2180	4	(18.523.888,07)	46.089.340,01	-40,19
SP	ITAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	4.568.817,96	218.402.071,82	2,09
SP	ITAPEVA	35	2240	6	30.075.064,28	154.934.122,13	19,41
SP	ITAPEVI	35	2260	5	(29.871.849,87)	269.353.417,43	-11,09
SP	ITAPOLIS	35	2270	3	7.695.390,05	55.828.114,97	13,78
SP	ITAPORANGA	35	2280	2	-	22.024.695,22	0,00
SP	ITARARE	35	2320	6	7.067.268,86	63.711.182,62	11,08
SP	ITATIBA	35	2340	4	(31.862.814,26)	186.935.899,35	-17,04
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	1.598.239,00	31.551.471,00	5,07
SP	ITU	35	2390	9	35.133.550,04	303.453.102,68	11,58
SP	ITUPEVA	35	2400	6	4.110.709,09	97.670.694,95	4,21
SP	JACAREI	35	2440	2	(70.877.038,07)	375.444.980,83	-18,88
SP	JANDIRA	35	2500	3	36.696.398,32	144.879.115,40	25,33
SP	JARINU	35	2520	1	(520.149,41)	44.243.253,94	-1,18
SP	JUNDIAI	35	2590	4	152.287.481,81	939.993.159,84	16,20
SP	LEME	35	2670	4	7.199.047,98	144.706.393,27	4,97
SP	LOURDES	35	2725	6	-	7.391.212,05	0,00
SP	LOUVEIRA	35	2730	6	(150.538.470,12)	214.641.473,92	-70,13
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	(1.451.584,29)	7.761.086,19	-18,70
SP	LUIS ANTONIO	35	2760	3	1.431.323,29	38.847.685,66	3,68
SP	LUTECIA	35	2790	0	65.132,24	9.674.848,78	0,67
SP	MACEDONIA	35	2820	5	170.252,33	9.369.417,40	1,82
SP	MAIRINQUE	35	2840	3	2.300.026,19	78.801.925,15	2,92
SP	MARACAI	35	2880	9	517.293,04	25.283.446,76	2,05
SP	MARIAPOLIS	35	2890	8	(607.457,33)	7.897.302,09	-7,69
SP	MARILIA	35	2900	5	124.190.246,79	414.528.883,43	29,96
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	16.079.574,42	39.578.147,05	40,63
SP	MATAO	35	2930	2	42.417.385,27	124.582.882,16	34,05
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	4.079.283,33	16.467.418,63	24,77
SP	MOCOCA	35	3050	8	9.344.673,54	93.750.801,18	9,97
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	922.085,53	190.639.565,78	0,48
SP	MONGAGUA	35	3110	0	5.506.521,86	103.468.060,04	5,32
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	1.022.718,68	9.593.701,01	10,66
SP	MONTE MOR	35	3180	3	(743.521,87)	101.513.465,41	-0,73
SP	MURUTINGA DO SUL	35	3210	8	(198.747,46)	9.058.071,89	-2,19
SP	NARANDIBA	35	3220	7	243.580,57	13.225.343,13	1,84
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(843.454,07)	17.133.585,07	-4,92
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(1.078.656,59)	6.810.483,42	-15,58
SP	NOVA ODESSA	35	3340	3	(7.557.684,07)	85.991.374,63	-8,79
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	(3.154.579,41)	12.109.728,94	-26,05
SP	ORINDIÚVA	35	3420	3	-	16.031.623,23	0,00
SP	OSVALDO CRUZ	35	3460	9	(2.699.170,65)	40.116.862,66	-6,73
SP	OURINHOS	35	3470	8	4.190.765,84	189.326.911,47	2,21
SP	PACAEMBU	35	3490	6	2.414.422,16	18.578.773,62	13,00
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	7.946.513,40	14.726.157,44	53,97
SP	PALMITAL	35	3530	9	(3.911.763,98)	39.453.862,64	-9,91
SP	PEDRINHAS PAULISTA	35	3715	6	-	9.626.590,08	0,00
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	21.194.757,95	106.275.783,34	19,94
SP	PEREIRAS	35	3750	3	-	12.456.616,25	0,00
SP	PIEDADE	35	3780	0	(2.164.861,63)	58.293.496,04	-3,71
SP	PILAR DO SUL	35	3790	9	(1.591.644,36)	33.543.975,69	-4,75
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(16.179.666,58)	260.761.254,35	-6,20
SP	PIQUEROBI	35	3830	3	659.723,00	10.604.183,00	6,22
SP	PIQUETE	35	3850	1	157.415,28	15.550.620,78	1,01
SP	PIRACAIA	35	3860	0	478.138,44	37.893.411,34	1,26
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(41.724.350,25)	751.189.460,08	-5,55
SP	PIRAJU	35	3880	8	914.182,85	44.270.536,18	2,06
SP	PIRASSUNUNGA	35	3930	1	(25.102.191,86)	125.766.366,61	-20,03
SP	PIRATININGA	35	3940	0	326.374,46	18.045.503,90	1,80

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	8.885.617,83	56.267.097,47	15,79
SP	PLATINA	35	3970	7	(764.474,35)	8.924.467,18	-8,57
SP	POA	35	3980	6	(41.194.554,76)	234.521.982,34	-17,57
SP	POPULINA	35	4040	8	1.325.761,27	12.002.761,59	11,05
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	19.642.553,40	96.568.849,17	20,34
SP	POTIM	35	4075	4	531.213,41	24.458.540,50	2,17
SP	PRADOPOLIS	35	4090	3	-	33.874.163,03	0,00
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	32.037.326,43	588.358.829,33	5,45
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	(13.457.386,71)	323.079.901,04	-4,17
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	35	4150	5	(14.138.538,13)	51.278.761,59	-27,57
SP	RANCHARIA	35	4220	6	(3.691.890,75)	51.335.884,34	-7,58
SP	REGISTRO	35	4260	2	(21.619.087,37)	75.778.763,55	-28,53
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	(8.507.004,02)	22.782.401,29	-28,56
SP	RIBEIRAO DO SUL	35	4320	4	(1.441.246,26)	8.926.048,94	-16,16
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	(8.192.097,12)	15.758.133,30	-51,99
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	825.575,34	148.594.655,64	0,56
SP	RIBEIRAO PRETO	35	4340	2	546.443.338,42	1.108.058.472,66	49,32
SP	RIO CLARO	35	4390	7	105.534.179,09	372.626.324,21	28,32
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	12.585.256,77	60.735.810,82	20,72
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	17.449.372,49	36.480.624,94	47,83
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	(1.585.351,31)	18.614.654,91	-8,52
SP	ROSEIRA	35	4430	1	7.856.622,74	16.168.990,18	48,58
SP	RUBINEIA	35	4450	9	598.747,16	11.710.231,68	5,11
SP	SALTO	35	4520	9	17.490.172,61	170.320.781,37	10,27
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	1.971.979,99	58.854.279,23	3,35
SP	SALTO GRANDE	35	4540	7	2.722.636,94	14.176.908,40	19,20
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(387.124,95)	12.020.304,64	-3,22
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	121.090,00	11.550.431,00	1,05
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	6.758.107,15	64.132.744,34	10,54
SP	SANTA FE DO SUL	35	4660	3	1.831.001,10	66.475.679,86	2,75
SP	SANTA ISABEL	35	4680	1	(11.291.443,56)	84.180.563,35	-13,41
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	16.318.929,22	37.445.899,48	43,58
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	-	28.200.688,56	0,00
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	78.371,21	11.051.754,99	0,71
SP	SANTOS	35	4850	0	103.223.283,98	1.171.310.936,16	8,81
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	388.300.586,59	2.253.901.832,60	17,23
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	(57.342.015,74)	140.303.039,79	-40,87
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	35	4925	0	(6.986.000,34)	7.997.873,19	-87,35
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	(36.892.473,22)	725.547.306,01	-5,08
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	(192.590.471,54)	1.457.613.452,94	-13,21
SP	SAO MANUEL	35	5010	0	(26.052.688,49)	61.496.956,22	-42,36
SP	SAO ROQUE	35	5060	5	(51.239.137,27)	141.441.151,26	-36,23
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	(7.687.694,27)	390.081.148,25	-1,97
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	57.246.680,91	518.719.718,12	11,04
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(1.153.249,18)	11.586.329,87	-9,94
SP	SERTAOZINHO	35	5170	2	(12.448.819,39)	232.313.368,86	-6,38
SP	SETE BARRAS	35	5180	1	(817.904,00)	20.339.681,81	-4,02
SP	SOROCABA	35	5220	5	23.767.183,18	1.148.028.675,89	2,07
SP	TABOAO DA SERRA	35	5280	9	9.245.227,00	381.067.548,00	2,43
SP	TAGUAI	35	5300	5	(1.426.016,83)	15.078.491,93	-9,46
SP	TAIUVA	35	5320	3	187.083,00	10.723.269,00	1,74
SP	TAMBAU	35	5330	2	3.647.723,56	40.547.580,33	9,00
SP	TAQUARAL	35	5365	8	-	6.657.468,05	0,00
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	3.755.821,94	32.238.146,39	11,65
SP	TARUMA	35	5395	5	(539.028,54)	30.623.803,80	-1,76
SP	TATUI	35	5400	3	2.737.162,67	169.115.597,14	1,62
SP	TAUBATE	35	5410	2	(7.785.033,46)	517.212.004,83	-1,51
SP	TIETE	35	5450	8	(3.174.286,58)	75.682.436,81	-4,19
SP	TUPA	35	5500	0	(9.849.578,02)	79.231.289,63	-12,43
SP	TUPI PAULISTA	35	5510	9	-	22.513.202,61	0,00
SP	UBATUBA	35	5540	6	166.139,53	168.737.603,81	0,10
SP	UCHOA	35	5560	4	(335.656,44)	17.886.202,33	-1,88
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	(330.243,86)	7.658.480,80	-4,31
SP	URU	35	5590	1	(900.251,83)	7.269.565,49	-12,38
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	331.277,45	15.306.004,95	2,16
SP	VALINHOS	35	5620	6	219.932.008,20	265.788.076,51	82,75

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	VALPARAISO	35	5630	5	900.829,00	36.809.709,00	2,45
SP	VARZEA PAULISTA	35	5650	3	9.509.416,62	127.947.622,70	7,43
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	611.766,34	15.296.397,18	4,00
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	140.742,20	123.222.088,29	0,11
TO	ARAGUAINA	17	210	9	(20.107.557,86)	137.674.632,72	-14,61
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	17	625	8	-	5.040.268,49	0,00
TO	GURUPI	17	950	0	(3.831.017,08)	76.013.386,59	-5,04

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Semestre de 2010

data-base 30/12/2010

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 20/04/2011

UF	Nome do Município	Cód. IBGE Estado	Cód. IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2º Sem	RCL 2º Sem	DCL/RCL
AL	CACIMBINHAS	27	120	9	-	13.930.447,07	0,00
AL	COQUEIRO SECO	27	220	7	-	9.587.075,80	0,00
BA	ABAIRA	29	10	8	5.922.565,09	10.388.087,12	57,01
BA	AGUA FRIA	29	40	5	1.262.398,65	20.572.392,52	6,14
BA	BARRA DO CHOÇA	29	290	6	22.399.054,99	42.949.481,82	52,15
BA	BELMONTE	29	340	9	(2.395.528,29)	31.863.154,95	-7,52
BA	CAFARNAUM	29	530	5	(962.666,06)	20.408.969,39	-4,72
BA	CORIBE	29	910	9	8.862.072,64	20.153.493,28	43,97
BA	IBITITA	29	1310	1	(1.805.972,54)	20.848.472,00	-8,66
BA	ITIUBA	29	1700	3	6.542.640,89	37.392.685,51	17,50
BA	MACURURÉ	29	1990	0	4.155.459,06	10.864.723,54	38,25
BA	MURITIBA	29	2230	0	5.360.771,70	25.576.108,16	20,96
BA	NILO PECANHA	29	2260	7	4.205.147,03	19.813.541,57	21,22
BA	PAU BRASIL	29	2390	2	6.921.768,27	14.533.980,22	47,62
BA	PINTADAS	29	2465	2	1.200.265,38	13.105.463,77	9,16
BA	SÃO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(3.560.041,08)	17.909.506,96	-19,88
CE	AIUBÁ	23	40	8	(1.150,32)	19.500,97	-6,90
CE	ARACOIABA	23	120	8	993.175,57	32.214.419,20	3,08
CE	ARARÉNDIA	23	125	7	2.751.895,96	14.297.576,35	19,25
CE	BANABUIÚ	23	185	1	(44.432,84)	23.006.166,60	-0,19
CE	BARRO	23	200	8	511.145,00	24.163.468,59	2,12
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	23	426	9	(923.248,21)	13.028.853,53	-7,09
CE	EUSEBIO	23	428	5	(32.405.343,86)	88.778.842,64	-36,50
CE	GUARAMIRANGA	23	510	0	6.042.779,65	10.544.461,76	57,31
CE	IBAPIRÁ	23	530	8	3.701.468,52	29.227.587,58	12,66
CE	IPAUWIRIM	23	570	4	683.221,00	13.409.105,12	5,10
CE	IPU	23	580	3	20.750.858,17	45.740.373,24	45,37
CE	ITAPIUNA	23	650	4	5.324.667,38	21.501.294,12	24,76
CE	MARCO	23	780	9	2.310.907,70	31.951.765,81	7,23
CE	MAURITI	23	810	4	150.224,00	45.059.424,76	0,33
CE	MERUOCA	23	820	3	(2.537.952,68)	16.614.249,87	-15,28
CE	MISSÃO VELHA	23	840	1	7.316.390,24	36.056.094,59	20,29
CE	PACOTI	23	980	5	3.540.479,88	14.987.022,47	23,62
CE	PALHANO	23	1000	1	1.813.397,69	10.841.462,24	16,73
CE	PARAIPABA	23	1025	8	4.915.819,95	31.974.520,19	15,37
CE	SANTANA DO ACARAU	23	1200	7	7.131.410,54	32.671.345,51	21,83
CE	SOLOMOPOLE	23	1300	5	6.387.741,57	22.227.913,87	28,74
CE	UBAJARA	23	1360	9	2.969.155,59	34.333.088,34	8,68
CE	UMIRIM	23	1375	7	2.713.199,72	21.253.722,28	12,77
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(11.007.823,90)	45.821.002,96	-24,02
ES	ALEGRE	32	20	1	3.204.928,23	48.917.392,74	6,55
ES	ANCHIETA	32	40	9	(38.683.199,85)	155.951.528,22	-24,80
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	1.396.691,92	15.343.567,14	9,10
ES	CASTELO	32	140	7	(7.273.688,38)	53.778.044,60	-13,53
ES	CONCEIÇÃO DO CASTELO	32	170	4	(5.384.570,44)	22.314.461,24	-24,13
ES	IBIRACU	32	250	4	868.118,30	20.596.882,88	4,21
ES	ITARANA	32	290	0	(2.429.880,37)	19.230.532,68	-12,64
ES	MARATAÍZES	32	332	0	(12.168.463,00)	52.190.423,00	-23,32
ES	MARILÂNDIA	32	335	3	(1.622.137,19)	19.398.992,46	-8,36
ES	MUQUI	32	380	9	2.512.892,82	20.944.306,77	12,00
ES	PANÓIAS	32	400	5	(5.579.213,46)	29.822.689,59	-18,71
ES	PEDRO CANÁRIO	32	405	4	(159.661,96)	34.772.181,49	-0,46
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	245.969,31	51.948.001,34	0,47
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	1.219.314,71	36.425.486,15	3,35
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(6.638.559,24)	35.235.405,57	-18,84

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

ES	VILA VALERIO	32	517	6	2.526.919,03	25.675.522,99	9,84
GO	ABADIANIA	52	10	0	(4.634.956,85)	16.880.855,22	-27,46
GO	COCALZINHO DE GOIAS	52	551	3	-	19.560.098,80	0,00
GO	ITAGUARI	52	1056	2	(1.205.039,08)	7.315.824,04	-16,47
GO	JARAGUA	52	1180	0	(2.207.373,74)	48.002.168,58	-4,60
GO	PIRACANJUBA	52	1710	4	6.969.589,28	32.491.243,73	21,45
GO	RUBIATABA	52	1890	4	(1.943.512,76)	21.835.169,88	-8,90
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	21	1160	7	(1.324.780,80)	20.360.843,61	-6,51
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	1.089.324,41	10.039.368,62	10,85
MG	ACAIACA	31	40	1	(1.778.096,53)	6.987.642,47	-25,45
MG	AGUA COMPRIDA	31	70	8	(147.203,12)	9.312.654,16	-1,58
MG	AGUANIL	31	80	7	115.209,00	7.439.139,00	1,55
MG	ALBERTINA	31	140	9	(755.528,23)	8.058.852,98	-9,38
MG	ALEM PARAIBA	31	150	6	(2.133.962,33)	38.695.409,59	-5,51
MG	ALTEROSA	31	200	1	(198.701,78)	15.426.674,41	-1,29
MG	ALTO JEQUITIBA	31	5350	9	1.082.391,84	8.595.467,41	12,59
MG	ALVORADA DE MINAS	31	240	7	(53.283,27)	8.367.966,21	-0,64
MG	ANDRADAS	31	260	5	5.273.066,60	40.215.282,35	13,11
MG	ANDRELANDIA	31	280	3	1.242.290,76	12.789.540,74	9,71
MG	ANTONIO DIAS	31	300	9	-	18.610.117,70	0,00
MG	ARACUAI	31	340	5	828.591,73	28.665.817,78	2,89
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(1.544.798,68)	13.980.332,32	-11,05
MG	AREADO	31	430	4	(2.093.179,44)	14.785.385,90	-14,16
MG	ARGIRITA	31	440	3	-	6.846.135,62	0,00
MG	ARICANDUVA	31	445	2	(1.147.709,50)	7.127.980,83	-16,10
MG	ARINOS	31	450	2	(216.580,98)	21.745.676,83	-1,00
MG	AUGUSTO DE LIMA	31	480	9	175.053,22	9.002.650,42	1,94
MG	BAEPENDI	31	490	8	(174.291,07)	22.263.337,56	-0,78
MG	BAMBUI	31	510	3	3.140.070,63	23.630.664,04	13,29
MG	BARAO DE COCAIS	31	540	0	(17.775.177,00)	55.609.840,00	-31,96
MG	BELO VALE	31	640	8	119.568,38	12.566.306,94	0,95
MG	BERTOPOUS	31	660	6	2.017.485,48	9.440.582,27	21,37
MG	BOCAIUA	31	730	7	19.533.904,67	51.527.195,95	37,91
MG	BOM JESUS DA PENHA	31	760	4	(6.798.507,02)	8.378.678,35	-81,14
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	569.281,06	7.755.280,16	7,34
MG	BOM JESUS DO GALHO	31	780	2	(332.141,99)	14.077.476,69	-2,36
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	927.320,19	11.497.734,64	8,07
MG	BOTUMIRIM	31	850	3	1.479.512,25	8.242.270,53	17,95
MG	BRASOPOLIS	31	890	9	(523.169,84)	14.730.259,52	-3,55
MG	BRUMADINHO	31	900	6	(13.946.896,92)	99.683.994,31	-13,99
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	541.401,00	10.803.993,79	5,01
MG	BUENOPOLIS	31	920	4	267.558,94	12.529.285,72	2,14
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	1.039.895,22	14.217.202,66	7,31
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(5.850.210,63)	7.534.083,79	-77,65
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(1.020.810,14)	12.098.516,50	-8,44
MG	CACHOEIRA DOURADA	31	980	8	870.753,80	21.015.543,69	4,14
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	(188.384,05)	10.820.306,87	-1,74
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(4.185.812,46)	27.213.960,05	-15,38
MG	CAMBUI	31	1060	8	(15.166.513,10)	32.049.589,37	-47,32
MG	CAMPANARIO	31	1080	6	2.163.020,10	7.768.158,99	27,84
MG	CANAPOLIS	31	1180	4	(5.724,38)	18.383.286,60	-0,03
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	498.856,89	9.214.809,87	5,41
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	3.842.790,08	20.425.800,19	18,81
MG	CAPITAO ANDRADE	31	1265	3	(327.773,13)	8.293.099,52	-3,95
MG	CARANDAI	31	1320	6	(2.455.844,04)	28.298.369,93	-8,68
MG	CARBONITA	31	1350	3	(74.369,56)	12.305.395,50	-0,60
MG	CAREACU	31	1360	2	(116.365,05)	8.496.483,10	-1,37
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	434.954,22	16.903.792,15	2,57
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(4.503.713,41)	24.573.713,28	-18,33
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	31	1450	1	(1.413.616,02)	19.660.291,09	-7,19
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	2.971.465,65	30.942.089,70	9,60
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(414.012,64)	7.356.103,83	-5,63
MG	CARVALHOS	31	1480	8	651.578,69	6.520.440,56	9,99
MG	CASA GRANDE	31	1490	7	-	6.194.836,09	0,00
MG	CASCALHO RICO	31	1500	3	249.626,76	9.932.608,40	2,51

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(5.468.017,41)	18.440.204,06	-29,65
MG	CATUTI	31	1547	4	(129.296,42)	8.074.179,55	-1,60
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(389.221,62)	5.783.721,93	-6,73
MG	CHACARA	31	1590	4	143.272,19	6.534.800,49	2,19
MG	CHAPADA DO NORTE	31	1610	0	426.923,84	15.953.079,67	2,68
MG	CLARAVAL	31	1640	7	1.662.906,02	7.653.550,98	21,73
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	8.703.019,35	0,00
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	1.920.632,75	12.341.839,71	15,56
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(506.593,00)	8.069.384,99	-8,35
MG	CONEGO MARINHO	31	1783	6	(890.439,78)	9.146.354,88	-9,74
MG	CONGONHAS DO NORTE	31	1810	6	2.150.256,04	7.137.337,62	30,13
MG	CORACAO DE JESUS	31	1880	9	8.319.633,23	24.083.898,00	34,64
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	2.653.594,71	8.540.558,20	31,07
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	(620.110,42)	6.562.656,05	-9,45
MG	COROMANDEL	31	1930	2	(4.998.528,79)	32.344.868,91	-15,45
MG	CORONEL MURTA	31	1950	0	(282.218,91)	10.913.394,23	-2,59
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(882.155,79)	6.333.275,30	-13,93
MG	CORREGO FUNDO	31	1995	5	(1.764.805,00)	10.097.483,00	-17,48
MG	CORREGO NOVO	31	2000	3	(1.367.733,75)	6.946.895,43	-19,69
MG	CRISTAIS	31	2020	1	285.581,88	15.043.223,23	1,90
MG	CRISTALIA	31	2030	0	338.226,66	9.479.413,55	3,57
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	2.657,38	9.674.388,45	0,03
MG	CUPARAQUE	31	2083	9	310.649,72	7.502.515,36	4,14
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	6	171.582,25	7.672.206,41	2,24
MG	DIVINESIA	31	2190	2	38.078,82	6.409.885,20	0,59
MG	DIVINO	31	2200	9	316.449,27	19.976.511,25	1,58
MG	DIVISOPOLIS	31	2245	4	36.322,03	9.702.488,92	0,36
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(1.533.417,39)	7.572.088,50	-20,25
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	(501.953,17)	5.820.054,05	-8,62
MG	DONA EUSEBIA	31	2290	0	(339.079,63)	8.206.002,70	-4,13
MG	DORES DE GUANHIAES	31	2310	6	(1.454.494,30)	9.748.521,17	-14,92
MG	DORESOPOLIS	31	2340	3	3.186.438,53	6.185.726,98	51,51
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	1.053.220,63	6.727.898,17	15,65
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	(47.739,41)	7.717.636,03	-0,62
MG	FELISBURGO	31	2560	6	209.512,89	9.372.885,31	2,24
MG	FRANCISCO BADARO	31	2650	5	42.620,10	10.855.353,80	0,39
MG	FRANCISCO SA	31	2670	3	8.866.247,06	25.910.169,16	34,22
MG	FREI GASPAR	31	2680	2	1.577.453,94	10.030.286,17	15,73
MG	FREI INOCENCIO	31	2690	1	585.383,36	10.574.269,92	5,54
MG	FREI LAGONEGRO	31	2695	0	-	6.483.940,52	0,00
MG	FRONTEIRA	31	2700	8	4.293.875,26	27.573.384,42	15,57
MG	GONCALVES	31	2740	4	(155.467,33)	7.438.039,97	-2,09
MG	GRACI MOGOL	31	2780	0	75.104,75	21.694.363,12	0,35
MG	GUARACIABA	31	2820	4	1.978.828,73	10.614.905,52	18,64
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(1.056.291,11)	24.907.303,37	-4,24
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(330.085,15)	13.063.073,60	-2,53
MG	HELIODORA	31	2920	2	233.621,14	8.225.270,01	2,84
MG	IAPU	31	2930	1	3.722.675,43	11.457.957,89	32,49
MG	IBERTIOGA	31	2940	0	(828.129,46)	8.380.503,63	-9,88
MG	IBIAI	31	2960	8	1.603.985,19	9.168.159,50	17,50
MG	IBIRACI	31	2970	7	(3.318.235,91)	18.892.992,00	-17,56
MG	IGARAPE	31	3010	1	3.844.930,69	38.183.211,05	10,07
MG	IGUATAMA	31	3030	9	964.874,23	12.869.974,26	7,50
MG	ILICINEA	31	3050	7	418.933,45	13.190.258,45	3,18
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	21.226,31	8.691.958,46	0,24
MG	IPANEMA	31	3120	8	(220.633,71)	19.174.722,12	-1,15
MG	ITABIRITO	31	3190	1	(2.874.045,03)	103.718.675,22	-2,77
MG	ITAGUARA	31	3220	6	(1.658.658,84)	15.222.224,01	-10,90
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	3.719.178,41	31.705.638,79	11,73
MG	ITAMARATI DE MINAS	31	3260	2	482.804,32	8.809.356,34	5,48
MG	ITAMOGI	31	3290	9	1.752.269,27	13.416.328,82	13,06
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	859.151,58	23.132.095,62	3,71
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	1.064.249,15	19.490.204,46	5,46
MG	ITAPEVA	31	3360	0	(924.973,56)	12.553.417,64	-7,37
MG	ITAU DE MINAS	31	3375	8	2.218.948,49	28.992.668,39	7,65
MG	ITAUVERAVA	31	3390	7	109.985,74	6.679.376,52	1,65

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	ITUMIRIM	31	3430	1	554.360,45	7.181.955,51	7,72
MG	ITURAMA	31	3440	0	17.837.420,32	73.093.752,76	24,40
MG	ITUTINGA	31	3450	9	295.025,40	8.781.716,54	3,36
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	(1.623.385,98)	18.229.464,48	-8,91
MG	JACINTO	31	3470	7	917.158,31	12.948.411,52	7,08
MG	JACUTINGA	31	3490	5	(2.603.042,54)	32.805.450,98	-7,93
MG	JAGUARACU	31	3500	1	-	8.612.525,28	0,00
MG	JAMPRUCA	31	3507	6	478.657,91	7.484.364,39	6,40
MG	JAPARAIBA	31	3530	3	(160.022,98)	7.250.696,00	-2,21
MG	JENIPAO DE MINAS	31	3545	6	(36.523,33)	8.912.091,17	-0,41
MG	JEQUITIBA	31	3570	4	-	8.740.997,34	0,00
MG	JEQUITINHONHA	31	3580	3	10.854.971,82	24.015.570,11	45,20
MG	JESUANIA	31	3590	2	507.075,39	8.172.860,32	6,20
MG	JOAO PINHEIRO	31	3630	6	4.459.348,29	55.284.023,09	8,07
MG	JOAQUIM FELICIO	31	3640	5	4.450.285,77	9.875.321,61	45,06
MG	LADAINHA	31	3700	7	1.570.353,59	17.058.354,25	9,21
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	(412.275,18)	48.264.294,43	-0,85
MG	LAGOA DOS PATOS	31	3730	4	342.199,24	7.693.515,02	4,45
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	-	10.508.998,55	0,00
MG	LAGOA SANTA	31	3760	1	5.630.192,75	81.675.693,96	6,89
MG	LAJINHA	31	3770	0	4.955.396,65	22.160.684,12	22,36
MG	LAMBARI	31	3780	9	2.178.547,05	22.301.449,84	9,77
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	(224.831,82)	8.444.497,94	-2,66
MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3862	5	3.358.331,83	14.800.870,97	22,69
MG	LONTRA	31	3865	8	3.427.853,85	9.723.460,66	35,25
MG	LUISBURGO	31	3867	4	-	8.029.879,97	0,00
MG	LUMINARIAS	31	3870	8	(738.014,47)	7.865.220,79	-9,36
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	31	3910	2	197.243,84	7.412.172,70	2,66
MG	MANTENA	31	3960	7	12.232.784,86	31.439.098,25	38,91
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(142.384,09)	14.036.030,32	-1,01
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	(2.158.155,28)	12.383.474,09	-17,43
MG	MARIPA DE MINAS	31	4020	9	(75.765,59)	6.788.120,68	-1,12
MG	MARTINHO CAMPOS	31	4050	6	(1.315.946,27)	18.856.537,81	-6,98
MG	MARTINS SOARES	31	4053	0	265.215,11	9.071.213,32	2,92
MG	MATERLANDIA	31	4060	5	(637.668,18)	7.722.775,41	-8,26
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	16.423.237,31	39.596.286,46	41,48
MG	MEDINA	31	4140	5	9.788.492,19	20.183.788,02	48,50
MG	MENDES PIMENTEL	31	4150	4	850.740,86	10.123.780,60	8,40
MG	MINAS NOVAS	31	4180	1	2.501.258,16	27.477.197,56	9,10
MG	MINDURI	31	4190	0	-	6.907.615,37	0,00
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(2.486.579,12)	14.018.977,91	-17,73
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(2.639.123,12)	29.833.301,03	-8,85
MG	MONTE BELO	31	4300	5	108.078,66	12.899.006,62	0,84
MG	MONTE CARMELO	31	4310	4	8.965.819,79	53.806.636,51	16,66
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	(1.556.393,30)	23.578.581,55	-6,60
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(1.380.957,26)	9.690.368,87	-14,25
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	451.703,47	18.997.818,66	2,38
MG	MORRO DA GARÇA	31	4360	9	554.020,89	7.874.944,06	7,04
MG	MUNHOZ	31	4380	7	3.166.105,33	7.451.125,17	42,49
MG	MUZAMBINO	31	4410	2	(2.125.750,53)	20.977.802,66	-10,13
MG	NAQUE	31	4435	9	1.672.824,14	8.102.229,34	20,65
MG	NATERCIA	31	4440	9	(224.966,80)	7.811.439,30	-2,88
MG	NOVA UNIAO	31	3660	3	(21.063,58)	7.125.704,54	-0,30
MG	NOVOHORIZONTE	31	4537	2	-	8.087.022,14	0,00
MG	OLHOS D'AGUA	31	4545	5	(529.282,50)	9.837.227,02	-5,38
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(513.781,44)	7.798.008,15	-6,59
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	(1.019.643,92)	46.548.223,36	-2,19
MG	ORATORIOS	31	4585	1	720.000,00	8.575.847,47	8,40
MG	ORIZANIA	31	4587	7	(284.985,14)	9.261.379,30	-3,08
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	2.734.554,75	76.381.181,17	3,58
MG	OURO FINO	31	4600	8	(1.858.844,02)	33.034.338,89	-5,63
MG	PADRE PARAISO	31	4630	5	1.561.235,78	20.690.922,52	7,55
MG	PAINS	31	4650	3	837.213,00	15.283.166,00	5,48
MG	PALMA	31	4670	1	571.788,73	7.889.832,26	7,25
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	(1.290.887,19)	19.467.019,47	-6,63
MG	PARAISOPOLIS	31	4730	3	-	26.335.797,77	0,00
MG	PASSABEM	31	4750	1	-	5.433.673,25	0,00

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	PATROCÍNIO DO MURIAE	31	4820	2	212.538,86	7.819.500,86	2,72
MG	PEDRA AZUL	31	4870	7	937.287,29	26.088.516,09	3,59
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	477.247,23	10.021.408,21	4,76
MG	PEDRA DO INDAIA	31	4890	5	(596.093,98)	8.069.046,53	-7,39
MG	PEDRA DOURADA	31	4900	2	141.579,28	6.939.648,66	2,04
MG	PEDRALVA	31	4910	1	(1.175.141,06)	11.761.558,80	-9,99
MG	PEDRINÓPOLIS	31	4920	0	479.201,58	10.816.594,07	4,78
MG	PERDIZES	31	4980	4	7.897.522,34	28.278.644,87	27,93
MG	PERDOES	31	4990	3	(129.961,06)	23.485.225,71	-0,55
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(876.480,90)	7.089.476,31	-12,40
MG	PIEDADE DOS GERAIS	31	5040	6	889.146,19	7.562.664,74	11,76
MG	PIMENTA	31	5050	5	582.067,00	11.965.599,00	4,86
MG	PINTÓPOLIS	31	5057	0	217.821,39	9.521.976,46	2,29
MG	PIRACEMA	31	5060	4	1.702.604,32	8.107.376,22	21,00
MG	PIRAJUBA	31	5070	3	(1.705.695,80)	11.757.545,08	-14,51
MG	PIRANGA	31	5080	2	281.129,00	17.846.042,00	1,58
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	(1.470.980,72)	7.032.823,27	-20,92
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	(468.620,64)	9.407.709,70	-4,98
MG	PITANGUI	31	5140	4	13.315.185,93	21.672.855,42	61,44
MG	PIUMHI	31	5150	3	(347.493,00)	40.200.164,00	-0,86
MG	PLANURA	31	5160	2	(738.349,02)	17.141.773,99	-4,31
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(9.025.671,02)	16.230.772,28	-55,61
MG	POMPEU	31	5200	6	10.179.299,79	36.109.919,84	28,19
MG	PONTO DOS VOLANTES	31	5217	0	(449.133,92)	14.846.864,23	-3,03
MG	PORTO FIRME	31	5230	3	1.988.799,76	9.154.646,59	21,72
MG	PRATAPOLIS	31	5290	7	11.065.443,32	12.102.535,20	91,43
MG	PRATINHA	31	5300	4	(230.456,37)	7.252.140,52	-3,18
MG	PRESIDENTE KUBITSCHKE	31	5330	1	1.315.052,44	6.568.318,63	20,02
MG	PRESIDENTE OLEGÁRIO	31	5340	0	745.450,00	25.162.441,36	2,96
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5360	8	2.495.174,49	10.690.239,52	23,34
MG	QUELUZITO	31	5380	6	(1.022.475,50)	6.231.226,11	-16,41
MG	RAUL SOARES	31	5400	2	4.239.517,69	24.513.219,44	17,29
MG	REDUTO	31	5415	0	116.280,98	8.666.617,26	1,34
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(353.277,75)	10.832.963,88	-3,26
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	3.753.944,05	20.712.828,61	18,12
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(666.226,53)	7.602.718,57	-8,76
MG	RIO MANSO	31	5530	6	20.927,74	7.663.852,41	0,27
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	7.594.846,00	19.209.751,00	39,54
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	(1.399.792,85)	23.030.636,10	-6,08
MG	RIO PRETO	31	5590	0	(218.249,19)	8.947.906,35	-2,44
MG	RIO VERMELHO	31	5600	7	7.853.618,42	13.697.291,63	57,34
MG	RODEIRO	31	5630	4	(1.382.029,45)	8.589.571,34	-16,09
MG	ROMARIA	31	5640	3	(160.367,27)	10.362.799,55	-1,55
MG	SABINÓPOLIS	31	5680	9	1.724.154,41	18.046.198,38	9,55
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	(1.250.602,68)	55.056.993,55	-2,27
MG	SALTO DA DIVISA	31	5710	4	(2.440.999,64)	12.295.276,34	-19,85
MG	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	31	5727	8	(283.649,12)	7.121.790,76	-3,98
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	31	5737	7	(851.933,80)	9.282.816,13	-9,18
MG	SANTA FE DE MINAS	31	5760	9	186.105,14	8.650.582,76	2,15
MG	SANTA JULIANA	31	5770	8	4.208.856,76	20.725.602,24	20,31
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	292.275,39	15.668.604,56	1,87
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-	14.263.152,08	0,00
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	31	5930	8	(792.398,69)	8.364.207,29	-9,47
MG	SANTA RITA DO ITUETO	31	5950	6	174.768,11	7.788.886,20	2,24
MG	SANTA VITÓRIA	31	5980	3	14.136.835,17	52.150.984,03	27,11
MG	SANTANA DE CATAGUASES	31	5840	9	455.878,49	7.018.747,35	6,50
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	31	5850	8	-	8.514.853,42	0,00
MG	SANTANA DO MANHUAÇU	31	5890	4	2.201.818,43	9.289.145,15	23,70
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	-	7.438.682,59	0,00
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	31	6020	7	(387.498,89)	7.975.462,84	-4,86
MG	SANTOS DUMONT	31	6070	2	(4.530.386,90)	43.234.444,83	-10,48
MG	SAO DOMINGOS DAS DORES	31	6095	9	(357.426,11)	8.422.853,29	-4,24
MG	SAO FELIX DE MINAS	31	6105	5	273.685,35	6.585.188,68	4,16
MG	SAO FRANCISCO DO GLÓRIA	31	6140	3	171.778,38	8.424.126,49	2,04
MG	SAO GERALDO DO BAIXO	31	6165	0	(779.773,48)	6.729.316,25	-11,59
MG	SAO GONCALO DO ABAETE	31	6170	0	2.222.556,54	13.312.935,40	16,68

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	SÃO GONÇALO DO PARA	31	8180	9	2.764.659,83	13.024.552,44	21,23
MG	SÃO GONÇALO DO RIO PRETO	31	2550	7	2.482.802,39	7.324.239,68	33,90
MG	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	31	6200	5	(1.445.920,25)	22.528.420,33	-6,42
MG	SÃO GOTARDO	31	6210	4	6.142.059,23	32.357.236,82	18,98
MG	SÃO JOÃO DA LAGOA	31	6225	2	65.000,04	8.238.612,53	0,79
MG	SÃO JOÃO DA MATA	31	6230	2	(938.523,59)	6.430.060,79	-14,61
MG	SÃO JOÃO DAS MISSOES	31	6245	0	3.057.817,38	13.951.577,76	21,92
MG	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	31	6257	5	693.761,13	7.679.656,35	9,03
MG	SÃO JOÃO DO ORIENTE	31	6260	9	(180.460,42)	7.989.442,02	-2,26
MG	SÃO JOÃO DO PACUI	31	6265	8	(655.844,70)	8.061.497,71	-8,14
MG	SÃO JOÃO DO PARAISO	31	6270	8	(2.193.976,57)	21.347.817,88	-10,28
MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	1.970.943,09	30.580.178,94	6,45
MG	SÃO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(271.784,93)	28.701.257,10	-0,95
MG	SÃO JOSE DA SAFIRA	31	6300	3	(1.264.611,05)	7.155.655,03	-17,67
MG	SÃO JOSE DO DIVINO	31	6330	0	(230.367,79)	7.015.016,69	-3,28
MG	SÃO JOSE DO JACURI	31	6350	8	2.817.673,21	7.608.790,10	37,03
MG	SÃO JOSE DO MANTIMENTO	31	6360	7	107.184,26	6.112.306,59	1,75
MG	SÃO LOURENÇO	31	6370	6	16.991.886,18	58.251.057,46	29,17
MG	SÃO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(633.845,31)	8.085.039,65	-7,84
MG	SÃO PEDRO DO SUACUI	31	6410	0	720.948,31	7.669.817,21	9,40
MG	SÃO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	891.382,72	7.798.534,85	11,43
MG	SÃO SEBASTIAO DO MARANHÃO	31	6450	6	679.587,89	9.700.819,90	7,01
MG	SÃO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6490	2	175.244,68	6.811.592,04	2,57
MG	SÃO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	1.732.217,79	10.150.688,72	17,07
MG	SÃO VICENTE DE MINAS	31	6530	5	(1.471.477,89)	9.437.759,04	-15,59
MG	SARÓIA	31	6550	3	(1.232.081,22)	8.259.136,03	-14,92
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	718.688,53	6.732.850,50	10,67
MG	SENADOR CORTES	31	6560	2	(1.710.705,99)	6.586.352,18	-26,05
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	(337.324,19)	5.713.015,44	-5,90
MG	SENADOR MODESTINO GONÇALVES	31	6590	9	2.526.118,13	8.874.181,66	28,47
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	(1.551.587,19)	8.130.176,97	-19,08
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	(626.327,06)	9.372.379,17	-6,68
MG	SERITINGA	31	6640	2	-	5.782.859,51	0,00
MG	SERRA AZUL DE MINAS	31	6650	1	2.026.474,39	7.120.324,94	28,46
MG	SERRANIA	31	6690	7	29.669,00	9.196.745,39	0,32
MG	SERRO	31	6710	3	(1.901.747,74)	20.137.106,57	-9,44
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	184.985,49	6.265.598,00	2,95
MG	TABULEIRO	31	6790	5	(174.904,24)	6.971.685,24	-2,51
MG	TAPARUBA	31	6805	1	277.645,90	6.128.098,93	4,53
MG	TAQUARACU DE MINAS	31	6830	9	3.038.957,25	8.886.812,36	34,20
MG	TIRADENTES	31	6880	4	497.548,23	9.924.805,30	5,01
MG	TIROS	31	6890	3	1.043.146,92	10.092.717,27	10,34
MG	TOLEDO	31	6910	9	(1.072.211,87)	7.782.032,11	-13,79
MG	TOMBOS	31	6920	8	(952.623,03)	11.465.371,43	-8,31
MG	TURVOLANDIA	31	6980	2	(303.008,19)	7.448.628,88	-4,07
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	1.408.362,20	9.310.188,70	15,13
MG	URUCANIA	31	7050	3	3.331.898,03	12.572.688,11	26,50
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	1.347.695,46	6.929.756,16	19,45
MG	VARZELANDIA	31	7090	9	3.541.334,93	17.585.537,97	20,14
MG	VEREDINHA	31	7107	1	(108.889,16)	8.142.245,97	-1,34
MG	VERISSIMO	31	7110	5	368.408,67	9.313.669,49	3,96
MG	VIRGINIA	31	7170	9	101.101,89	8.579.826,48	1,18
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	31	7200	4	2.212.612,57	36.942.944,27	5,99
MS	ALCINOPOLIS	50	25	2	-	17.867.144,89	0,00
MS	AMAMBÁ	50	60	9	5.216.339,84	54.732.392,16	9,53
MS	ANASTACIO	50	70	8	688.515,43	27.121.046,86	3,28
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	2.442.202,27	41.627.868,94	5,87
MS	BELA VISTA	50	210	0	4.705.200,00	32.964.320,00	14,27
MS	CASSILANDIA	50	290	2	-	34.719.623,61	0,00
MS	CHAPADÃO DO SUL	50	295	1	939.146,28	49.912.506,86	1,88
MS	COSTA RICA	50	325	6	(8.722.942,26)	49.011.070,49	-17,80

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MS	COXIM	50	330	6	-	43.893.417,52	0,00
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(1.957.979,94)	9.716.628,36	-20,15
MS	IGUATEMI	50	430	4	(2.872.539,94)	23.461.796,32	-12,24
MS	INOCENCIA	50	440	3	(3.127.272,48)	20.978.718,31	-14,91
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	1.468.121,62	26.907.248,95	5,46
MS	JARDIM	50	500	4	(17.748,77)	37.896,67	-46,83
MS	JATEI	50	510	3	2.054.388,60	16.392.705,09	12,53
MS	LADARIO	50	520	2	6.048.768,62	25.928.773,96	23,33
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	701.678,75	31.997.972,71	2,19
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	2.978.238,56	47.476.675,90	6,27
MS	ROCHEDO	50	750	5	(1.661.064,32)	11.061.700,61	-15,02
MS	SELVIRIA	50	760	2	(1.068.235,12)	20.033.996,09	-5,34
MS	VICENTINA	50	840	4	604.267,34	10.882.504,78	5,55
MT	CANARANA	51	270	2	451.836,99	27.761.693,84	1,63
MT	SERRA NOVA DOURADA	51	788	3	(376.777,36)	4.817.630,92	-7,82
PA	OURILANDIA DO NORTE	15	543	7	(11.660.771,25)	70.190.890,89	-16,61
PA	XINGUARA	15	840	7	(8.376.467,80)	45.153.969,25	-18,55
PB	POCO DANTAS	25	1203	6	(648.621,00)	9.110.783,00	-7,12
PB	QUEIMADAS	25	1250	7	(44.142,04)	34.589.005,81	-0,13
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	-	32.071.089,73	0,00
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	4.630.587,70	13.698.368,20	33,80
PE	BETANIA	26	180	5	-	15.864.346,31	0,00
PE	BODOCO	26	200	1	2.104.858,16	37.211.888,26	5,66
PE	BOM JARDIM	26	220	9	(4.055.378,54)	34.015.317,40	-11,92
PE	BREJAO	26	240	7	1.950.240,08	12.829.340,60	15,20
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.109.332,18)	12.263.360,08	-17,20
PE	CAETES	26	320	7	-	28.667.656,90	0,00
PE	CARNAIBA	26	390	0	3.442.898,76	21.386.811,91	16,10
PE	CASINHAS	26	415	5	(2.146.167,50)	19.251.858,28	-11,15
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	1.688.373,88	14.871.556,01	11,35
PE	CUMARU	26	490	8	9.294.202,42	21.038.788,32	44,18
PE	FERREIROS	26	550	9	(268.689,46)	13.555.027,75	-1,98
PE	FLORES	26	560	8	3.423.059,01	24.431.652,76	14,01
PE	GRANITO	26	630	9	(1.872.227,26)	11.892.655,11	-15,74
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	5.196.704,63	10.643.396,20	48,83
PE	IGUARACI	26	690	3	(426.003,16)	12.884.196,14	-3,31
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	6.265.973,00	25.338.877,45	24,73
PE	ITACURUBA	26	740	6	3.056.027,89	17.910.132,77	17,06
PE	ITAPETIM	26	770	3	(3.443.622,68)	15.733.111,98	-21,89
PE	JATOBA	26	805	7	-	16.745.508,69	0,00
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	2.123.863,29	21.558.235,08	9,85
PE	MACAPARANA	26	900	6	(1.561.777,04)	24.381.568,16	-6,41
PE	MACHADOS	26	910	5	(2.295.137,95)	14.236.436,96	-16,12
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	-	16.253.205,00	0,00
PE	OROBO	26	970	9	(105.673,98)	27.477.949,23	-0,38
PE	PASSIRA	26	1050	9	2.979.839,66	27.829.143,60	10,71
PE	PAUDALHO	26	1060	8	511.457,79	41.725.583,61	1,23
PE	PEDRA	26	1080	6	(2.763,72)	21.649.118,05	-0,01
PE	QUIXABA	26	1153	3	(44.088,44)	9.839.281,46	-0,45
PE	SALGADINHO	26	1210	9	1.104.816,74	10.124.698,02	10,91
PE	SALOA	26	1230	7	2.940.613,50	18.130.493,37	16,22
PE	SANHARO	26	1240	6	-	20.881.249,63	0,00
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	21.093.469,73	0,00
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(79.523,79)	14.486.962,86	-0,55
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	605.161,48	11.799.415,35	5,13
PE	SAO JOAO	26	1320	6	1.369.801,62	24.074.567,08	5,69
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	2.862.008,56	31.823.766,73	8,99
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	-	20.473.856,37	0,00
PE	SERRITA	26	1400	6	841.739,17	23.547.824,00	3,57
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	12.009.086,42	40.628.782,85	29,56
PE	TACARATU	26	1480	8	(1.493.227,52)	19.712.995,68	-7,57
PE	TAMANDARE	26	1485	7	8.317.419,43	27.285.918,91	30,48
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.189.633,56)	11.219.993,77	-10,60
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(4.888.000,52)	16.909.321,63	-28,91
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	-	10.953.460,74	0,00
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(260.209,34)	11.031.189,31	-2,36

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	ADRIANOPOLIS	41	20	2	3.610.814,49	12.191.726,07	29,62
PR	AGUDOS DO SUL	41	30	1	1.248.642,03	8.192.644,88	15,24
PR	AMPERE	41	100	2	117.224,64	19.484.294,10	0,60
PR	ANAHY	41	105	1	787.456,27	6.999.011,06	11,25
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	4.471.495,66	41.465.981,26	10,78
PR	BALSA NOVA	41	230	7	(1.543.055,12)	21.305.951,52	-7,24
PR	BOA ESPERANÇA	41	300	8	306.055,69	10.722.312,83	2,85
PR	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	41	302	4	116.500,59	8.011.422,36	1,45
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	2.539.320,45	13.352.845,24	19,02
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	545.087,73	8.780.074,15	6,21
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	3.923.812,37	49.645.279,40	7,90
PR	CANDOI	41	442	8	(16.138.721,88)	29.623.781,36	-54,48
PR	CARAMBEI	41	465	9	3.521.051,11	34.958.830,08	10,07
PR	CEU AZUL	41	530	0	(1.722.623,92)	21.370.413,15	-8,06
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	3.241.887,17	35.247.660,69	9,20
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	1.540.581,79	18.603.067,78	8,28
PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	41	640	7	14.918.550,73	48.986.249,81	30,45
PR	CRUZ MACHADO	41	680	3	2.036.276,28	31.267.630,63	6,51
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	419.156,12	10.736.063,67	3,90
PR	DIAMANTE DO OESTE	41	715	7	(292.392,77)	9.350.893,87	-3,13
PR	DOURADINA	41	725	6	(2.018.414,16)	11.785.823,61	-17,13
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	3.284.200,92	7.588.735,49	43,28
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	(150.031,11)	11.282.659,85	-1,33
PR	FAROL	41	755	3	1.950.407,96	7.609.635,13	25,63
PR	FENIX	41	770	2	2.117.548,55	8.077.215,66	26,22
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	406.727,40	8.776.012,17	4,63
PR	GUAIARA	41	880	9	(11.160.988,80)	37.403.009,35	-29,84
PR	GUAPOREMA	41	910	4	874.834,30	6.573.753,03	13,31
PR	GUARANIACU	41	930	2	202.644,47	21.297.917,17	0,95
PR	IGUAÇU	41	1005	2	337.121,06	5.990.476,78	5,63
PR	IPIRANGA	41	1050	8	797.684,84	19.376.790,84	4,12
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	264.121,78	5.934.305,48	4,45
PR	IRETAMA	41	1080	5	5.346.852,93	14.847.357,55	36,01
PR	ITAMBARACA	41	1100	1	238.988,36	10.597.063,94	2,26
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	(535.461,23)	18.469.703,20	-2,90
PR	IVAIPORA	41	1150	6	7.838.839,29	26.261.677,90	29,85
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	6.951.551,57	43.057.191,01	16,14
PR	JATAIZINHO	41	1270	2	676.360,79	13.737.458,72	4,92
PR	JESUITAS	41	1275	1	1.379.190,29	11.594.192,86	11,90
PR	JOAQUIM TAVORA	41	1280	1	(366.787,91)	13.823.773,27	-2,65
PR	KALORE	41	1310	6	287.033,98	6.790.861,19	4,23
PR	LANEIRAS DO SUL	41	1330	4	7.987.390,85	33.457.862,98	23,90
PR	LOANDA	41	1350	2	(384.260,77)	21.173.596,99	-1,81
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	4.602.198,07	8.686.856,99	52,98
PR	MAMBORE	41	1400	5	(19.165,77)	20.129.090,85	-0,10
PR	MANDAGUARI	41	1420	3	14.564.418,85	43.185.676,38	33,73
PR	MARIALVA	41	1480	7	5.174.626,07	37.224.046,17	13,90
PR	MARILÂNDIA DO SUL	41	1490	6	(297.619,08)	12.719.159,19	-2,34
PR	MARILUZ	41	1510	1	3.082.176,51	13.689.197,40	22,52
PR	MATINHOS	41	1570	5	(4.211.616,31)	52.333.168,50	-8,05
PR	MERCEDES	41	1585	3	34.323,42	11.499.478,56	0,30
PR	MISSAL	41	1605	9	(771.614,37)	18.639.995,40	-4,14
PR	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	41	1650	5	438.006,78	5.771.773,17	7,59
PR	NOVA ESPERANÇA	41	1690	1	3.496.762,28	26.641.647,01	13,13
PR	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	41	1695	0	329.151,52	8.295.048,40	3,97
PR	NOVA LONDRINA	41	1710	7	5.021.539,63	14.809.940,27	33,91
PR	NOVO ITACOLOMI	41	1729	7	77.518,29	6.318.757,72	1,23
PR	PALOTINA	41	1790	9	2.235.949,72	38.102.142,20	5,87
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	449.261,19	9.033.206,45	4,97
PR	PEROLA DO OESTE	41	1900	4	105.283,80	8.390.494,11	1,25
PR	PIEN	41	1910	3	36.459,92	19.030.708,14	0,19
PR	PINHÃO	41	1930	1	(245.008,76)	35.467.790,17	-0,69
PR	PLANALTO	41	1980	6	347.047,60	16.244.100,61	2,14

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	416.100,36	7.356.165,84	5,66
PR	PORTO RICO	41	2020	0	178.549,04	7.547.145,21	2,37
PR	PRANCHITA	41	2035	8	148.178,92	8.382.797,89	1,77
PR	QUATRO BARRAS	41	2080	4	(1.016.376,70)	33.658.642,01	-3,02
PR	QUEDAS DO IGUAÇU	41	2090	3	4.049.492,83	35.249.750,25	11,49
PR	QUINTA DO SOL	41	2110	9	339.853,75	9.231.416,98	3,68
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	2.846.756,31	15.835.607,98	17,98
PR	REALEZA	41	2140	6	(837.817,08)	17.161.555,29	-4,88
PR	RENASCENÇA	41	2160	4	445.993,25	11.466.800,14	3,89
PR	RIO AZUL	41	2200	8	(2.625.716,53)	16.514.231,10	-15,90
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(1.118.837,24)	34.969.529,76	-3,20
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	2.266.958,65	15.569.333,75	14,56
PR	SANTA LUCIA	41	2382	4	109.831,30	7.756.470,53	1,42
PR	SANTANA DO ITARARE	41	2400	4	(614.168,85)	7.354.957,93	-8,35
PR	SÃO CARLOS DO IVAÍ	41	2460	8	1.168.704,70	10.557.968,98	11,07
PR	SÃO JOÃO DO IVAÍ	41	2500	1	3.939.084,96	14.082.157,37	27,97
PR	SÃO JORGE DO OESTE	41	2520	9	(259.433,78)	21.210.351,27	-1,22
PR	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	41	2535	7	530.941,69	13.494.154,17	3,93
PR	SÃO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	5.006.491,16	9.595.837,37	52,17
PR	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	41	2635	5	1.268.940,01	12.503.377,65	10,15
PR	SULINA	41	2665	2	417.919,84	8.545.402,49	4,89
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	707.973,44	13.314.613,73	5,32
PR	TERRA RICA	41	2730	4	5.417.787,40	17.374.580,22	31,18
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	4.471.370,41	20.767.134,41	21,53
PR	VERA CRUZ DO OESTE	41	2855	9	55.194,55	11.114.141,87	0,50
PR	VERE	41	2860	9	1.503.894,67	11.928.558,52	12,61
RJ	CARDOSO MOREIRA	33	115	7	563.761,00	34.593.888,10	1,63
RJ	ITAOCARA	33	210	6	4.885.399,60	40.312.748,60	12,12
RJ	ITATIAIA	33	225	4	1.015.361,70	73.050.038,90	1,39
RJ	LAJE DO MURIAE	33	230	4	1.468.740,00	26.034.891,00	5,64
RJ	PORTO REAL	33	411	0	(16.080.120,10)	130.801.599,10	-12,29
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	6.723.393,50	35.877.820,70	18,74
RJ	VASSOURAS	33	620	6	(5.367.833,50)	65.674.757,30	-8,17
RN	CRUZETA	24	300	4	(51.598,72)	9.151.922,25	-0,56
RO	ALTA FLORESTA DO OESTE	11	1	5	747.369,81	35.914.873,87	2,08
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(1.749.206,75)	18.392.586,97	-9,51
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(3.596.319,34)	22.594.775,25	-15,92
RO	ALVORADA DO OESTE	11	34	6	(2.791.299,06)	25.550.145,95	-10,92
RO	CABIXI	11	3	1	(1.473.958,33)	10.639.696,50	-13,85
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(370.152,51)	10.245.593,17	-3,61
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(469.427,02)	21.001.264,95	-2,24
RO	NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	11	14	8	(5.497.323,80)	24.345.102,66	-22,58
RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	(26.808.875,44)	48.085.639,55	-55,75
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	(1.367.423,89)	8.598.238,46	-15,90
RO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	11	32	0	(2.885.229,34)	29.013.608,65	-9,94
RO	SERINGUEIRAS	11	150	0	(2.240.505,60)	16.716.424,84	-13,40
RO	TEIXEIROPOLIS	11	155	9	(2.975.372,00)	9.295.895,94	-32,01
RS	ACEGUA	43	3	4	(3.224.951,74)	12.679.915,02	-25,43
RS	ÁGUA SANTA	43	5	9	(366.115,10)	9.685.712,90	-3,78
RS	AGUDO	43	10	9	1.738.041,74	25.608.419,11	6,79
RS	AJURICABA	43	20	8	(981.620,50)	12.781.581,47	-7,68
RS	ALECRIM	43	30	7	(1.776.371,94)	9.110.069,37	-19,50
RS	ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL	43	47	1	(487.047,72)	7.462.410,14	-6,53
RS	ALPESTRE	43	50	5	(2.650.585,27)	16.183.298,83	-16,38
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	(1.666.534,01)	8.284.409,22	-20,12
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(1.304.120,43)	7.561.457,86	-17,25
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	142.915,87	9.747.204,74	1,47
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(538.258,00)	10.330.722,00	-5,21
RS	ANDRÉ DA ROCHA	43	66	1	(1.344.895,87)	5.948.479,65	-22,61
RS	ANTA GORDA	43	70	3	(2.443.781,83)	11.446.044,70	-21,35
RS	ANTÔNIO PRADO	43	80	2	1.335.621,75	20.324.735,09	6,57
RS	ARAMBARE	43	85	1	(1.434.259,36)	9.621.632,75	-14,91
RS	ARATIBA	43	90	1	(8.863.757,37)	32.092.854,53	-27,62

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	ARROIO DO MEIO	43	100	8	3.281.837,65	30.671.597,43	10,70
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	(108.224,81)	19.974.879,92	-0,54
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	(1.173.159,18)	17.414.453,26	-6,74
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	116.464,83	25.124.151,30	0,46
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(1.247.427,88)	12.833.202,65	-9,72
RS	BALNEARIO PINHAL	43	163	6	192.277,13	24.717.950,01	0,78
RS	BARAO	43	165	1	1.003.534,00	9.550.765,00	10,51
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(1.640.318,00)	11.071.078,00	-14,82
RS	BARRA DO GUARITA	43	185	9	(2.740.920,04)	7.634.723,86	-35,90
RS	BARRA DO QUARAÍ	43	187	5	(1.751.904,70)	11.901.682,25	-14,72
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	(618.638,76)	7.100.801,84	-8,71
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(298.943,96)	8.719.396,23	-3,43
RS	BARRACAO	43	180	0	942.750,78	11.469.668,58	8,22
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	408.118,01	17.037.549,71	2,40
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	(969.372,03)	7.181.153,46	-13,50
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	641.483,99	11.307.872,34	5,67
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(1.296.830,70)	9.143.800,42	-14,18
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	(869.680,38)	9.200.915,07	-9,45
RS	BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(1.903.518,87)	10.791.359,62	-17,64
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.007.217,14	16.604.460,11	66,29
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	2	1.805.354,93	20.146.918,36	8,96
RS	BOM PROGRESSO	43	237	9	(286.007,23)	6.483.230,90	-4,41
RS	BOSSOROCA	43	250	1	46.947,72	12.544.809,29	0,37
RS	BOZANO	43	258	4	(1.183.299,18)	6.869.632,68	-17,23
RS	BRAGA	43	260	0	(706.104,27)	7.778.929,91	-9,08
RS	BROCHIER	43	265	9	(43.559,01)	9.249.213,76	-0,47
RS	BUTIA	43	270	9	4.447.128,29	25.162.132,38	17,67
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(15.223.867,85)	41.616.521,63	-36,58
RS	CACEQUI	43	290	7	2.478.957,02	16.823.870,62	14,73
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	(1.506.095,00)	8.194.754,13	-18,38
RS	CAIBATE	43	330	1	247.868,49	8.695.546,88	2,85
RS	CAICARA	43	340	0	(124.032,35)	8.906.860,96	-1,39
RS	CAMARGO	43	355	8	(5.971.018,05)	8.911.827,70	-67,00
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	(517.106,79)	9.391.884,49	-5,51
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.170.830,65)	10.020.756,39	-11,68
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	-	11.063.167,80	0,00
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	(218.936,44)	9.674.030,29	-2,26
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	141.006,26	10.684.402,17	1,32
RS	CANDIOTA	43	435	8	(1.902.399,04)	32.284.002,37	-5,89
RS	CANELA	43	440	8	(6.118.003,52)	62.617.866,16	-9,77
RS	CANUDOS DO VALE	43	461	4	(1.337.007,77)	6.308.239,86	-21,19
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	(991.212,71)	7.502.325,06	-13,21
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	(5.651.641,38)	73.320.470,15	-7,71
RS	CAPAO DO CIPÓ	43	465	5	-	9.967.005,20	0,00
RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	(4.904.466,54)	12.807.184,20	-38,29
RS	CAPITAO	43	469	7	(13.730,33)	9.485.626,34	-0,14
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(4.122.981,29)	11.246.838,90	-36,66
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(8.882.750,20)	45.609.494,09	-19,48
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(54.047,11)	5.846.360,14	-0,96
RS	CASCA	43	490	3	(2.808.863,11)	14.242.412,73	-19,72
RS	CATUIPE	43	500	9	311.852,68	13.513.618,30	2,31
RS	CENTENARIO	43	511	6	(958.572,50)	7.635.688,70	-12,55
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(440.070,00)	6.719.747,00	-6,55
RS	CHAPADA	43	530	6	(2.037.360,03)	15.732.313,68	-12,95
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	7.446.951,90	56.343.154,58	13,22
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.070.704,00)	8.388.335,00	-36,61
RS	CHIAPETTA	43	540	5	2.475.447,54	9.404.833,75	26,32
RS	CHUVISCA	43	544	7	(965.927,80)	9.118.447,00	-10,59
RS	CIDREIRA	43	545	4	7.828.901,27	25.333.152,02	30,90
RS	COLINAS	43	558	7	(714.125,33)	7.993.424,08	-8,93
RS	COLORADO	43	560	3	(4.807.741,54)	10.278.711,73	-46,77
RS	CONDOR	43	570	2	(1.219.793,46)	13.288.084,30	-9,18
RS	CONSTANTINA	43	580	1	(1.240.071,39)	15.123.983,44	-8,20
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(1.354.481,55)	8.238.883,83	-16,44
RS	COTIPORA	43	595	9	462.841,00	8.499.181,00	5,45
RS	CRISSUMAL	43	600	7	(1.056.352,04)	20.389.174,73	-5,18

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CRISTAL	43	605	6	(2.572.763,20)	9.723.770,32	-26,46
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	(286.438,69)	15.742.276,95	-1,82
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(1.247.803,36)	8.743.064,26	-14,27
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(8.637.075,28)	40.325.275,35	-21,42
RS	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	43	642	9	61.627,45	8.817.760,13	0,70
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(1.711.403,54)	22.287.572,89	-7,68
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(5.957.252,56)	49.467.943,66	-12,04
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(841.205,87)	7.187.106,39	-11,70
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	561.950,92	7.440.721,65	7,55
RS	CARDOSO	43	673	4	(499.422,00)	11.217.683,00	-4,45
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(533.887,22)	6.921.415,95	-7,71
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(6.380.643,32)	64.454.265,38	-9,90
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	43	690	8	762.232,91	33.131.307,67	2,30
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(4.006.008,38)	10.616.185,88	-37,73
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	249,45	12.545.511,84	0,00
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(382.647,93)	9.040.643,68	-4,23
RS	ESMERALDA	43	740	1	(2.406.502,00)	10.168.471,00	-23,67
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	(1.921.185,64)	62.270.265,19	-3,09
RS	ESTRELA	43	780	7	(6.738.839,10)	46.667.758,19	-14,44
RS	EUGÊNIO DE CASTRO	43	783	1	-	8.229.656,81	0,00
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(158.650,60)	8.366.665,51	-1,90
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(138.676,52)	7.264.384,72	-1,91
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(163.395,00)	8.915.680,00	-1,83
RS	FELIZ	43	810	2	(3.806.225,46)	19.770.858,94	-19,25
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(10.181.292,98)	44.113.029,69	-23,08
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	(3.609.262,24)	6.534.953,57	-55,23
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	(1.485.264,00)	17.357.580,04	-8,56
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(5.796.967,15)	10.117.508,36	-57,30
RS	GARIBALDI	43	860	7	(7.224.062,37)	49.481.432,42	-14,60
RS	GAURAMA	43	870	6	(2.505.158,51)	9.983.971,00	-25,09
RS	GENTIL	43	885	4	(1.009.708,00)	7.323.253,31	-13,79
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	867.217,84	19.878.788,91	4,36
RS	GIRUA	43	900	1	1.098.307,96	30.199.692,56	3,64
RS	GLORINHA	43	905	0	(4.064.194,58)	16.744.756,69	-24,27
RS	GRAMADO	43	910	0	409.703,81	72.983.871,12	0,56
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	1.014.894,50	6.801.484,70	14,92
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(2.190.111,64)	9.677.381,44	-22,63
RS	GUABIJU	43	925	8	(887.554,06)	6.193.527,55	-14,33
RS	HARMONIA	43	955	5	1.190.888,84	10.722.749,72	11,11
RS	HERVAL	43	710	4	541.841,14	11.907.539,53	4,55
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.761.080,10)	7.566.692,22	-23,27
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(3.273.136,66)	31.357.019,18	-10,44
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.892.622,71)	10.489.491,18	-18,04
RS	IBARAMA	43	975	3	(978.356,17)	9.382.229,08	-10,43
RS	IBIACA	43	980	3	898.242,47	10.079.443,00	8,91
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	539.419,81	11.672.159,59	4,62
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	(1.180.060,01)	8.934.003,27	-13,21
RS	IBIRUBA	43	1000	9	(1.173.984,20)	17.623.693,41	-6,66
RS	IGREJINHA	43	1010	8	(196.520,20)	49.590.954,54	-0,40
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	(1.989.684,63)	8.518.136,74	-23,36
RS	IMIGRANTE	43	1036	3	(1.272.029,62)	10.762.581,32	-11,82
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	582.064,58	10.395.611,14	5,60
RS	IPE	43	1043	9	769.751,70	11.716.346,40	6,57
RS	IRAI	43	1050	4	497.802,25	10.071.626,93	4,94
RS	ITAARA	43	1053	8	94.932,51	9.179.594,58	1,03
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(403.440,30)	6.758.899,43	-5,97
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	485.296,93	8.484.799,12	5,72
RS	IVORA	43	1075	1	(1.280.853,24)	6.124.383,32	-20,91
RS	IVOTI	43	1080	1	(8.754.869,80)	30.002.455,33	-29,18
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	(687.456,04)	7.317.556,30	-9,39
RS	JARI	43	1113	0	(1.939.084,68)	6.309.610,27	-23,34
RS	JOIA	43	1115	5	(785.162,79)	16.485.474,12	-4,76
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(1.508.011,70)	29.912.342,00	-5,04
RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	(1.009.781,10)	6.020.955,72	-16,77
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(1.771.753,03)	14.465.493,73	-12,25
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(939.633,41)	9.766.350,07	-9,62

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	(123.223,92)	9.092.822,32	-1,36
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(2.641.614,18)	5.649.724,52	-46,76
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(4.886.930,29)	11.855.843,16	-41,22
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(1.274.765,94)	6.854.396,56	-18,60
RS	MAQUINE	43	1177	5	(2.676.805,19)	12.172.048,94	-21,99
RS	MARATA	43	1179	1	(2.777.491,18)	7.968.241,83	-34,86
RS	MARAU	43	1180	9	(4.759.680,10)	58.286.009,96	-8,17
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(834.420,34)	9.619.875,72	-8,67
RS	MARIANA PIMENTEL	43	1198	1	376.856,26	12.220.856,20	3,08
RS	MARIANO MORE	43	1200	5	(1.814.649,18)	8.151.796,10	-22,26
RS	MARQUES DE SOUZA	43	1205	4	(5.249.489,33)	9.344.069,64	-56,18
RS	MATA	43	1210	4	1.178.940,44	9.391.996,57	12,55
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	(617.287,11)	8.054.312,54	-7,66
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(2.035.869,29)	9.767.828,18	-20,84
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(535.712,24)	7.003.489,86	-7,65
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(182.673,17)	10.106.943,11	-1,81
RS	MINAS DO LEÃO	43	1225	2	(3.533.466,55)	11.803.206,84	-29,94
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	3.193.270,87	7.973.467,26	40,05
RS	MONTAURI	43	1235	1	(1.717.611,22)	6.854.990,26	-25,06
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	440.561,50	7.908.899,67	5,57
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(1.328.441,14)	7.888.188,61	-16,84
RS	MORMACO	43	1242	7	(1.142.737,34)	7.801.827,61	-14,65
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(448.676,47)	6.712.916,81	-6,68
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(3.589.667,38)	9.418.194,28	-38,11
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	(257.833,51)	10.450.273,25	-2,47
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(1.171.963,27)	19.472.643,37	-6,02
RS	MUCUM	43	1260	9	1.445.099,61	9.495.942,23	15,22
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(243.840,25)	10.888.534,72	-2,24
RS	MULTERNO	43	1262	5	-	7.023.174,58	0,00
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(3.419.944,10)	26.873.935,54	-12,73
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.997.536,96)	6.922.411,57	-28,86
RS	NONOAI	43	1270	8	3.618.985,11	16.427.013,51	22,03
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(871.200,88)	9.849.160,74	-8,85
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(2.158.606,70)	10.122.239,88	-21,33
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(2.481.949,03)	16.125.504,87	-15,39
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(624.471,22)	8.378.376,03	-7,45
RS	NOVA ESPERANÇA DO SUL	43	1303	7	(1.302.353,90)	9.975.534,58	-13,06
RS	NOVA HARTZ	43	1306	0	(519.787,73)	25.013.248,99	-2,08
RS	NOVA PADUA	43	1308	6	(361.472,77)	9.411.921,87	-3,84
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(352.483,01)	14.199.923,93	-2,48
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(4.096.436,41)	30.354.024,48	-13,50
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(3.902.559,93)	42.657.472,02	-9,15
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(2.015.877,49)	8.146.456,74	-24,75
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	(55.703,65)	10.200.746,18	-0,55
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(2.232.090,67)	9.238.781,30	-24,16
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	97.218,97	8.132.575,31	1,20
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(774.923,27)	6.978.170,26	-11,10
RS	OSORIO	43	1350	8	(17.881.930,20)	141.438.025,55	-12,64
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	(514.295,87)	9.000.649,57	-5,71
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	43	1370	6	24.973.607,81	39.633.565,07	63,01
RS	PALMITINHO	43	1380	5	557.633,17	10.446.656,88	5,34
RS	PANAMBI	43	1390	4	(3.882.452,72)	63.858.633,40	-6,08
RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	397.546,61	15.105.061,75	2,63
RS	PARAI	43	1400	1	211.738,08	12.646.860,25	1,67
RS	PASSA SETE	43	1406	8	(1.384.229,69)	9.379.389,84	-14,76
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(562.906,71)	10.595.092,72	-5,14
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	(857.213,41)	8.608.175,68	-12,97
RS	PAVERAMA	43	1415	9	(513.654,00)	10.142.560,00	-5,06
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(4.373.476,62)	8.834.429,55	-49,50
RS	PEJUCARA	43	1430	8	302.736,24	10.594.193,56	2,86
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(488.612,79)	12.971.618,76	-3,77
RS	PINHAL DA SERRA	43	1446	4	(2.853.551,52)	15.967.860,21	-17,87
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(831.602,99)	15.282.738,50	-5,44
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(732.391,88)	8.032.769,74	-9,12
RS	PIRAPO	43	1455	5	(455.863,04)	7.719.144,81	-5,91
RS	PIRATINI	43	1460	5	1.290.241,09	27.163.763,73	4,75

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	PLANALTO	43	1470	4	(1.377.369,63)	13.226.305,85	-10,41
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(383.778,40)	7.584.117,22	-5,06
RS	PONTAO	43	1477	9	(4.380.718,00)	10.797.385,00	-40,57
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	(1.635.699,00)	7.012.107,00	-23,33
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	(1.420.528,92)	6.750.392,56	-21,04
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(1.462.773,10)	15.995.700,70	-9,14
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(968.561,53)	6.861.004,81	-14,12
RS	PROGRESSO	43	1515	6	(3.434.442,49)	11.635.797,08	-29,52
RS	PUTINGA	43	1520	6	(215.706,60)	10.986.489,13	-1,96
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(773.957,07)	6.184.223,06	-12,52
RS	QUINZE DE NOVENBRO	43	1535	4	(337.394,93)	9.970.219,24	-3,38
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(4.535.398,85)	22.411.836,45	-20,24
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	140.410,68	8.063.892,77	1,74
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(1.148.353,36)	15.787.120,95	-7,27
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(1.183.877,65)	9.964.499,87	-11,88
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	37.077,90	15.511.524,57	0,24
RS	RONDINHA	43	1620	4	(798.101,56)	9.440.068,75	-8,45
RS	ROQUE GONZALES	43	1630	3	297.027,82	11.642.854,29	2,55
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	7.912.981,09	40.711.761,06	19,44
RS	SAGRADA FAMILIA	43	1642	8	(24.578,78)	7.041.469,70	-0,35
RS	SALDANHA MARINHO	43	1643	6	(413.735,43)	8.358.589,45	-4,95
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(1.430.540,34)	9.297.317,13	-15,39
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.777.034,00	13.346.746,00	13,31
RS	SANANDUVA	43	1660	0	(232.172,31)	21.154.080,67	-1,10
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	2.308.746,88	16.733.741,97	13,80
RS	SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(1.817.375,64)	7.124.411,68	-25,51
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	985.065,32	10.239.078,57	9,62
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.484.215,98)	6.289.476,99	-23,60
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	4.305.590,12	44.369.162,51	9,70
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	(773.692,39)	13.375.732,69	-5,78
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(1.215.260,03)	47.486.337,19	-2,56
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(1.445.448,04)	7.204.716,32	-20,06
RS	SANTO AUGUSTO	43	1780	6	34.945,03	20.804.301,00	0,17
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	210.426,06	7.094.940,10	2,97
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(568.034,11)	7.595.400,22	-7,48
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	6.006.170,21	29.410.345,64	20,42
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(4.012.428,67)	29.901.160,56	-13,42
RS	SAO JERONIMO	43	1840	8	2.794.321,60	26.974.983,46	10,36
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	265.712,39	8.729.081,96	3,04
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(1.103.470,63)	7.102.446,10	-15,54
RS	SAO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	(1.351.218,59)	8.557.684,86	-15,79
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	-	9.776.279,31	0,00
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	219.310,35	6.890.046,85	3,18
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(500.166,96)	10.230.628,54	-4,89
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(1.665.075,86)	8.637.635,57	-19,28
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(9.655.947,14)	51.278.626,97	-18,83
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	26.039,63	9.787.982,29	0,27
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(2.084.694,08)	15.114.779,46	-13,79
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(461.790,54)	8.957.916,35	-5,16
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	478.994,49	7.547.541,87	6,35
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(5.765.717,12)	23.692.820,97	-24,35
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(14.824.008,00)	35.565.757,00	-41,68
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	217.051,98	8.201.170,78	2,65
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.028.087,38)	7.200.276,78	-14,28
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	1.667.927,61	6.700.622,58	24,89
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(961.640,00)	7.626.594,00	-12,61
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(2.728.546,33)	13.084.432,15	-20,85
RS	SARANDI	43	2010	7	(1.662.057,04)	26.574.100,80	-6,25
RS	SEBERI	43	2020	6	411.820,00	14.252.385,66	2,89
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(1.286.806,90)	7.967.930,70	-16,15
RS	SEGREDO	43	2026	3	(1.413.792,22)	12.537.986,32	-11,28
RS	SELBACH	43	2030	5	(466.836,55)	9.706.003,59	-4,80
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.393.125,42)	7.208.366,50	-19,33
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	738.072,46	25.042.940,84	2,95
RS	SERIO	43	2045	3	(1.938.752,80)	7.614.031,19	-25,46
RS	SERTAO	43	2050	3	(491.088,06)	11.253.535,87	-4,36

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	SERTÃO SANTANA	43	2055	2	(4.420.647,09)	10.200.188,02	-43,34
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(2.430.278,26)	9.321.566,82	-26,07
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(244.879,43)	6.840.522,69	-3,58
RS	SINIMBU	43	2067	7	(5.973.974,18)	16.950.005,77	-35,24
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	6.028.051,94	19.388.309,12	31,09
RS	TABAI	43	2085	3	245.677,00	7.919.866,00	3,10
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(2.535.400,61)	28.024.298,97	-9,05
RS	TAPERA	43	2100	6	1.173.625,75	16.017.508,92	7,33
RS	TAPES	43	2110	5	222.568,00	22.304.580,90	1,00
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.072.589,45)	7.026.313,94	-15,27
RS	TAVARES	43	2135	2	1.662.224,24	9.107.069,33	18,25
RS	TERRA DE AREIA	43	2143	6	(3.108.025,80)	16.067.440,37	-19,34
RS	TEUTONIA	43	2145	1	(4.659.814,60)	40.591.071,73	-11,48
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(41.040,15)	7.684.522,30	-0,53
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.538.443,91)	10.039.393,04	-25,28
RS	TOROPÍ	43	2149	3	(2.801.491,83)	6.932.126,75	-37,53
RS	TRAMANDAI	43	2160	0	6.799.210,91	84.053.309,01	8,09
RS	TRAVESSEIRO	43	2162	6	(1.705.965,36)	7.468.592,82	-22,84
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(1.167.044,90)	8.936.793,08	-13,06
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.830.560,06)	13.251.815,59	-28,91
RS	TRES COROÁS	43	2170	9	(7.424.010,62)	37.452.045,41	-19,82
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(1.074.424,01)	11.449.962,65	-9,38
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(179.719,74)	32.544.510,41	-0,55
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(364.923,89)	10.444.862,58	-3,49
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(451.896,99)	6.730.251,69	-6,71
RS	TUPANDI	43	2225	1	216.689,80	13.469.421,21	1,61
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(816.608,14)	11.760.431,15	-6,94
RS	TURUCU	43	2232	7	(1.239.861,44)	8.077.739,81	-15,35
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	-	6.389.931,17	0,00
RS	UNISTALDA	43	2237	8	221.588,10	7.623.408,35	2,91
RS	VALE REAL	43	2254	1	728.276,81	8.995.550,57	8,10
RS	VANINI	43	2255	8	(2.049.194,04)	7.164.651,12	-28,60
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(4.773.466,83)	35.029.714,32	-13,63
RS	VERANÓPOLIS	43	2280	6	(2.544.060,93)	35.152.665,55	-7,24
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(2.258.443,08)	6.990.947,21	-32,31
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(292.067,20)	9.028.382,76	-3,23
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	663.928,13	9.244.448,96	7,18
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	173.731,79	7.846.275,77	2,21
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(187.004,72)	11.795.839,91	-1,59
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(1.225.210,57)	8.113.032,16	-15,10
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(1.187.702,48)	9.224.444,86	-12,88
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	673.625,51	8.237.126,67	8,18
RS	VITORIA DAS MISSOES	43	2375	4	(222.819,09)	7.265.754,37	-3,07
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	4.029.804,27	29.875.894,79	13,49
SC	AGROLÂNDIA	42	20	0	(684.260,69)	11.982.562,53	-5,71
SC	ÁGUA DOCE	42	40	0	(2.900.744,00)	14.892.720,71	-19,48
SC	AGUAS DE CHAPECÓ	42	50	7	(1.790.475,01)	11.238.162,10	-15,93
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(662.469,47)	7.575.565,98	-8,74
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	(196.572,77)	9.081.113,32	-2,17
SC	ANCHIETA	42	80	4	223.864,70	8.623.730,28	2,60
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	(756.497,45)	14.145.481,01	-5,35
SC	ANITAPÓLIS	42	110	9	(60.519,49)	6.765.106,21	-0,89
SC	ANTÔNIO CARLOS	42	120	8	(4.216.701,22)	16.817.039,38	-25,07
SC	ARABUTÁ	42	127	3	(614.347,00)	9.471.058,00	-6,49
SC	ARAQUARI	42	130	7	(3.778.568,40)	31.394.585,15	-12,04
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(426.572,92)	9.458.489,06	-4,51
SC	ARVOREDO	42	185	3	(6.642,00)	7.223.756,00	-0,09
SC	ATALANTA	42	180	2	(121.692,74)	6.768.181,53	-1,80
SC	AURORA	42	190	1	(438.830,93)	9.182.426,93	-4,78
SC	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(684.928,83)	13.364.952,89	-5,12
SC	BALNEÁRIO GAIVOTA	42	207	3	(85.588,50)	12.678.837,44	-0,68
SC	BELA VISTA DO TOLDÓ	42	213	1	(548.493,76)	10.529.302,82	-5,21
SC	BELMÔNTE	42	215	6	(127.623,06)	7.115.489,71	-1,79
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(1.955.982,91)	13.785.101,47	-14,19
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(945.355,19)	8.315.674,36	-11,37

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCLRCL)

SC	BOM JARDIM DA SERRA	42	250	3	(8.561.035,40)	8.413.961,58	-101,75
SC	BOM JESUS	42	253	7	(26.359,83)	7.288.823,45	-0,36
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	(280.345,52)	6.364.466,65	-4,40
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.516.760,87)	11.417.135,88	-13,28
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(2.495.327,43)	9.417.161,42	-26,50
SC	CAIBI	42	310	5	(612.360,90)	10.276.495,13	-5,96
SC	CALMON	42	315	4	2.952.009,30	8.490.974,40	34,77
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(3.694.701,03)	17.828.128,54	-20,72
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	(1.382.016,64)	12.003.249,33	-11,51
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(1.954.519,30)	16.563.584,76	-11,80
SC	CANELINHA	42	370	9	(7.128,80)	13.644.064,96	-0,05
SC	CAPINZAL	42	390	7	(3.271.724,09)	37.253.989,26	-8,78
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(504.193,36)	15.855.444,12	-3,18
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	(551.187,49)	9.505.802,02	-5,80
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	(587.138,54)	8.484.380,54	-6,92
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	476.023,39	25.816.279,00	1,84
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(734.840,01)	10.632.630,68	-6,91
SC	CORONEL FREITAS	42	440	3	(1.103.944,65)	15.819.885,81	-6,98
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(1.087.332,17)	24.344.455,55	-4,47
SC	CORUPA	42	450	9	(56.358,09)	20.693.231,67	-0,27
SC	CUNHA PORA	42	470	7	(1.227.229,51)	14.909.565,96	-8,23
SC	CUNHATAI	42	475	6	(791.171,30)	6.427.890,74	-12,31
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(7.087.849,48)	44.033.760,05	-16,10
SC	DESCANSO	42	480	5	(283.322,02)	11.871.795,32	-2,39
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	(1.696.241,51)	18.380.484,65	-9,23
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(361.646,88)	7.105.896,87	-5,09
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(655.052,07)	7.415.386,89	-11,53
SC	ERMO	42	519	1	(321.968,14)	6.616.103,14	-4,87
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(1.189.791,08)	9.062.501,67	-13,13
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	(2.214.000,50)	7.072.481,78	-31,30
SC	FORQUILHINHA	42	545	6	(3.192.147,46)	32.986.217,10	-9,68
SC	FRAIBURGO	42	550	8	(8.737.862,23)	53.584.791,47	-16,31
SC	GAROPABA	42	570	4	(3.950.804,56)	27.299.987,62	-14,47
SC	GARUVA	42	580	3	(1.682.241,11)	22.882.723,42	-7,35
SC	GUARACIABA	42	640	5	596.010,74	13.989.312,29	4,26
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(2.481.692,78)	62.596.495,61	-3,96
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(903.819,50)	8.780.518,80	-10,29
SC	GUATAMBU	42	665	2	(606.245,34)	10.840.259,41	-5,59
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(2.905.156,18)	26.641.086,19	-10,90
SC	IBIAM	42	675	1	39.927,43	7.011.778,65	0,57
SC	IBICARE	42	680	1	(570.740,79)	7.864.132,20	-7,26
SC	IBIRAMA	42	690	0	(4.840.915,60)	27.401.624,06	-17,67
SC	IOIERE	42	757	7	(1.244.733,17)	9.157.521,44	-13,59
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(2.790.189,56)	13.194.125,53	-21,15
SC	IPUMIRIM	42	770	0	391.831,76	14.061.486,15	2,79
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(744.486,69)	15.085.482,85	-4,94
SC	ITA	42	800	5	(3.280.457,45)	28.947.636,38	-11,33
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	(1.419.839,88)	28.758.320,08	-4,94
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(1.077.617,49)	27.936.210,97	-3,86
SC	ITUPORANGA	42	850	0	(1.108.338,91)	25.769.833,09	-4,30
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	464.042,67	14.503.955,57	3,20
SC	JAGUARUNA	42	880	7	2.950.247,00	23.903.583,00	12,34
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	(151.485,38)	6.198.111,08	-2,44
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	(142.445,14)	9.625.915,61	-1,48
SC	JUPIA	42	917	7	(806.144,49)	6.758.818,68	-11,93
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(174.391,88)	6.612.761,05	-2,64
SC	LAURENTINO	42	950	8	(525.122,73)	8.829.701,63	-5,95
SC	LAURO MULLER	42	960	7	(502.982,20)	20.808.818,34	-2,42
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(806.832,64)	7.703.587,58	-10,47
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(2.688.286,25)	9.688.593,05	-27,75
SC	LONTRAS	42	990	4	(634.901,79)	11.836.517,30	-5,36
SC	LUIZ ALVES	42	1000	1	(2.771.684,12)	15.199.544,54	-18,24
SC	MACIEIRA	42	1005	0	68.458,58	6.924.172,33	0,99
SC	MAJOR GERCINO	42	1020	9	58.368,76	7.452.562,57	0,78
SC	MAJOR VIEIRA	42	1030	8	2.022.909,77	11.943.526,80	16,94
SC	MARAVILHA	42	1050	6	801.580,20	31.089.555,69	2,58

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(7.172.847,30)	21.297.951,97	-33,68
SC	MELEIRO	42	1080	3	624.624,62	12.187.761,35	5,13
SC	MODELO	42	1090	2	140.401,26	8.459.534,82	1,66
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	767.365,51	12.027.406,68	6,38
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(1.400.501,62)	24.746.181,02	-5,66
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(829.329,81)	8.241.372,20	-10,06
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(213.417,72)	9.684.540,86	-2,20
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(1.327.202,77)	9.591.186,06	-13,84
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(2.638.408,89)	21.157.821,05	-12,47
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(762.834,70)	7.626.041,95	-10,00
SC	ORLEANS	42	1170	2	353.894,17	31.819.868,21	1,11
SC	OURO	42	1180	1	(1.525.402,78)	11.180.290,27	-13,64
SC	OURO VERDE	42	1185	0	451.811,92	7.888.118,38	5,73
SC	PAIAL	42	1187	6	(518.946,14)	6.405.543,68	-8,10
SC	PALMA SOLA	42	1200	7	308.393,13	14.328.936,30	2,15
SC	PALMITOS	42	1210	6	(1.851.160,90)	22.749.345,03	-8,14
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(5.679.501,25)	24.899.246,18	-22,81
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(2.935.554,78)	11.304.316,75	-25,97
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	819.589,54	10.785.773,83	7,60
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(489.244,77)	7.433.402,27	-6,58
SC	PENHA	42	1250	2	(3.750.965,51)	37.100.370,93	-10,11
SC	PERITIBA	42	1260	1	(287.179,86)	7.297.847,96	-3,94
SC	PICARRAS	42	1280	9	(916.219,54)	31.765.407,88	-2,88
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(1.729.320,52)	24.597.049,03	-7,03
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	181.399,03	8.146.089,03	2,23
SC	PONTE ALTA	42	1330	2	(915.054,30)	9.256.036,40	-9,89
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(792.603,00)	8.386.519,00	-9,45
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(830.914,85)	15.380.558,58	-5,40
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	(1.900.655,01)	36.702.192,24	-5,18
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(613.668,95)	23.045.063,38	-2,66
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(749.725,59)	7.302.338,51	-10,27
SC	PRINCESA	42	1415	1	(1.146.415,61)	6.739.013,17	-17,01
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(458.451,42)	16.436.695,90	-2,79
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1430	0	(837.676,32)	7.906.449,37	-10,59
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.113.514,46)	12.827.993,32	-8,68
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	1.090.833,38	9.162.386,85	11,91
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(2.441.976,80)	10.164.091,26	-24,03
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(2.428.559,49)	13.537.967,98	-17,94
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(893.449,17)	8.571.468,52	-10,42
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(572.081,56)	8.141.399,33	-7,03
SC	RODEIO	42	1510	9	(663.620,67)	13.485.205,55	-4,92
SC	ROMELANDIA	42	1520	8	(302.438,04)	8.032.298,96	-3,77
SC	SANGAO	42	1545	5	(134.677,00)	13.072.646,00	-1,03
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	1.594.198,92	22.681.252,79	7,03
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(1.203.781,66)	6.934.201,21	-17,36
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1565	3	(732.335,07)	10.416.038,74	-7,03
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	(65.434,72)	6.652.554,61	-0,98
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.238.068,25)	6.156.379,38	-20,11
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	1.033.515,56	24.944.286,65	4,14
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(827.463,36)	6.712.516,61	-12,33
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(1.731.174,01)	16.177.132,15	-10,70
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(1.742.315,22)	14.289.809,94	-12,19
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(20.422.440,80)	123.324.001,76	-16,56
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	(28.157,24)	35.886.087,82	-0,08
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1635	4	169.974,68	7.325.459,62	2,32
SC	SAO JOAO DO OESTE	42	1625	5	(1.614.428,26)	11.650.624,27	-13,86
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	(1.764.951,64)	10.363.952,27	-17,03
SC	SAO JOAQUIM	42	1650	3	3.876.239,74	29.595.644,84	13,10
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(2.777.889,01)	18.547.720,67	-14,98
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	172.464,74	11.737.255,70	1,47
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1690	9	(8.408.420,12)	30.559.376,02	-27,52
SC	SAO MARTINHO	42	1710	5	(833.562,81)	6.969.765,75	-11,96
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	12.697.764,60	45.520.399,01	27,89
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(3.285.370,00)	8.227.120,17	-39,93

SC	SAUDADES	42	1730	3	(348.221,58)	12.594.843,01	-2,76
SC	SCHROEDER	42	1740	2	(1.782.526,34)	22.141.221,82	-8,06
SC	SEARA	42	1750	1	1.223.081,55	27.006.354,15	4,53
SC	SOMBRIO	42	1770	9	7.561.008,73	31.857.255,00	23,73
SC	TANGARA	42	1790	7	515.468,37	17.342.252,21	2,97
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(427.091,67)	4.990.856,19	-8,56
SC	TIJUCAS	42	1800	4	764.851,72	44.870.488,63	1,70
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(538.099,12)	8.938.644,95	-6,02
SC	TIMBO	42	1820	2	(16.072.202,80)	69.569.131,86	-23,10
SC	TREVISÓ	42	1835	0	(531.084,48)	12.078.386,45	-4,40
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	98.444,01	10.012.005,32	0,98
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	(723.559,24)	9.291.612,08	-7,79
SC	TURVO	42	1880	6	(1.423.950,26)	19.096.804,26	-7,46
SC	URUPEMA	42	1895	4	(707.649,67)	6.082.131,69	-11,63
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(971.649,30)	12.766.530,45	-7,61
SC	VIDEIRA	42	1930	9	2.166.706,70	80.605.884,06	2,89
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(594.472,93)	8.833.711,93	-6,73
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(1.936.316,60)	7.589.778,71	-25,51
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(957.286,62)	9.588.866,02	-9,98
SC	XAXIM	42	1970	5	1.346.565,86	45.197.617,07	2,98
SE	ARAUA	28	40	7	-	15.989.327,30	0,00
SE	CANHOBA	28	110	8	(984.033,55)	7.817.945,43	-12,71
SE	CANINDE DE SÃO FRANCISCO	28	120	7	(5.061.951,69)	91.582.565,89	-5,53
SE	CRISTINAPOLIS	28	170	2	641.628,00	21.485.612,75	2,99
SE	CUMBE	28	190	0	-	7.313.502,24	0,00
SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(19.427.658,27)	41.918.169,57	-46,35
SE	MACAMBIRA	28	370	8	825.520,52	9.827.485,75	8,40
SE	PIRAMBU	28	530	7	(1.331.981,16)	14.082.307,00	-9,46
SE	SALGADO	28	620	6	5.723.811,72	20.374.862,62	28,09
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	28	630	5	(1.425.332,00)	19.400.836,81	-7,35
SE	SIMÃO DIAS	28	710	5	(11.324.705,00)	37.483.270,29	-30,21
SE	SIRIRI	28	720	4	(3.296.637,00)	14.909.125,01	-22,11
SP	ADOLFO	35	20	4	(327.203,88)	11.770.108,40	-2,78
SP	AGUAS DE SÃO PEDRO	35	60	0	1.774.991,31	13.213.636,42	13,43
SP	AGUDOS	35	70	9	12.758.747,50	67.607.883,03	18,87
SP	ALTAIR	35	90	7	-	10.773.749,37	0,00
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	(701.001,56)	9.830.921,13	-7,13
SP	AMÉRICO BRASILENSE	35	170	7	1.226.491,33	48.265.541,97	2,54
SP	ANGATUBA	35	220	3	(2.037.543,00)	35.833.029,00	-5,69
SP	ARIRANHA	35	370	3	(3.075.573,03)	27.754.275,89	-11,08
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	2.958.654,14	64.332.867,38	4,60
SP	BADY BASSITT	35	460	2	316.940,02	24.034.806,23	1,32
SP	BARBOSA	35	510	4	579.547,76	11.314.112,99	5,12
SP	BARRINHA	35	560	9	-	41.456.926,68	0,00
SP	BILAC	35	640	9	(1.855.711,81)	13.028.746,34	-14,24
SP	BOCAINA	35	680	5	(818.245,57)	22.504.321,71	-3,64
SP	BORA	35	720	9	(439.575,00)	7.131.291,00	-6,16
SP	BURITAMA	35	810	8	(2.034.957,78)	33.573.068,34	-6,06
SP	CESÁRIO LANGE	35	1160	7	(1.956.699,40)	25.866.806,28	-7,56
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	(458.013,63)	13.695.034,97	-3,34
SP	COLINA	35	1200	1	10.448.154,85	37.603.757,62	27,78
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	(5.119.946,83)	56.120.366,56	-9,12
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	-	14.912.969,77	0,00
SP	CUNHA	35	1360	3	553.830,03	34.814.929,41	1,59
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(784.275,48)	6.778.025,72	-11,57
SP	DOIS CORREGOS	35	1410	6	(860.991,90)	38.653.753,50	-2,23
SP	DRACENA	35	1440	3	4.606.872,07	61.630.313,47	7,48
SP	DUMONT	35	1460	1	(715.136,27)	14.480.659,77	-4,94
SP	ELDORADO	35	1480	9	3.076.808,28	26.116.761,69	11,78
SP	ELISIÁRIO	35	1492	4	(850.174,16)	8.366.799,59	-10,16
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	(63.354,91)	15.839.724,39	-0,40
SP	GAVIAO PEIXOTO	35	1685	3	-	11.719.017,45	0,00
SP	GUARANTA	35	1810	7	(581.121,47)	12.568.897,25	-4,62
SP	GUATAPARA	35	1885	9	840.957,79	16.088.910,04	5,23
SP	IACANGA	35	1910	5	(1.566.449,05)	19.918.420,96	-7,86
SP	IACRÍ	35	1920	4	-	11.794.863,94	0,00

SP	IBIRA	35	1940	2	3.747.943,00	19.200.837,00	19,52
SP	ILHABELA	35	2040	0	(5.837.640,01)	89.615.914,78	-6,51
SP	INDIAPORA	35	2070	7	669.539,38	10.336.831,68	6,48
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	1.896.044,30	37.481.196,79	5,08
SP	IRAPUA	35	2150	7	(839.556,92)	12.148.577,41	-6,91
SP	ITABERA	35	2170	5	(1.832.078,74)	24.899.852,25	-7,33
SP	ITAJOBÍ	35	2190	3	950.208,18	28.113.811,17	3,38
SP	ITAJU	35	2200	0	-	9.297.945,54	0,00
SP	ITOBI	35	2380	0	3.017.086,29	8.588.226,92	35,13
SP	JABORANDI	35	2420	4	1.632.868,40	14.485.494,76	11,27
SP	JAMBEIRO	35	2490	7	(3.045.346,83)	18.657.756,57	-16,32
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(1.171.840,86)	11.457.606,98	-10,23
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(3.934.796,05)	51.467.598,47	-7,65
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(1.726.333,47)	9.393.190,59	-18,38
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	2.091,29	28.956,36	7,22
SP	JUQUITIBA	35	2620	9	20.677.385,12	39.400.581,91	52,48
SP	LAGOINHA	35	2630	8	(220.940,95)	9.446.804,41	-2,34
SP	LAVINIA	35	2650	6	(1.011.104,48)	13.783.046,84	-7,34
SP	LUCILIA	35	2740	5	(2.906.868,37)	31.607.727,93	-9,20
SP	MARAPÓAMA	35	2885	8	46.891,29	8.386.402,37	0,56
SP	MIRACATU	35	2990	6	(2.127.755,00)	36.521.513,04	-5,83
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	2.045.826,49	74.352.644,93	2,75
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(451.682,48)	9.143.418,29	-4,94
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	567.734,85	14.299.036,98	3,97
SP	NOVA ALIANÇA	35	3280	1	(198.476,02)	10.827.290,22	-1,83
SP	NOVAIS	35	3325	4	123.337,04	9.074.865,80	1,36
SP	PARANAPANEMA	35	3580	4	-	46.321.702,27	0,00
SP	PARAPUA	35	3600	0	518.695,39	16.021.134,64	3,86
SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	726.943,30	26.303.320,67	2,76
SP	PEDRANOPOLIS	35	3690	1	(105.269,31)	8.076.060,86	-1,30
SP	PIRANGI	35	3800	4	(595.910,61)	16.240.910,30	-3,67
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	1.393.015,95	28.274.756,36	4,93
SP	QUADRA	35	4165	3	(569.340,82)	9.937.281,57	-5,73
SP	QUATA	35	4170	3	(2.778.293,30)	24.749.788,75	-11,23
SP	RIFAINA	35	4360	0	(490.606,93)	13.979.904,07	-3,51
SP	RINCAO	35	4370	9	2.845.188,78	18.603.268,62	15,29
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(1.292.950,26)	13.592.296,84	-8,51
SP	SAGRES	35	4470	7	(415.658,95)	6.637.346,30	-6,26
SP	SALES	35	4480	6	1.408.276,33	14.530.280,23	9,69
SP	SALMOURAO	35	4510	0	798.381,78	8.569.603,99	9,32
SP	SALTINHO	35	4515	9	(1.065.013,00)	14.075.538,68	-7,57
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	(554.640,45)	24.120.282,07	-2,30
SP	SANTA CLARA DOESTE	35	4610	8	(588.517,26)	8.359.719,42	-7,04
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	309.497,28	9.479.116,43	3,27
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	(1.256.228,19)	6.547.056,02	-19,19
SP	SANTANA DA PONTE PENSE	35	4720	5	(3.772.060,65)	7.271.112,09	-51,88
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	139.145,53	13.833.469,75	1,01
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	(2.125.463,68)	9.022.567,12	-23,56
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	-	7.436.198,96	0,00
SP	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	35	4930	0	(817.607,37)	7.725.493,91	-10,58
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	8.381.887,06	64.814.431,52	12,93
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	35	5000	1	(7.445.987,89)	24.975.234,94	-29,81
SP	SERRANA	35	5150	4	1.242.501,66	64.655.603,32	1,92
SP	SOCORRO	35	5210	6	(1.862.700,19)	44.126.153,25	-4,22
SP	TABATINGA	35	5270	0	(617.611,51)	22.633.503,41	-2,73
SP	TAQUARIVAI	35	5385	6	1.655.999,03	11.883.892,01	13,93
SP	TORRINHA	35	5470	6	135.151,49	13.861.561,48	0,98
SP	UBARANA	35	5535	5	1.071.232,23	13.766.228,91	7,78
SP	URUPES	35	5600	8	-	20.778.095,83	0,00
SP	VIRADOURO	35	5680	0	51.847,48	29.290.576,79	0,18
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	(364.278,36)	5.146.777,00	-7,08
TO	JUARINA	17	1180	3	760.075,96	4.599.634,49	16,52
BA	BELMONTE	29	340	9	(2.395.528,29)	31.863.154,95	-7,52
BA	CORIBE	29	910	9	8.862.072,64	20.153.493,28	43,97
BA	ITUBA	29	1700	3	6.542.640,89	37.392.685,51	17,50
BA	MACURURE	29	1990	0	4.155.459,06	10.864.723,54	38,25

BA	NILO PECANHA	29	2260	7	4.205.147,03	19.813.541,57	21,22
BA	PINTADAS	29	2465	2	1.200.265,38	13.105.463,77	9,16
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(3.560.041,08)	17.909.506,96	-19,88
BA	BARRA DO CHOCA	28	290	6	(2.276.027,80)	42.949.481,82	-5,30
CE	GUARAMIRANGA	23	510	0	6.042.779,65	10.544.461,76	57,31
CE	UMIRIM	23	1375	7	2.713.199,72	21.253.722,28	12,77
CE	SOLONOPOLE	23	1300	5	6.387.741,57	22.227.913,87	28,74
CE	PARAIPABA	23	1025	8	4.915.819,95	31.974.520,19	15,37
CE	PACOTI	23	980	5	3.540.479,88	14.987.022,47	23,62
CE	IBIAPINA	23	530	8	3.701.468,52	29.227.587,58	12,66
CE	EUSEBIO	23	428	5	(32.405.343,86)	88.778.842,64	-36,50
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	23	426	9	(923.248,21)	13.028.853,53	-7,09
CE	BANABUIU	23	185	1	(44.432,84)	23.006.166,60	-0,19
CE	MARCO	23	780	9	2.310.907,70	31.951.765,81	7,26
ES	MARILANDIA	32	335	3	(1.622.137,19)	19.398.992,46	-8,56
ES	MUQUI	32	380	9	2.512.992,82	20.944.306,77	12,00
ES	VILA VALERIO	32	517	6	2.526.919,03	25.675.522,99	9,84
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(6.638.559,24)	35.235.405,57	-18,84
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	1.219.314,71	36.425.486,15	3,35
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	245.969,31	51.948.001,34	0,47
ES	PANCAS	32	400	5	(5.579.213,46)	29.822.689,59	-18,71
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(11.007.823,90)	45.821.002,96	-24,02
ES	ITARANA	32	290	0	(2.429.880,37)	19.230.532,68	-12,64
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	(159.661,96)	34.772.181,49	-0,46
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(5.384.570,44)	22.314.461,24	-24,13
ES	MARATAIZES	32	332	0	(12.168.463,00)	52.190.423,00	-23,32
ES	CASTELO	32	140	7	(7.273.688,38)	53.778.044,60	-13,53
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	1.396.691,92	15.343.567,14	9,10
ES	ANCHIETA	32	40	9	(38.683.199,85)	155.951.528,22	-24,80
ES	ALEGRE	32	20	1	3.204.928,23	48.917.392,74	6,55
GO	RUBIATABA	52	1890	4	(1.943.512,76)	21.835.169,88	-8,90
GO	JARAGUA	52	1180	0	686.425,11	47.979.461,61	1,43
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	21	1160	7	(1.324.780,80)	20.360.843,61	-6,51
MG	PRESIDENTE KUBITSCHK	31	5330	1	1.315.052,44	6.568.318,63	20,02
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	(468.620,64)	9.407.709,70	-4,98
MG	PERDIZES	31	4980	4	7.897.522,34	28.278.644,87	27,93
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(876.480,90)	7.068.476,31	-12,40
MG	PEDRA DOURADA	31	4900	2	141.579,28	6.939.649,66	2,04
MG	PIMENTA	31	5050	5	582.067,00	11.965.599,00	4,86
MG	PASSABEM	31	4750	1	-	5.433.673,25	0,00
MG	PINTOPOLIS	31	5057	0	217.821,39	9.521.976,46	2,29
MG	PIRANGA	31	5080	2	281.129,00	17.846.042,00	1,58
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	(1.470.980,72)	7.032.823,27	-20,92
MG	PITANGUI	31	5140	4	13.315.185,93	21.672.855,42	61,44
MG	PIUMHI	31	5150	3	(347.493,00)	40.200.164,00	-0,86
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(9.025.671,02)	16.230.772,28	-55,61
MG	POMPEU	31	5200	6	10.179.299,79	36.109.919,84	28,19
MG	PRATINHA	31	5300	4	(230.456,37)	7.252.140,52	-3,18
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	745.450,00	25.162.441,36	2,96
MG	QUELUZITO	31	5380	6	(1.022.475,50)	6.231.226,11	-16,41
MG	PARAISOPOLIS	31	4730	3	-	26.335.797,77	0,00
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(142.384,09)	14.036.030,32	-1,01
MG	PORTO FIRME	31	5230	3	1.988.798,76	9.154.646,59	21,72
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	(2.125.750,53)	20.977.802,66	-10,13
MG	SAO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	1.970.943,09	30.580.178,94	6,45
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	(2.158.155,28)	12.383.474,09	-17,43
MG	REDUTO	31	5415	0	116.280,98	8.666.617,26	1,34
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	16.423.237,31	39.596.286,46	41,48
MG	MINAS NOVAS	31	4180	1	2.501.258,16	27.477.197,56	9,10
MG	MINDURI	31	4190	0	-	6.907.615,37	0,00
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(2.485.579,12)	14.018.977,91	-17,73
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(2.639.123,12)	29.833.301,03	-8,85
MG	MARTINHO CAMPOS	31	4050	6	(1.315.946,27)	18.856.537,81	-6,98
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(1.380.957,26)	9.690.366,87	-14,25
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	(1.290.887,19)	19.467.019,47	-6,63

MG	NATERCIA	31	4440	9	(224.966,80)	7.811.439,30	-2,88
MG	NOVORIZONTE	31	4537	2	-	8.087.022,14	0,00
MG	OLHOS-D'AGUA	31	4545	5	(529.282,50)	9.837.227,02	-5,38
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(513.781,44)	7.798.008,15	-6,59
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	(1.019.643,92)	46.548.223,36	-2,19
MG	ORATORIOS	31	4585	1	720.000,00	8.575.847,47	8,40
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	2.734.554,75	76.381.181,17	3,58
MG	PAINS	31	4650	3	-	15.283.166,00	0,00
MG	MONTE BELO	31	4300	5	108.078,66	12.899.006,62	0,84
MG	SERRANIA	31	6690	7	29.669,00	9.196.745,39	0,32
MG	SÃO GONÇALO DO PARA	31	6180	9	2.764.659,83	13.024.552,44	21,23
MG	SÃO JOSE DO MANTIMENTO	31	6360	7	107.184,26	6.112.306,59	1,75
MG	SÃO PEDRO DA UNIAO	31	8390	4	(633.845,31)	8.085.039,65	-7,84
MG	SÃO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	891.382,72	7.798.534,85	11,43
MG	SÃO SEBASTIAO DO MARANHÃO	31	8450	6	679.587,89	9.700.819,90	7,01
MG	SÃO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	8490	2	175.244,68	6.811.592,04	2,57
MG	SÃO TOMAS DE AQUINO	31	8510	7	1.732.217,79	10.150.688,72	17,07
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	718.688,53	6.732.850,50	10,67
MG	SÃO JOSE DO DIVINO	31	8330	0	(230.367,79)	7.015.016,69	-3,28
MG	SERITINGA	31	6640	2	-	5.782.859,57	0,00
MG	SÃO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(271.764,93)	28.701.257,10	-0,95
MG	TAPARUBA	31	6805	1	277.645,90	6.128.098,93	4,53
MG	TAQUARACU DE MINAS	31	6830	9	3.029.521,92	8.157.355,66	37,14
MG	TIRADENTES	31	6880	4	497.548,23	9.924.805,30	5,01
MG	TIROS	31	6890	3	1.043.146,92	10.092.717,27	10,34
MG	TOMBOS	31	6920	8	(952.623,03)	11.465.371,43	-8,31
MG	URUCANIA	31	7050	3	3.331.898,03	12.572.688,11	26,50
MG	VARZELÂNDIA	31	7090	9	3.541.334,93	17.585.537,97	20,14
MG	VEREDINHA	31	7107	1	(108.889,16)	8.142.245,97	-1,34
MG	SENADOR CORTES	31	8560	2	(1.710.705,99)	6.566.352,18	-26,05
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-	14.263.152,08	0,00
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(666.226,53)	7.602.718,57	-8,76
MG	RIO MANSO	31	5530	6	20.927,74	7.663.852,41	0,27
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	7.594.846,00	19.209.751,00	39,54
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	(1.399.792,85)	23.030.636,10	-6,08
MG	RIO VERMELHO	31	5600	7	7.853.618,42	13.697.291,63	57,34
MG	RODEIRO	31	5630	4	(1.382.029,45)	8.589.571,34	-16,09
MG	ROMARIA	31	5640	3	(160.367,27)	10.362.799,55	-1,55
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	(1.250.602,68)	55.056.993,55	-2,27
MG	SÃO JOSE DO JACURI	31	6350	8	2.817.673,21	7.608.790,10	37,03
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	292.275,39	15.668.604,56	1,87
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(353.277,75)	10.832.963,88	-3,26
MG	SANTA VITÓRIA	31	5980	3	14.136.835,17	52.150.984,03	27,11
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	2.231.270.376,00	9.020.681,70	24735,05
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	-	7.438.682,59	0,00
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	31	6020	7	(387.498,89)	7.975.462,84	-4,86
MG	SÃO FRANCISCO DO GLORIA	31	6140	3	171.778,38	8.424.126,49	2,04
MG	MANTENA	31	3960	7	12.232.784,86	31.439.098,25	38,91
MG	SÃO GONÇALO DO SAPUCAI	31	6200	5	(1.445.920,25)	22.528.420,33	-6,42
MG	ITUMIRIM	31	3430	1	554.360,45	7.181.955,51	7,72
MG	SANTA FE DE MINAS	31	5760	9	186.105,14	8.650.582,76	2,15
MG	CHACARA	31	1580	4	143.272,19	6.534.800,49	2,19
MG	LUISBURGO	31	3867	4	-	8.029.879,97	0,00
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	498.856,89	9.214.809,87	5,41
MG	CAPINÓPOLIS	31	1260	4	3.842.790,08	20.425.800,19	18,81
MG	CAREACU	31	1360	2	(116.365,05)	8.496.483,10	-1,37
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(4.503.713,41)	24.573.713,28	-18,33
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	2.971.465,65	30.942.089,70	9,80
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(414.012,64)	7.356.103,83	-5,83
MG	CASCAHO RICO	31	1500	3	249.626,78	9.932.608,40	2,51
MG	CAMPANARIO	31	1080	6	2.163.020,10	7.768.158,99	27,84
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1580	7	(389.221,62)	5.783.721,93	-6,73
MG	CAMBUI	31	1060	8	(15.166.513,10)	32.049.589,37	-47,32
MG	CLARAVAL	31	1640	7	1.662.906,02	7.653.550,98	21,73

MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	8.703.019,35	0,00
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	1.920.632,75	12.341.839,71	15,56
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(506.583,00)	6.069.384,99	-8,35
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	2.653.594,71	8.540.558,20	31,07
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	(620.110,42)	6.562.655,05	-9,45
MG	JASOTICATUBAS	31	3460	8	(1.823.385,98)	18.229.454,48	-8,91
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(882.155,79)	6.333.275,30	-13,93
MG	CATUTI	31	1547	4	(129.296,42)	8.074.179,55	-1,60
MG	BOCAIUVA	31	730	7	19.533.904,67	51.527.195,95	37,91
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	1.089.324,41	10.039.368,62	10,85
MG	AGUANIL	31	80	7	115.209,80	7.439.139,00	1,55
MG	ALTEROSA	31	200	1	(198.701,78)	15.426.674,41	-1,29
MG	ALTO JEQUITIBA	31	5350	9	1.082.391,84	8.595.467,41	12,59
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(1.544.798,68)	13.980.332,32	-11,05
MG	ARGIRITA	31	440	3	-	6.846.135,62	0,00
MG	ARICANDUVA	31	445	2	(1.147.709,50)	7.127.980,83	-16,10
MG	BAEPENDI	31	490	8	(174.291,07)	22.263.337,56	-0,78
MG	CANAPOLIS	31	1180	4	(5.724,38)	18.383.368,60	-0,03
MG	BARAO DE COCAIS	31	540	0	(17.775.177,00)	55.609.840,00	-31,96
MG	CRISTALIA	31	2030	0	338.226,58	9.479.413,55	3,57
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	927.320,19	11.497.734,64	8,07
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	541.401,00	10.803.993,79	5,01
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	1.039.895,22	14.217.202,86	7,31
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(5.850.210,63)	7.534.083,79	-77,65
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(1.020.810,14)	12.098.516,50	-8,44
MG	CACHOEIRA DOURADA	31	980	8	870.753,80	21.015.543,69	4,14
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	(188.384,05)	10.820.306,87	-1,74
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(4.185.812,46)	27.213.960,05	-15,38
MG	BALDUM	31	500	4	3.140.776,53	8.797.758,35	35,70
MG	JOAQUIM FELICIO	31	3640	5	4.450.285,77	9.875.321,61	45,08
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	2.857,38	9.674.388,45	0,03
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	1.064.249,15	19.490.204,46	5,46
MG	CORONEL MURTA	31	1950	0	(282.218,91)	10.913.394,23	-2,59
MG	VERISSIMO	31	7110	5	368.408,67	9.313.689,49	3,96
MG	ITUTINGA	31	3450	9	295.025,40	8.781.716,54	3,36
MG	JACINTO	31	3470	7	917.158,31	12.948.411,52	7,08
MG	JAGUARACU	31	3500	1	-	8.612.525,28	0,00
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	(160.022,98)	7.250.696,00	-2,21
MG	ITAMOGI	31	3290	9	1.752.269,27	13.416.329,82	13,06
MG	JESUANIA	31	3590	2	507.075,39	8.172.860,32	6,20
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	859.151,58	23.132.095,62	3,71
MG	LADAINHA	31	3700	7	1.570.353,59	17.058.354,25	9,21
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	-	10.508.998,55	0,00
MG	LAGOA SANTA	31	3760	1	5.630.192,75	81.675.693,95	6,89
MG	LAJINHA	31	3770	0	4.955.396,65	22.160.684,12	22,36
MG	LAMBARI	31	3780	9	2.178.547,05	22.301.449,84	9,77
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	(224.831,82)	8.444.497,94	-2,66
MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3862	5	3.358.331,83	14.800.870,97	22,69
MG	LONTRA	31	3865	8	3.427.853,85	9.723.460,66	35,25
MG	JEQUITINHONHA	31	3580	3	10.854.971,82	24.015.570,11	45,20
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(1.056.291,11)	24.907.303,37	-4,24
MG	DELFIN MOREIRA	31	2110	0	(832.350,31)	10.540.928,38	-7,90
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	6	171.582,25	7.672.208,41	2,24
MG	DIVINO	31	2200	9	354.041,88	19.978.511,25	1,77
MG	DIVISOPOLIS	31	2245	4	35.322,03	9.702.488,92	0,36
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(1.533.417,39)	7.572.068,50	-20,25
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	(501.963,17)	5.820.054,05	-8,62
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	1.053.220,63	6.727.898,17	15,65
MG	ITAPEVA	31	3360	0	(924.973,56)	12.553.417,64	-7,37
MG	FREI LAGONEGRO	31	2695	0	-	6.483.940,52	0,00
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	3.719.178,41	31.705.638,79	11,73
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(330.085,15)	13.053.073,69	-2,53
MG	HELIODORA	31	2920	2	233.621,14	8.225.270,01	2,84
MG	IBERTIOGA	31	2940	0	(828.129,46)	8.380.503,63	-9,88
MG	IBIRACI	31	2970	7	(3.318.235,91)	18.892.992,00	-17,56
MG	IGARAPE	31	3010	1	3.844.930,69	38.183.211,05	10,07
MG	ILICINEA	31	3050	7	418.933,45	13.190.258,45	3,18

MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	21.226,31	8.691.958,48	0,24
MG	ITABIRITO	31	3190	1	(2.874.045,03)	103.718.675,22	-2,77
MG	ITAGUARA	31	3220	6	(1.658.656,84)	15.222.224,01	-10,90
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	(47.739,41)	7.717.636,03	-0,62
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(1.957.979,94)	9.716.628,36	-20,15
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	2.978.238,56	47.476.675,90	6,27
MS	JATEI	50	510	3	2.054.388,60	16.392.705,09	12,53
MS	IGUATEMI	50	430	4	(2.872.539,94)	23.461.796,32	-12,24
MS	CHAPADAO DO SUL	50	295	1	939.146,28	49.912.505,86	1,88
MS	CAMAPUA	50	260	5	(342.338,23)	24.740.284,18	-1,38
MS	AMAMBAI	50	60	9	5.216.339,84	54.732.392,16	9,53
MS	ANASTACIO	50	70	8	888.515,43	27.121.046,66	3,28
MS	COSTA RICA	50	325	6	(6.722.942,26)	51.351.091,41	-16,99
MT	CANARANA	51	270	2	451.836,99	27.761.693,84	1,63
PB	POCO DANTAS	25	1203	6	(648.621,00)	9.110.783,00	-7,12
PE	OROBO	26	970	9	(105.673,98)	27.477.949,23	-0,38
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(79.523,79)	14.486.962,86	-0,55
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	21.034.347,00	0,00
PE	SANHARO	26	1240	6	-	20.881.249,63	0,00
PE	SALGADINHO	26	1210	9	1.104.816,74	10.124.698,02	10,91
PE	QUIXABA	26	1153	3	(44.088,44)	9.839.281,46	-0,45
PE	PEDRA	26	1080	6	(2.763,72)	21.649.118,05	-0,01
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	605.161,48	11.799.415,35	5,13
PE	PASSIRA	26	1050	9	2.979.839,66	27.829.143,60	10,71
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	12.009.086,42	40.628.782,85	29,56
PE	PAUDALHO	26	1060	8	511.457,79	41.725.583,61	1,23
PE	SAO JOAO	26	1320	6	1.369.901,62	24.074.567,08	5,69
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	2.862.008,56	31.823.786,73	8,99
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	-	16.253.205,00	0,00
PE	SERRITA	26	1400	6	841.739,17	23.547.824,00	3,57
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	-	10.953.460,74	0,00
PE	TACARATU	26	1480	8	(1.493.227,52)	19.712.995,68	-7,57
PE	TAMANDARE	26	1485	7	6.317.419,43	27.285.918,91	30,48
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.189.633,56)	11.219.993,77	-10,60
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(4.888.000,52)	16.909.321,63	-28,91
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(260.209,34)	11.031.189,31	-2,36
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	-	20.473.656,37	0,00
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	4.630.587,70	13.698.368,20	33,80
PE	MACHADOS	26	910	5	(2.295.137,95)	14.236.436,96	-16,12
PE	BETANIA	26	180	5	-	15.864.346,31	0,00
PE	BODOCO	26	200	1	2.104.858,16	37.211.888,26	5,66
PE	BOM JARDIM	26	220	9	(4.055.378,54)	34.015.317,40	-11,92
PE	BREJAO	26	240	7	1.950.240,08	12.829.340,60	15,20
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.109.332,18)	12.263.360,08	-17,20
PE	CAETES	26	320	7	-	28.667.656,90	0,00
PE	CARNAIBA	26	390	0	3.442.898,76	21.386.811,91	16,10
PE	CASINHAS	26	415	5	(2.146.167,50)	19.251.858,28	-11,15
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	1.688.373,88	14.871.556,01	11,35
PE	CUMARU	26	490	8	9.294.202,42	21.038.788,32	44,18
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	2.123.863,29	21.558.235,08	9,85
PE	FLORES	26	560	8	3.423.059,01	24.431.652,76	14,01
PE	GRANITO	26	630	9	(1.872.227,26)	11.892.655,11	-15,74
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	5.196.704,63	10.643.396,20	48,83
PE	IGUARACI	26	690	3	(426.003,16)	12.884.196,14	-3,31
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	6.265.973,00	25.338.877,45	24,73
PE	ITACURUBA	26	740	6	3.056.027,89	17.910.132,77	17,06
PE	ITAPETIM	26	770	3	(3.443.622,68)	15.733.111,98	-21,89
PE	JATOBA	26	805	7	-	16.745.508,69	0,00
PE	MACAPARANA	26	900	6	(1.561.777,04)	24.381.568,16	-6,41
PE	FERREIROS	26	550	9	(268.689,46)	13.555.027,75	-1,98
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	449.261,19	9.033.206,45	4,97
PR	PALOTINA	41	1790	9	2.235.949,72	38.102.142,20	5,87
PR	NOVO ITACOLOMI	41	1729	7	77.518,29	6.318.757,72	1,23
PR	MISSAL	41	1605	9	(771.614,37)	18.639.995,40	-4,14
PR	MERCEDES	41	1585	3	34.323,42	11.499.478,56	0,30
PR	MATINHOS	41	1570	5	(3.130.292,57)	52.332.087,23	-5,98

PR	PRANCHITA	41	2035	8	148.178,92	8.382.797,89	1,77
PR	MARIALVA	41	1480	7	5.174.626,07	37.224.046,17	13,90
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	5.006.491,16	9.595.837,37	52,17
PR	MARILUZ	41	1510	1	3.082.176,51	13.689.197,40	22,52
PR	QUINTA DO SOL	41	2110	9	339.853,75	9.231.416,98	3,68
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	2.846.756,31	15.835.607,98	17,98
PR	REALEZA	41	2140	6	(837.817,08)	17.161.555,29	-4,88
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(1.118.837,24)	34.969.529,76	-3,20
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	4.471.370,41	20.767.134,41	21,53
PR	SANTANA DO ITARE	41	2400	4	(614.168,85)	7.354.957,93	-8,35
PR	SERRANOPOLIS DO IGUAÇU	41	2635	5	1.268.940,01	12.503.377,65	10,15
PR	SULINA	41	2665	2	417.919,84	8.545.402,49	4,89
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	707.973,44	13.314.613,73	5,32
PR	JOAQUIM TAVORA	41	1280	1	(366.787,91)	13.823.773,27	-2,65
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	3.284.200,92	7.588.735,49	43,28
PR	SANTA ISABEL DO OESTE	41	2380	8	2.266.958,65	15.569.333,75	14,56
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	3.241.887,17	35.247.660,69	9,20
PR	ANAHY	41	105	1	787.456,27	6.999.011,06	11,25
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	306.055,69	10.722.312,83	2,85
PR	BOA ESPERANCA DO IGUAÇU	41	302	4	116.500,59	8.011.422,36	1,45
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	2.539.320,45	13.352.845,24	19,02
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	545.087,73	8.780.074,15	6,21
PR	GUAIRA	41	880	9	(11.160.988,80)	37.403.009,35	-29,84
PR	CARAMBEI	41	465	9	3.521.051,11	34.958.830,08	10,07
PR	JATAIZINHO	41	1270	2	676.360,79	13.737.458,72	4,92
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	1.540.581,79	18.603.067,78	8,28
PR	CRUZ MACHADO	41	680	3	2.036.276,28	31.267.630,63	6,51
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	(535.461,23)	18.468.703,20	-2,90
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	3.913.027,55	49.645.348,17	7,88
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	6.951.551,57	43.057.191,01	16,14
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	419.156,12	10.736.063,67	3,90
PR	IRETAMA	41	1080	5	5.346.852,93	14.847.357,55	36,01
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	264.121,78	5.934.305,48	4,45
PR	IPIRANGA	41	1050	8	797.684,84	19.376.790,84	4,12
PR	GUARANIACU	41	930	2	202.644,47	21.297.917,17	0,95
PR	AMPERE	41	100	2	117.224,64	19.484.294,10	0,60
PR	FAROL	41	755	3	1.950.407,95	7.609.635,13	25,63
PR	DIAMANTE D'OESTE	41	715	7	(292.392,77)	9.350.893,87	-3,13
RJ	CARDOSO MOREIRA	33	115	7	583.761,00	34.593.888,10	1,63
RJ	LAJE DO MURIAE	33	230	4	1.468.740,00	26.034.891,00	5,64
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	6.723.393,50	35.877.820,70	18,74
RJ	VASSOURAS	33	620	6	(5.367.833,50)	65.674.757,30	-8,17
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(469.427,02)	21.001.264,95	-2,24
RO	SERINGUEIRAS	11	150	0	(2.240.505,60)	16.718.424,84	-13,40
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(370.152,51)	10.245.593,17	-3,61
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	747.369,81	35.914.873,87	2,08
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(2.791.299,06)	25.550.145,95	-10,92
RO	ALTO ALEGRE DOS PARCIS	11	37	9	(1.749.206,75)	18.392.586,97	-9,51
RS	CASCA	43	490	3	(2.808.863,11)	14.242.412,73	-19,72
RS	CONDOR	43	570	2	(1.219.793,46)	13.288.084,30	-9,18
RS	COLORADO	43	560	3	(4.807.741,54)	10.278.711,73	-46,77
RS	CÓLINAS	43	558	7	(714.125,33)	7.993.424,08	-8,93
RS	CIDREIRA	43	545	4	7.828.901,27	25.333.152,02	30,90
RS	CHUVISCA	43	544	7	(965.927,00)	9.118.447,00	-10,59
RS	CHIAPETTA	43	540	5	2.475.447,54	9.404.833,75	26,32
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.070.704,00)	8.388.335,00	-36,61
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	7.446.951,90	56.343.154,58	13,22
RS	CHAPADA	43	530	6	(2.037.360,03)	15.732.313,68	-12,95
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(440.070,00)	6.719.747,00	-6,55
RS	CATUIPE	43	500	9	311.852,68	13.513.618,30	2,31
RS	CRISIIUMAL	43	600	7	(1.056.352,04)	20.389.174,73	-5,18
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(54.047,11)	5.846.360,14	-0,96
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(8.882.750,20)	45.609.494,09	-19,48
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(4.122.981,29)	11.246.838,90	-36,66
RS	CAPITAO	43	469	7	(13.730,33)	9.485.626,34	-0,14

RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	(4.904.466,54)	12.807.184,20	-38,29
RS	CAPAO DO CIPÓ	43	465	5	-	9.967.005,20	0,00
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	(5.651.641,38)	73.320.470,15	-7,71
RS	CANUDOS DO VALE	43	461	4	(1.337.007,77)	6.308.239,86	-21,19
RS	CENTENARIO	43	511	6	(958.572,50)	7.635.688,70	-12,55
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(533.887,22)	6.921.415,95	-7,71
RS	FELIZ	43	810	2	(3.806.225,46)	19.770.858,94	-19,25
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(183.395,00)	8.915.680,00	-1,83
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(138.676,52)	7.264.384,72	-1,91
RS	FAGUNDES VARELA	43	788	4	(158.650,60)	8.366.665,51	-1,90
RS	ESTRELA	43	780	7	(6.738.839,10)	46.667.758,19	-14,44
RS	ESTÂNCIA VELHA	43	760	9	(1.921.185,64)	62.270.265,19	-3,09
RS	ESMERALDA	43	740	1	(2.406.502,00)	10.168.471,00	-23,67
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(382.647,93)	9.040.843,68	-4,23
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	249,45	12.545.511,84	0,00
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(4.006.006,38)	10.616.185,88	-37,73
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(1.354.481,55)	8.238.863,83	-16,44
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(6.380.643,32)	64.454.265,38	-9,90
RS	COTIPORA	43	595	9	482.841,00	8.499.181,00	5,45
RS	CARDOSO	43	673	4	(499.422,00)	11.217.683,00	-4,45
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	561.960,92	7.440.721,65	7,55
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(841.205,87)	7.187.106,39	-11,70
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(5.957.252,56)	49.467.943,66	-12,04
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(1.711.403,54)	22.287.572,89	-7,68
RS	DOIS IRMÃOS	43	640	3	(8.637.075,28)	40.325.275,35	-21,42
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(1.247.803,36)	8.743.064,26	-14,27
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	(286.438,69)	15.742.276,95	-1,82
RS	CRISTAL	43	605	6	(2.572.763,20)	9.723.770,32	-26,46
RS	CANDIDO GODÓI	43	430	9	141.006,26	10.684.402,17	1,32
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	43	690	8	762.232,91	33.131.307,67	2,30
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(538.258,00)	10.339.722,00	-5,21
RS	CANELA	43	440	8	(6.118.003,52)	62.617.866,16	-9,77
RS	BARRA DO GUARITA	43	185	9	(2.740.920,04)	7.634.723,86	-35,90
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(1.640.318,00)	11.071.078,00	-14,82
RS	BALNEÁRIO PINHAL	43	183	6	559.765,78	24.717.950,01	2,26
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(1.247.427,88)	12.833.202,65	-9,72
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	116.464,83	25.124.151,30	0,46
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	(1.173.759,18)	17.414.453,26	-6,74
RS	ARATIBA	43	90	1	(8.863.757,37)	32.092.854,53	-27,62
RS	ARAMBARE	43	85	1	(1.434.259,36)	9.621.632,75	-14,91
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	(618.638,76)	7.109.801,84	-8,71
RS	ANTA GORDA	43	70	3	(2.443.781,83)	11.446.044,70	-21,35
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(298.943,96)	8.719.396,23	-3,43
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	142.915,87	9.747.204,74	1,47
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(1.304.120,43)	7.561.457,86	-17,25
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	(1.666.534,01)	8.284.409,22	-20,12
RS	ALPESTRE	43	50	5	(2.650.585,27)	16.183.298,83	-16,38
RS	ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL	43	47	1	(487.047,72)	7.462.410,14	-6,53
RS	AJURICABA	43	20	8	(981.620,50)	12.781.581,47	-7,68
RS	AGUDO	43	10	9	-	25.608.419,11	0,00
RS	AGUA SANTA	43	5	9	(366.115,10)	9.685.712,90	-3,78
RS	ACEGUA	43	3	4	(3.224.951,74)	12.679.915,02	-25,43
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	(1.485.264,00)	17.357.580,04	-8,56
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	1.336.621,75	20.324.735,09	6,57
RS	BOZANO	43	258	4	(1.183.299,18)	6.869.632,68	-17,23
RS	CAMPÓ NOVO	43	400	2	(218.936,44)	9.674.036,29	-2,26
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	-	11.063.167,80	0,00
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.170.830,65)	10.020.756,39	-11,68
RS	CAMARGO	43	355	8	(5.971.018,05)	8.811.827,70	-67,00
RS	CAICARA	43	340	0	(124.032,35)	8.906.860,96	-1,39
RS	CAIBATE	43	330	1	247.866,49	8.695.546,88	2,85
RS	CACEQUI	43	290	7	2.478.957,02	16.823.870,62	14,73
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(15.223.867,85)	41.616.521,83	-36,58
RS	BUTIA	43	270	9	4.447.128,29	25.162.132,38	17,67
RS	BARRA DO QUARAÍ	43	187	5	(1.751.904,70)	11.901.882,25	-14,72

RS	BRAGA	43	260	0	(706.104,27)	7.778.929,91	-9,08
RS	CANDIOTA	43	435	8	(1.902.399,04)	32.284.002,37	-5,89
RS	BOSSOROCA	43	250	1	46.947,72	12.544.809,29	0,37
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(286.007,23)	6.483.230,90	-4,41
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	2	1.805.354,93	20.148.918,36	8,96
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.007.217,14	16.604.460,11	66,29
RS	BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(1.903.518,87)	10.791.359,62	-17,64
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	(869.680,38)	9.200.915,07	-9,45
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(1.296.830,70)	9.143.800,42	-14,18
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	641.483,99	11.307.872,34	5,67
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	408.118,01	17.037.549,71	2,40
RS	BARRACAO	43	180	0	942.750,78	11.469.668,58	8,22
RS	BROCHIER	43	265	9	(43.559,01)	9.249.213,76	-0,47
RS	SÃO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(5.765.717,12)	23.682.820,97	-24,35
RS	SÃO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(568.034,11)	7.595.400,22	-7,48
RS	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	6.006.170,21	29.410.345,64	20,42
RS	SÃO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(4.012.428,67)	29.901.160,56	-13,42
RS	SÃO JORGE	43	1844	0	(1.103.470,63)	7.102.446,10	-15,54
RS	SÃO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	(1.351.218,59)	8.557.684,86	-15,79
RS	SÃO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	-	9.776.279,31	0,00
RS	SÃO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	219.310,35	6.890.046,85	3,18
RS	SÃO JOSE DO OURO	43	1860	6	(500.166,96)	10.230.628,54	-4,89
RS	SÃO JOSE DO SUL	43	1861	4	(1.665.075,86)	8.637.635,57	-19,28
RS	SEGREDO	43	2026	3	(1.413.792,22)	12.537.986,32	-11,28
RS	SÃO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	478.994,49	7.547.541,87	6,35
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(1.445.448,04)	7.204.716,32	-20,06
RS	SÃO SEPE	43	1960	4	(14.824.008,00)	35.566.757,00	-41,68
RS	SÃO VALENTIM	43	1970	3	217.051,98	8.201.170,78	2,65
RS	SÃO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.028.087,38)	7.200.276,78	-14,28
RS	SÃO VALERIO DO SUL	43	1973	7	(410.740,92)	6.700.622,58	-6,13
RS	SÃO VENDELINO	43	1975	2	(961.640,00)	7.626.594,00	-12,61
RS	SÃO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(2.728.546,33)	13.084.432,15	-20,85
RS	SARANDI	43	2010	7	(1.662.057,04)	26.574.100,80	-6,25
RS	SEBERI	43	2020	6	411.820,00	14.252.385,66	2,89
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	(1.635.699,00)	7.012.107,00	-23,33
RS	SÃO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(2.084.694,08)	15.114.779,46	-13,79
RS	RONDINHA	43	1620	4	(798.101,56)	9.440.068,75	-8,45
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	(1.420.528,92)	6.750.392,56	-21,04
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(1.462.773,10)	15.995.700,70	-9,14
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(968.561,53)	6.861.004,81	-14,12
RS	PROGRESSO	43	1515	6	(3.434.442,49)	11.635.797,06	-29,52
RS	PUTINGA	43	1520	6	(215.706,60)	10.986.489,13	-1,96
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(773.957,07)	6.184.223,06	-12,52
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(4.535.398,85)	22.411.836,45	-20,24
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	140.410,68	8.063.892,77	1,74
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(1.148.363,36)	15.787.120,95	-7,27
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	210.426,05	7.094.940,10	2,97
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	37.077,90	15.511.524,57	0,24
RS	SANTO AUGUSTO	43	1780	6	34.945,03	20.804.301,00	0,17
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	7.912.981,09	40.711.761,08	19,44
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(1.430.540,34)	9.297.317,13	-15,39
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.777.034,00	13.346.746,00	13,31
RS	SANANDUVA	43	1660	0	(232.172,31)	21.154.080,67	-1,10
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	985.065,32	10.239.078,57	9,62
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.484.215,98)	6.289.476,99	-23,60
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	4.305.590,12	44.369.162,51	9,70
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	(773.692,39)	13.375.732,69	-5,78
RS	PATRULHA	43	1760	8	(1.215.260,03)	47.486.337,19	-2,56
RS	SELBACH	43	2030	5	(465.836,55)	9.706.003,59	-4,80
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(1.183.877,65)	9.964.499,87	-11,88
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(2.560.598,21)	35.152.665,55	-7,28
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(179.719,74)	32.544.510,41	-0,55
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(364.923,89)	10.444.862,58	-3,49
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(451.896,99)	6.730.251,69	-6,71
RS	TUPANDA	43	2225	1	216.689,80	13.469.421,21	1,61
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(816.608,14)	11.760.431,15	-6,94

RS	TURUCU	43	2232	7	(1.239.861,44)	8.077.739,81	-15,35
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	-	6.389.931,17	0,00
RS	UNISTALDA	43	2237	6	221.588,10	7.623.408,35	2,91
RS	VALE REAL	43	2254	1	728.276,81	8.995.550,57	8,10
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(1.286.806,90)	7.967.930,70	-16,15
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(4.773.466,83)	35.029.714,32	-13,63
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.830.560,06)	13.251.815,59	-28,91
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(2.258.443,08)	6.990.947,21	-32,31
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(292.067,20)	9.028.382,76	-3,23
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	863.928,13	9.244.448,96	7,18
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(187.004,72)	11.795.839,91	-1,59
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(1.225.210,57)	8.113.032,16	-15,10
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(1.187.702,48)	9.224.444,86	-12,88
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	673.625,51	8.237.126,67	8,18
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	(3.609.262,24)	6.534.953,67	-55,23
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(10.181.292,98)	44.113.029,69	-23,08
RS	VANINI	43	2255	8	(2.049.194,04)	7.164.651,12	-28,60
RS	TAPERA	43	2100	6	1.173.625,75	16.017.508,92	7,33
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.393.125,42)	7.208.366,50	-19,33
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	738.072,46	25.042.940,84	2,95
RS	SERIO	43	2045	3	(1.938.752,60)	7.614.031,19	-25,46
RS	SERTAO	43	2050	3	(491.088,06)	11.253.535,87	-4,36
RS	SERTAO SANTANA	43	2055	2	(4.420.847,09)	10.200.188,02	-43,34
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(2.430.278,26)	9.321.566,82	-26,07
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(244.879,43)	6.840.522,69	-3,58
RS	SINIMBU	43	2067	7	(5.973.974,18)	16.950.005,77	-35,24
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	6.028.051,94	19.388.309,12	31,08
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(1.074.424,01)	11.449.962,65	-9,38
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(2.535.400,61)	28.024.298,97	-9,05
RS	TRES COROAS	43	2170	9	(7.424.010,62)	37.452.045,41	-19,82
RS	TAPES	43	2110	5	222.568,00	22.304.580,90	1,00
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.072.599,45)	7.026.313,94	-15,27
RS	TAVARES	43	2135	2	1.662.224,24	9.107.069,33	18,25
RS	TERRA DE AREIA	43	2143	6	(3.108.025,80)	16.067.440,37	-19,34
RS	TEUTONIA	43	2145	1	(4.659.814,60)	40.591.071,73	-11,48
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(41.040,15)	7.684.522,30	-0,53
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.538.443,91)	10.039.393,04	-25,28
RS	TOROPÓ	43	2149	3	(2.601.491,83)	6.932.126,75	-37,53
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(1.167.044,90)	8.936.783,08	-13,06
RS	SAO LOURENÇO DO SUL	43	1880	4	(9.655.947,14)	51.278.626,97	-18,83
RS	TABAI	43	2085	9	245.677,00	7.919.866,00	3,10
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(1.274.765,94)	6.854.396,56	-18,60
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(182.673,17)	10.108.943,11	-1,81
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	485.296,93	8.484.799,12	5,72
RS	IVOTÍ	43	1080	1	(8.754.869,80)	30.002.455,33	-29,18
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	(687.456,04)	7.317.556,30	-9,39
RS	JARI	43	1113	0	(1.939.084,69)	8.309.610,27	-23,34
RS	JOIA	43	1115	5	(785.162,79)	16.485.474,12	-4,76
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(1.508.011,70)	29.912.342,00	-5,04
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(1.771.753,03)	14.465.493,73	-12,25
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(939.633,41)	9.766.350,07	-9,62
RS	ITAARA	43	1053	8	94.932,51	9.179.594,58	1,03
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(4.886.930,29)	11.855.843,16	-41,22
RS	IRAI	43	1050	4	497.802,25	10.071.626,93	4,94
RS	MAQUINE	43	1177	5	(2.676.805,19)	12.172.048,94	-21,99
RS	MARATA	43	1179	1	(2.777.491,18)	7.968.241,83	-34,86
RS	MARAU	43	1180	9	(4.759.680,10)	58.286.009,96	-8,17
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(834.420,34)	9.619.875,72	-8,67
RS	MARIANA PIMENTEL	43	1198	1	376.856,26	12.220.856,20	3,08
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(1.814.649,18)	8.151.796,10	-22,26
RS	MATA	43	1210	4	1.178.940,44	9.391.996,57	12,55
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	(617.287,11)	8.054.312,54	-7,66
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(2.035.869,29)	9.767.828,18	-20,84
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(535.712,24)	7.003.489,86	-7,65
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(2.641.614,18)	5.649.724,52	-46,76
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.761.080,10)	7.566.692,22	-23,27
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(5.796.967,15)	10.117.508,36	-57,30

RS	GARIBALDI	43	860	7	(7.224.062,37)	49.481.432,42	-14,60
RS	GAURAMA	43	870	6	(2.505.158,51)	9.983.971,00	-25,09
RS	GENTIL	43	885	4	(1.009.708,00)	7.323.253,31	-13,79
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	867.217,84	19.878.788,91	4,36
RS	GIRUA	43	900	1	1.098.307,96	30.199.692,56	3,64
RS	GLORINHA	43	905	0	(4.864.194,58)	16.744.756,69	-24,27
RS	GRAMADO	43	910	0	409.703,81	72.983.871,12	0,56
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(2.190.111,64)	9.677.381,44	-22,63
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(403.440,30)	6.758.899,43	-5,97
RS	SÃO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(461.790,54)	8.957.916,35	-5,16
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(3.273.136,66)	31.357.019,18	-10,44
RS	PONTÃO	43	1477	9	(4.380.718,00)	10.797.385,00	-40,57
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.892.622,71)	10.489.491,18	-18,04
RS	IBARAMA	43	975	3	(978.356,17)	9.382.229,08	-10,43
RS	IBIACA	43	980	3	898.242,47	10.079.443,00	8,91
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	539.419,81	11.672.159,59	4,62
RS	IBIRUBA	43	1000	9	(1.173.984,20)	17.623.693,41	-6,66
RS	IGREJINHA	43	1010	8	(196.520,20)	49.590.954,54	-0,40
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	(1.989.684,63)	8.518.136,74	-23,36
RS	IMIGRANTE	43	1036	3	(1.272.029,62)	10.762.581,32	-11,82
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	582.064,58	10.395.611,14	5,60
RS	GUABIJU	43	925	8	(887.554,06)	6.193.527,55	-14,33
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(562.906,71)	10.957.092,72	-5,14
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	(55.703,65)	10.200.746,18	-0,55
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(2.232.090,67)	9.238.781,30	-24,16
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	97.218,97	8.132.575,31	1,20
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(774.923,27)	6.978.170,26	-11,10
RS	OSORIO	43	1350	8	(17.881.930,20)	141.438.025,55	-12,64
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	(514.295,87)	9.000.649,57	-5,71
RS	PALMITINHO	43	1380	5	557.633,17	10.446.656,88	5,34
RS	PANAMBI	43	1390	4	(3.882.452,72)	63.858.633,40	-6,08
RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	397.546,61	15.105.061,75	2,63
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(2.015.877,49)	8.146.456,74	-24,75
RS	PASSA SETE	43	1406	8	(1.384.229,69)	9.379.389,84	-14,76
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(488.612,79)	12.971.618,76	-3,77
RS	PAVERAMA	43	1415	9	(513.654,00)	10.142.560,00	-5,06
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(4.373.476,62)	8.834.429,55	-49,50
RS	PEJUCARA	43	1430	8	302.736,24	10.594.193,56	2,86
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(831.602,99)	15.282.738,50	-5,44
RS	PIRAPO	43	1455	5	(455.863,04)	7.719.144,81	-6,91
RS	PIRATINI	43	1460	5	1.290.241,09	27.163.763,73	4,75
RS	PLANALTO	43	1470	4	(1.377.369,63)	13.226.305,85	-10,41
RS	MINAS DO LEAO	43	1225	2	(3.533.466,55)	11.803.206,54	-29,94
RS	HERVAL	43	710	4	541.841,14	11.907.539,53	4,55
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(383.778,40)	7.584.117,22	-5,06
RS	PARAI	43	1400	1	211.738,06	12.646.860,25	1,67
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(448.676,47)	6.712.916,81	-6,68
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	3.193.270,87	7.973.487,26	40,05
RS	MONTAURI	43	1235	1	(1.717.611,22)	6.854.990,26	-25,06
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	440.561,50	7.908.899,67	5,57
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(732.391,88)	8.032.769,74	-9,12
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(3.902.559,93)	42.657.472,02	-9,15
RS	MORMACO	43	1242	7	(1.142.737,34)	7.801.827,61	-14,65
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(3.589.667,38)	9.418.194,28	-38,11
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	(257.833,51)	10.450.273,25	-2,47
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(1.700.540,17)	19.472.643,37	-8,73
RS	MUCUM	43	1260	9	1.445.099,61	9.495.942,23	15,22
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(2.481.949,03)	16.125.504,87	-15,39
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(1.328.441,14)	7.868.188,61	-16,84
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	(1.302.353,90)	9.975.534,58	-13,06
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(624.471,22)	8.378.376,03	-7,45
RS	NOVA HARTZ	43	1306	0	(519.787,73)	25.013.248,99	-2,08
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(352.483,01)	14.199.923,93	-2,48
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(871.200,88)	9.849.160,74	-8,85
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.997.538,96)	6.922.411,57	-28,86
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(3.419.944,10)	26.873.935,54	-12,73

RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(4.096.436,41)	30.354.024,48	-13,50
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(243.840,25)	10.888.534,72	-2,24
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(830.914,85)	15.380.558,58	-5,40
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(2.441.976,80)	10.164.091,26	-24,03
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(613.668,95)	23.045.063,38	-2,66
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(749.725,59)	7.302.338,51	-10,27
SC	PRINCESA	42	1415	1	(1.146.415,61)	6.739.013,17	-17,01
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(458.451,42)	16.436.895,90	-2,79
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	(1.900.655,01)	36.702.192,24	-5,18
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1430	0	(837.676,32)	7.906.449,37	-10,59
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	3	1.090.833,38	9.162.386,85	11,91
SC	SANGAO	42	1545	5	(134.677,00)	13.072.646,00	-1,03
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(2.428.559,49)	13.537.967,98	-17,94
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(893.449,17)	8.571.468,52	-10,42
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(792.603,00)	8.386.519,00	-9,45
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(5.679.501,25)	24.899.246,18	-22,81
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(572.081,56)	8.141.399,33	-7,03
SC	RODEIO	42	1510	9	(663.620,67)	13.485.205,55	-4,92
SC	ROMELANDIA	42	1520	8	(302.438,04)	8.032.298,96	-3,77
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.113.514,46)	12.827.993,32	-8,68
SC	PALMA SOLA	42	1200	7	308.393,13	14.328.936,30	2,15
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(2.638.408,89)	21.157.821,05	-12,47
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(1.327.202,77)	9.581.186,06	-13,84
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(538.099,12)	8.938.644,95	-6,02
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	1.594.198,92	22.681.252,79	7,03
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(762.834,70)	7.626.041,95	-10,00
SC	OURO	42	1180	1	(1.525.402,78)	11.180.290,27	-13,64
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	819.589,54	10.785.773,83	7,60
SC	PAIAL	42	1187	6	(518.946,14)	6.405.543,68	-8,10
SC	PONTE ALTA	42	1330	2	(915.054,30)	9.252.038,40	-9,89
SC	PALMITOS	42	1210	6	(1.851.160,90)	22.749.345,03	-8,14
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(2.935.554,78)	11.304.316,75	-25,97
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(489.244,77)	7.433.402,27	-6,58
SC	PERITIBA	42	1260	1	(287.179,86)	7.297.847,96	-3,94
SC	PICARRAS	42	1280	9	(916.219,54)	31.765.407,88	-2,88
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(1.729.320,52)	24.597.049,03	-7,03
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	181.399,03	8.146.089,03	2,23
SC	OURO VERDE	42	1185	0	451.811,92	7.888.118,38	5,73
SC	URUPEMA	42	1895	4	(707.649,67)	6.082.131,69	-11,63
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(427.091,67)	4.990.856,19	-8,56
SC	TIJUCAS	42	1800	4	764.851,72	44.870.468,63	1,70
SC	TIMBO	42	1820	2	(16.072.202,80)	69.569.131,86	-23,10
SC	TREVISÓ	42	1835	0	(531.084,48)	12.078.386,45	-4,40
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	98.444,01	10.012.005,32	0,98
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	(723.559,24)	9.291.612,08	-7,79
SC	SOMBRIÓ	42	1770	9	7.561.008,73	31.857.255,00	23,73
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	(93.698,21)	7.350.586,86	-1,27
SC	XAXIM	42	1970	5	1.346.565,86	45.197.617,07	2,98
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(971.649,30)	12.766.530,45	-7,61
SC	VIDEIRA	42	1930	9	2.166.706,70	80.605.884,06	2,69
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(594.472,93)	8.833.711,93	-6,73
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(1.936.316,60)	7.589.778,71	-25,51
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(957.286,62)	9.588.866,02	-9,98
SC	BELMONTE	42	215	6	(127.623,06)	7.115.489,71	-1,79
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(213.417,72)	9.684.540,86	-2,20
SC	TURVO	42	1880	6	(1.423.950,26)	19.096.804,26	-7,46
SC	SAO JOAQUIM	42	1650	3	3.676.239,74	29.595.644,84	13,10
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	(65.434,72)	6.652.554,61	-0,98
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.238.068,25)	6.156.379,38	-20,11
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	1.033.515,56	24.944.286,65	4,14
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(827.463,36)	6.712.516,61	-12,33
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(1.731.174,01)	16.177.132,15	-10,70
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(1.742.315,22)	14.289.809,94	-12,19
SC	TANGARA	42	1790	7	515.468,37	17.342.252,21	2,97

SC	SÃO JOÃO BATISTA	42	1630	5	(28.157,24)	35.886.087,82	-0,08
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(1.203.781,66)	6.934.201,21	-17,36
SC	SÃO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(2.777.889,01)	18.547.720,67	-14,98
SC	SÃO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	172.464,74	11.737.255,70	1,47
SC	SÃO LOURENÇO DO OESTE	42	1690	9	(8.408.420,12)	30.559.376,02	-27,52
SC	SÃO MARTINHO	42	1710	5	(833.562,81)	6.969.765,75	-11,96
SC	SÃO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(3.285.370,00)	8.227.120,17	-39,93
SC	SAUDADES	42	1730	3	(348.221,58)	12.594.843,01	-2,76
SC	SEARA	42	1750	1	1.223.081,55	27.006.354,15	4,53
SC	SÃO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(20.422.440,80)	123.324.001,76	-16,56
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	(551.187,49)	9.505.802,02	-5,80
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	(280.345,52)	6.364.466,65	-4,40
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.516.760,87)	11.417.135,88	-13,28
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(2.495.327,43)	9.417.161,42	-26,50
SC	CAIBI	42	310	5	(612.360,90)	10.276.495,13	-5,96
SC	CALMON	42	315	4	2.952.009,30	8.490.974,40	34,77
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(1.954.519,30)	16.563.584,78	-11,80
SC	CUNHA PORA	42	470	7	(1.227.229,51)	14.909.565,95	-8,23
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(504.193,36)	15.855.444,12	-3,18
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(548.493,76)	10.529.302,82	-5,21
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	(587.138,54)	8.484.380,54	-6,92
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	476.023,39	25.816.279,00	1,84
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(734.840,01)	10.632.630,68	-6,91
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(1.103.944,65)	15.819.885,81	-6,98
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(1.087.332,17)	24.344.455,55	-4,47
SC	CORUPA	42	450	9	(56.358,09)	20.693.231,67	-0,27
SC	CANELINHA	42	370	9	(7.128,80)	13.644.064,96	-0,05
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	(756.497,45)	14.145.481,01	-5,35
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(945.355,19)	8.315.674,36	-11,37
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(829.329,81)	8.241.372,20	-10,06
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	4.029.804,27	29.875.894,79	13,49
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(2.900.744,00)	14.892.720,71	-19,48
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(1.790.475,01)	11.238.162,10	-15,93
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(662.468,47)	7.575.565,98	-8,74
SC	BOM JESUS	42	253	7	(26.359,83)	7.288.823,45	-0,36
SC	ANCHIETA	42	80	4	223.864,70	8.623.730,28	2,60
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(1.955.982,91)	13.785.101,47	-14,19
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(4.216.701,22)	16.817.039,38	-25,07
SC	ARABUTA	42	127	3	(614.347,00)	9.471.058,00	-6,49
SC	ARAQUARI	42	130	7	(3.778.568,40)	31.394.585,15	-12,04
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(426.572,92)	9.458.489,06	-4,51
SC	ATALANTA	42	180	2	(121.692,74)	6.768.181,53	-1,80
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(684.928,83)	13.364.952,89	-5,12
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	(85.588,50)	12.678.837,44	-0,68
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	(196.572,77)	9.061.113,32	-2,17
SC	JUPIÁ	42	917	7	(806.144,49)	6.758.818,68	-11,93
SC	CUNHATAI	42	475	6	(791.171,30)	6.427.890,74	-12,31
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(1.400.501,62)	24.746.181,02	-5,66
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(1.077.617,49)	27.938.210,97	-3,86
SC	AURORA	42	190	1	(438.830,93)	9.182.426,93	-4,78
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	464.042,67	14.503.955,57	3,20
SC	JAGUARUNA	42	880	7	2.950.247,00	23.903.583,00	12,34
SC	ITA	42	800	5	(3.280.457,45)	28.947.636,38	-11,33
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	(142.445,14)	9.625.915,61	-1,48
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(744.488,69)	15.085.482,85	-4,94
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(174.391,88)	6.612.761,05	-2,64
SC	LAURENTINO	42	950	8	(525.122,73)	8.829.701,63	-5,95
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(2.688.286,25)	9.688.593,05	-27,75
SC	LUIZ ALVES	42	1000	1	(2.771.884,12)	15.198.544,54	-18,24
SC	MACIEIRA	42	1005	0	68.458,58	6.924.172,33	0,99
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(7.172.847,30)	21.297.951,97	-33,68
SC	MELEIRO	42	1080	3	(421.132,82)	12.187.761,35	-3,46
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	(151.485,38)	6.198.111,08	-2,44
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(2.481.892,78)	62.596.495,61	-3,96
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(7.087.849,48)	44.033.760,05	-16,10
SC	DESCANSO	42	490	5	(283.322,02)	11.871.795,32	-2,39

SC	DIONÍSIO CERQUEIRA	42	500	1	(1.696.241,51)	18.380.484,65	-9,23
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(361.846,88)	7.105.896,87	-5,09
SC	ERMO	42	519	1	(321.968,14)	6.616.103,14	-4,87
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	(2.214.000,50)	7.072.481,78	-31,30
SC	ITAIÓPOLIS	42	810	4	(1.419.839,88)	28.758.320,08	-4,94
SC	GAROPABA	42	570	4	(3.950.804,56)	27.299.987,62	-14,47
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	767.365,51	12.027.406,68	6,38
SC	GUARUJÁ DO SUL	42	660	3	(903.819,50)	8.780.518,80	-10,29
SC	GUATAMBU	42	665	2	(606.245,34)	10.840.259,41	-5,59
SC	IBIAM	42	675	1	39.927,43	7.011.778,65	0,57
SC	IBIRAMA	42	690	0	(4.840.915,60)	27.401.624,08	-17,67
SC	ITOMERE	42	757	7	(1.244.733,17)	9.157.521,44	-13,59
SC	IPORÁ DO OESTE	42	765	0	(2.790.189,56)	13.194.125,53	-21,15
SC	IPUMIRIM	42	770	0	391.831,76	14.061.486,15	2,79
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(8.737.862,23)	53.584.791,47	-16,31
SE	CANHOBA	28	110	8	(994.033,55)	7.817.945,43	-12,71
SE	ARAÚJA	28	40	7	-	15.989.327,30	0,00
SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(19.427.658,27)	41.918.169,57	-46,35
SE	CANINDE DE SÃO FRANCISCO	28	120	7	(5.061.951,69)	91.582.565,89	-5,53
SP	NOVA ALIANÇA	35	3280	1	(198.476,02)	10.827.290,22	-1,83
SP	QUATÁ	35	4170	3	(2.778.293,30)	24.749.788,75	-11,23
SP	QUADRA	35	4165	3	(569.340,82)	9.937.281,57	-5,73
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	1.393.015,95	28.274.755,36	4,93
SP	PIRANGI	35	3900	4	(595.910,61)	16.240.910,30	-3,67
SP	PEDRANÓPOLIS	35	3690	1	(105.269,31)	8.076.060,86	-1,30
SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	726.943,30	26.303.320,67	2,76
SP	PARAPUÁ	35	3600	0	618.695,39	16.021.134,64	3,86
SP	NOVAIS	35	3325	4	123.337,04	9.074.865,80	1,36
SP	RINÓPOLIS	35	4380	8	(1.292.950,26)	13.592.296,84	-9,51
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	567.734,85	14.299.036,98	3,97
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(451.682,48)	9.143.418,29	-4,94
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	2.045.826,49	74.352.644,93	2,75
SP	MIRACATU	35	2990	6	(2.127.755,00)	36.521.513,04	-5,83
SP	MARAPÓAMA	35	2885	8	46.691,29	8.386.402,37	0,56
SP	LUCÉLIA	35	2740	5	(2.906.868,37)	31.607.727,93	-9,20
SP	LAVÍNIA	35	2650	6	(1.011.104,48)	13.783.046,84	-7,34
SP	PARANAPANEMA	35	3580	4	-	46.321.702,27	0,00
SP	SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	35	4840	1	(2.125.463,66)	9.022.567,12	-23,56
SP	URUPES	35	5600	8	-	20.778.095,83	0,00
SP	LAGOINHA	35	2630	8	(220.940,95)	9.446.804,41	-2,34
SP	TORRINHA	35	5470	6	135.151,49	13.861.561,48	0,96
SP	TABATINGA	35	5270	0	(617.611,51)	22.633.503,41	-2,73
SP	SÓCORRO	35	5210	6	(1.862.700,19)	44.126.153,25	-4,22
SP	SERRANA	35	5150	4	1.242.501,66	64.655.603,32	1,92
SP	SÃO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	8.381.887,06	64.814.431,52	12,93
SP	RIFAINA	35	4360	0	(490.606,93)	13.979.904,07	-3,51
SP	SÃO FRANCISCO	35	4900	3	-	7.436.198,96	0,00
SP	RINCAO	35	4370	9	2.845.188,78	18.603.268,62	15,29
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	35	4720	5	(3.772.060,65)	7.271.112,09	-51,88
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	309.497,28	9.479.116,43	3,27
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	(588.517,26)	8.359.719,42	-7,04
SP	SANTA ADÉLIA	35	4560	5	(554.640,45)	24.120.282,07	-2,30
SP	SALTINHO	35	4515	9	(1.065.013,00)	14.075.539,68	-7,57
SP	SALMOURAO	35	4510	0	798.381,78	8.569.603,99	9,32
SP	SAGRES	35	4470	7	(415.658,95)	6.637.346,30	-6,26
SP	SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	35	4930	0	(817.607,37)	7.725.493,91	-10,58
SP	BILAC	35	640	9	(1.856.711,81)	13.028.746,34	-14,24
SP	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	35	60	0	1.774.991,31	13.213.636,42	13,43
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(784.275,48)	6.776.025,72	-11,57
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	-	14.912.969,77	0,00
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	(5.119.946,83)	56.120.366,56	-9,12
SP	COLINA	35	1280	1	10.448.154,85	37.603.757,62	27,78
SP	CESÁRIO LANGE	35	1160	7	(1.956.699,40)	25.866.806,28	-7,56
SP	ELDORADO	35	1480	9	3.076.808,28	26.116.761,69	11,78
SP	BOCAINA	35	680	5	(818.245,57)	22.504.321,71	-3,64
SP	ELISÁRIO	35	1492	4	(850.174,18)	8.366.799,59	-10,16

SP	BADY BASSITT	35	460	2	316.940,02	24.034.806,23	1,32
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	2.958.654,14	64.332.867,38	4,60
SP	ARIRANHA	35	370	3	(3.075.573,03)	27.754.275,69	-11,08
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	(701.001,56)	9.830.921,13	-7,13
SP	ALTAR	35	90	7	-	10.773.749,37	0,00
SP	AGUDOS	35	70	9	12.758.747,50	67.607.883,03	18,87
SP	ADOLFO	35	20	4	(327.203,88)	11.770.108,40	-2,78
SP	BORA	35	720	9	(439.575,00)	7.131.291,00	-6,16
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	1.896.044,30	37.481.196,79	5,06
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	2.091,29	28.956,36	7,22
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(1.726.333,47)	9.393.190,59	-18,38
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(3.934.796,05)	51.467.598,47	-7,65
SP	ITOBI	35	2380	0	3.017.086,29	8.588.226,92	35,13
SP	ITAJU	35	2200	0	-	9.297.945,54	0,00
SP	ITAJOBÍ	35	2190	3	950.208,18	28.113.811,17	3,38
SP	DRACENA	35	1440	3	4.606.972,07	61.630.313,47	7,48
SP	IRAPUA	35	2150	7	(839.556,92)	12.148.577,41	-6,91
SP	JUQUITIBA	35	2620	9	20.677.385,12	39.400.581,91	52,48
SP	INDIAPORA	35	2070	7	669.539,38	10.336.831,68	6,48
SP	ILHABELA	35	2040	0	(5.837.640,01)	89.615.914,78	-6,51
SP	IBIRA	35	1940	2	3.747.943,00	19.200.837,00	19,52
SP	IACRI	35	1920	4	-	11.794.863,94	0,00
SP	GUATAPARA	35	1885	9	840.957,79	16.088.910,04	5,23
SP	GUARANTA	35	1810	7	(581.121,47)	12.568.897,25	-4,62
SP	GAVIAO PEIXOTO	35	1685	3	-	11.719.017,45	0,00
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	(63.354,91)	15.839.724,39	-0,40
SP	ITABERA	35	2170	5	(1.832.078,74)	24.999.852,25	-7,33
TO	JUARINA	17	1180	3	760.075,96	4.599.634,49	16,52

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN até 28/03/2011

Memorando nº 269/2011/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 20 de abril de 2011

Ao Senhor Chefe de Gabinete do Sr. Ministro

Assunto: Operações de Crédito do Estados e Municípios – Encaminhamento de Informações ao Senado Federal

Encaminho, em anexo, minuta de aviso a ser dirigida ao Exmº Senhor Presidente do Senado Federal, com a finalidade de enviar àquela Casa relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no mês de março de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, em cumprimento ao estabelecido no art. 41 da Resolução Senatorial nº 43, de 2001. Na minuta de Aviso, informamos também, conforme previsto no art. 42 da Resolução Senatorial nº 43, de 2001, que não consta de nossos registros, nos meses de janeiro a março de 2011, quaisquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Esclareço que essas informações são prestadas mensalmente e trimestralmente ao Senado Federal, conforme previsto nos citados artigos da Resolução Senatorial nº 43, de 2001, e que a matéria já foi objeto de análise por parte da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio da Nota PGFN/PGA/Nº 203/2002.

Atenciosamente, – **Eduardo Coutinho Guerra**, Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2011

Autoriza a criação de campus da Universidade Federal do Ceará no Município de Russas, no Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, com sede na cidade de Russas, o Campus Vale do Jaguaribe, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Art. 2º O **Campus** do Vale do Jaguaribe terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa e promover a extensão universitária.

Art. 3º Para efeito da atribuição prevista no art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

- I – criar cargos de direção e funções gratificadas necessários à instalação e funcionamento do novo **campus**;
- II – lotar no novo **campus** os cargos que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência de cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFC e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 4º A criação do novo **campus** subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A instalação de um **campus** da Universidade Federal do Ceará, no Município de Russas, atende a um intenso movimento em torno de antiga e histórica reivindicação da população do Vale do Jaguaribe.

Essa região tem enorme importância cultural e econômica no âmbito do Estado do Ceará. O rio Jaguaribe, que lhe empresta nome e é o maior do Estado, já foi, não faz muito, o maior rio seco do mundo. Hoje, perenizado em quase toda a sua extensão, tem parte de seu potencial de desenvolvimento agrário e industrial transformada em realidade. O Vale do Jaguaribe conta atualmente com dois destacados programas de irrigação, conhecidos como Tabuleiro de Russas e do Apodi, alimentados pelas águas dos açudes Castanhão e Figueiredo. Esses reservatórios apresentam, ainda, enorme potencial a ser aproveitado. No entanto, o progresso experimentado no Vale poderia ser mais expressivo, e também sustentável, se lastreado em pesquisa científica, que, em nosso país, ainda se encontra restrita ao ambiente das universidades.

A população do Vale do Jaguaribe, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo de 2010), passa de meio milhão de habitantes. O Município de Russas, sozinho, tem aproximadamente 70 mil habitantes. Dos jovens locais, mais de 17 mil estão matriculados na educação básica. A cada ano, mil desses jovens concluem o ensino médio em Russas. Quando se considera todo o Vale, o número de egressos do ensino médio se eleva à casa dos 7 mil jovens.

Diante desse quadro, em que pese o reconhecimento da importância e abrangência do processo de interiorização da educação superior nos últimos anos, a reestruturação federal manteve certo nível de concentração, beneficiando regiões já atendidas. No caso do Ceará, o Vale do Jaguaribe foi uma das poucas regiões não contempladas no esforço de expansão da educação superior.

Hoje, ciente das possibilidades da educação – um efeito multiplicador e gerador de externalidades que se traduzem em desenvolvimento social – e do direito a esse bem previsto na Carta Magna, a sociedade de todo o Vale se organiza e unifica sua luta por um **campus** federal na região.

No que concerne à proposta de sede, a escolha de Russas não é aleatória. O Município, além de ser o maior da região, detém uma rede instalada de serviços em todos os setores e uma posição geográfica privilegiada, situando-se num entroncamento favorável ao deslocamento de milhares de estudantes dos mais diversos municípios do Vale, a maioria dos quais sem poder aquisitivo para chegar à universidade. Além disso, o Município se compromete a arcar com parte da infraestrutura, mediante doação de terreno urbano com área aproximada de 52 hectares.

Considerando a oportunidade e a relevância do projeto, contamos com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Inácio Arruda**.

(À Comissão Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2011

Altera a redação da Lei nº 8.072 de 1990, que trata dos crimes denominados hediondos, acrescentando à mesma, dispositivo que passa a considerar como crimes hediondos aqueles envolvendo patrimônio, bens, valores e recursos públicos destinados à saúde.

O Congresso Nacional decreta:

O art. 1º da Lei nº. 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 e Decreto Lei nº. 201 de 27 de fevereiro de 1967:

.....
VII-C – Os crimes capitulados nos artigos 171, 312 – **caput** e § 1º, 313-A, 316, 317, 333 do Código Penal e Art. 1º. – Inciso I e II do Decreto Lei nº. 201 de 1967, quando praticados

em prejuízo de patrimônio, recursos, valores e bens públicos destinados aos serviços de saúde pública.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O projeto de lei ora apresentado tem como objetivo primacial o de inibir o cometimento de crimes praticados por servidores públicos e particulares em detrimento do patrimônio, bens, recursos e valores públicos destinados aos serviços de saúde pública no Brasil.

Tal projeto emerge de um verdadeiro estado de calamidade pelo qual atravessa a saúde pública nacional, principalmente em face de que as verbas a ela destinadas são, de forma iterativa, descaradamente apropriadas, desviadas em proveito próprio ou de outrem, mediante processos deletérios de corrupção, seja ativa ou passiva, concussão, ou peculato.

Diuturnamente, o País posta-se, ao mesmo tempo, estarrecido e impotente diante de tanto descalabro em relação aos recursos destinados à saúde pública, que são criminosamente apropriados, contando os delinquentes, geralmente, economicamente aquinhoados, quando, em remota hipótese, eventualmente condenados, com a blandícia da legislação tocante à execução da pena, que lhes confere um verdadeiro status de privilégio ante à hediondez dos delitos perpetrados.

Tais delitos, na verdade, práticas dantescas contra os integrantes mais pobres e miseráveis do povo brasileiro, representam um verdadeiro câncer que posta a sociedade em destrutiva metástase, visto a mortandade de crianças, (idosos), pessoas gestantes, enfim, todos aqueles que, despossuídos de recursos e bens, ficam inexoravelmente contingenciados a se verem assistidos pelo sistema de saúde pública brasileiro, que, em face dos frequentes ataques de delinquentes de tal jaez, vê-se notoriamente combalido, em estado de falência permanente.

As apropriações criminosas das quais o país inteiro é testemunha implicam exatamente, em sentido oposto, na total incapacidade do Estado Brasileiro de prover uma saúde pública minimamente decente, pois é certo que, se os recursos destinados a tal serviço fossem, de efeito, corretamente aplicados, não haveria tanta dor, sofrimento, óbitos e desvalidos, carentes de serviços de saúde pública, pelo menos aceitável pela Organização Mundial de Saúde.

É preciso que se busquem mecanismos legais para, ao menos, tentar inibir as ações facinorosas de tais meliantes, que não hesitam em engordar as suas já abastadas contas bancárias, sangrando criminosamente os recursos destinados à saúde pública, que se encontra em estado de verdadeira indigência.

A razão pela qual se pretende a modificação do **caput** do artigo se deve ao fato de que na atual redação não há referência – por obviedade – ao Decreto Lei nº 201/67.

Certo de que a alteração que proponho contribuirá para que o SUS seja continuamente aperfeiçoado, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Davim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados: ([Redação dada pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994](#))

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); ([Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994](#))

II – latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**); ([Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994](#))

III – extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); ([Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994](#))

IV – extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º); ([Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994](#))

V – estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º); ([Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009](#))

VI – estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); ([Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009](#))

VII – epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). ([Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994](#))

VII-A – (VETADO) ([Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 20.8.1998](#))

VII-B – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). ([Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 20.8.1998](#))

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. ([Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994](#))

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 225, DE 2011

(Complementar)

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os artigos 1º, 9º, 12, 20, 52, 54, 56, 59 e 67 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

§3º.....

I -

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados;

.....(NR)

"Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativos e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

....."(NR)

"Art. 12.

§3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, (NR)

"Art. 20.

II -

c) 47% (quarenta e sete por cento) para o Executivo;

.....

e) 2% (dois por cento) para a Defensoria Pública dos Estados;

§2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

V – a Defensoria Pública dos Estados;

....."(NR)

"Art. 52. O relatório a que se refere o §3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

....."(NR)

"Art. 54.

V – Chefe da Defensoria Pública dos Estados," (NR)

"Art. 56. As contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos Chefes do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, referidos no art. 20 as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

....."(NR)

"Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

....."(NR)

"Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público, da Defensoria Pública dos Estados, e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

....."(NR)

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 73-D:

"Art. 73-D Ficam estabelecidos os seguintes prazos para a repartição dos limites globais da despesa com pessoal prevista no inciso II, alíneas "c" e "e" do art. 20:

I – Nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta lei, for inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida do Estado, este percentual passa a ser o limite para vigorar no ano seguinte ao da publicação desta lei, sendo que a diferença de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) será reduzida em, no mínimo, 1/5 (um quinto) por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois inteiros por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo;

II – Nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta lei, for igual ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) e inferior a 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida do Estado, este percentual passa a ser o limite para vigorar no ano seguinte ao da publicação desta lei, sendo que a diferença de 1,0% será reduzida em, no mínimo, 1/5 (um quinto) por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois inteiros por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo;

III – Nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta lei, for igual ou superior a 1,0% (um inteiro por cento) e inferior a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida do Estado, este percentual passa a ser o limite para vigorar no ano seguinte ao da publicação desta lei, sendo que a diferença de 0,5% (cinco décimos por cento) será reduzida em, no mínimo, 1/5 (um quinto) por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois inteiros por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo;

IV – Nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta lei, for igual ou superior 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) vigorará o limite de 2% (dois inteiros por cento) no ano seguinte ao da publicação desta lei, acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo.

Parágrafo único. O não atendimento das determinações contidas neste artigo dentro de cada um dos prazos nele referidos sujeita o Estado à sanção prevista no inciso I, § 3º do art. 23."

Art. 3º Os Estados adaptarão a organização de suas Defensorias Públicas aos preceitos desta Lei Complementar, no prazo de cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estabelece no art. 5º, LXXIV que o estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Para dar eficácia a esse preceito fundamental instituiu a Defensoria Pública como garantia constitucional do seu exercício.

A temática acesso à ordem jurídica justa vem sendo discutida buscando obter elementos para orientar as políticas públicas que assegurem regularidade, abrangência e eficiência a serviço público essencial, que diz respeito à realização da cidadania.

O fortalecimento da Defensoria Pública adveio com a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que a dotou de autonomia administrativa e funcional, da iniciativa da sua proposta orçamentária e do recebimento em duodécimos dos recursos correspondentes ao seu orçamento, nos termos do art. 134, § 2 e do art. 168 da Constituição.

A autonomia da Defensoria Pública foi regulada por meio da Lei Complementar Federal nº 132/2009, que reformou a Lei Complementar Federal nº 80/94 – Lei Orgânica Nacional e representa a sua consolidação institucional, no contexto do II Pacto Republicano, firmado pelos três poderes, que priorizou o seu fortalecimento como uma das suas principais metas.

A autonomia administrativa da Defensoria Pública pressupõe a capacidade de organizar sua administração, praticando os respectivos atos de gestão; a funcional, exercer suas funções livre de ingerência de qualquer outro órgão do Estado; a financeira, dispor sobre os próprios recursos, e a orçamentária, estabelecer a sua proposta orçamentária.

O III Estudo Diagnóstico da Defensoria Pública, elaborado pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, demonstra que o fortalecimento da instituição representou significativo aumento no acesso à Justiça pelos necessitados. Ainda assim, é fato que o orçamento das Defensorias Públicas é insignificante se comparado com os das demais instituições que compõem o sistema de acesso à justiça.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000, estabelece normas para as finanças públicas e disciplina o art. 169 da Constituição Federal, que determina a imposição de limites nos gastos públicos com pessoal.

Com o advento da autonomia financeira e orçamentária às Defensorias Públicas dos Estados tornou-se indispensável estabelecer que a gestão dos seus recursos sejam expressamente submetidos à disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal, reformando os artigos correspondentes e explicitando os instrumentos de compatibilização com a nova ordem.

Ao mesmo tempo, trata-se de dissociar o orçamento da Defensoria Pública dos Estados do orçamento do Poder Executivo, fazendo com que este não responda pelos gastos daquela e que aquela possa exercer sua autonomia sem vinculação a outro ente.

Nesse Sentido, de acordo com o art. 1º do presente projeto de lei complementar, a LC nº 101/00 vigorará com a inclusão da expressão "Defensoria Pública dos Estados" no Art. 1º, §3º, I, a; Art. 9º e §3º; Art. 12, §3º; Art. 52, Art. 56, Art. 59 e Art. 67.

O art. 1º do presente projeto de lei complementar também dá nova redação ao Art. 54, incluindo outro inciso, com a expressão "V – Chefe da Defensoria Pública dos Estados".

Além disso, a nova redação ao art. 20, inciso II, alínea c, com a inclusão da aliena e, redefine a repartição dos limites globais com despesa de pessoal no âmbito dos Estados, reduzindo o limite do Poder Executivo para 47% (quarenta e sete por cento) e fixando o da Defensoria Pública dos Estados em 2% (dois por cento), harmonizados com o acréscimo da expressão "a Defensoria Pública dos Estados" como inciso V ao § 2º do mesmo artigo.

Tendo em vista as distintas realidades das Defensorias Públicas Estaduais, algumas melhor aparelhadas e com maiores disponibilidades orçamentárias, conforme demonstrado pelo III Estudo Diagnóstico, bem como considerando as distintas realidades dos Estados, o projeto prevê no seu art. 2º o acréscimo do Art. 73-D, que estabelece um cronograma de até cinco anos para a implantação progressiva da nova repartição dos limites da despesa com pessoal.

O Art. 73-D a ser introduzido na lei parte de patamares diferentes, segundo a realidade de cada Estado, iniciando em 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida, para vigorar no ano seguinte ao da publicação da lei, e complementando a diferença em, no mínimo, 1/5 (um quinto) por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois inteiros por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo.

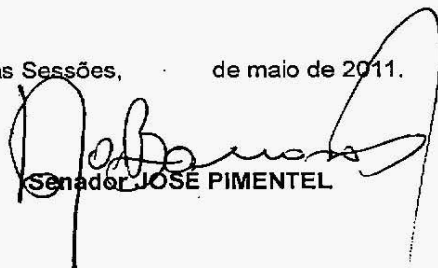
O Art. 73-D, portanto, estabelece patamar razoável para a organização das Defensorias Públicas, possibilita-lhe projetar o seu fortalecimento ao longo do cronograma

proposto e permite ao Executivo programar suas finanças aos preceitos da lei, por meio de mandamentos concretos, que vão se materializar na elaboração dos respectivos orçamentos, de modo a que possam bem cumprir as suas atribuições, sob pena de sujeição do Estado à sanção prevista no inciso I, § 3º do art. 23 da LC 101/00, conforme previsto no parágrafo único, a exemplo do Art. 73-C, introduzido pela Lei Complementar nº 131, de 2009.

Finalmente, o art. 3º do projeto fixa prazo de cento e oitenta dias para os Estados adaptarem a organização de suas Defensorias Públicas aos preceitos da LC nº 101/00.

Em suma as medidas preconizadas visam assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para se organizar e se manter, para não tolher nem frustrar o exercício da sua autonomia, ao mesmo tempo garantindo a responsabilidade com a gestão fiscal. São medidas que seguramente terão reflexos positivos na universalidade e na qualidade da assistência jurídica prestada, contribuirão para reduzir significativamente os valores despendidos pelo Estado com o pagamento de honorários de advogados dativos e darão materialidade ao disposto no § 5º do art. 4º, da Lei Complementar nº 80/94, introduzido pela Lei Complementar nº 132/09, que estabelece que a assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

Sala das Sessões, de maio de 2011.



Senador JOSÉ PIMENTEL

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**Mensagem de veto**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Seção IV**Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas**

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

CAPÍTULO III

DA RECEITA PÚBLICA

Seção I

Da Previsão e da Arrecadação

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Subseção I

Definições e Limites

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

.....

Seção III

Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Seção IV

Do Relatório de Gestão Fiscal

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

- I - Chefe do Poder Executivo;
- II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
- III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
- IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Seção V

Das Prestações de Contas

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

Seção VI

Da Fiscalização da Gestão Fiscal

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

I - a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso II do art. 4º e no art. 9º;

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos

limites;

IV - que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

§ 2º Compete ainda aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 20.

§ 3º O Tribunal de Contas da União acompanhará o cumprimento do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 39.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

I - harmonização e coordenação entre os entes da Federação;

II - disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal;

III - adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

IV - divulgação de análises, estudos e diagnósticos.

§ 1º O conselho a que se refere o *caput* instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios em suas políticas de desenvolvimento social, conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar.

§ 2º Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do conselho.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2011

Altera o art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 964.

IX – sobre os produtos do abate, o credor por animais. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A produção e a exportação de carnes e demais produtos agropecuários vêm desempenhando papel fundamental na economia brasileira, contribuindo para manter o País no rumo do crescimento sustentável. Para que esse desempenho se mantenha, é necessário especial atenção a cada um dos elos da cadeia produtiva.

Nesse sentido, torna-se relevante dar uma solução ao problema apontado pelos produtores de gado e demais animais de corte. Estes costumam entregar suas reses para abate em abatedouros, sob promessa de pagamento futuro. Na data do vencimento, contudo, o frigorífico, não raras vezes, já tem suas atividades encerradas, obrigando o credor a se inscrever em longo e incerto processo de falência.

Uma solução que pode amenizar o problema é a concessão de privilégio especial ao credor pecuarista, a fim de que possa resgatar seu crédito com a venda dos produtos obtidos com o abate do gado entregue. Essa mesma alternativa já é dada ao credor de sementes, em relação aos frutos agrícolas produzidos. Assim, o pecuarista não precisará concorrer com os demais credores quirografários, que não dispõem de qualquer privilégio e dificilmente têm seus créditos satisfeitos.

Sala das Sessões, – Senador **Acir Gurgacz**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO X**Das Preferências e Privilégios Creditórios**

Art. 955. Procede-se à declaração de insolvência toda vez que as dívidas excedam à importância dos bens do devedor.

Art. 956. A discussão entre os credores pode versar quer sobre a preferência entre eles disputada, quer sobre a nulidade, simulação, fraude, ou falsidade das dívidas e contratos.

Art. 957. Não havendo título legal à preferência, terão os credores igual direito sobre os bens do devedor comum.

Art. 958. Os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais.

Art. 959. Conservam seus respectivos direitos os credores, hipotecários ou privilegiados:

I – sobre o preço do seguro da coisa gravada com hipoteca ou privilégio, ou sobre a indenização devida, havendo responsável pela perda ou danificação da coisa;

II – sobre o valor da indenização, se a coisa obrigada a hipoteca ou privilégio for desapropriada.

Art. 960. Nos casos a que se refere o artigo antecedente, o devedor do seguro, ou da indenização, exonera-se pagando sem oposição dos credores hipotecários ou privilegiados.

Art. 961. O crédito real prefere ao pessoal de qualquer espécie; o crédito pessoal privilegiado, ao simples; e o privilégio especial, ao geral.

Art. 962. Quando concorrerem aos mesmos bens, e por título igual, dois ou mais credores da mesma classe especialmente privilegiados, haverá entre eles rateio proporcional ao valor dos respectivos créditos, se o produto não bastar para o pagamento integral de todos.

Art. 963. O privilégio especial só compreende os bens sujeitos, por expressa disposição de lei, ao pagamento do crédito que ele favorece; e o geral, todos os bens não sujeitos a crédito real nem a privilégio especial.

Art. 964. Têm privilégio especial:

I – sobre a coisa arrecadada e liquidada, o credor de custas e despesas judiciais feitas com a arrecadação e liquidação;

II – sobre a coisa salvada, o credor por despesas de salvamento;

III – sobre a coisa beneficiada, o credor por benfeitorias necessárias ou úteis;

IV – sobre os prédios rústicos ou urbanos, fábricas, oficinas, ou quaisquer outras construções, o credor de materiais, dinheiro, ou serviços para a sua edificação, reconstrução, ou melhoramento;

V – sobre os frutos agrícolas, o credor por sementes, instrumentos e serviços à cultura, ou à colheita;

VI – sobre as alfaías e utensílios de uso doméstico, nos prédios rústicos ou urbanos, o credor de aluguéis, quanto às prestações do ano corrente e do anterior;

VII – sobre os exemplares da obra existente na massa do editor, o autor dela, ou seus legítimos representantes, pelo crédito fundado contra aquele no contrato da edição;

VIII – sobre o produto da colheita, para a qual houver concorrido com o seu trabalho, e precipuamente a quaisquer outros créditos, ainda que reais, o trabalhador agrícola, quanto à dívida dos seus salários.

Art. 965. Goza de privilégio geral, na ordem seguinte, sobre os bens do devedor:

I – o crédito por despesa de seu funeral, feito segundo a condição do morto e o costume do lugar;

II – o crédito por custas judiciais, ou por despesas com a arrecadação e liquidação da massa;

III – o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos do devedor falecido, se foram moderadas;

IV – o crédito por despesas com a doença de que faleceu o devedor, no semestre anterior à sua morte;

V – o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e sua família, no trimestre anterior ao falecimento;

VI – o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior;

VII – o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, nos seus derradeiros seis meses de vida;

VIII – os demais créditos de privilégio geral.

LIVRO II

Do Direito de Empresa

TÍTULO I

Do Empresário

CAPÍTULO I

Da Caracterização e da Inscrição

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 227, DE 2011

Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos

dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 48.

§ 1º No mínimo vinte por cento dos recursos transferidos aos estados e municípios pelo fundo especial previsto no § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, deverão ser destinados para prevenir desastres provocados por causas naturais ou por vazamento de elementos radioativos, bem como para atender à população e às áreas atingidas por esses desastres.

§ 2º O regulamento deverá conter um plano de contingência para os desastres previstos no § 1º.” (N.R.)

“Art. 49.

§ 3º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela dos **royalties** que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao Fundo Social, de que trata o art. 47 da Lei nº 12.531, de 22 de dezembro de 2010, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.

§ 4º No mínimo vinte por cento dos recursos transferidos pelo Fundo Especial previsto na alínea e do inciso II do **caput** deverão ser destinados para prevenir desastres provocados por causas naturais ou por vazamento de elementos radioativos, bem como para atender à população e as áreas atingidas por esses desastres.

§ 5º O regulamento deverá conter um plano de contingência para os desastres previstos no § 4º.” (N.R.)

Art. 2º O art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47.

VIII – de prevenção de desastres naturais provocados por causas naturais ou por vazamento

mento de elementos radioativos, bem como de atendimento à população e às áreas atingidas por esses desastres.

.....
§ 3º O regulamento deverá conter um plano de contingência para os desastres previstos no inciso VIII do **caput**.” (N.R.)

Art. 3º Esta Lei entre em vigor um ano após a sua publicação.

Justificação

Anualmente recebemos a triste notícia de desastres provocados por chuvas, ventanias, enchentes ou outras causas naturais. Esses desastres atingem a todos os brasileiros, não escolhendo região, nem classe social. E todos os anos os especialistas chamam a atenção para a necessidade de obras de prevenção, de evacuação de áreas de risco, de reflorestamento de margens de rios, de contenção de encostas e de tantas outras que poderiam evitar as tragédias que têm nos custado milhões de reais, e, pior ainda, milhares de vidas.

O objetivo deste PLS é justamente garantir recursos para obras de prevenção dessas tragédias. Também previmos o uso de recursos para atender as populações e áreas afetadas. Os recursos viriam de duas fontes. A primeira corresponde a, no mínimo, 20% da parcela dos **royalties** que é direcionada para um fundo especial, que redistribui os recursos para todos os estados e municípios, utilizando os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A segunda fonte de recursos vem do Fundo Social, instituído em 2010, que receberá as receitas oriundas da parcela do óleo excedente que caberá ao governo no regime de partilha de produção e deverá aplicar tais recursos em diversos projetos de desenvolvimento, associados a educação, cultura, esportes, ciência e tecnologia.

Também entendemos ser meritório permitir que os recursos sejam utilizados para prevenir desastres provocados por vazamento radioativo. A tragédia recente do Japão e episódios mais antigos, como o de Chernobyl, nos mostram que, apesar de raros, acidentes nucleares podem ter conseqüências gravíssimas se não houver o devido preparo para enfrentá-los.

Por fim, como já estamos alterando o art. 49 da Lei nº 9.478, de 1997, aproveitamos para fazer uma pequena alteração na redação do § 3º, mas preservando o conteúdo. A redação vigente estabelece que os recursos que pertencem à União decorrentes da exploração do petróleo em áreas do pré-sal serão destinados a um *fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir*

fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.

Tal fundo, em verdade, é o Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Como ele ainda não existia na época em que foi elaborado o referido § 3º, a redação teve de descrever as características do fundo, sem explicitar o seu nome. Mas, agora, podemos simplificar o texto, nos referindo diretamente ao Fundo Social.

Por fim, estabelecemos um prazo de vigência de um ano após a publicação da Lei. Esse é um prazo necessário e suficiente para estados e municípios adaptarem seus orçamentos de forma a garantir que os recursos tenham a destinação prevista.

Diante da importância desta proposta, conto com o apoio de meus Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Walter Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Mensagem de veto

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Dos Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional

Art. 1º

Art. 48. A parcela do valor do *royalty*, previsto no contrato de concessão, que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do artigo anterior, será distribuída segundo os critérios estipulados pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. (Vide Lei nº 10.261, de 2001) (Vide Decreto nº 7.403, de 2010)

Art. 49. A parcela do valor do *royalty* que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição: (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

I –

§ 2º

§ 3º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela dos **royalties** que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.351, de 2010) (Vide Decreto nº 7.403, de 2010)

Art. 50.

Art. 83

Brasília, 6 de agosto de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Iris Rezende – Raimundo Brito – Luiz Carlos Bresser Pereira.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 7.8.1997

LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Mensagem de veto

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º

CAPÍTULO VII

Do Fundo Social – FS

Seção I

Da Definição e Objetivos do Fundo Social – FS

Art. 47. É criado o Fundo Social – FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de re-

ursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento:

I –

VII –

§ 1º

Art. 48.

Art. 68.

Brasília, 22 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Guido Mantega – Miguel Jorge – Márcio Pereira Zimmermann – Paulo Bernardo Silva – Sergio Machado Rezende – Carlos E. Esteves Lima – Alexandre Rocha Santos Padilha – Luis Inácio Lucena Adams.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 23.12.2010

LEI Nº 2.004, DE 3 DE OUTUBRO DE 1953

Revogada pela Lei nº 9.478, de 1997

Texto para impressão

Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências:

–O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:–

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

–Art. 1º

–Art. 26

–Art. 27. A Sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar aos Estados e Territórios onde fizerem a lavra de petróleo e xisto betuminoso e a extração de gás, indenização correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo extraído ou do xisto ou do gás.–

–§ 1º

–§ 4º Os Estados, Territórios e Municípios deverão aplicar os recursos fixados neste artigo, preferentemente, na produção de energia elétrica e na pavimentação de rodovias.–

–Art. 27. A sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar indenização correspondente a 4% (quatro por cento) sobre o valor do óleo extraído ou do xisto ou do gás aos Estados e Territórios onde fizerem

a lavra do petróleo e xisto betuminoso e a extração de gás, de indenização de 1% (um por cento) aos Municípios onde fizerem a mesma lavra ou extração. (Redação dada pela Lei nº 3.257, de 1957)

§ 1º

§ 4º Quando o óleo ou gás forem extraídos da plataforma continental, os 5% (cinco por cento) de que trata o "caput" deste Artigo serão destinados, em partes iguais, ao Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, para constituição do Fundo Nacional de Mineração e ao Ministério da Educação e Cultura, para o incremento da pesquisa e do ensino de nível superior no campo das geociências. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 523, de 1969)

§ 4º Quando o óleo ou gás forem extraídos da plataforma continental, os 5% (cinco por cento) de que trata o caput deste artigo serão destinados ao Conselho Nacional do Petróleo — C.N.P., do Ministério das Minas e Energia, para formação de estoques de combustíveis destinados a garantir a segurança e a regularidade de geração de energia elétrica. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.288, de 1973)

Art. 27. A Sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar indenização correspondente a 4% (quatro por cento) aos Estados ou Territórios e 1% (um por cento) aos Municípios, sobre o valor do óleo, do xisto betuminoso e do gás extraídos de suas respectivas áreas, onde se fizer a lavra do petróleo. (Redação dada pela Lei nº 7.453, de 1985)

Art. 27. A sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo bruto, do xisto betuminoso e do gás extraído de seus respectivos territórios, onde se fixar a lavra do petróleo ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou de gás natural, operados pela Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, obedecidos os seguintes critérios: (Redação dada pela Lei nº 7.990, de 1989)

1 —

§ 1º

§ 4º É também devida a indenização aos Estados, Territórios e Municípios confrontantes, quando o óleo, o xisto betuminoso e o gás forem extraídos da plataforma continental, nos mesmos 5% (cinco por cento) fixados no caput deste artigo, sendo 1,5% (um e meio por cento) aos Estados e Territórios; 1,5% (um e meio por cento) aos Municípios e suas respectivas áreas geo-econômicas, 1% (um por cento) ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas, e 1% (um por cento) para constituir um Fun-

do Especial a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios. (Redação dada pela Lei nº 7.453, de 1985)

§ 4º É também devida a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios confrontantes, quando o óleo, o xisto betuminoso e o gás forem extraídos da plataforma continental nos mesmos 5% (cinco por cento) fixados no caput deste artigo, sendo 1,5% (um e meio por cento) aos Estados e Distrito Federal e 0,5% (meio por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque; 1,5% (um e meio por cento) aos Municípios produtores e suas respectivas áreas geo-econômicas; 1% (um por cento) ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas de 0,5% (meio por cento) para constituir um fundo especial a ser distribuído entre os Estados, Territórios e Municípios. (Redação dada pela Lei nº 7.990, de 1989)

§ 5º

Art. 56.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1953; 132º da Independência e 65º da República. — **GETULIO VARGAS.** — **Tancredo de Almeida Neves** — **Renato de Almeida Guillobel** — **Cyro Espirito Santo Cardoso** — **Vicente Ráo** — **Oswaldo Aranha** — **Jose Americo** — **Joao Cleofas** — **Antônio Balbino** — **João Goulart** — **Nero Moura.**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.10.1953

(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB — AP) — Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
DO SENADO FEDERAL Nº 18, DE 2011
(De autoria do Senador Pedro Simon)

Cria no Senado Federal a função de Ombudsman com atuação junto à Secretaria Especial de Comunicação Social.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O Senado Federal cria a função de **Ombudsman** junto à Secretaria Especial de Comunica-

ção Social, com as seguintes finalidades, direitos e obrigações:

- I – Acompanhar as atividades dos veículos de comunicação da Casa e exercer um papel crítico diante do material produzido e divulgado;
- II – Receber, avaliar e encaminhar as críticas oriundas da população com referência estrita ao trabalho dos meios de comunicação do Senado;
- III – Produzir e publicar nos veículos da Casa um Relatório semanal sobre suas atividades, texto que também será encaminhado a senadores, chefias de gabinete e assessorias de imprensa dos senadores;
- IV – Os veículos de comunicação do senado ficam obrigados a publicar o Relatório Semanal do **Ombudsman**; e
- V – Fica garantido o direito e o dever de resposta às críticas do **Ombudsman**.

Art. 2º. O cargo de **Ombudsman** será exercido por profissional contratado no mercado de trabalho e sem vínculo empregatício de qualquer natureza com o Senado Federal.

Art. 3º O mandato do **Ombudsman** será de dois anos, sendo vedadas sua recondução e posterior contratação, de qualquer natureza, pelo Senado Federal ou de seus membros.

Art. 4º O cargo de **Ombudsman** será exercido livremente, sem qualquer tipo de vínculo de obediência hierárquica no âmbito do Senado Federal.

Art. 5º O **Ombudsman** realizará reuniões semanais com os editores dos veículos de comunicação da Casa;

Art. 6º. A escolha do candidato à função de **Ombudsman** será efetivada mediante seleção pública, segundo critérios definidos em edital público e atendidos os seguintes requisitos:

- I – ser jornalista com graduação em curso superior
- II – ser dotado de reputação ilibada e idoneidade moral;
- III – comprovar, no mínimo, cinco anos de experiência profissional na área de comunicação social; e
- IV – não ter mantido, a qualquer tempo, vínculo trabalhista, funcional, contratual ou de qualquer outra natureza com o Senado Federal.

Parágrafo único. A contratação de **Ombudsman** se dará por deliberação do Plenário, após análise de currículo, sabatina e aprovação do indicado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ato da Comissão Diretora regulamentará, ad referendum do Plenário, no máximo em até 30 dias

a contar da publicação desta Resolução, os termos de contratação, jornada de trabalho, remuneração e demais aspectos trabalhistas inerentes a função de **Ombudsman**

Justificação

Os dicionários apresentam interpretações diversas para o significado da função de **Ombudsman**, sua origem e finalidade. No âmbito governamental, é o funcionário encarregado de defender os direitos dos cidadãos e ouvir queixas em relação aos órgãos públicos (Aulete). Na imprensa, é o jornalista que, de maneira independente, critica o material publicado e responde às queixas dos leitores (Houaiss). Na empresa, é a pessoa encarregada de observar e criticar lacunas, colocando-se do ponto de vista do público (Aurélio).

No essencial, trata-se de uma ocupação característica da modernidade e do estágio de avanço das democracias. É função adotada em todo o mundo por organizações, governos e instituições preocupadas com a transparência de suas atividades perante a sociedade, resultando na valorização da cidadania.

Nesse cenário, o Senado brasileiro, que já instituiu uma Ouvidoria para acolher as sugestões, elogios, reclamações e críticas dos cidadãos, não pode deixar de também introduzir em sua estrutura a função de **Ombudsman** no âmbito da Secretaria Especial de Comunicação Social.

O Senado dispõe hoje de uma complexa e eficiente estrutura de comunicação social, com a edição e produção de notícias e matérias especiais que divulgam o trabalho dos senadores e aproximam a instituição da sociedade. Milhões de brasileiros compõem a audiência da TV e da Rádio Senado, acompanham as notícias da instituição pela internet com a Agência Senado e acessam o site oficial da Casa. Esse numeroso contingente de pessoas interessadas na atuação dos senadores passarão a contar também com a atividade de um **Ombudsman** que estará, permanentemente, acompanhando com olho crítico o trabalho dos meios de comunicação do Senado.

Diante dessas circunstâncias, consideramos que a criação da função de **Ombudsman**, como prevê este projeto de lei que ora apresento, representará um progresso para o Senado, mantendo a instituição dentro dos marcos da modernidade, fortalecendo o Poder Legislativo e a cidadania.

Sala das Sessões, – Senador **Pedro Simon**.

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Após a Ordem do Dia, gostaria que me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB –RR) – Sr. Presidente?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Após a Ordem do Dia, como primeiro orador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Comunicação inadiável é antes da Ordem do Dia, mas darei a palavra a V. Ex^a como orador e Líder inscrito.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Mas eu gostaria de falar depois a Ordem do Dia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB –RR) – Presidente, quero...

Sr. Presidente, acho que já chegou à Mesa a indicação do PTB para eu falar como Líder. Portanto, pediria a minha inscrição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar ao Plenário que inauguro agora o recolhimento de assinaturas para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito com o objetivo de investigar as atividades do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, o conhecido Ecad.

Essa comissão parlamentar de inquérito, para a qual começamos a recolher as assinaturas necessárias previstas, conforme dispõem o texto da Constituição e o nosso Regimento Interno, objetivará tratar de três temas: investigar as supostas denúncias de irregularidades praticadas pelo Ecad na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral no País; investigar a suposta prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos;

investigar o modelo de gestão coletiva, centralizada dos direitos autorais.

Esclareço, Sr. Presidente, que a ideia da instituição dessa comissão parlamentar de inquérito em nada tem a ver com qualquer pretensão de extinguir o Ecad ou o que pareça ser. Ao contrário, queremos que o Ecad seja transparente e seja fiscalizado pelo conjunto da sociedade brasileira. Não é possível uma instituição que, no último ano, teve uma movimentação financeira superior ao Fundo Nacional de Cultura e ao orçamento do Ministério da Cultura não tenha um organismo de fiscalização de suas atividades.

Pretendemos, assim, se conseguirmos as assinaturas dos meus colegas Senadores a esse pedido de comissão parlamentar de inquérito e conseguirmos instalá-la, ter um instrumento legislativo preceituado, que é a CPI, para que possamos ter luzes sobre o atual procedimento, comportamento e as atividades dessa instituição, que considero fundamental para o direito autoral no Brasil, mas que tem que ter as suas atividades transparentes e de conhecimento do conjunto da sociedade brasileira, em especial, da classe artística, da classe cultural brasileira.

Obrigado, Presidente, pela condescendência.

Era essa a questão de ordem que tinha solicitado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Ordem do Dia, conforme anunciado.

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 514, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002–Código Civil; revoga os dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Transcorre hoje a segunda sessão em que consta da pauta o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011, proveniente da Medida Provisória 514, de 2010.

Dessa forma, conforme acordo de Lideranças, a Presidência transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deli-

berativa ordinária. Contudo, poderemos votar os projetos que não são vedados pela Constituição e nem são sobrestados pela medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – É o item nº 7, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 3, cuja iniciativa é do Tribunal Superior do Trabalho e não do Poder Executivo, que *dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), define jurisdições e dá outras providências*.

O parecer é favorável, sob nº 123, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Discussão do projeto. (*Pausa*.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovarem permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2011

(Nº 4.409/2008, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e da Vara do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, define jurisdições e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criados no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região 6 (seis) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

- I – na cidade de Fortaleza, 4 (quatro) Varas do Trabalho (15ª, 16ª, 17ª e 18ª);
- II – na cidade de Maracanaú, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª);
- III – na cidade de Canindé, 1 (uma) Vara do Trabalho (1ª).

Parágrafo único. Ficam mantidas as áreas de jurisdição das Varas do Trabalho sediadas em Fortaleza e Maracanaú, inclusive em relação aos órgãos criados por esta Lei, ressalvada posterior alteração pelo Tribunal Pleno, como previsto na Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003.

Art. 2º As Varas do Trabalho criadas por esta Lei serão implantadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em

consonância com o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, mediante ato próprio, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho, bem como transferir a sede de um Município para outro, de acordo com a necessidade de agilização da prestação jurisdicional trabalhista.

Art. 4º Ficam criados 12 (doze) cargos de Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias, consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Art. 6º A criação dos cargos previstos nesta Lei fica condicionado à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes, somente para provimento parcial dos cargos, o saldo de autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar do anexo da lei orçamentária, correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 245, de 2011**, do Senador Randolfe Rodrigues e de outros Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do período do expediente da sessão de 21 de junho seja destinado a comemorar os 16 anos da Rede Vida de Televisão.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 389, de 2011**, do Senador Randolfe Rodrigues e outros, solicitando que o tempo dos oradores do período do expediente da sessão de 13 de setembro seja destinado a comemorar os 68 anos da criação do Território Federal do Amapá.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovarem permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Também matéria em regime de urgência, que, de acordo com o pedido da questão de ordem julgada

procedente pela Mesa, foi incluída na Ordem do Dia desta sessão de quinta-feira. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011.

É o seguinte o item:

Item 3:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 115, DE 2011**

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 473, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011 (nº 2.600/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 153, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann, com os votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Jarbas Vasconcelos e, em separado, do Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em discussão o projeto de decreto legislativo, da Câmara dos Deputados, que *aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu.*

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Salvo interpretação, eu fui informado ontem de que teria havido um acordo entre as Lideranças de que este projeto não entraria hoje, entraria na terça-feira. Então, eu vejo V. Exª colocar esta discussão e estou surpreso, porque a informação que o meu gabinete me transmitiu ontem à noite, quando deixei o Senado, é que esta matéria não seria discutida hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Itamar Franco, quando V. Exª levantou a questão de ordem, eu a julguei procedente e disse que nós cumpriríamos as 48 horas. Estou submetendo... Esse acordo de liderança nem chegou à Mesa para que eu fosse comunicado. Por isso, eu o estou submetendo hoje. Contudo, se V. Exª achar que se deve adiar a ma-

téria para a próxima reunião de terça-feira, V. Exª faça um requerimento e eu posso submetê-lo ao Plenário.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Eu gostaria de fazer o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Vou mandar para...

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Por favor, porque, de qualquer forma, Sr. Presidente, nós teríamos que, se for o caso – tenho certeza de que V. Exª não vai insistir –, pedir verificação de quorum; vamos tentar a verificação de quorum. Mas a informação que eu tive... Vou até perguntar ao gabinete quem a transmitiu, para depois lhe dizer quem foi que transmitiu ao meu gabinete essa informação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pois eu posso afirmar a V. Exª que esse acordo não foi comunicado à Mesa. Aliás, ontem, eu reclamei da liderança, porque ele me comunicou que nós iríamos incluir duas matérias na terça-feira, quando essa função é da Mesa Diretora da Casa. Mas, diante do apelo de V. Exª, e eu verifico que no plenário há um quorum muito baixo, eu atendo à ponderação de V. Exª, e adio a matéria para a próxima terça-feira. Se bem que a Mesa está agindo de acordo com o Regimento.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Claro. Não, eu não estou discordando da aplicação do Regimento, porque eu que levantei a questão de ordem e V. Exª tem inteira razão. Apenas, a informação que me deram...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Exª está fazendo...

E eu verifico que, realmente, atendendo à ponderação de V. Exª, nós temos um número, no plenário, pequeno e poderia ser pedida a verificação de número. E eu, antes disso, atendo ao desejo de V. Exª, adiando para a próxima terça-feira a votação em plenário.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Só para me manifestar e deixar claro que também concordo com o requerimento do Senador Itamar Franco. Penso que esta matéria será melhor debatida e discutida na terça-feira, assim como tínhamos conversado ontem com alguns líderes. Então, agradeço a V. Exª, mesmo sabendo que V. Exª cumpre o Regimento, colocando-o em votação em 48 horas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Adiada a matéria para constar da Ordem do Dia da sessão de terça-feira, sessão deliberativa.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 451, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 475, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 476, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a*

informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

*(Adiada para esta data em virtude da aprovação
do RQS nº 236, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 5, de 2008)*

*(Adiada para esta data em virtude da aprovação
do RQS nº 259, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Passa-se a lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, primeiro orador inscrito.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, dia 5 de maio, se comemora o Dia Internacional da Parteira.

Muita gente poderia perguntar: “Mas, no dia 12 de abril, não se comemorou o dia do obstetra?” Ambos têm a mesma função, em tese. Mas, na verdade, a história das parteiras é anterior à história dos obstetras.

Creio que, dentre os Senadores, pouquíssimos foram talvez aqueles que tiveram o parto de sua mãe assistido por obstetra. No meu caso mesmo, minha mãe teve o parto e eu nasci pelas mãos de uma parteira famosa no meu Estado, a Dona Clo. E assim foram todos os partos da minha mãe.

Então, quero prestar uma homenagem às parteiras e dizer que essa não é uma figura obsoleta, passada, que não deva existir mais. Pelo contrário, o Ministério da Saúde, já desde muito tempo vem não só estimulando a formação de parteiras do ponto de vista de maior ensinamento técnico, como também qualificando e colocando inclusive no programa Saúde da Família a presença dessas parteiras.

O Jornal Gazeta do Povo publica uma matéria muito interessante: “Parteiras, heroínas da resistência”. A profissão que está quase extinta nos grandes centros. É bom que se frise: nos grandes centros. Mas, em locais distantes, elas são o único apoio a quem vai dar à luz.

Então, essa realmente é uma realidade. Felizmente, há a compreensão clara dos profissionais de saúde de que temos de profissionalizar as chamadas parteiras leigas, isto é, aquelas que não frequentaram nenhum tipo de escola de saúde.

Quero aqui ler uma matéria que, no meu entender, resume todo o trabalho das parteiras. O título é exatamente este: “O Trabalho das Parteiras”.

Devido a falhas no sistema de saúde, acompanhadas das desigualdades sociais e regionais, presentes principalmente na zona rural, a figura das parteiras persiste em pleno século XXI...

E eu diria, graças a Deus que persiste. Nós temos que estimular, no âmbito municipal e estadual e no âmbito das políticas federais, realmente, o treinamento, o fornecimento de material adequado, para que essas parteiras possam ter condições de continuar prestando assistência a milhões de brasileiras que não têm tido sequer o direito a consulta médica durante o seu pré-natal.

A parteira é reconhecida e respeitada pela sua comunidade e muitas delas usam práticas populares, como o uso de plantas medicinais, superstições e simpatias, além da sempre presente oração, tornando-se a fé um parâmetro para que o trabalho de parto aconteça sem maiores problemas, independentemente da religião a que pertençam. Normalmente, esse tipo de trabalho é passado de mãe para filha [isto é, uma parteira termina treinando a sua filha para também ser parteira], perpetuando gerações de parteiras.

Sr. Presidente, peço que transcreva matérias que aqui trouxe para fazer parte do meu pronunciamento. E quero dizer que, com relação ao trabalho das parteiras, talvez os estudos feitos até agora não sejam o principal aliado delas, mas, sem dúvida, as técnicas, a coragem, a ousadia, a precisão e a exortação fazem parte dessas mulheres que há séculos contribuem com o ato de dar à luz.

Eu, como obstetra que sou, quero homenagear as parteiras nos diversos níveis. Algumas delas não tiveram nenhum treinamento, aprenderam com a mãe ou com alguma outra parteira. Outras – agora já é uma política do Ministério da Saúde – são treinadas, são preparadas, aprendem todas as noções de técnicas do parto, aprendem a ter os cuidados de higiene, aprendem principalmente a identificar quando um parto corre risco, quando uma mulher tem necessidade de um atendimento de maior complexidade.

Fico muito feliz, como obstetra, por prestar hoje homenagem a todas as parteiras do Brasil, começando por homenagear a parteira que hoje já não se encontra entre nós, mas que ajudou minha mãe a dar à luz a mim e aos meus outros irmãos, a Dona Cló e também a Dona Nazinha, e, por intermédio delas, todas as parteiras do Brasil.

Termino, Sr. Presidente, feito esse registro de homenagem a essas mulheres... Geralmente são mulheres, dificilmente se encontra o caso de um homem parteiro. Encontra-se o homem obstetra, mas o homem parteiro não existe. Existe realmente a mulher que, repito, aprendeu, com sua mãe ou com uma pessoa mais velha, a acompanhar o trabalho de parto e até a interferir, para que ele seja bem-sucedido.

Então, peço, Sr. Presidente, que autorize a transcrição, como parte do meu pronunciamento, de algumas matérias que eu trouxe, para que pudesse registrar melhor esse dia.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

PARTEIRAS, HEROÍNAS DA RESISTÊNCIA

Profissão está quase extinta nos grandes centros. Mas em locais distantes elas são o único apoio para quem vai dar à luz

Publicado em 6-5-2010
Vinicius Boreki

Elas contam os anos trabalhados pela idade dos homens e mulheres que colocaram no mundo. Atualmente, porém, sua profissão foi relegada pelo avanço tecnológico da medicina, situação proibitiva para a continuidade de seu trabalho. O crescimento dos hospitais, sobretudo nos grandes centros, facilitou a migração do parto dos domicílios para os centros de saúde, criando uma sombra sobre a figura da parteira. Apesar de a profissão estar praticamente esquecida nos municípios desenvolvidos, comemorou-se ontem o Dia Internacional da Parteira, data instituída pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1991.

No Paraná, 99,5% dos partos de hoje ocorrem nos hospitais, de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). As parteiras, contudo, não respondem nem sequer pelos 0,5% restantes, pois nesse índice está incluída a maioria dos nascimentos ocorridos no deslocamento para os centros médicos. Realidade diferente das regiões Norte e Nordeste, onde perto de 60% dos nascimentos acontecem nos hospitais. No interior e em locais mais distantes, é difícil mensurar a relevância das parteiras, muitas vezes o único ponto de apoio para as parturientes. Esse cenário, hoje tão distante da realidade curitibana, era recorrente na cidade há 20 anos.

Entidades sustentam presença de médico

O Conselho Federal de Medicina (CFM), a Sociedade Brasileira de Pediatria e a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia sustentam a posição de que o parto sempre requer assistência e presença de um médico.

Elfrida Taborda Siqueira, de 80 anos, foi uma das parteiras, atuando durante 26 anos na região do Boa Vista, na capital. A simpática senhora desconhece quantos partos fez ao certo no tempo de serviço, mas estima a realização de um a dois por mês, somando entre 300 e 600 partos. “Se for mais, não faz mal”, diz. Ao lado de Elfrida, outras quatro parteiras atuavam no Boa Vista, mas todas já morreram. O diploma de parteira prática de Elfrida data de 1964, e ela seguiu na profissão até 1990. Não continuou pelas constantes dores na região lombar, pois vontade não faltava. “Não dava para ficar mais abaixada por muito tempo e estava perdendo a agilidade necessária”, relata.

Apesar de haver curso, o dom é fundamental para as parteiras, especialmente para não se desviar do caminho considerado correto. Enquanto realizava a média de um parto por mês, diariamente alguém batia na porta de Elfrida solicitando abortos. “Eu seria rica se tivesse feito o que me pediam. Mas minha consciência não teria sossego”, conta. Elfrida pediu a Deus a força para trilhar um caminho digno: “Pedi para que não passasse no teste se me pervertesse em algum momento”. Coragem é outro dos atributos necessários. “Na hora do parto, é só Deus e mais ninguém”, conta a ex-parteira leiga Zilda Aparecida da Silva, de 53 anos, que realizou 8 partos nos 17 anos de atuação.

O ideal para a parteira era acompanhar a gestação, mas, em muitos casos, era inviável. O chamado surgia só no momento do nascimento. “A gente chegava em cima da hora e fazia o parto. Quando via que (o bebê) não estava em posição, mandava para o hospital”, lembra Elfrida. Nos 26 anos de atuação, a parteira do Boa Vista se orgulha de êxito em todos. “Só em um não deu certo, mas não por minha culpa. Quando cheguei, o bebê já estava morto”, diz. Zilda também colocou todos os bebês no mundo com sucesso, o último deles há 17 anos.

Zilda sabe e aceita que sua profissão está fadada ao esquecimento, reconhecendo os benefícios da evolução tecnológica. “Hoje existem muitos recursos, além de mais médicos e enfermeiras. Com isso, o pessoal quase não precisa mais procurar as parteiras”, diz. “Mas, se precisar, estou disposta a ajudar.”

Emoção

Ser parteira é também se emocionar. Não com os nascimentos em si, mas com fatos ocorridos mais tarde. Elfrida tem vivo na memória o dia em que um homem desconhecido, com cerca de 45 anos, bateu em seu portão. Em razão da violência, Elfrida hesitou em atender, mas algo a instigou a seguir em frente. Ela não se arrependeu. “Eu havia feito o seu parto, e ele veio me agradecer dizendo: ‘Foi a senhora que me pegou nas mãos pela primeira vez’”, conta. “Eu conheço todos eles. Me chamam de mãezinha ou tia. É emocionante, um prazer muito grande sentir esse carinho todo”, afirma Zilda.

“Elas nasceram do ventre úmido da Amazônia, no extremo norte do Brasil, no estado esquecido do noticiário chamado Amapá. O país pouco as escuta porque perdeu o ouvido para os sons do conhecimento antigo, para a música de suas cantigas. Muitas não conhecem as letras do alfabeto, mas são capazes de ler a mata, os rios e o céu. Emersas dos confins de

outras mulheres com o dom de pegar criança, adivinham a vida que se oculta nas profundezas. É sabedoria que não se aprende, não se ensina nem mesmo se explica. Acontece apenas. Esculpidas por sangue de mulher e água de criança, suas mãos aparam um pedaço ignorado do Brasil. O grito ancestral ecoa do território empoleirado no cocoruto do mapa para lembrar ao país que nascer é natural. Não depende de engenharia genética ou operação cirúrgica. Para as parteiras, que guardaram a tradição graças ao isolamento geográfico do berço, é mais fácil compreender que um boto irrompa do igarapé para fecundar donzelas que aceitar uma mulher que marca dia e hora para arrancar o filho à força.”

Trecho da reportagem “As parteiras da floresta”, uma de dez matérias publicadas no livro **O Olho da Rua**, de Eliane Brum, da Revista **Época**. Ela esteve no Amapá, onde 90% da população nasce da mão das parteiras. O livro foi publicado pela Editora Globo em 2008.

12 de abril: Dia do Obstetra

Ele acompanha a gravidez desde os primeiros dias de gestação... Orienta as mães de “primeira viagem”, as que já estão “acostumadas”, as que “não queriam de jeito nenhum”, as que aguardavam ansiosamente a “graça recebida”, enfim, o (a) Obstetra é responsável por um dos fatos mais importantes na vida de uma mulher: a maternidade!

Nova vida

O nascimento de um filho é sem dúvida uma dívida do criador à criatura... É a certeza de que Ele continua acreditando no ser humano!

E quem proporciona a excelência (ou não) do processo, dos nove meses de gestação é o médico obstetra – ou pelo menos, culpam ele, quando algo dá errado...

É dele a responsabilidade pelo Pré-Natal, que envolve desde simples exames à orientação nutricional – responsáveis pelo bom desenvolvimento do bebê e saúde da gestante.

O profissional é também responsável pelo diagnóstico e tratamento de doenças da mama e do aparelho genital feminino, além de orientar no planejamento familiar.

Atualmente, em meio a era da globalização, robotização e o avanço da ciência, esse profissional aperfeiçoa-se a cada dia para acompanhar as últimas técnicas de fertilização – e claro, para debater assuntos polêmicos, mas necessários, como o uso de células troncos.

Parteiras: trabalho paralelo

Talvez o estudo não seja o principal aliado delas, mas sem dúvidas, as técnicas, a coragem, a ousadia, a precisão, a exortação fazem parte destas mulheres, que há séculos contribuem com o ato de “dar a luz”.

No dia em que comemora-se o “Dia do Obstetra” – há que comemorar também o “Dia da Parteira”: isso porque, sem qualquer graduação, especialização ou treinamentos, muitas delas, às vezes sozinhas, já realizaram mais partos do que muitas clínicas obstetras, principalmente, na região norte e nordeste do país, onde registra-se um grande número de parteiras.

Claro, que um não diminui o outro: o obstetra é de suma importância na vida da mulher e da gestante, mas, as parteiras têm seu valor na história da maternidade. A energia presente na vida destas heroínas ultrapassam as barreiras da pobreza, do difícil acesso e vai parar nas universidades, nas rodas de estudo e debates, afinal, elas contribuem intensamente para a continuação da espécie humana!

O TRABALHO DAS PARTEIRAS

Escrito por **Pablo Zevallos**

Parto

Devido falhas no sistema de saúde, acompanhado das desigualdades sociais e regionais presentes principalmente na zona rural, a figura das parteiras persiste em pleno século XXI. Mesmo tratando-se de um direito constitucional assegurado, boa parte das mulheres não tem acesso real à assistência institucional ao parto. Comunidades rurais na sua maioria, quer pela falta de assistência médica e pela distância dos centros de saúde, vivem em situação de isolamento, por isso o trabalho da parteira torna-se indispensável nessas comunidades.

E quem acha que esse tipo de trabalho são realizados apenas por mulheres, engana-se. Em algumas comunidades existem homens parteiros, embora em quantidade mínima.

Como na maioria dos lugares que necessitam do trabalho das parteiras, quando o parto tem que ser realizado à noite, a iluminação é garantida por intermédio de lamparinas e candeeiros.

O trabalho das parteiras não é para qualquer um. Trata-se de um trabalho duro, que requer muito esforço físico devido longas caminhadas, muitas vezes na boca da noite, além da falta de material, treinamento, transporte e perigos em seu ambiente de trabalho. E essas parteiras convivem com situações de medo, incertezas e insegurança.

As parteiras são mulheres com sentimentos ambivalentes, como medo e coragem, alegria e tristeza,

sofrimento e prazer, e possuem uma sensibilidade e sabedoria que colocam muito profissional no bolso. E o maior medo e estresse está na possível perda do bebê ou a morte da mãe. Conhecem bem suas limitações.

A parteira é uma mulher de valor e coragem

A parteira é reconhecida e respeitada pela sua comunidade, e muitas delas usam práticas populares, como uso de plantas medicinais, superstições e de simpatias, além da sempre presente oração, tornando-se a fé um parâmetro para que o trabalho de parto aconteça sem maiores problemas, independentemente da religião que pertençam. Normalmente esse tipo de trabalho é passado de mãe para filha, perpetuando gerações de parteiras.

Mesmo considerando os riscos decorrente a um trabalho sem condições mínimas, o trabalho das parteiras é notadamente reconhecido.

A ausência de serviços de referência, para que a parteira encaminhe as gestantes com risco de vida, também se constitui num fator de muita preocupação, uma vez que serviços especializados encontram-se muito distantes.

Mesmo tendo o direito à saúde garantido constitucionalmente, a falha do sistema de saúde, principalmente nessas áreas, faz com que a figura da parteira continue salvando muitas vidas. Faz-se necessária a vontade política dos gestores dos serviços de saúde para mudar essa situação.

O Dia Internacional da Parteira, no dia 05 de maio, foi instituído pela Organização Mundial da Saúde em 1991, para salientar a importância do trabalho das parteiras em todo o mundo. Em diversos países, o Dia Internacional da Parteira tem sido comemorado por diversas organizações ligadas à defesa dos direitos das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Ataídes de Oliveira, do PSDB de Tocantins.

V. Ex^a, Senador Mozarildo, será atendido de acordo com o Regimento.

Queremos aproveitar a oportunidade para registrar a presença dos alunos do 2º ano do Ensino Médio da Nova Escola Lourenço Castanho, do Estado de São Paulo, uma escola-modelo que se faz presente por meio dos seus alunos.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero cumprimentar V. Ex^{as}, assim como os profissionais da imprensa e demais presentes.

Faço especial menção aos nossos Senadores de Tocantins pelo magnífico trabalho que têm realizado para o nosso querido Estado e para o povo do Tocantins: ao Senador João Ribeiro, esse grande líder, amigo, razão maior da minha estada nesta conceituada Casa Legislativa, na condição de seu primeiro suplente; à Senadora Kátia Abreu, mulher de atitude, corajosa e amiga; ao Senador Vicentinho Alves, esse amigo e guerreiro.

Gostaria também de saudar os meus amigos Senador Demóstenes Torres, Senadora Lúcia Vânia e Senador Aécio Neves, esse brilhante jovem Senador, cuja história política está apenas começando.

É uma honra estar aqui, neste Plenário, e poder compartilhar do convívio com três ex-Presidentes da República: Senador José Sarney, Senador Fernando Collor e Senador Itamar Franco. Também quero agradecer a presença dos meus amigos, o Deputado Sabino e o Senador Quintanilha.

Sr. Presidente, quero fazer um breve resumo da minha história de vida pessoal e profissional a S. Ex^{as} aqui presentes, à imprensa e ao povo do nosso País.

Nasci na pequena cidade de Estrela do Norte e fui criado nas fazendas às margens do Rio Araguaia, onde meu pai era meeiro. Terras que hoje formam o Estado do Tocantins.

Minha curta infância foi vivida de forma simples e sofrendo os rigores comuns a uma família sem recursos financeiros, que tirava do trabalho árduo do campo seu sustento.

Apesar de todas as dificuldades impostas pela baixa qualidade de vida típica da população rural do interior do País, naquela época, fui agraciado com o mais valioso dos bens. Quero dizer, a coragem de enfrentar toda espécie de desafio, sem me abater por qualquer obstáculo que encontrasse pelo caminho.

Aos 11 anos de idade, fui obrigado a deixar a casa de meus pais em busca de oportunidades de estudo e trabalho. Com determinação e certo de estar na posse do meu próprio destino, lutei como pude e digo que venci. Cursei as faculdades de Direito e Contabilidade. Exerci as profissões de contador e de advogado, além de lecionar em faculdades nessas duas áreas do saber.

Tenho dois filhos, Rafael e Tiago, que são meus sócios e parceiros em todos os nossos negócios, hoje reunidos no Grupo Araguaia.

O Grupo Araguaia atua nas áreas da construção civil, consórcios, concessionárias automotivas, táxi aéreo, importação e exportação, publicidade, comér-

cio atacadista de papel, saúde e lazer, participações societárias, entre outras atividades.

As empresas que fazem parte desse conglomerado se espalham por alguns Estados, geram milhares de empregos, recolhem impostos e distribuem renda.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ao assumir esta suplência, na condição de legítimo representante do Estado do Tocantins perante a Federação, não poderia deixar de registrar, nos Anais do Senado Federal, o meu mais profundo sentimento de gratidão aos parlamentares que participaram da criação do Estado do Tocantins: Senador Aécio Neves; Senador Itamar Franco, aqui presente; Senador José Agripino; Senadora Lídice da Mata; Senadora Lúcia Vânia; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Paulo Paim; Senador Renan Calheiros e demais Senadores e Deputados Federais que participaram da votação da criação do Tocantins.

Quero dizer a V. Ex^{as} que, ao votarem “sim” pela criação do nosso Estado do Tocantins, V. Ex^{as} trouxeram para o seio da sociedade brasileira um povo esquecido há longas datas.

Os Senadores e as Senadoras aqui presentes deram aos tocantinenses a oportunidade de se tornarem verdadeiros cidadãos.

Quero especialmente saudar o nosso Governador Siqueira Campos – que tenho a honra de chamar de amigo – pela sua incansável luta, coragem e competência na implantação do nosso Estado do Tocantins. Siqueira é um ícone, exemplo vivo para todos nós.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não trouxe, em minha bagagem, belos discursos, nem um vasto conhecimento político. Mas trouxe comigo a experiência e o conhecimento de vida de um garoto pobre e sonhador e de um empresário bem-sucedido, graças a Deus.

Conheço muitos dos problemas sociais e econômicos do País, tais como as dificuldades da área da saúde, da segurança pública; os déficits na educação; os problemas com a Previdência Social; as questões de infraestrutura; e a elevada taxa de juros.

Sei também da necessidade urgente da reforma tributária, previdenciária, fiscal, política, trabalhista e do Poder Judiciário, de que tanto se fala, mas sobre a qual tão pouco se faz.

Nossos empresários são a força motriz da Nação, é sabido por todos nós. Eles, que são os maiores responsáveis pela geração de empregos, pelo pagamento de impostos e pela distribuição de renda, estão hoje impotentes diante da ausência dessas reformas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, finalmente quero dizer que estou aqui desprovido de qualquer vaidade pessoal, política, financeira, de poder ou fama. Estou aqui por uma causa maior, em prol do

nosso País e principalmente do povo do meu Estado do Tocantins.

Sou do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB. Observarei as diretrizes do meu partido, mas tenham a certeza de que sempre votarei de acordo com os meus princípios de ética e moral, defendendo os interesses do nosso País e do nosso povo, independentemente de qualquer ideologia partidária.

Peço a Deus que dê saúde e sabedoria à Sr^a Presidente da República e a toda a sua equipe, para que façam um bom governo. Ratifico os meus agradecimentos a todos os presentes e ao povo brasileiro, especialmente ao povo tocantinense, pela oportunidade de falar, um pouco, sobre a minha vida, de expor os meus pensamentos e de ser ouvido por todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Pela Liderança do Partido Verde, o Senador Paulo Davim.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, um dos problemas que me deixa indignado neste País chama-se corrupção, sobretudo quando ela acontece na Pasta da saúde.

Vejo algumas matérias publicadas recentemente em alguns jornais do Brasil. Vejo, por exemplo, na **Agência Senado**, uma matéria que diz: “*As investigações administrativas realizadas por órgãos federais, concluídas entre 2007 e 2010, apontaram desvios de R\$662,2 milhões no Fundo Nacional de Saúde*”

A outra matéria diz que, no Acre, houve um desvio de recursos, Senador Mozarildo, da ordem de R\$100 milhões, na saúde.

Outro diz que a Polícia Federal calcula desvios de R\$688 milhões desde 2004.

Outra matéria diz que o balanço que está sendo finalizado pelo Conselho Nacional de Justiça, CNJ, constatou que tramitam hoje no Judiciário brasileiro 240 mil 980 processos na área de saúde.

Outra matéria diz: “*Novos vampiros da saúde*”.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, não dá mais para convivermos com esse tipo de crime sem que esta Casa esboce alguma reação.

Por isso mesmo, dei entrada hoje nesta Casa a um projeto de lei, Senador Mozarildo, Sr. Presidente, de minha autoria, que altera a redação da Lei 8.072, de 1990, que trata dos crimes denominados hediondos, acrescentando à mesma dispositivo que passa a considerar como crimes hediondos aqueles envolvendo o patrimônio, bens, valores e recursos públicos destinados à saúde.

Esta lei, que ora apresento, tem como objetivo primacial o de inibir o cometimento de crimes praticados por servidores públicos e particulares em detrimento do patrimônio, bens, recursos e valores públicos destinados aos serviços de saúde pública no Brasil.

Tal projeto emerge de um verdadeiro estado de calamidade pelo qual atravessa a saúde pública nacional, principalmente em face de que as verbas a ela destinada soa, de forma interativa, descaradamente apropriadas, desviadas em proveito próprio ou de outrem, mediante processos deletérios de corrupção, seja ativa ou passiva, concussão ou peculato.

Diuturnamente, o País posta-se, ao mesmo tempo, estarrecido e impotente diante de tanto descalabro em relação aos recursos destinados à saúde pública, que são criminosamente apropriados, contando os delinquentes, geralmente, economicamente aquinhoados, quando, em remota hipótese, eventualmente condenados, com a blandícia da legislação tocante à execução da pena, que lhes confere um verdadeiro *status* de privilégio ante à hediondez dos delitos perpetrados.

Tais delitos, na verdade, práticas dantescas contra os integrantes mais pobres e miseráveis do povo brasileiro, representam um verdadeiro câncer que posta a sociedade em destrutiva metástase, visto a mortandade de crianças, idosos, gestantes, enfim, todos aqueles que, despossuídos de recursos e bens, ficam inexoravelmente contingenciados a se verem assistidos pelo sistema de saúde pública brasileiro, que, em face dos frequentes ataques de delinquentes de tal jaez, vê-se notoriamente combalido, em estado de falência permanente.

As apropriações criminosas, das quais o País inteiro é testemunha, implicam exatamente, em sentido oposto, na total incapacidade do Estado brasileiro de prover uma saúde pública minimamente decente, pois é certo que, se os recursos destinados a tal serviço fossem, de efeito, corretamente aplicados, não haveria tanta dor, sofrimento, óbitos e desvalidos, carentes de serviços de saúde pública, pelo menos aceitável pela Organização Mundial de Saúde.

É preciso que se busquem mecanismos legais para, ao menos, tentar inibir as ações facinorosas de tais meliantes, que não hesitam em engordar as suas já abastadas contas bancárias, sangrando criminosamente os recursos destinados à saúde pública, que se encontra em Estado de verdadeira indigência.

A razão pela qual se pretende a modificação do **caput** do artigo se deve ao fato de que na atual redação não há referência, por obviedade, ao Decreto Lei nº 201/67.

Certo de que a alteração que proponho contribuirá para que o SUS seja continuamente aperfeiçoado,

solicito o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do projeto de lei que acabo de apresentar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paulo Davim...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ouço com prazer o aparte do Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Davim, quero parabenizá-lo pela mostra que faz do descalabro que existe realmente na saúde, a corrupção que campeia neste setor. Em uma audiência com o Ministro da Saúde, tive a oportunidade de dizer e até parabenizá-lo quando ele disse que o primeiro desafio era fazer mais com o que tem, antes de corrigir esses desmandos, essa roubalheira que existe no setor de saúde. Até eu disse e o convidei para que fizesse uma força-tarefa no meu Estado porque lá tanto a Funasa, que é federal, quanto a secretaria estadual são dois antros de corrupção, justamente na área da saúde, roubando medicamentos, equipamentos, privando, portanto, as pessoas de terem uma assistência adequada e até de terem a sua vida garantida. Então, apoio integralmente esse projeto de V. Ex^a, embora já tenha aqui apresentado um projeto mais suave, apenas aumentado a pena dos crimes de corrupção nas áreas de saúde e de educação. Mas, acho que realmente, do jeito que está a nossa saúde hoje, merece tratamento mais heróico, mais forte, como o que V. Ex^a está propondo. Realmente, é inconcebível que existam quadrilhas organizadas no Brasil todo para assaltar a saúde pública, seja fazendo compras fictícias, seja comprando remédios superfaturados, seja fazendo de conta que compra e não comprando. O certo é que a gente vê isso em todo lugar. Ontem mesmo, a Rede Bandeirantes publicou uma matéria enorme, mostrando o desvio de quase R\$1 bilhão da saúde no País. Então, não é possível mais que nós, Senadores de um modo geral, mais precisamente nós, Senadores médicos, fiquemos aqui apenas a reclamar. Reclamar, temos reclamado bastante, mas temos de agir. É preciso que nos envolvamos. Ao contrário do que está no *Jornal do Senado* hoje, não é o Ministro da Saúde que tem de cobrar do Senado providências. Nós é que temos de cobrar do Ministério da Saúde providências, para que o dinheiro do povo seja bem aplicado, pelo menos, na saúde.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo enriquecido aparte, V. Ex^a que conhece a problemática da saúde, que, inclusive, no seu Estado, também frequenta as páginas dos jornais com esse tipo de matéria.

Mas quero dizer que há uma indignação latente em toda a sociedade brasileira com esse tipo de crime, porque esses desvios de recursos da saúde, em

última análise, vão prejudicar uma legião de anônimos que estão na ponta da linha.

São crianças que precisam de leitos de UTI, de leitos de neonatologia, que não vão ter, porque os recursos foram desviados. São pacientes pobres, humildes, miseráveis, que precisam de antibióticos e não vão ter, porque os recursos foram desviados. São pacientes renais crônicos, que precisam de sessões de hemodiálise e não vão ter, porque os recursos foram desviados, não havendo máquinas disponíveis para fazer as sessões. São pacientes que precisam de cirurgias cardíacas ou neurológicas, que também não vão ter, porque os recursos foram criminosamente desviados.

O pior disso tudo, Sr.^{as} e Srs. Senadores, é que não está sendo dado às vítimas o sacrossanto direito de reação, o direito de se revoltar, o direito de reagir, porque é um crime cometido em larga escala, de vasto potencial destrutivo.

Portanto, entendo que é um crime contra a vida; é um crime contra a humanidade; é um crime coletivo.

Por isso mesmo, acredito que essa lei, proposta neste exato momento, classifica como crime hediondo o que realmente é um crime hediondo; é um crime revoltante, é um crime que deixa todos nós indignados, sobretudo aqueles que trabalham na saúde pública do Brasil. E eu me coloco como um desses, na condição de médico, que trabalha em saúde pública, em hospitais públicos. Vejo e sou testemunha, diuturnamente, dos desafios hercúleos que a gente precisa enfrentar para oferecer, minimamente, condições aceitáveis no atendimento ao paciente pobre, humilde, que busca, através do SUS, resolver seus problemas.

Ilustre Senador Itamar Franco, eu não me poderia omitir, na condição de Senador da República, na condição de médico, que sou; servidor público, mas, sobretudo, na condição de cidadão. Não posso e não poderia, jamais, omitir-me.

Eu precisava canalizar essa indignação, que trago no peito, de forma mais concreta. Eu precisava concretizar a reação de milhares e milhares de pacientes anônimos que são condenados à própria sorte por atitudes inescrupulosas de quem desvia recursos da saúde. Já que eles não puderam esboçar reação, faço isso agora, apresentando projeto de lei que transforma esse tipo de crime em crime hediondo, portanto passível das punições cabíveis.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a relatar na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para comunicar uma importante deliberação da Comissão de Educação desta Casa, que, em caráter definitivo, aprovou, nesta semana, importantíssimo projeto, que aproxima o ensino público do ensino privado.

Estamos ampliando para 80% a frequência mínima na educação básica, incluindo o ensino fundamental e o ensino médio; e ampliando a carga horária de quatro para aproximadamente cinco horas por dia, igualando as oportunidades da escola privada e da escola pública, fazendo com que as crianças possam permanecer mais tempo na escola, deixando de ser a presa fácil que as nossas crianças e os nossos adolescentes estão sendo como vítimas dos traficantes e de todo um conjunto de desvios sociais.

Comunico essa importante decisão que tomou a Comissão de Educação e registro o empenho do nosso Presidente, o Senador Roberto Requião, que priorizou essa matéria e permitiu que a votássemos e déssemos esse passo adiante na organização do ensino público brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Ricardo Ferraço. O projeto de V. Ex^a é de grande importância para a educação brasileira, especificamente para a da juventude.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – O projeto é de autoria do ex-Senador Wilson de Matos. Eu apenas registro a dedicação e a deliberação da Comissão, porque essa era, de fato, uma demanda que tínhamos no ensino público.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Todos os Srs. Senadores que se incorporaram a esse projeto merecem os elogios da Casa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de igual modo, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado da República, no dia de hoje, foi votado o relatório final destinado a examinar as normas de apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão ou autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Todos sabem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, das denúncias formuladas a respeito dos ditos “laranjas” na questão de outorgas e concessões dos serviços de radiodifusão.

Esta Casa, por meio da sua Comissão de Ciência e Tecnologia, imediatamente ao tomar conhecimento dessas denúncias, sobrestou toda e qualquer deliberação sobre a matéria, nomeou um grupo de trabalho composto pelos Senadores Walter Pinheiro, Valdir Rapp e Aloysio Nunes Ferreira e estabeleceu a coordenação, por intermédio do Senador Walter Pinheiro.

Na tarde de hoje, Sr. Presidente, em reunião extraordinária, exatamente no momento em que o Senado comemora os seus 185 anos de instalação, podemos dizer que há um marco importante e histórico na Comissão de Ciência e Tecnologia, quando delibera, em suas considerações finais, a respeito de recomendações ao Executivo, inclusive para alteração da Resolução nº 3, de 2009, da Comissão de Ciência e Tecnologia, bem como da Resolução nº 39, de 1992. Eu creio que esse é um grande trabalho prestado por este Senado da República a um serviço público de concessão e outorga extremamente importante para os meios de comunicação, mais precisamente para canais de rádios e televisão que, a partir de agora, retomam, na semana que vem, Sr. Presidente, a normalidade de seus trabalhos na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. Ao mesmo tempo, esse relatório foi encaminhado por decisão do Plenário para os distintos poderes da Câmara dos Deputados, do Ministério da Comunicação, da Anatel, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União.

Essa importante contribuição, Sr. Presidente, tenho certeza de que engrandece o trabalho daquela Comissão e deste Senado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga, a Presidência recebeu o **Ofício nº 18, de 2011**, de autoria de V. Ex^a, que trata desse assunto.

A Mesa irá publicá-lo para que tomem conhecimento do documento V. Ex^a e os demais interessados.

É lido o seguinte:

Of. nº 18/2011 – CCT

Brasília, 5 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Of SF nº 469/2011, datado de 15 de abril p.p., em que Vossa Excelência solicita a colaboração desta Comissão no sentido de elaborar pautas temáticas pelas Comissões Permanentes da Casa.

Nesse sentido informo que:

- A CCT realizou na última semana de abril, como já estava programado, uma Audiência Pública que discutiu “denúncias sobre a utilização de empresas em nome de “laranjas” para comprar concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo governo federal”. Em consequência, decidiu-se pelo sobrestamento de todos os Projetos de Decreto Legislativo-PDS de outorgas de rádio e TV. Ainda, constitui-se Grupo de Trabalho para análise de novos critérios para a aprovação de outorga no Senado;
- Decidiu-se dentro do princípio da racionalidade administrativa, pela continuidade das apreciações dos PDS de renovação de outorgas de rádio e TV, bem como, das Rádios Comunitárias e de Fundações, mantendo os demais sob Exame Técnico Preliminar;
- Realizou-se, no dia 4 de maio, conforme programação anterior à Vossa orientação, Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, que apresentou as “Diretrizes e Programas Prioritários para os próximos dois anos”;

Informo adicionalmente, que não tramitam na CCT projetos legislativos relacionados aos temas Saúde ou Segurança Pública.

Em atendimento a sua solicitação, sugiro a apreciação conjunta das matérias relacionadas ao tema Inovação, objeto da Mensagem encaminhada ao Congresso Nacional em 2 de fevereiro de 2011, pela Presidente Dilma Rousseff.

A organização dos próximos trabalhos, desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, buscará estar alinhada à orientação, superior de apreciação de matérias em pautas temáticas, destacando os temas prioritários ao País.

– Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amelia. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, na primeira oportunidade, me conceda a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a já está inscrito, Senador. Logo após a fala da Senadora, V. Ex^a terá a palavra como Líder.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Ana Amelia, V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente Wilson Santiago.

Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje tivemos aqui, no início dos trabalhos vespertinos, uma sessão dedicada aos 185 anos de existência do Senado Federal. Sem dúvida, uma solenidade merecedora do que representou essa celebração.

A história desta Casa se confunde com a própria história da Proclamação da República. Sua existência foi um fator relevante para que o Brasil se tornasse uma Federação unida, humana e próspera.

Mas, neste dia de comemorações, nós, ao mesmo tempo, estamos ainda aturdidos com um problema que se arrasta desde que a Constituição de 1988 instituiu a medida provisória como instrumento de governo e, para muitos, um instrumento de governabilidade.

As medidas provisórias têm sido utilizadas, Sr. Presidente, por sucessivos governos que mantiveram suas relações com o Poder Legislativo pautadas pela legiferância em um sistema de produção legislativa que, paradoxalmente, confere ao Poder Executivo, poderes desproporcionais numa relação que deveria ser de total equilíbrio.

Nesse sistema, o Executivo fortalecido pelas regras institucionais estabelecidas lá na Carta Magna, é demandante de um Poder Legislativo fraco que se vê incapaz de deliberar satisfatoriamente diante do excessivo número de medidas emitidas pelos governos.

No período que compreende a criação desse instrumento, 1988, até o final do Governo Lula, foram editadas 1.076 medidas provisórias. Em média, o governo envia ao Congresso Nacional 4,2 medidas provisórias por mês. A Presidenta Dilma, em quatro meses de governo, editou já 11 medidas provisórias.

Isso não é novidade para nenhum de nós, meu caro Presidente e Senador Itamar Franco. Porém, aqueles que exerciam mandato na simbólica data de 11 de setembro de 2001, dia em que foi promulgada a Emenda à Constituição nº 32, lembram que esse problema já foi bem pior.

Até a promulgação da Emenda nº 32, a edição das medidas provisórias era permitida de forma indefinida, e

essa permissão gerou 2.586 edições – reedições aliás. Uma dessas medidas provisórias, reeditada inúmeras vezes, era o texto responsável pela existência da moeda corrente brasileira, o Real. Isso gerava um risco institucional muito grande, pois um lapso governista, o lapso da não reedição, poderia colocar na ilegalidade a nossa própria moeda.

Está aqui o nosso autor desse momento histórico.

As medidas provisórias, no meu entender, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são uma expressão do nosso “jeitinho brasileiro” no processo legislativo, utilizadas para driblar a morosidade da tramitação, que seria a proposição de um projeto de lei por parte do Poder Executivo, uma forma mais democrática de se relacionar com o Poder Legislativo.

Esse “jeitinho brasileiro”... Aliás, uma medida provisória foi adotada para um sistema de governo que não é o nosso sistema presidencialista, mas para o sistema parlamentarista, por conta daquele momento histórico estar vivendo o Brasil numa situação de dificuldade política na relação entre os dois Poderes e as próprias relações político/partidárias de 1988.

Pois esse “jeitinho brasileiro” gera, como disse, uma série de entraves que atrapalham o funcionamento do Congresso Nacional deturpando as suas prerrogativas.

Pelo cumprimento do rito das MPs, o Poder Legislativo abre mão de sua principal função: produzir leis. Essa função é delegada ao Executivo, que predomina na produção legislativa brasileira. A grande maioria das proposições que são aprovadas pelas duas Casas do Congresso tem origem na Praça dos Três Poderes, no Palácio do Planalto.

As medidas provisórias, Sr. Presidente, são votadas sem passar pelas comissões temáticas, deliberadas sem a devida análise do Congresso Nacional. No mesmo artigo 62 da Constituição Federal, que trata da tramitação das MPs, está prevista a criação de uma comissão mista para examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer a respeito de sua urgência e relevância. No entanto, é sabido que, como essas proposições têm tramitação acelerada e são enviadas com frequência ao Legislativo, não há tempo hábil para que essa comissão se reúna para proferir um parecer.

O excesso de medidas provisórias provoca o trancamento da pauta tanto na Câmara como no Senado, Presidente, engessando os trabalhos do Congresso Nacional. A ampla maioria de nossas sessões deliberativas é trancada por medidas provisórias que chegam da Câmara dos Deputados com seus prazos já esgotados. Aliás, vêm de lá para cá já prontas para

serem votadas, sem prazo para que os Senadores possam aduzir alguma emenda.

O principal problema gerado pela edição sem critérios de medidas provisórias não diz respeito à rotina do trabalho parlamentar ou ao papel das instituições, mas, sim, aos efeitos que são produzidos, de forma imediata, na sociedade e também nos recursos públicos.

Como as medidas provisórias têm força de lei, muitas vezes não é possível reverter seus efeitos, e elas se transformam num instrumento autoritário utilizado pelo Executivo. Isto é, tais medidas são impostas pela Presidência da República e produzem efeitos imediatos. Quando são analisadas pelo Congresso Nacional, os recursos já foram destinados, os servidores já foram contratados ou os acordos já foram firmados, e o efeito produzido é irreversível.

O Sr. Itamar Franco (PPS – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com todo prazer, Sr. Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (PPS – MG) – Ontem, nós assistimos aqui...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu ia fazer referência a isso, mas fico muito feliz com o seu aparte.

O Sr. Itamar Franco (PPS – MG) – Ontem assistimos aqui, com muita tristeza, ao que aconteceu no plenário do Senado da República. Percebe-se, mais uma vez, que o Executivo insiste em legislar. E o que é mais grave é que o Senado da República está aceitando esse posicionamento do Executivo.

(Interrupção do som)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não é culpa da oposição não, Senador, nem do Presidente. O Presidente é muito amável, não ia cortar a sua palavra!

O Sr. Itamar Franco (PPS – MG) – Vou terminar porque não quero interromper V. Ex^a. Hoje, atendendo uma convocação do Senador Aécio, fomos à OAB. Eu fiz uma pequena intervenção para dizer que o Supremo Tribunal Federal precisa também responder com urgência os nossos pedidos relativos a ADINs sobre o problema da juridicidade e da constitucionalidade. Veja o caso do salário mínimo: até hoje não tivemos nenhuma resposta. Ontem se prometeu que faríamos outra hoje. É necessário que o Supremo também entenda a dificuldade que nós, legisladores, estamos enfrentando. Se formos deixando, deixando, um dia vamos deixar a Casa e não teremos as respostas. Queria dizer que é sempre uma alegria ouvi-la. Muito obrigado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pelo aparte de quem tem autoridade moral e ética e responsabilidade para tratar desse assunto, meu caro amigo, Senador Itamar Franco.

De fato, é preciso que os três Poderes, para equilibrar a relação democrática, assumam os seus compromissos. É preciso, sim, que o Supremo Tribunal Federal responda adequadamente a essas demandas. A minoria também tem direito! A sociedade, sobretudo, precisa de um tratamento adequado com relação a isso.

Concedo ao Senador Cristovam Buarque um aparte com muita gentileza e atenção.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senadora, creio que esse assunto é um dos que mais temos repetido aqui na defesa do funcionamento da democracia. A democracia não funciona – e o Senador Itamar tem sido um enfático defensor dela – se a gente tiver um Executivo com mais poder do que o Legislativo, ou mesmo o Judiciário com mais poder do que o Legislativo. A verdade é que, hoje, a Casa do povo, que somos nós, está em desequilíbrio com as outras duas grandes forças. Mas aproveito a sua fala para lembrar uma fala minha feita esta semana aqui. Tenho preocupação com outra coisa, Senador Itamar, além das medidas provisórias: é com o partido único que está se constituindo no Brasil. Está deixando de existir situação e oposição. Temos visto a situação e um resquício de pessoas com o direito de esperar. Não estamos vendo clareza por parte da oposição, propostas claras não estão sendo apresentadas, e estamos vendo, do lado do Governo, a tentativa de ampliar de tal maneira o leque de apoio que, daqui a pouco, não haverá oposição. Isso se agrava também quando o Governo, além de criar essa imensa base de apoio, coopta os movimentos sindicais, os intelectuais, as universidades, as ONGs, formando um só bloco de pensamento. Eu creio que essa tendência, Senador Mozarildo, Senador Taques, de um partido único não explícito, mas implícito, é um risco tão sério como o que nos é imposto quando se usa mal uma boa medida. Refiro-me à medida provisória, que é uma intenção correta da Constituição, mas feita de maneira equivocada. Há muito tempo não sinto necessidade de defender a democracia. Já faz 25 anos que eu não sentia essa necessidade. Eu começo a senti-la hoje.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque. Talvez esse instrumento seja um instrumento não de governabilidade, mas um instrumento autoritário e de alguma prepotência do Executivo sobre o Legislativo. É preciso reequilibrar as forças.

Concedo aparte ao Senador Pedro Taques com muito prazer.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Esse tema já foi debatido muitas vezes aqui, desde a primeira reunião desta sessão legislativa. V. Ex^a fez uma interpretação histórica da Constituição, fez referência a como foi criado o instituto da medida provisória: pensava-se no regime parlamentarista de governo. Essa forma, com a Emenda à Constituição nº 32, de 11 de setembro de 2001 – um dia fatídico para o mundo –, não resolve a questão da medida provisória. Nós aqui no Legislativo, nesta Casa, não temos passado de um apêndice, de um satélite do poder Executivo. Não interessa quem seja o Presidente, não interessa o partido do Presidente, não interessa o sexo do Presidente, o que interessa é que no Brasil, conforme já disse o Senador cujo busto se encontra ali em cima, nós vivemos sob o regime de um Executivo imperial: o Executivo manda e nós aqui obedecemos. Com todo respeito, é isso o que ocorre. Nenhum Presidente sobrevive hoje sem o instituto da medida provisória. No entanto, pela forma como a medida provisória vem sendo utilizada, esta Casa – estou falando especificamente do Senado –, ao atingir 185 anos, não tem passado de um carimbador do poder Executivo. O que nós podemos fazer a respeito disso? Nós temos uma tarefa que talvez seja a mais importante desta legislatura até este instante. Qual é essa tarefa? Nós respondermos uma pergunta: o Legislativo, na República Federativa do Brasil, restará submisso ao Executivo ou nós caminharemos? Esta é a pergunta que deve ser respondida. E a resposta para ela deve ser ofertada pela discussão da proposta de emenda à Constituição apresentada pelo Presidente Sarney, que, com todo respeito, não resolve o problema da medida provisória. Ela resolve o problema do Senado. Vamos estabelecer prazo para o Senado e para a Câmara, mas vamos criar um conflito entre as duas Casas deste bicameralismo. Precisamos avançar, precisamos caminhar no sentido de dar ao poder Legislativo, na República Federativa do Brasil, a sua função constitucional. Encerro a minha fala dizendo mais uma vez: não interessa o Presidente, não interessa o partido, não interessa o sexo do Presidente da República, o que interessa é que a República Federativa do Brasil precisa de um Legislativo que seja independente e que cumpra suas funções constitucionais. Isso não vem sendo feito, ao menos por nós, nesta legislatura que já quase atinge cem dias de instalação. Parabéns por seu pronunciamento. Associo-me a V. Ex^a na preocupação de que esta Casa não pode ficar submissa ao Poder Executivo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe imensamente. Aliás, Senador Pedro Taques,

Senador Itamar, Senador Cristovam, Presidenta Vanessa Grazziotin, este é um debate institucional que temos a responsabilidade de assumir para ter o respeito desta Casa. Também a Câmara deve fazer isso, com responsabilidade própria, para dar uma resposta adequada para que sobrevenha esse equilíbrio de forças entre o Executivo e o Legislativo.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com muito prazer, Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – De igual forma, associo-me à manifestação de V. Ex^a e aos apartes do Senador Itamar Franco e do Senador Pedro Taques, mas acho também que precisamos fazer uma avaliação crítica a respeito da necessidade de agilizar-mos o processo legislativo parlamentar brasileiro, que é do século passado. Neste mundo em que vivemos, em que precisamos produzir com velocidade e em tempo real – isso às vezes traz graves consequências para o dia a dia das pessoas e da população –, também é necessário que o Congresso Nacional repense a complexidade do seu Regimento Interno, que, muitas vezes, não oferece respostas no tempo adequado, no tempo que a sociedade deseja. Muito obrigado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pela valiosa contribuição. Também concordo com V. Ex^a: é preciso que façamos o dever de casa em relação a essa matéria. Aliás, logo mais vou abordar esse aspecto, porque estamos sobrecarregados e, aí, a nossa produção legislativa passa a não ter a qualidade que a sociedade dela espera.

O art. 167 da Constituição prevê a abertura de créditos extraordinários em caso de urgências, como “guerras, comoção interna e calamidade pública”.

No entanto, as medidas provisórias têm sido utilizadas, indiscriminadamente, para abertura de créditos extraordinários em ministérios, sem observar os critérios de urgência.

Outro grave problema diz respeito às medidas provisórias, como a que foi aprovada ontem, sob os protestos da Minoria, liderada, aliás, por nosso Senador Itamar Franco, pelo Senador Demóstenes Torres e tantos outros. Essas medidas possuem, em seu conteúdo, inúmeras matérias que não têm relação nenhuma entre si, provocando alterações substanciais no ordenamento jurídico, como a de ontem que falava do Haiti, tinha questões relacionadas a transportes e a tantos outros.

Esse tipo de prática, além de ferir o processo legislativo, causa insegurança jurídica, diminui a transparência dos atos governamentais e dificulta o trabalho parlamentar. Sua complexidade atrapalha a compre-

ensão popular e a análise criteriosa por parte de Senadores e Deputados.

Medidas como as que votamos deveriam ser devolvidas ao Poder Executivo por não atender ao pressuposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que determina que cada lei deverá tratar de um único objeto e não conterá matéria estranha ou não vinculada a ele por afinidade, pertinência ou conexão. Aliás, faço homenagem aqui ao Senador Garibaldi Alves Filho que teve a ousadia de devolver à Presidência da República uma medida provisória, exatamente porque não observados esses critérios.

É por isso que gostaria também de me associar à iniciativa do Presidente José Sarney ao propor a Emenda Constitucional nº 11/2011, que propõe mudanças na tramitação das medidas provisórias, e também do trabalho do Senador Aécio Neves, que é o Relator desta matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que está fazendo emendas para torná-la ainda melhor e mais eficaz. E concordo com o Senador Pedro Taques de que é preciso mais do que isso em relação a essa iniciativa do Presidente José Sarney.

No entanto, Srs. Senadores e Srª Senadora, atento para o fato de que este não é o único entrave ao bom desenvolvimento dos trabalhos nesta Casa. Precisamos encontrar, em conjunto, uma solução para o excessivo número de reuniões nas Comissões Técnicas e Subcomissões existentes aqui no Senado. Atualmente, atuamos em 11 Comissões Permanentes que se desdobram em 30 Subcomissões.

O cidadão brasileiro, em cada Estado desta Federação, nos escolheu como seus representantes por acreditar que temos condições de conhecer, com profundidade, seus problemas e discuti-los à exaustão, para, em seguida, deliberar sobre suas possíveis soluções.

Quando chegamos ao Senado, dispomos de todas as condições para o bom andamento dos trabalhos. Temos infraestrutura, consultores muito especializados e preparados, assessoria legislativa e parlamentar e, também, a possibilidade de convocar qualquer brasileiro para nos auxiliar, prestar esclarecimentos e contribuições aos temas em questão.

No entanto, temos dificuldade para entregar bons resultados à sociedade, devido ao acúmulo e à concomitância de reuniões e audiências públicas, o que impede o aprofundamento das discussões. Já diz o ditado popular: “quem sabe de tudo, não entende de nada”.

Temos que trabalhar, como disse muito bem o Senador Pedro Taques, também nesta reforma interna da tramitação e como reforçou o Senador Ricardo

Ferraço a respeito desse dever de casa que temos de fazer conjuntamente.

Srª Presidenta Vanessa Grazziotin, V. Exª é muito generosa. Assim, pediria apenas mais um tempinho para fazer dois registros.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª disporá de mais três minutos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O primeiro registro é que tive o prazer de ser convidada para um almoço com o Ministro Garibaldi Alves Filho, da Previdência Social, em função de críticas que fiz aqui no dia que se comemorou o Dia do Aposentado.

Penso que o diálogo é a melhor forma de esclarecer as questões importantes e relevantes.

Tenho atenção especial com a questão da Previdência, mas o que ouvi hoje, neste almoço, compartilhado com o nosso colega Senador Paulo Davim, do Partido Verde do Rio Grande do Norte, foi muito importante do ponto de vista institucional e do interesse da sociedade brasileira que paga muito imposto e recebe serviço de má qualidade. É o que nós criticamos com muita frequência.

Ouvi do Sr. Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo do Ministério da Previdência, uma espécie de braço direito do Ministro Garibaldi Alves Filho, informações muito importantes.

Acontece que no Ministério da Previdência, Senador Itamar Franco, foi aplicado a meritocracia: contrato de gestão com os servidores da Previdência. É o único órgão do Governo Federal que aplica esse critério de qualidade e avaliação de desempenho trimestralmente em cada unidade da gestão.

Como fez isso? Através de um plano de carreira feito pelo Governo em 2003 e que está sendo concluído agora, onde o salário inicial passou de R\$702 para R\$4.300; o plano de carreira encerra agora, tendo havido, de 2003 até agora, reajustes parcelados.

Repetindo, o salário inicial da Previdência era de R\$702 e passou para R\$4.300, parcelado este reajuste ao longo dos últimos anos.

Já lhe concedo o aparte Senador Ataídes de Oliveira.

O teto, em 2003, era de R\$1.876. Passou para R\$7.200, ou seja, de 2003 até este ano, este reajuste foi dado com a aplicação de contrato de gestão e avaliação de desempenho. Qual foi o resultado disso, Senador Ataídes de Oliveira, Srª Senadora e Srs. Senadores? Foi que o tempo médio da concessão de uma aposentadoria, que era de 180 dias, passou para 30 minutos. Contrato de gestão, meritocracia, o único órgão do Governo Federal que aplica uma ação. Isso

deve ser, certamente, muito bem quisto pela Presidenta Dilma, que, como excelente gestora que é, deve avaliar o que a sociedade quer do Poder Público, do Governo, isto é, eficiência e resultados pelo imposto que paga. Então, o que foi feito na Previdência deveria ser seguido em outras áreas do Governo, Senador Ataídes de Oliveira, a quem concedo um aparte.

O Sr. Ataídes de Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Senadora Ana Amelia, tive o imenso prazer de ser empossado, no último dia 3, terça-feira, nesta Casa de Leis, com muita alegria, com muito prazer. Como eu disse, venho do Direito e o regime democrático sempre pautou a minha vida ao longo dos anos. Mas ontem, voltando à MP nº 513, tive uma tremenda decepção, fiquei muito triste. Ontem, quando cheguei em casa, liguei para os meus filhos e disse a eles que estava muito triste porque, na minha chegada, tive uma bela decepção: vi que o nosso regime democrático foi estrangulado ontem e vi que o povo brasileiro foi desrespeitado. Queria deixar isso registrado e registrar também a grande admiração que tenho pela Senadora Ana Amelia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Ataídes de Oliveira, pela sua generosa referência. Essa sua frustração também perpassa não só iniciantes como nós, o senhor e eu, que estou aqui debutando no exercício legislativo, mas também figuras notáveis que temos aqui, como o Senador Itamar, o Senador Pedro Taques, o Senador Walter Pinheiro, a Senadora Vanessa Grazziotin. Nós todos sentimos na carne essa contingência e essas limitações que nos doem muito na alma, porque temos responsabilidade com o povo brasileiro.

A respeito desse registro que fiz sobre a meritocracia e que foi aplicado na Previdência, queria dizer, Srª Presidente, que quem ganha com isso não é o funcionário da Previdência, mas a sociedade brasileira, o aposentado, as pessoas de idade que vão lá em busca dos seus direitos e, dessa forma, obtêm um atendimento de qualidade.

Para terminar, quero dizer que estive acompanhando o Deputado Sperotto, Deputado Estadual do PTB do meu Estado, para uma demanda que foi aqui, nesta Casa, muitas vezes...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... Muitas vezes, o Senador Sérgio Zambiasi, meu amigo e colega radialista, pela relevância, tocou no assunto aqui nesta Casa.

O assunto é a segunda ponte sobre o Guaíba, que, para Porto Alegre, que será uma das sedes da Copa de 2014, será fundamental. A Ponte Getúlio Var-

gas, que tem mais de 50 anos, já está com problemas gravíssimos. É uma ponte que faz içamentos, que provoca paralisação, mortes de pessoas, partos dentro de ônibus e de ambulâncias. Uma série de consequências negativas não só sociais para as pessoas que precisam chegar a Porto Alegre, mas também para o aspecto do escoamento da produção.

Fui recebida, junto com o Deputado Sperotto, pelo Diretor da ANTT, Bernardo Figueiredo. Ele examinou a possibilidade de uma renovação da concessão por mais 20 anos, o que facilitaria possivelmente esse projeto, já que...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... já que envolve um investimento estimado em R\$800 milhões. Também estivemos com o Diretor do Dnit, Hideraldo Caron, tratando do mesmo tema. Ele diz que o Estudo de Viabilidade Econômica e Ambiental está pronto e está para ser divulgado; e em junho haverá o edital de licitação para essa importante obra. É uma notícia extremamente relevante para o Rio Grande do Sul e para toda região metropolitana, porque poderia desafogar o tráfego ali também, facilitando todos os interesses da nossa economia, mas, sobretudo, o interesse das pessoas que acorrem a Porto Alegre para um tratamento de saúde, ou até para um parto nos hospitais da grande Porto Alegre. Essa notícia é muito importante e caberá agora uma decisão política do Ministro Alfredo Nascimento, dos Transportes, e da Ministra Miriam Belchior, que certamente levarão esse assunto da ponte sobre o Guaíba à Presidenta Dilma Rousseff, que conhece como ninguém as necessidades...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... desse importante projeto. *(Fora do microfone.)*. Portanto, a Ministra Miriam Belchior e o Ministro Alfredo Nascimento levarão o problema da ponte à Presidenta Dilma Rousseff, que dará a palavra final, ela que conhece profundamente a necessidade e a urgência dessa grande obra, inadiável, aliás, para Porto Alegre e para toda região metropolitana da nossa capital.

Muito obrigada, Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, pela generosidade em relação ao tempo que usei nesta tribuna.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sª Ana Amelia, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa agradece a V. Ex^a a participação, Senadora Ana Amelia, que fez um belo pronunciamento.

Dando sequência à ordem dos oradores inscritos, convidamos para usar a tribuna o ex-Presidente da República, Senador Itamar Franco, que falará como líder.

V. Ex^a disporá de até vinte minutos para falar como Líder do PPS.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, senhoras e senhores, ontem recebi e trago ao conhecimento deste Plenário um apelo do renomado médico e Diretor Científico da Sociedade Mineira de Reumatologia, o Dr. Antônio Scafuto Scotton.

S. S^a chama atenção para a escassez de um remédio fundamental para os portadores de artrite reumatóide, uma doença crônica que acomete principalmente mulheres, na proporção de 3 a 4 mulheres para cada homem, não poupando crianças ou idosos.

A artrite reumatóide, Sr^a Presidente, atinge atualmente cerca de 1% da população brasileira, trazendo graves consequências sociais e econômicas.

Apesar do aspecto crônico e da agressividade da doença, o reumatologista conta, em seu arsenal terapêutico, com fármacos modificadores da doença que alteram o curso natural da doença, reduzindo o sofrimento dos pacientes e mantendo-os ativos.

Entre esses fármacos, o mais utilizado em todo o mundo no tratamento da doença é o Metotrexate. Trata-se de droga altamente eficiente, com baixo nível de efeitos colaterais, posologia semanal e de baixíssimo custo financeiro.

Inexplicavelmente – e daí o apelo que me foi feito pelo Dr. Scafuto – o Metotrexate não tem sido comercializado normalmente, obrigando milhões de pacientes a migrar para opções extremamente onerosas, de efeitos colaterais mais severos e, por vezes, até mesmo menos eficazes.

Para que os senhores e senhoras tenham uma ideia do custo mensal envolvido, cito os seguintes números: a adoção do Metotrexate implica um custo de R\$40 mensais; o uso de um outro fármaco, que por razões éticas não citarei o nome, elevaria esse custo para R\$380 mensais, quase dez vezes mais!

Segundo me foi informado, estamos falando de tratamento contínuo para um contingente estimado de 15 milhões de brasileiros.

É esse o apelo que faço, Sr^{as} e Srs Senadores, dirigindo-me diretamente às lideranças do Governo, entre elas o ilustre Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde no governo anterior: que faça chegar às au-

toridades da saúde no Governo Federal a preocupação e o pedido desse médico Diretor da Sociedade Mineira de Reumatologia, para que sejam tomadas medidas que permitam normalizar a disponibilidade deste fármaco, o Metotrexate, condição fundamental, segundo o cientista, para manter todos os pacientes de artrite reumatóide – cerca de 15 milhões, repito, no Brasil – sob o regime de tratamento necessário.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Com prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a trata de um tema por demais importante. A Constituição estabelece o direito à vida, mas não é qualquer vida. A Constituição estabelece o direito à existência, mas não é qualquer existência. A existência tem de ser digna. E para que a existência seja digna, nós precisamos de saúde. Por isso, o art. 6º da Constituição diz que esse é um direito fundamental do cidadão, a saúde é um direito fundamental. Agora, infelizmente no Brasil, a saúde curativa é muito cara, sabemos disso. O interessante seria investir na saúde preventiva, mas quando isso já não é possível, o Estado brasileiro deve fornecer os meios para que o cidadão tenha essa saúde, essa existência, essa vida que seja digna. Infelizmente, hoje acompanhamos a judicialização das políticas públicas, em que o Poder Judiciário vem e resolve a questão da saúde, através de várias ações de vários mandados de segurança nesse sentido. Isso mostra mais uma falha do Estado brasileiro em cumprir a Constituição. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e associo-me à luta para que tenhamos uma vida, uma existência digna não só no sentido moral como também material, o que significa remédio, tratamento de qualidade

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Muito obrigado a V. Ex^a pela intervenção que complementa o meu pensamento. V. Ex^a tem inteira razão. Durante a campanha eleitoral...

(Interrupção do som.)

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr^a Presidente, infelizmente terei de mudar de microfone, porque o meu está falhando.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu acho que o problema é com o microfone mesmo, Senador, mas esse aí não vai falhar.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Então, nós debatíamos o programa do Serviço Único de Saúde e chegamos à conclusão de que ele precisa ser modificado constitucionalmente. V. Ex^a fala muito bem, o problema da saúde toca a todos os brasileiros e, sobretudo, a classe mais pobre deste País.

Quando eu me refiro a este remédio aqui, examinado não por qualquer pessoa, mas por um cientista, o Presidente da Sociedade Mineira de Reumatologia, fico imaginando, meu caro Senador, quando a Presidente da República diz que hoje nós temos tantos milhões – nós não vamos contestar os números dela – de brasileiros vivendo na pobreza absoluta, fico imaginando aqueles que dependem do serviço de saúde. E é incrível, porque V. Ex^a me dá a oportunidade de dizer algo mais. Vou tomar como exemplo a minha cidade de Juiz de Fora: nós temos lá a Prefeitura atuando no serviço de saúde. Nós temos lá a Universidade Federal de Juiz de Fora atuando no serviço de saúde. Temos o Estado de Minas Gerais atuando no serviço de saúde. Ora, por que não reunimos a universidade, a Prefeitura e o Estado num combate único, em vez dessa diversificação que existe, sobretudo, numa cidade de 600 mil habitantes, como é a minha cidade de Juiz de Fora?

Então, veja V. Ex^a que há muito o que se fazer nesse aspecto. Quando a gente escuta aqui que o governo resolveu tudo, que o governo anterior avançou mais do que os outros governos, a gente fica imaginando, eu dizia a uma repórter aqui: se a gente passar ali perto, agora, agora, neste instante, da antiga rodoviária, nós vamos encontrar três, quatro pessoas ali, adormecidas. E elas querem o quê? Não é andar de avião, como disse outro dia a Senadora do PT, a Senadora Marta Suplicy. Se nós chegarmos a perguntar a essa gente que está deitada, que está lá dormindo, o que elas querem, se elas querem andar de avião, a resposta será “não”. Elas querem o quê? Moradia, trabalho e saúde.

Muito obrigado a V. Ex^a pela intervenção, que honrou muito o meu pronunciamento.

Sr^a Presidente, eu agradeço e já vou encerrar, dizendo que gostaria que o Governo atendesse a esse pedido do Presidente da Sociedade Mineira de Reumatologia. Aqui, nós vamos fugir desse debate, com razão, porque o Executivo é que faz a legislação, e nós aqui estamos assistindo tranquilamente, para entrar num assunto demasiado importante para aqueles mais pobres deste País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. A Mesa se soma à preocupação de V. Ex^a, Senador Itamar. Certamente seu pronunciamento foi ouvido e deverá ser analisado com muito cuidado e com todo o critério que o caso requer.

Parabéns. Cumprimento V. Ex^a pela sua preocupação.

Na sequência, convidamos para falar como orador inscrito, o Senador Ricardo Ferraço.

O Senador Ricardo Ferraço dispõe de até vinte minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente desta sessão, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, foi uma semana extremamente rica, tendo em vista a diversidade dos debates que pudemos fazer no Senado da República, sobretudo com a presença do Ministro Guido Mantega e com a presença hoje do presidente do Banco Central.

E uma preocupação hegemonicamente esteve presente em todos os momentos nos debates que fizemos na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão Mista de Orçamento: a preocupação com a escalada inflacionária, que estressa, que tenciona a conjuntura econômica brasileira. Mas não apenas a conjuntura econômica brasileira, nós estamos enfrentamos uma conjuntura global, Senador Walter Pinheiro.

E pessoalmente fiquei convencido, a partir da manifestação do Ministro Guido Mantega, de que estamos no caminho certo, ou seja, estamos com o controle da política econômica, monetária, fiscal. Estamos conciliando crescimento econômico com combate à inflação. E haveremos de superar essa conjuntura que necessita de muita atenção por parte de todos, sobretudo das autoridades que têm a responsabilidade de fazer o controle da política econômica.

Mas foi também uma semana em que nós comemoramos os onze anos de implantação de uma importante lei. Comemoramos, nessa quarta-feira, onze anos de uma das mais importantes, a meu juízo, normas legais do nosso País; um marco institucional que, no tempo, se revelou um verdadeiro patrimônio da sociedade brasileira, pelos efeitos, pelas consequências, por tudo que gerou de organização nas finanças públicas, não apenas da República, não apenas do Governo Federal, mas também dos Estados e dos Municípios.

Eu me refiro à Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei que mudou a mentalidade na gestão das contas públicas em nosso País, que garantiu uma administração mais transparente e mais equilibrada, mais moderna e mais responsável.

É a Lei de Responsabilidade Fiscal que tem impedido, ao longo de todos esses anos, que os governantes continuem a fazer dívidas que depois não possam ser honradas. É ela que garante a governabilidade de Estados e Municípios. Porque também é necessário considerar que, se muitos entes federados hoje vivem uma situação difícil, sem a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa situação seria ainda muito mais grave. É a Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece metas,

limites e condições claras para a gestão das receitas e das despesas públicas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi muito importante, foi estratégica para a manutenção da estabilidade do nosso País. Foi ela também que definiu punições e correção de desvios do administrador, ordenador responsável. Que colocou um ponto final em gastos excessivos e irresponsáveis, um ponto final na desorganização fiscal determinada pelo socorro financeiro indiscriminado prestado por bancos estaduais e públicos ou por ajustes com o Governo Federal – ajustes que não foram cumpridos no tempo e que se revelaram verdadeiros e gigantescos passivos.

Foi a mesma Lei de Responsabilidade Fiscal – que completa hoje, Senadora Vanessa, onze anos – que ofereceu segurança e estabilidade necessárias para o fim do processo inflacionário em nosso País. Que garantiu, por fim, a estabilidade econômica que o Brasil conquistou a duras penas, estabilidade econômica de fundamental importância para a manutenção do poder aquisitivo da classe trabalhadora, do pequeno, do microempresário, do contribuinte brasileiro.

Mas essa, julgo eu, é uma memória que precisa ser resgatada. Fizemos uma contabilidade: entre julho de 1965 e junho de 1994, tivemos uma inflação no País de 1,1 quadrilhão por cento! Uma inflação de 16 dígitos, em três décadas! Algo inimaginável pelas novas gerações no momento em que estamos trabalhando para manter a inflação entre 4,5% e 6%. E este é o debate, o debate em torno de como calibrar as medidas para combater a inflação, sem que esse combate à inflação comprometa o crescimento econômico que tem gerado desenvolvimento humano e oportunidade para tantos brasileiros.

É claro que hoje ficamos assustados com uma inflação que oscila em torno de 6%, uma inflação cujo controle, evidentemente, merece toda a atenção por parte – como dissemos aqui – das nossas autoridades econômicas, mas que tem suas principais raízes não apenas em alguns processos internos – é bom que se ressalte –, mas raízes fincadas em problemas da economia global, das **commodities**, que subiram mais de 47% nos últimos doze meses, impactando não apenas a nossa economia, mas também a economia global.

Ao criar as bases para uma gestão mais equilibrada e responsável das finanças públicas e ao assegurar a estabilidade econômica, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi também um instrumento poderoso para garantir que o Brasil superasse, muito mais rápido que outros países, os efeitos recentes da crise internacional.

O Ministro Guido Mantega esta semana observou bem, em audiência pública nesta Casa, que o Brasil tem hoje alguns bons problemas para resolver: o excesso

de capital externo, a falta de mão de obra qualificada e a demanda aquecida.

São problemas de desenvolvimento e não de estagnação, de recessão ou de depressão, lembrou muito bem o Ministro, bem diferentes dos que afligem a maioria dos países desenvolvidos, obrigados hoje a conviver com inflação alta, desemprego e déficit fiscal elevado.

Esses países, que não contavam com um instrumento de controle de gestão do porte da Lei de Responsabilidade Fiscal brasileira, ainda estão mergulhados nos efeitos dessa última crise internacional.

A taxa de crescimento dos Estados Unidos, este ano, não deve passar de 2,9% a 3%; a da França, de 1,7%; a do Reino Unido, de 1,6%. A situação do Brasil, em que pese aos nossos complexos desafios, é bem diversa. Se não vamos crescer este ano no ritmo chinês ou asiático, fazemos parte de um seleto grupo de países que devem crescer acima de 4%. A previsão é de que a taxa de crescimento do PIB nacional coloque 4,5%, 5%, quem sabe, em 2011. Temos a promessa e o compromisso das autoridades econômicas. Temos o comprometimento e o envolvimento pessoal de nossa Presidente Dilma, o compromisso de manter a vigilância diária e noturna no controle da inflação.

Torcemos também para que o Governo seja muito bem-sucedido na estratégia do chamado ajuste não tradicional, que concilia redução seletiva do consumo com estímulos ao investimento.

O certo é que, embora tenhamos ainda muito o que fazer para pavimentar o caminho do desenvolvimento sustentável e para tornar o controle dos gastos públicos mais rigoroso, podemos, sim, comemorar avanços inquestionáveis em nossa economia, avanços que têm como um dos seus panos de fundo, uma das suas mais sólidas raízes, a Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo registro faço nesta noite, em razão de estarmos completando, esta semana, onze anos dessa importante lei que mudou o marco da organização das finanças públicas em nosso País. Isso não é apenas um conceito técnico ou de indicadores; isso tem a ver com o resgate da capacidade de investimento de muitos Estados, de muitos Municípios e até do Governo Federal.

É essa, minha caríssima Presidente, a manifestação e a contribuição que trago, porque julgo que a Lei de Responsabilidade Fiscal teve uma importância fundamental na estabilidade econômica e na manutenção da estabilidade econômica em nosso País. Não poderíamos passar despercebidos em razão da sua importância.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ferraço, por lembrar uma data importante para todo o nosso País, sobretudo para a conquista, como disse V. Ex^a, da estabilidade econômica.

Dando sequência, convidamos agora como orador inscrito, para fazer uso da tribuna, com o tempo de até 20 minutos, o Senador Walter Pinheiro, Senador pelo Partido dos Trabalhadores da Bahia, grande representante da Bahia ao lado da Senadora Lídice da Mata.

Pois não. Vinte minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Vanessa Grazziotin, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da nossa TV Senado, ouvintes da nossa Rádio Senado, quero, antes de falar deste tema, reafirmar aqui uma posição que eu diria vitoriosa, já anunciada na tarde de hoje, pelo nosso Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática daqui, do Senado, Senador Eduardo Braga, sobre a aprovação, agora à tarde, do nosso relatório, que trata dos critérios para apreciação de concessões e renovações de rádios e TVs.

A ideia, com esse relatório, Sr^a Presidente, é a gente criar um ambiente seguro e criterioso de análise dos processos que envolvem concessões e renovações de rádio e TV, para que a gente consiga banir, de uma vez por todas, esse processo de laranjas, de contratos de gaveta ou de processos cada vez mais inescrupulosos na operação com as concessões de rádio e TV no Brasil.

Então, apresentamos um conjunto de dez critérios para que possamos colocar em prática imediatamente, além de oferecer sugestões, para que o Ministério adote medias de envio de documentações para esta Casa, assim como também tanto a Câmara quanto o Senado possam apreciar normas legais, buscando ajustar esse procedimento, para que a gente, criteriosamente, adote posturas na análise dos processos de concessões e renovações nas comissões tanto da Câmara quanto do Senado. E digo aqui tanto da Câmara quanto do Senado como referência exatamente ao procedimento que vamos adotar: vamos enviar uma cópia para a Câmara dos Deputados. Obviamente, não queremos determinar o que fará a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, comissão da qual tive oportunidade de participar ao longo dos últimos catorze anos na Câmara dos Deputados, mas queremos sugerir aos nossos Pares do Congresso Nacional que adotem uma postura, se não próxima, parecida pelo menos: que aquela comissão possa acompanhar a atitude assumida pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui, nesta tarde, falar exatamente do processo que tem suscitado um debate no País inteiro e, de certa forma, uma provocação, até por conta da Copa de 2014, dos Jogos Olímpicos e até pela necessidade de um debate sobre mobilidade urbana. E, quando me refiro à mobilidade urbana, apesar de tratar neste momento exclusivamente da questão do transporte, quero reafirmar que o conceito de mobilidade não é somente um conceito de transporte público. Mobilidade envolve diversos fatores. E quero, ao longo dessa nossa trajetória de debates sobre esse tema, ter oportunidade de, a cada momento, discutir essa matéria.

Eu conversei a respeito disso com o Senador Lindbergh Farias e, inclusive, sobre a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, que S. Ex^a preside.

Portanto, mobilidade urbana tem de prever as condições para que a pessoa com deficiência possa-se locomover. Mobilidade urbana tem de discutir passeio, o direito de ir e vir, onde a população pode caminhar. Mobilidade urbana não é somente transporte público, não são somente carros nas ruas, mas pessoas andando a pé, condições para que as pessoas se desloquem, locomovam-se de um lugar para outro não somente em boas condições, mas em condições agradáveis.

Eu estou dizendo isso porque, em cidades como Salvador, hoje, poucos são os lugares onde a população pode caminhar a pé.

O conceito de mobilidade urbana não pode guardar relação com apenas uma cidade ou com o trato de uma cidade. A cidade de Salvador, por exemplo, não pode discutir mobilidade urbana sem imaginar a região metropolitana. Portanto, cidades que, de forma integrada, relacionam-se com a capital mobilizam-se por serviços, mobilizam-se por uma locomoção, em busca inclusive de lazer. Então, há um contexto de mobilidade urbana que é importante a gente discutir.

Quero, Sr^{as} e Srs. Senadores, falar exatamente do caótico sistema de transporte público de Salvador, que está vivendo, nesta semana, ameaça de paralisação devido a alguns impasses nas negociações entre patrões e trabalhadores do setor.

A pauta dos rodoviários inclui um reajuste de 18%, folgas aos sábados e domingos, plano de saúde e uma série de reivindicações que aqueles trabalhadores fazem na relação com as empresas.

No caso das empresas intermunicipais, os trabalhadores querem a extinção, por exemplo, dos refeitórios, para que a alimentação seja fornecida exclusivamente por meio do pagamento de tíquetes, permitindo aos trabalhadores fazer a escolha dos locais onde podem fazer as suas refeições.

O Sindicato dos Rodoviários, por exemplo, afirma que a pauta de reivindicações foi entregue há mais de 30 dias à Associação de Empresas de Transporte Coletivo do Estado, que até agora não deu uma resposta contundente buscando resolver esse impasse. Depois de cinco rodadas de negociações, não houve acordo.

Nesta quinta-feira, duas outras rodadas de negociação estão sendo realizadas, numa nova tentativa de acordo entre trabalhadores e patrões, portanto, entre as partes. Esperamos que essa negociação alcance o entendimento, para que principalmente a população da Bahia ou a população soteropolitana não seja mais surpreendida com paralisações relâmpagos, forma e tática utilizadas pelos trabalhadores inclusive para fazerem uma pressão, eu diria, normal da luta do processo de negociação, como já vem ocorrendo ao longo dessa semana.

Os ônibus de 14 das 18 empresas de transporte urbano e intermunicipal ficaram repentinamente nas garagens, sem que a população fosse avisada desse procedimento. Os veículos foram retidos das 4 horas até as 8 horas, causando prejuízos aos usuários do sistema, que não conseguiram chegar aos seus locais de trabalho.

Essa paralisação nas garagens de transporte urbano, de certa forma, atingiu mais duramente a população soteropolitana que vive no Subúrbio Ferroviário ou no miolo da cidade, lugares altamente dependentes do transporte coletivo, principalmente nas regiões de baixa renda, onde a população depende exclusivamente do transporte público.

O sistema de transporte de Salvador não ficará, efetivamente, minha cara Vanessa, nem pior nem melhor após o encerramento do movimento. Chamo a atenção para isso, porque a volta ao trabalho ou a sua solução apenas devolverá aos usuários a rotina de atrasos de uma frota envelhecida, com problemas de segurança, de falta de conforto, e com tarifa, para muitos dos soteropolitanos, relativamente elevada.

A frota de ônibus de Salvador é de aproximadamente 2.457 veículos, com quase cinco anos de uso. Nesse período de tempo, os usuários de transporte individual, que sofre desgaste muito menor, geralmente têm substituído os seus carros pelo menos uma vez.

A mobilização da categoria tornou ainda mais caótica a situação da cidade de Salvador. Quero aqui acentuar que não é por conta da paralisação que o caos no trânsito de Salvador se estabeleceu. Eu diria que ela até pode ter agravado uma situação que já encontra todas as condições para isso, na medida em que aumentou a circulação de carros e de veículos de transporte clandestino, operado com vans, motocicletas ou coisa do gênero, o que só faz ampliar esse

problema enfrentado por Salvador e por diversas capitais do País.

Um estudo recentemente divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) concluiu que, entre as cinco cidades mais populosas do Brasil, Salvador teve o segundo maior crescimento de frota de carros entre dezembro de 2007 e março de 2011. O crescimento dessa frota de carros em Salvador foi da ordem de 44,8%. Hoje existe um carro para cada três habitantes na capital baiana, que é o único dos cinco centros urbanos observados que não tem metrô em funcionamento. Portanto, eu estou falando que, dos cinco centros pesquisados pelo IPEA, Salvador não possui metrô em funcionamento, o que agrava ainda mais o problema do trânsito em nossa cidade. Enquanto o transporte individual cresce exponencialmente, o transporte coletivo é abandonado.

Salvador reclama e clama urgentemente por uma revolução no seu sistema de transporte. E é importante que a gente trate isso principalmente a partir do próprio debate estabelecido desde a virada do século XX, quando foram instalados os primeiros veículos sobre trilhos na Bahia, inicialmente, minha cara Vanessa, puxados até por burros e depois eletrificados.

E pense: nós estamos no século XXI e não temos ainda em obra um metrô. Nós não temos nenhum veículo sobre trilhos na capital baiana. Em relação ao metrô, inclusive de forma equivocada, a sua operação foi substituída da CBTU para uma CTS. Talvez a iniciativa fosse até na busca de resolver problemas locais, mas, no fundo, no fundo, só trouxe complicações. Salvador é a única capital cujo metrô é de responsabilidade do Município. A única! Nas outras, há a responsabilidade do Estado ou da União, por meio da CBTU.

Portanto, passados mais de 100 anos dessa experiência, os veículos sobre trilhos voltam a se apresentar como solução para o transporte público não apenas de Salvador, mas também de toda a região metropolitana.

Em Salvador, ofereceu-se a opção do metrô, lamentavelmente não tão bem planejada assim. E Salvador não consegue concluir as obras do trecho de apenas seis quilômetros, que não consegue funcionar, e ainda outros seis quilômetros. Talvez coubesse aqui aquela frase que Caetano, em uma das suas músicas, utiliza, quando diz assim: ainda em construção e já é ruínas. É uma obra de seis quilômetros que nós precisamos concluir. São dez anos de obras do metrô.

O esforço que se faz, hoje, em Brasília, de todos – acredito que é a posição de todos os partidos –, é que nós consigamos concluir esse primeiro trecho de seis quilômetros e concluir os outros seis quilômetros, ou o segundo tramo, permitindo assim que doze quilô-

metros de metrô sejam entregues aos soteropolitanos. Aí, sim, em função dessa necessidade de construirmos um sistema de transporte, olhando a Copa como janela de oportunidades, apresentemos um outro projeto que agora integre esses doze quilômetros concluídos e que consiga também enxergar os outros sistemas. E que adotemos, na cidade de Salvador, um sistema de transporte que contribua para melhorar a situação do trânsito e principalmente como ferramenta para ajudar na mobilidade urbana.

Portanto, em função dos custos e da sua limitação diária, o projeto apresentado pelo Município não é solução para o transporte público da cidade de Salvador. E, com a proximidade da Copa, às vezes, até soluções mágicas começam a ser apresentadas, como se o sistema de transporte público de Salvador precisasse ser modernizado apenas para o período dos jogos.

A Copa de 2014 terá apenas um mês de duração. Quando ela passar, será a população soteropolitana que continuará a usar o sistema de transporte público que vier a ser implantado para corrigir a ineficiência do atual sistema de transporte.

Entendemos que a melhor solução será a implantação de sistema sobre trilhos. Como disse, será o encontro do transporte público de Salvador com as suas origens. Para a implantação desse sistema, precisamos vencer o *lobby* dos que defendem o sistema BRT, sigla em inglês para “ônibus rápido no trânsito”, traduzindo aqui essa sigla. Como se não passasse da utilização de ônibus em corredores exclusivos, como acontece hoje na cidade de Curitiba. Já os veículos sobre trilhos foram aprovados em muitas cidades da Europa, Ásia e Estados Unidos. No Brasil, estão sendo implantados em Brasília, Recife, Fortaleza, Natal, Maceió, Cuiabá. Há metrô em Belo Horizonte e em diversas cidades do Estado de São Paulo e na própria cidade de São Paulo. O Rio de Janeiro tem metrô.

Salvador faz essa opção de mudança ou a população terá de continuar dependendo de uma linha de transporte coletivo executada por uma frota de ônibus que eu diria velhos e, em alguns momentos, até sujos. Não quero ser leviano, ao dizer que não há limpeza. Há. Mas, claro, às vezes, mal conservados e que andam superlotados.

É importante – quero chamar a atenção para isso aqui e terminar meu pronunciamento – concluir o projeto atual do metrô dos 12 km, a que me referi, para isso ficar como legado da Copa do Mundo. Portanto, temos de adotar um sistema de transporte sobre trilhos que integre os sistemas existentes: ônibus; metrô; o novo corredor de transporte sobre trilhos, o sistema de transporte de trilhos, que é o trem suburbano; as barcas; o *ferry-boat*, que, espero, inclusive, que,

em um processo logo adiante, seja substituído com a construção da ponte Salvador–Itaparica, outro projeto defendido pelo Governo do Estado. Que os ônibus possam continuar na cidade de Salvador, mas como alimentadores desses corredores de transporte.

A Copa, Sr^a Vanessa Grazziotin, deve ser vista como uma janela de oportunidades, pois vai passar, mas o legado dessa Copa é que pode ser utilizado pela população. É este o embate que é importante fazermos agora: aproveitar a Copa do Mundo e as Olimpíadas e enxergar essa janela de oportunidades, para que possamos adotar, em Salvador e em diversos lugares, um sistema de transporte público que ofereça qualidade, pontualidade, eficiência, conforto, preços em condições de atender à demanda da população, um instrumento capaz de resolver o sistema caótico do trânsito nas grandes cidades. Portanto, é esse o empenho que temos feito.

O Estado abriu, no dia de ontem, as propostas apresentadas por diversas empresas para o sistema de transporte para esse momento da Copa. Talvez 60 mil pessoas em Salvador se desloquem para assistir aos jogos na nova Fonte Nova.

Salvador precisa de um transporte que enxergue os mais de 600 mil soteropolitanos que precisam locomover-se todos os dias. Portanto, que escolhamos um projeto que possa exatamente entregar a Salvador, à região metropolitana um sistema de transporte eficiente. Defendo que esse sistema seja sobre trilho, que integre o sistema atual e que possa verdadeiramente solucionar os graves problemas da nossa cidade.

Alguns levantam a impossibilidade por conta de custos. Volto a insistir, quem deve ser o orientador da nossa ação é a janela de oportunidades da Copa, e não a Copa em si. Volto a repetir, a Copa tem prazo para começar e tem prazo para terminar. Mas Salvador e a região metropolitana precisam de um transporte que fique para além da Copa, que fique para o soteropolitano, que fique para o baiano, que fique para ajustar e melhorar o nosso sistema de mobilidade, que, além do transporte urbano, deve receber outras intervenções de caráter estruturante, para permitir que o baiano se locomova em boas condições e que tenhamos algo que, para além da Copa do mundo, possa ficar para as próximas gerações.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo o competentíssimo Senador baia-

no Walter Pinheiro pelo excelente pronunciamento e me acosto, ombreado com V. Ex^a, nos termos do seu brilhante pronunciamento.

Tenho a honra de poder anunciar à Casa e ao País a presença do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior, criado pelo Decreto nº 7.214, de 2010. Ele representa cerca de três milhões de brasileiros, companheiros, irmãos brasileiros que residem no exterior.

Em nome da Mesa e do Presidente José Sarney, parablenizo cada um e todos os senhores representantes, dizendo da importância do trabalho, da abnegação que os senhores têm em cada uma das causas que abraçam. Não é fácil representar essa outra nação brasileira fora dos nossos territórios continentais. Por isso, recolham do Senado Federal o mais premente abraço e a melhor de todas as homenagens.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se V. Ex^a me permite, quero aproveitar também – na mesma ordem de V. Ex^a, eu diria – para fazer esta saudação. E a faço em nome do Silair de Almeida, que está ali e que é um dos representantes dessa comunidade, lembrando que essa é uma tarefa – faço questão de dizer isso aqui, Sr. Presidente – que se iniciou com a luta de figuras como ele.

Recordo-me de que, em 1998, estivemos no Estado americano, na Cidade de Miami, onde fizemos a primeira reivindicação de que os consulados itinerantes fossem instalados, para permitir que os brasileiros pudessem ter acesso a esse consulado, buscar um ponto de apoio. Essa mesma iniciativa foi feita no Japão, no Paraguai, em diversos outros lugares pelo mundo afora.

Então, o Silair, que é, inclusive, pastor evangélico e baiano, que nos deixou e que foi embora para Miami, fez um grande trabalho, assim como os outros. E, em nome dele, estendo esta homenagem ao trabalho árduo que vocês desempenham, hoje constituído e reconhecido pelo Estado brasileiro, como um trabalho que esses pioneiros que aqui estão iniciaram. Os nossos irmãos merecem, mais do que aplausos, apoio integral pelo brilhante trabalho que fazem, para acolher aqueles que, às vezes, por diversos motivos, deixam o nosso País, mas que precisam continuar tendo o calor, o apoio do Estado brasileiro.

Parabéns a todos vocês. Com certeza, continuem contando com o apoio, agora no Senado – antes, eu os apoiava a partir da Câmara. Mas, com certeza, todos

os Senadores e Deputados continuarão apoiando essa iniciativa, para que continuemos dando assistência aos nossos irmãos brasileiros, onde quer que eles estejam e em quaisquer situações.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Continuamos a...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas dar um boa notícia para o povo mato-grossense, sobretudo para os brasileiros que moram na região Centro-Oeste do Brasil, principalmente em Brasília, no Estado de Goiás, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul.

No dia de ontem, foi editado o Decreto nº 7.471, que cria a estrutura regimental e o próprio quadro demonstrativo de cargos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco. Essa era uma luta nossa já há algum tempo, aqui, nesta Casa, e dessa feita a Presidente Dilma assinou o Decreto, criando a Sudeco.

A Sudeco nada mais é do que uma ferramenta, um instrumento que teremos, para planejar o fomento e para criar política de desenvolvimento para essa região. Certamente, diante da sua estrutura – sobretudo porque isto está em seu Regimento –, ela vai permitir que a região Centro-Oeste do Brasil, que estava carente de uma instituição, de uma autarquia como essa, busque, de forma sustentável, o seu desenvolvimento.

Portanto, quero aqui, como Senador da República, pelo meu Estado de Mato Grosso, dizer que estou muito feliz. Certamente, está sendo realizado o sonho de milhares e milhares de pessoas que sonhavam um dia com a criação, ou seja, com a recriação da Sudeco. Ela existia em um passado bem recente; foi extinta e agora recriada, novamente, pelo Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu o parablenizo, Senador Jayme Campos. Sei da luta de V. Ex^a e de quantos pronunciamentos fez, como Senador da República, como Governador de seu Estado, pedindo a instalação da Sudeco.

É uma vitória de V. Ex^a e de todo o povo da região.

O Estado da Paraíba se irmana com o Estado do Amazonas, porque chegamos a dividir um tempo com a Senadora Vanessa. Minha identificação com a

Senadora Vanessa é tão grande, que estamos partindo do nosso tempo.

Com a palavra, a Senadora Vanessa; depois, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Acir Gurgacz.

Você ainda fala, Jaymão?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Se não estiver, quero inscrever-me pela Liderança do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a está inscrito sempre e a qualquer hora.

Senadora Vanessa, ponho em votação o **Requerimento nº 499, de 2011**, do Senador Francisco Dornelles, que solicita licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 13 a 17 de junho do corrente ano, a fim de representar o Senado Federal na 100^a Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho – OIT, na cidade de Genebra, Suíça.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Com a palavra, a brilhante Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo. V. Ex^a, sempre muito inspirado, hoje está em um dia de maior inspiração ainda.

V. Ex^a participava conosco, pela manhã, da reunião da Comissão de Infraestrutura que sabatinava o Dr. Pedro Brito, indicado para a Diretoria da Antaq.

Na sequência, quando a reunião foi concluída, fui para a Comissão de Assuntos Econômicos, conjunta com várias outras comissões, desta vez na Câmara dos Deputados, comissões da Câmara e do Senado, e lá estava V. Ex^a, de forma brilhante, dirigindo aquela audiência que ouviu o Presidente do Banco Central.

V. Ex^a tem se demonstrado um grande Senador, um Senador muito atuante, preocupado com as questões do Brasil e, principalmente, extremamente dedicado. Isso é importante, é isso que o Brasil, é isso que o seu Estado, a Paraíba, espera de V. Ex^a, é isso que o meu Estado, o Amazonas, espera, da mesma forma, de mim; enfim, é o que o Brasil espera das Senadoras e dos Senadores da República: trabalho, empenho e dedicação. V. Ex^a tem sido exatamente tudo isso aqui no Senado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, há algumas semanas muitos foram os Senadores e as Senadoras, assim como os Deputados e as Deputadas, que foram à tribuna para

criticar, muito mais do que isso, para repudiar, posso dizer, uma decisão tomada recentemente pelo Conselho Interamericano de Direitos Humanos da OEA, da Organização dos Estados Americanos, que solicitava que o Governo brasileiro paralisasse imediatamente as obras de construção da hidrelétrica de Belo Monte, aliás, em fase de licenciamento muito inicial de suas obras.

Senador Acir Gurgacz, que aqui está, fez um brilhante pronunciamento também a respeito do assunto.

De nossa parte, de minha parte, da parte do Líder da minha bancada, do meu Partido PCdoB, Senador Inácio Arruda, nós também nos pronunciamos repudiando a atitude do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Humano da OEA.

Mais do que isso, o meu partido, o PCdoB, lançou e aprovou, em reunião da direção nacional, uma nota contraditando a posição desse Conselho de Direitos Humanos e pedindo que fosse revisto aquele posicionamento. Da mesma forma o Governo brasileiro.

O Governo brasileiro considerou uma interferência descabida, mesmo porque o conteúdo da nota, a justificativa ou as justificativas apresentadas para embasar o pedido de paralisação das obras não tinham, de fato, o menor cabimento. Nada do que ali estava levantado corresponde à realidade. Absolutamente nada.

Eles diziam, num item, que precisava o Governo brasileiro, antes de iniciar as obras, antes da concessão do licenciamento ambiental, ouvir as comunidades, os índios, ouvir os povos indígenas. O que foi feito.

A legislação brasileira, em relação ao meio ambiente e aos direitos humanos, talvez seja uma das legislações mais rigorosas e avançadas do mundo. Nenhuma grande obra é iniciada no Brasil sem que haja licença ambiental e nenhuma licença ambiental é concedida no Brasil sem que haja audiências públicas. Nenhuma. Nós estamos agora envolvidos num grande debate, um debate que está na Câmara mas que, em breve, chegará ao Senado, que é o debate relativo ao novo Código Florestal. Porque temos a responsabilidade, sabemos, o Governo brasileiro sabe, nós, parlamentares, sabemos, da necessidade de buscarmos o desenvolvimento, mas um desenvolvimento com inclusão social, um desenvolvimento com distribuição de renda e um desenvolvimento com respeito ao meio ambiente.

Sou Senadora pelo Amazonas, como o Senador Eduardo Braga, ex-governador, e o Senador João Pedro. Todos nós trabalhamos com a mais extrema responsabilidade, porque aqui no Senado representamos o Estado mais preservado do Brasil – 98% da cobertura florestal do meu Estado, que fica na Amazônia, estão

preservados. Então, não teríamos por que, jamais, nenhum de nós aprovarmos ou apoiarmos qualquer investimento na infraestrutura se esse investimento nessa infraestrutura causasse mais malefícios do que benefícios.

Então, houve um clamor do Governo brasileiro, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados para que aquela posição fosse revista pela OEA. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o requerimento com essa solicitação, com esse pedido.

Mas a boa notícia, Sr. Presidente, é que esteve no Brasil, recentemente, para participar de um evento internacional, o Fórum Econômico Mundial da América Latina, o Sr. José Miguel Insulza, Secretário-Geral da OEA, da Organização dos Estados Americanos. Perguntado que foi, questionado que foi a respeito do assunto, em uma entrevista que deu à BBC Brasil, o Secretário-Geral da OEA disse que, provavelmente, que é muito provável que a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos revise a sua decisão sobre Belo Monte, revise a sua decisão. Questionado mais a respeito do assunto, ele foi muito ponderado, pelo que noticia a imprensa brasileira.

Diz que a forma, Senador Jayme, como acontecerá essa revisão ele não pode dizer, ele não pode antecipar. Mas falou com muita convicção que a revisão deverá acontecer em breve. E diz mais, que quando falamos de algo com a envergadura que tem essa obra de Belo Monte, que é uma grande obra, será a maior usina hidrelétrica genuinamente brasileira, porque a Itaipu, 12 mil megawatts, é uma hidrelétrica binacional. Então ele diz que, num assunto como esse, qualquer posicionamento público de uma das comissões ligadas à OEA, ou a qualquer outra instituição internacional, precisaria ser visto com muito mais critério, com muito mais calma, analisando com mais profundidade a veracidade dos fatos. Não pode um departamento, ou uma secretaria, ou uma comissão – no caso aqui é uma comissão – uma Comissão Interamericana de Direitos Humanos agir de forma açodada, como deve certamente ter agido. Recebeu denúncias, recebeu pedidos, no geral, de organização não governamental ou de organizações não governamentais. E, baseado nesse pedido ou nessa “denúncia”, emitiu uma opinião, fez uma solicitação, repito, descabida ao Governo brasileiro, sem se preocupar em analisar melhor os fatos, em analisar melhor a situação, de tal forma que a própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos vai rever o seu posicionamento.

O Sr. José Miguel Insulza, que é o Secretário-Geral da OEA, afirmou que a Comissão de Direitos Humanos é uma Comissão que tem autonomia de ação e sobre as decisões tomadas pela Comissão o

Secretário-Geral ou a organização como um todo não responde por essas opiniões, por essas decisões. Entretanto, ficou claro, eu acho, que o mal-estar criado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos não foi apenas em relação ao Estado brasileiro, ao Governo brasileiro, ao Parlamento brasileiro, mas um mal-estar criado no mundo inteiro. Nenhum país, nem o nosso, nem o Brasil, nenhum outro país do mundo gostaria ou quer ver instituições internacionais com poder entrando em questões internas, principalmente de uma forma tão leviana, como foi a ação feita recentemente pela Comissão de Direitos Humanos.

Concedo um aparte ao Senador Acir Gurgacz.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. Cumprimento-a e parabeno-a pelo tema que V. Ex^a coloca mais uma vez nesta Casa, um assunto relacionado à nossa região, à nossa Amazônia. A OEA coloca que nós não estaríamos cuidando bem dos nossos índios ou cuidando das nossas reservas, das nossas florestas. Eu tenho certeza, sou convicto de que o nosso País, o Brasil, cuida muito bem dos nossos índios. Nós cuidamos muito bem das nossas florestas e das nossas reservas. Se há algum país que está se sentindo mal por não tê-lo feito no passado, ele não pode querer agora nos culpar por uma coisa que eles não fizeram no passado. Nós estamos cuidando bem dos nossos índios. O projeto de Belo Monte priorizou, com muita cautela, as nossas tribos indígenas, assim como as nossas florestas, assim como se fez em Jirau e Santo Antônio, no Estado de Rondônia. À época coloquei, e volto a colocar, que me causou muita estranheza que, logo após o que ocorreu em Jirau e Santo Antônio – a paralisação, o quebra-quebra, os ônibus queimados –, veio essa resolução da OEA. Estivemos várias vezes em reuniões oficiais do Senado, junto com Senadores e também, em outra oportunidade, com o nosso Ministro do Trabalho, reunidos com servidores, funcionários em Jirau, e o que aconteceu em Jirau não é coisa de trabalhadores brasileiros. O que me causa estranheza é a informação de pessoas da Abin de que havia braço internacional envolvido no que aconteceu em Jirau e em Santo Antônio. Portanto, é no mínimo preocupante que, logo depois do ocorrido, tenha vindo uma resolução da OEA, pedindo para que o Brasil paralisasse as obras de Belo Monte. Ainda estou aguardando, assim como V. Ex^a, os demais Senadores e, com certeza, a nossa Presidenta Dilma uma recolocação da OEA com relação a essa questão. Estamos aguardando e esperamos que ela venha o mais rápido possível, para colocarmos as coisas em ordem no nosso País. Meus cumprimentos pelo tema, por sua colocação sobre essa questão, Senadora.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço, Senador Acir Gurgacz – e concederei aparte também a V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo.

Quero dizer ao Senador Acir Gurgacz que S. Ex^a tem plena razão. Talvez o Brasil seja aquele país que mais cuida dos seus índios; dos nossos índios, que são parte do povo brasileiro: povo mestiço, de origem europeia, latino-americana, indígena. Enfim, nós temos no meu Estado, no seu Estado, na Amazônia, no Brasil inteiro, na Bahia, no sul, áreas demarcadas.

O governo brasileiro – e aí precisamos fazer justiça –, mesmo antes do governo do Presidente Lula, tratou sempre com muito respeito toda nossa gente. Não importa se é um grande empresário ou um índio que vive no interior do interior do interior do Brasil!

É descabido. Foi descabido. Ficaremos no aguardo, com muita ansiedade, da retratação da Comissão de Direitos Humanos, que foi precipitada, ao tomar uma decisão talvez sem ouvir a opinião de quem devesse ouvir. O Brasil não pode jamais ser repreendido por quem quer que seja. Jamais! Por nenhuma instituição internacional, porque também temos a tradição da solidariedade internacional, da não agressão e da não intervenção em assuntos de outros países.

Senador Vital do Rêgo.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senadora Vanessa, inicialmente eu gostaria de agradecer as suas generosas e suspeitas palavras, fundada essa suspeição na nossa amizade, na nossa convivência de quatro anos, comungando naquela extraordinária Casa que é a Câmara dos Deputados, e no nosso trabalho de quatro meses aqui no Senado. Eu me orgulho muito de estar ao lado de V. Ex^a, ao lado do Senador Acir, ao lado do Presidente Jayme Campos, compondo essa nova equipe de Senadores e Senadoras, essa nova composição do Senado. Haverá de dar o máximo de mim pela Paraíba e pelo Brasil. Mas V. Ex^a vem, mais uma vez, para nosso júbilo, para a nossa honra, com um discurso que é a marca do seu Partido, que é a marca dos ideais de esquerda, que é a marca daquilo que V. Ex^a aprendeu desde os bancos universitários ou na rua. Vem com um discurso nacionalista, vem com um discurso brasileiro, vem com a força da nossa gente e com a coragem do nosso povo. Nós não aceitamos ingerências, como bem disse V. Ex^a, de quem quer que seja. Até porque nós tentamos cumprir com a nossa parte. Ninguém pode nos dar lições de quem não fez o que deveria ter sido feito. Por isso, a expressão da minha solidariedade à sua indignação e ao seu pronunciamento é latente, porque fala a voz de quem conhece, quem vem de um Estado preservado e que luta

todo dia para preservá-lo ainda mais; de quem trata os índios brasileiros como irmãos, e não os dizima como aconteceu em alguns Estados americanos. Por isso, o meu apoio, a minha solidariedade e a minha honra em ter V. Ex^a como minha companheira.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Vital. Nós, que estivemos durante muito tempo na Câmara dos Deputados, continuaremos a nossa luta em defesa do nosso País aqui no Senado Federal. Isto é motivo de orgulho para nós: o povo dos nossos Estados nos conceder essa honraria e essa tarefa tão importante, essa responsabilidade de aqui no Senado representar nossos Estados.

Muito obrigada pelo aparte de V. Ex^a, e tenho certeza de que, infelizmente, a posição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos coloca em xeque a própria posição da OEA. Porque não há dúvida: existem outros elementos por trás da tomada de decisão por aquela Comissão. Não há explicação nenhuma, Senador Jayme, nenhuma explicação. Não há nenhuma explicação. Mas acho que deveremos receber, como somos uma Nação bondosa, um povo bondoso, essa retratação que virá em breve; receber essa retratação e aceitá-la. Não só receber. Mais do que receber: aceitar essa retratação, porque o Brasil não pode ser colocado na lista daqueles que desrespeitam os direitos humanos.

Jamais desrespeitamos os direitos humanos e temos feito um grande esforço – diferente dos Estados Unidos –, um grande esforço para diminuir os impactos do aquecimento do clima no mundo inteiro, Senador Acir. Um grande! Nós somos signatários do Protocolo de Kyoto. Os Estados Unidos não aderiram ao Protocolo de Kyoto. O mundo precisa não apenas saber – o mundo sabe –, mas se conscientizar do que significa isso.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que fiquei feliz, mas muito feliz, com a notícia que nos chega no dia de hoje, dessa revisão, num curto espaço de tempo, do posicionamento da OEA, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Muito obrigada, Senador Jayme Campos.

Durante o discurso da Sr^a Vanessa Grazziotin, o Sr. Vital do Rêgo deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento a Senadora Vanessa pelo belo e oportuno pronunciamento. Como bem disse V. Ex^a e segundo o próprio aparte feito pelo Senador Acir, é de se estranhar... Na verdade, essa resolução só saiu

depois daquele vandalismo que aconteceu lá em Jirau e Santo Antonio. Imagino que isso é endereçado; é interesse de alguém, não sei de quem. Todavia, como V. Ex^a disse aqui, nós somos o País que mais respeita os povos indígenas. Tenho certeza de que o Brasil é um País que, sem sombra de dúvida, não só respeita o ecossistema, a questão da preservação ambiental, mas sobretudo os povos indígenas. Indiscutivelmente, o país que tem mais terras, hectares de terras para os povos indígenas é o Brasil. Tem mais de 120 milhões de hectares. Se não bastasse isso, nós temos a certeza de que a própria Funai, o Ministério da Justiça, ao qual a Funai é vinculada, fazem um trabalho exemplar e, acima de tudo, cuidam dos povos indígenas da melhor maneira possível.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a devida vênia, se me permitir, antes de dar a palavra a V. Ex^a, que com muita honra gostaria de anunciar, vou ler o seguinte:

A Presidência designa, nos termos **do Ofício nº 26, de 2011**, da Liderança do PDT, o Senador Cristovam Buarque para compor o programa Senado Jovem.

É o seguinte o Ofício:

Ofício GLPDT – 26/2011

Brasília, 5 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar a Vossa Excelência, e, na oportunidade, encaminhar resposta ao Ofício SF nº 114-8/2011, datado de 28 de fevereiro do corrente, indicando o Senador Cristovam Buarque para representar o Partido Democrático Trabalhista na composição do Programa Senado Jovem Brasileiro.

Por oportuno, renovamos a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurgacz**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Anuncio, com muito prazer, o ilustre Senador Vital do Rêgo, que muito bem representa não só o Estado da Paraíba, mas sobretudo o povo brasileiro nesta Casa do Senado Federal.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, meu eterno Senador mato-grossense, Jayme Campos, governador querido, homem público de uma carreira invejável e que muito orgulha a nossa gente, especialmente a sua região.

Senador Acir, meu líder pedetista, “o melhor é inimigo do bom”, na tradução literal do francês, ou “O perfeito é inimigo do bom o bastante”, como costumam verter autores da língua inglesa.

A frase a escreveu Voltaire, em seu **Dicionário Filosófico**.

Qualquer que seja a redação considerada, há uma verdade profunda na citação: a constatação de que, sempre que buscamos obsessivamente a perfeição em alguma obra humana, perdemos a oportunidade de nos contentarmos com uma solução suficientemente boa para os fins que visamos.

Esse é o caso no momento histórico em que estamos tratando a reforma tributária no Brasil.

“O ótimo é inimigo do bom”. “O melhor é inimigo do bom”.

No momento em que nós estamos discutindo a reforma tributária, essa expressão, cunhada, nascida no **Dicionário Filosófico** de Voltaire, vem à minha mente.

Estou convencido disso: nenhum projeto pode caminhar no Legislativo enquanto cada segmento da sociedade aqui representado buscar a salvaguarda dos seus interesses – Quero me repetir, Senador Acir: nenhum projeto de reforma tributária caminha neste Poder ou no Congresso Nacional enquanto cada espaço representado buscar a salvaguarda dos seus interesses – e enquanto doutos tributaristas da área jurídica ou econômica insistirem em seus modelos teóricos ou até práticos, esses supostamente vigentes e bem sucedidos em culturas totalmente diferentes da brasileira.

Seguiremos atolados no cipoal tributário atual se, em discussões estéreis, procurarmos a fórmula perfeita que agrade a todos ou não contrarie ninguém. É o que eu tenho visto todas as vezes em que se discute a reforma tributária, a possibilidade da reforma tributária. Sempre aparece um teórico, sempre aparece um filósofo, um tributarista, um jurista, querendo uma solução perfeita que agrade a todos. Essa solução maravilhosa não existe e nunca será encontrada.

Logo, assentemos sobre a terra os nossos pés e busquemos a reforma possível, uma reforma negociada de boa vontade entre todos, a reforma boa o bastante, enfim, para as nossas possibilidades presentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, oxalá seja esse o espírito a presidir os trabalhos da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, que se reuniu nesta terça-feira, em nossa Casa, para avaliar as propostas de reforma tributária no período compreendido entre 2007 a 2008 e, a partir daí, retomar os trabalhos na busca de uma solução negociada, capaz de começar a resolver o nó górdio da carga tributária.

Acredito, Sr. Presidente, que podemos avançar bastante se atacarmos pontualmente cada tema: uma pequena reforma que comece, por exemplo, com a de-

soneração dos encargos trabalhistas e não implique alteração da Constituição de 1988.

Outros – e não são poucos – também pensam como eu. Um conjunto interessante de propostas simples, que não requerem alteração constitucional, chegou em meu gabinete. Foi oferecido pelo tributarista Heron Arzua e vem imbuído desse espírito de colaboração que deve nos mover a todos no enfrentamento dessa matéria que empacou no Legislativo. É com esse espírito que trago à reflexão das Sr^{as} e Srs. Senadores as principais sugestões que venho recebendo.

Em primeiro lugar, evocando os princípios básicos de tributação, seria interessante a extinção de alguns tributos que servem somente para complicar a vida das pessoas e a atuação das empresas: o imposto sobre as contribuições ao PIS-Pasep, a Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro das Empresas.

No que se refere ao IPI, é proposta sua limitação a alguns produtos supérfluos, como cigarros, bebidas alcoólicas, automóveis e joias.

Isso liberaria de incidência notadamente os produtos de primeira necessidade, que são consumidos pela população mais pobre, o que favoreceria o aumento de sua renda líquida e a capacidade de consumo.

Os tributos incidentes sobre a folha de pagamentos poderiam sofrer simplificação pelo processo unificado, a exemplo do que já foi conseguido para as pequenas empresas e microempresas com a instituição do chamado Simples.

Alíquotas variáveis sobre a receita bruta mensal, conforme o porte da empresa, poderiam ser estabelecidas por lei ordinária. Todas essas sugestões, Sr. Presidente, Sr. Senador Acir, não mexem com a Constituição, podem ser feitas por lei ordinária, o que traria eficácia para uma reforma tributária que não é aquela que queremos, mas aquela que podemos.

Por outro lado, não podemos esquecer que o Imposto de Renda, por seu caráter extremamente regressivo, na forma como existe no Brasil, figura como uma das principais bandeiras quando se fala em reforma tributária e precisaria passar por alterações radicais, como a imputação do imposto de pessoa jurídica ao de pessoa física, com o fim da imposição exclusiva na fonte.

Uma progressividade maior permitiria também aumentar a base de contribuintes.

É necessário que o tributo alcance a riqueza individual, ao mesmo tempo em que se faça adequado à capacidade contributiva de cada cidadão.

Outro ponto a merecer atenção especial é a simplificação do Imposto Territorial Rural.

Quanto ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, é urgente considerar o pro-

blema da divisão da receita tributária entre a Unidade Federada de origem e a Unidade Federada de destino da mercadoria ou do serviço.

O atual sistema de repartição, com alíquotas interestaduais inferiores às internas, tem favorecido a estúpida guerra fiscal, que é o emprego do ICMS, por alguns Estados, como chamariz para investimentos.

Ouçó V. Ex^a, Líder do PDT, Senador Acir Gurgacz.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Vital do Rêgo. Meus cumprimentos pelo tema que V. Ex^a aborda, principalmente porque coloca claramente que é possível andar com a reforma tributária se todos deixarem as questões setoriais de lado e nós partirmos para um único objetivo: beneficiar a população brasileira. O que me preocupa é que, todas as vezes que conversamos sobre reforma tributária, o imposto aumenta. Nós precisamos fazer uma reforma tributária, mesmo que seja fatiada – esse é o termo que se está usando ultimamente –, como quer a nossa Presidenta Dilma, por etapas, mas priorizando os nossos Municípios brasileiros. Entendo que precisamos dar aos nossos Municípios uma fatia um pouco maior do bolo da receita, da arrecadação, para que eles possam contemplar a população brasileira. São os Prefeitos e os Vereadores que realmente sabem quais são os maiores problemas que há em suas cidades e que também sabem como resolvê-los. O que eles não têm são condições para fazê-lo – talvez tenhamos que dar-lhes essa condição. Mas o ponto mais importante que vejo neste momento é a desoneração das folhas de pagamento. Ou seja, é preciso desonerar o custo do salário e fazer com que essa mudança possa reverter-se não para o Governo, mas para o próprio assalariado, o próprio trabalhador. Isso vai fazer com que a economia cresça e possamos girar a economia brasileira. Entendo ser muito importante a desoneração da folha de pagamento, ou a desoneração do salário. Meus cumprimentos pelo tema que traz, caro colega e Presidente da Comissão de Orçamento, que é peemedebista, mas, de coração, pedetista. Meus cumprimentos, Senador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Meu querido Senador Acir, V. Ex^a sabe que a minha origem é o partido que V. Ex^a lidera com tanta sapiência, com tanto aguerrimento: o PDT de Leonel Brizola.

Sempre sinto muita saudade quando falo daquela figura extraordinária de homem público, desses que estão rareando na política nacional.

V. Ex^a atinge o núcleo da questão. V. Ex^a fala com a voz dos pequenos, V. Ex^a olha a reforma tributária com o apelo daqueles que menos têm. V. Ex^a vê que não podemos alcançar a reforma tributária de uma

taçada só, como dizem os amigos da Paraíba, V. Ex^a entende que não vamos resolver e implantar a reforma tributária num passe de mágica. Não! Este Brasil é continental, nossas diferenças são grandes, as realidades são múltiplas. Temos que atacar a reforma tributária de forma fatiada, como bem disse V. Ex^a, como quer, inclusive, a Presidente Dilma, mas com o olhar do pequeno.

Os Municípios brasileiros, Senador Acir, não aguentam mais o sufoco, a asfixia econômica em que vivem. A Constituição brasileira determinou uma série de encargos para os Municípios, que vêm absorvendo injustiças a cada ano com a concentração excessiva por parte da União, o que gera o empobrecimento desses Municípios. Sabedores dessa verdade somos nós dois, mas quem quiser poderá conhecê-la, basta ir a um Município pequeno da Paraíba ou de Rondônia; basta procurar conhecer a realidade de um prefeito municipal, que não consegue fechar nunca sua folha, a sua relação despesa/receita, porque todos os dias recebe mais encargos. Essa é a situação da sociedade brasileira.

Precisamos pensar numa reforma tributária ampla, mas fazer o que é possível, pensando que é melhor conseguir o bom do que perseguir o ótimo.

Caro Governador Jayme Campos, meu Senador querido, ouço, com muita atenção, V. Ex^a.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM – MT) – Meu prezado e valoroso Senador Vital do Rêgo, V. Ex^a está discutindo dois temas: um é a questão da reforma tributária no Brasil; outro, a questão do empobrecimento dos Municípios brasileiros. V. Ex^a tem sido sempre um campeão nesta Casa. Tenho acompanhado sua caminhada e tenho percebido que V. Ex^a é um verdadeiro mestre, tem nos ensinado muito. V. Ex^a é um estudioso, já foi Deputado Federal. V. Ex^a fala em reforma tributária. Acho que temos de ir mais fundo: temos de discutir um pacto federativo no Brasil, um pacto que envolva não só a questão tributária, mas, sobretudo, a questão de uma melhor distribuição do bolo tributário que o Governo Federal tem arrecadado. Nós sabemos perfeitamente que o Brasil é um dos países com maior número de impostos e taxas de contribuição. Entre tributos, como o ICMS e o IPI, e taxas de contribuição, como o PIS, chega a ter 60 ou 61. Ainda, nós temos de, urgentemente, desonerar a folha de pagamentos. Ela é pesada. Neste caso, a tese que tenho em mente é a seguinte: quando desonerarmos a folha, poderemos melhorar o salário dos trabalhadores brasileiros com o que sobrar. Se fizermos um levantamento na América Latina, mesmo o Governo Federal já tendo, nos últimos tempos, melhorado o salário mínimo, ficaremos com o quarto ou o quinto valor, menor que

o da Venezuela, menor que o do Chile, menor que o da Argentina. Feita essa desoneração, acho que o empresariado, o setor produtivo, terá capacidade de dar um salário mais digno aos nossos trabalhadores. Ainda, V. Ex^a foi muito claro: essa guerra fiscal tem sido perversa. Lamentavelmente, o que se vê é uma guerra fiscal desenfreada em que ninguém leva nada, ou seja, os Estados não têm sido beneficiados. Nessa guerra fiscal, todos os dias se oferecem isenções de impostos. Se o Estado da Paraíba não oferecer isenção, a empresa vai para o Estado do Ceará, para Mato Grosso ou para São Paulo. Precisamos dar um basta nisso e buscar equilíbrio em relação à questão da tributação. Só para dar um exemplo, Senador Vital do Rêgo: em Mato Grosso, cobra-se o maior ICMS sobre energia e telefonia do Brasil. Se fizermos a conta por dentro, teremos 42%.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Nossa Senhora!

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM – MT) – Se pegarmos a conta de energia, veremos que são cobrados 42% de ICMS. Então, chegou o momento de buscarmos uma reforma tributária e uma melhor distribuição. V. Ex^a disse que a Federação transferiu para os Municípios várias responsabilidades, mas não disponibilizou recursos. Há uma verdadeira quebraadeira. Há Município que não tem capacidade de investir um real! Alguns estão, há muito tempo, almoçando o jantar, ou seja, muito mal e porcamente conseguem honrar a folha de pagamentos. Fui prefeito três vezes e hoje tenho pena, Senador Vital do Rêgo, de quem quer ser prefeito neste País. Acima de tudo, lamentavelmente, o prefeito perdeu o poder discricionário, ele não manda mais na prefeitura. Quem manda na prefeitura hoje é o Ministério Público, são os Tribunais de Contas dos Estados, o Tribunal de Contas da União, a AGU, a CGU, a imprensa, a Câmara de Vereadores. Então, a pessoa que quer se candidatar a prefeito tem de ter muita coragem para enfrentar a escassez de recursos e a diminuição de seu poder discricionário, que ocorreu em função de uma série de fatos. Sobre tudo, do próprio poder discricionário que ele perdeu ante uma série de fatos que aconteceram. Quero cumprimentar V. Ex^a. Espero que eu possa contribuir com esse grande debate sobre a reforma tributária, que vai se iniciar com certeza. Espero que a nossa Presidente Dilma a encaminhe, já que é um compromisso de campanha dela discutir uma reforma tributária que condiz com a realidade do povo brasileiro. Ninguém aguenta mais pagar impostos. O que queremos é uma cobrança de impostos factível e compatível com as possibilidades de cada cidadão brasileiro. Parabéns a V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo, pelo belo e oportuno pronunciamento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Jayme Campos, fiquei, aqui, fitando V. Ex^a, mirando a facilidade com que discorre sobre tema, pela sua experiência de governante – Prefeito, Governador –, mas, acima de tudo, por sentir na pele esse enfraquecimento, esse encolhimento que os Municípios brasileiros estão vivendo, neste momento, por conta de uma série de razões, algumas delas elencadas por V. Ex^a, pelo Senador Acir há pouco, mostrando que, ou nós mudamos a concepção do pacto federativo, ou enfrentamos desafios, como essa reforma tributária, mesmo aquela que podemos, não aquela que queremos, ou vamos continuar, de forma injusta, penalizando o cidadão brasileiro, impondo a ele a maior carga tributária da América, impondo a ele uma escalada tributária nunca vista em nenhum outro tempo e, o que é pior, matando os Municípios, fazendo com que as injustiças e as desigualdades sociais estejam presentes em regiões pobres como a sua, a minha e a do Senador Acir.

Eu incorporo, eu trago, eu encampo o seu aparte como um dos pontos mais importantes, como o do Senador Acir, neste modesto arrazoado, que fala sobre a necessidade de implantação da reforma que podemos, a reforma tributária que devemos enfrentar.

O Congresso poderia aprovar a lei complementar que retira das Unidades Federadas o poder de decidir sobre as alíquotas, unificando-as nacionalmente.

Não sei se os senhores estão acompanhando, mas, em todas as minhas sugestões, em nenhuma eu mexo com a Constituição, porque sabemos como é difícil uma proposta de emenda constitucional versando sobre um tema dessa complexidade. Todos são por lei ordinária, por lei complementar, algo, no processo legislativo, mais fácil de ser alcançado. E aí vamos somando todas elas para conseguir a chamada reforma tributária que podemos.

Outra lei complementar poderia uniformizar os tributos municipais com o fito de pôr fim à cumulatividade, resultante de sua aplicação em cascata nas operações intermediárias.

Como disse no início do meu pronunciamento, a reunião de terça-feira da Subcomissão da CAE e o artigo que recebi com essas sugestões em meu gabinete, contendo uma série de arrazoados de máxima importância que busca ajudar as nossas discussões, motivaram-me a colocar à reflexão deste Plenário o tema da reforma tributária.

E o mais interessante é que todas as providências aqui sugeridas – uma reforma tributária voltada para a simplificação, à justiça social, com atendimento da capacidade produtiva, à neutralidade e ao equilíbrio

das contas públicas – podem ser implementadas sem alterar a Constituição de 1988.

Sr. Presidente, não podemos mais adiar o enfrentamento do tema, sob pena de impedirmos o extraordinário crescimento econômico vislumbrado no momento atual, já que, como bem disse o Ministro Mantega, na manhã de anteontem, na CAE, os fundamentos da economia mudaram profundamente e permitem o redesenho de novos e promissores cenários.

É este cenário que o Ministro da Fazenda propugna que eu persigo com a reforma tributária que podemos.

Não podemos admitir que uma estrutura paquidérmica e, sobretudo, injusta continue a colocar o Brasil em patamares de arrecadação equivalentes a países europeus, enquanto a retribuição na forma de serviços públicos, na maioria das vezes, é equiparável àquela praticada pelas mais pobres nações africanas. Temos a arrecadação em nível de Europa e distribuição em nível da África.

Pois bem, Sr. Presidente, é preciso acabar de vez com o mito da Belíndia, até mesmo porque no Brasil de hoje, onde o binômio desenvolvimento com justiça social é uma realidade concreta, não existe mais lugar para essa ultrapassada dicotomia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, plantando, certamente em terreno fecundo, essas reflexões. Nada melhor do que esta Casa, nada melhor do que este Parlamento para que possamos plantar nesse terreno uma reforma tributária que podemos.

Com o agradecimento ao aparte de V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz; com o agradecimento à contribuição do meu queridíssimo Governador Jayme Campos, eu me despeço, esperando que essas primeiras reflexões sobre a reforma tributária possam, de uma forma bem clara, sensibilizar os nossos companheiros, a partir do meu Partido, o PMDB, a nossa base, para, com a reforma que podemos, mudarmos a cara do Brasil.

Durante o discurso do Sr. Vital do Rêgo, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito bem. Ouvimos, então, o Senador Vital do Rêgo com o tema da maior importância para o nosso País.

Concedo a palavra agora, pela ordem de inscrição, pela Liderança do Democratas, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse há poucos minutos

em uma questão de ordem que fiz, anunciamos aqui o decreto da Presidência da República da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco.

Na verdade, estou muito contente, pois foi uma luta nossa, já como Senador. Agora, de fato, ela aconteceu e já com uma estrutura não só regimental, mas com uma estrutura administrativa. Espero que ela possa contribuir, sobretudo, para buscarmos as ferramentas e instrumentos necessários para criarmos políticas públicas e conseguirmos o desenvolvimento autossustentável da Região Centro-Oeste do Brasil.

Mas o que me traz, de fato, a esta tribuna, Sr. Presidente, é um assunto bastante pertinente ao nosso momento. Às 9 horas da noite de ontem, um estudante de 23 anos foi morto com vários tiros de arma de fogo dentro de uma escola pública estadual, em Fortaleza. O autor dos disparos, de 19 anos, auxiliado por outro rapaz, ambos armados, renderam o vigilante e entraram no prédio. A vítima, que estava na escola havia uma semana, morreu na hora. O atirador foi preso minutos depois.

Tragédias assim se repetem com frequência ultimamente. Tais tragédias vêm sendo mais e mais banalizadas. Toda vez que a sociedade desperta do seu comodismo em razão de uma ocorrência como essa de ontem, ou como a do triste massacre das crianças da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, no mês passado, é chegada a hora de se promover uma cuidadosa investigação sobre a própria natureza da violência e dos motivos decorrentes desse verdadeiro drama que atingiu nossa comunidade, principalmente quando as vítimas são crianças indefesas e a agressão é o resultado de sintomas de doenças sociais de nosso tempo.

Passados os dias, a indignação e a comoção, logicamente, não arrefeceram, mas precisamos promover certas reflexões sobre esse lamentável episódio. Dados da última pesquisa realizada no Brasil pela Unesco, braço das Nações Unidas para a educação, sustentam a necessidade urgente de combater a criminalidade no âmbito escolar como uma questão de Estado.

A gênese da violência urbana está, justamente, no período onde jovens e crianças deveriam assimilar conceitos permanentes sobre paz, cidadania e tolerância.

Vamos analisar alguns dados deste levantamento: 40% dos professores consideram as gangues de jovens e as drogas os maiores problemas das escolas no País; e 50% dos alunos brasileiros se dizem prejudicados por causa da violência nos colégios.

Outro índice alarmante conta, para minha tristeza, que três em cada dez alunos do ensino privado de

Cuiabá, capital do meu Estado, já foram vítimas de assalto à mão armada dentro da própria escola. Metade dos professores de São Paulo já relatou algum tipo de agressão contra eles no âmbito da própria instituição; em Porto Alegre, o número chega a 51% dos educadores na mesma condição.

Para se ter uma ideia da gravidade letal deste problema, 70% dos alunos que possuem arma de fogo já a levaram para a escola. E mais: 55% dos estudantes brasileiros sabem onde encontrar e comprar armas nas imediações de seus colégios. Este quadro levou à percepção, nesse estudo da Unesco, de que 36% dos estudantes de Brasília já viram tiros ser disparados dentro ou nos arredores das instituições que frequentam.

Vejam vem, Sr^{as} e Srs. Senadores, estes são números aferidos pela Unesco um dos mais respeitáveis organismos de defesa do ensino, da ciência e da cultura no planeta. Portanto, são informações irrefutáveis.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro drama também aflige educadores, alunos e pais brasileiros. Justamente o contexto que pode ter levado ao massacre no bairro de Realengo. É uma doença social conhecida por **bullying**. Para os especialistas, o **bullying** representa a agressão física e verbal sistemática a qual uma pessoa é submetida, principalmente os mais jovens; e é considerado, por eles, um fator decisivo para a vingança, o revide e até o crime no ambiente escolar.

Exatamente neste setor explosivo, como o da educação básica, o **bullying** é o estopim, Senador Ivo Cassol, de muitas crises.

Olhar apenas para os efeitos dessa tragédia cotidiana, como a violência física e psicológica nas escolas, esquecendo-se de examinar as suas causas, significa reforçar os fundamentos desse distúrbio. Basta dizer que uma pesquisa monitorada pelo IBGE, em 2009, constatou que um em cada três estudantes brasileiros já sofreu **bullying** na escola. E ainda 70% dos alunos na faixa de 11 a 14 anos já testemunharam agressões, sendo que 21% dos casos ocorrem dentro das salas de aula. Um outro agravante é que a Internet também transformou-se em campo fértil para o **bullying**, sendo que um em cada cinco freqüentadores da rede mundial de computadores se diz vítima desse desvio de comportamento.

Caro Senador Ivo Cassol, há duas semanas, o tema mereceu matéria de capa da revista Veja. Lá, os redatores indicam que 58% das escolas não acionam os pais das vítimas e nem dos agressores. Revela ainda o periódico que 80% dos colégios não punem os autores do **bullying**. Portanto, os próprios educadores ainda encontram dificuldades para lidar com essa situação.

Na outra ponta, os pais, ainda alheios ao problema, por falta de informação, sacrificam ainda mais os alunos confundindo a inaptidão para o ensino com rebeldia ou preguiça. Nesse caso, os especialistas advertem para os sintomas do **bullying**, que descrevo a seguir: resistência a ir à escola, perda de apetite ou insônia, tendência ao isolamento, crises de choro, queda de desempenho escolar e, em casos mais extremos, dor de cabeça, febre e até taquicardia em momentos antes de sair para a escola.

Muito didática e esclarecedora, a matéria de Veja conta, inclusive, que o termo **bullying** deriva da palavra inglesa **bully**, que significa, justamente, valentão. Trata-se, portanto, de uma distorção das relações interpessoais, onde o mais forte exerce uma pressão humilhante aos considerados mais fracos.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no intuito de contribuir com esse comovente e atualíssimo debate, gostaria de propor algumas medidas para minorar o sofrimento das vítimas do **bullying**, criando uma serra mais amigável e saudável para os estudantes brasileiros.

Sugiro a criação de um programa de assistência e apoio aos jovens que se sentem excluídos ou ameaçados em seus ambientes escolares, chamado Disque **Bullying**. A ideia é simples, até prosaica: constituir-se-á de um **Call Center**, mantido pelo Ministério da Educação, com informações e procedimentos básicos para que alunos, professores e pais possam dirimir suas dúvidas e enfrentar esse problema.

Outra providência que recomendo é a destinação de 1% das verbas do MEC para a realização de campanhas institucionais e orientativas contra o **bullying** e para reforço profissional na área psicológica.

Pretendo ainda requerer uma audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, por mim presidida, para ouvir psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, médicos, educadores, estudantes, pais de alunos e agentes públicos de segurança sobre os desdobramentos e os efeitos do **bullying** no ambiente escolar.

Concedo o aparte ao Senador Ivo Cassol com muita honra.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador Jayme Campos. É uma alegria este aparte. Quero dizer a V. Ex^a que o que nós assistimos há poucos dias, em nível nacional, foi constrangedor. Infelizmente, foi manchete em todo Brasil tudo isso a que o senhor se referiu e que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. Quando o senhor alerta para a situação em que vivem outros adolescentes, outros alunos nos quatro cantos deste País, é importante e fundamental que, tanto os professores quanto os diretores de co-

légios e as APPs (Associação de Pais e Professores) intervenham juntos, imediatamente, para que possam dar condições a essas pessoas de se integrarem aos alunos sem que sirvam de chacotas e, ao mesmo tempo, venham a cometer alguns deslizes. Nós temos assistido a várias situações no mundo. O que aconteceu no Rio de Janeiro, há poucos dias, infelizmente foi uma tragédia brasileira. A gente espera e trabalha para que evitemos incidentes iguais ao acontecido. E esta Casa pode trabalhar para isso também. E uma das situações que mais me preocupam, especialmente quando o senhor cita toda essa situação, tendo sido o senhor Governador do Estado de Mato Grosso – e eu fui Governador do Estado de Rondônia – é que seu Estado tem uma faixa de fronteira muito maior que a do Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia tem 1.470 km de faixa de fronteira. E, aí, há poucos dias, circulou nesta Casa um projeto para que se fizesse um novo plebiscito sobre o desarmamento das pessoas de bem. E essas armas que foram utilizadas pelo suicida que matou esses alunos, essas crianças, esses jovens foram compradas no mercado negro, foram compradas de bandidos, foram compradas por... Enfim, passou em um lugar, como tem acontecido diuturnamente. Precisamos urgentemente de que essas armas não cheguem às mãos de nossos adolescentes, por mais que tenham sofrido constrangimento dos colegas dentro da sala de aula ou dentro de sua estrutura nos bairros. Isso não podemos ocorrer jamais! Porque, se não tivéssemos essas armas contrabandeadas, roubadas... Então, precisamos que não venham a acontecer fatos iguais a esse e que se utilize o dinheiro do plebiscito, que vai gastar milhões – no passado gastou mais de R\$450 milhões, e o povo já se manifestou, estão querendo desarmar as pessoas de bem, e os bandidos continuarão armados –, para que essas armas fiquem longe da mão dos nossos adolescentes e das nossas crianças, principalmente aquelas pessoas que estão em situações constrangedoras. Sou solidário a sua manifestação, a sua reivindicação. Qualquer projeto que venha no interesse de integrar ainda mais a sociedade num todo, com certeza, é motivo de alegria e de satisfação. É a nossa sociedade, são os nossos filhos. É na faixa de fronteira que passa a droga vendida na porta dos colégios. É na faixa de fronteira que passa a arma que, infelizmente, fomenta o crime. Se o Rio de Janeiro quiser diminuir a criminalidade nos morros, diminuir a criminalidade nas favelas, só tem um caminho. Chegar com a Força Nacional, com a Polícia Militar, com a Polícia Civil do Rio de Janeiro é, paulatinamente, infelizmente, insuficiente. Nós precisamos acabar com esse mal na raiz. Nós precisamos colocar a nossa Força Nacional, o nosso Exército Brasileiro na

faixa de fronteira para coibir droga e arma. Devido à droga, infelizmente, acabam acontecendo fatos iguais ao que aconteceu no Rio e aos que têm acontecido em tantos outros lugares. A droga destrói muito lares. Parabenizo V. Ex^a pela iniciativa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, pelo seu aparte.

Sem sobra de dúvida, um dos problemas sérios que V. Ex^a bem disse aqui é a questão das nossas fronteiras.

Portanto, o Governo Federal tem de tomar as providências, porque lamentavelmente o índice de criminalidade no Brasil tem aumentado assustadoramente. Primeiro, por falta de políticas públicas descentes. Lamentavelmente, o jovem brasileiro hoje está abandonado a mercê de boas políticas e falta até áreas de lazer. Percebo, com muita clareza, que precisamos investir no nosso futuro. E o futuro, com certeza, é a nossa juventude, as nossas crianças, para termos um Brasil melhor.

Então, concluindo, Sr. Presidente, esse tema é multidisciplinar e não se esgotará em apenas um ciclo de debates, mas, certamente, o início dessas discussões abrirá uma nova perspectiva para o combate desse distúrbio que tem tolhido o moral de muitos de nossos jovens. Precisamos fazer alguma coisa. Precisamos dar mais atenção ao atendimento psicológico da nossa população jovem, antes que tragédias gratuitas, como o assassinato ocorrido ontem e o massacre brutal na Escola Municipal Tasso da Silveira no mês passado, repitam-se e o sangue de inocentes suje a consciência nacional.

Era o que eu tinha a dizer para o momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Jayme Campos, pelo seu pronunciamento e pela sua colocação em relação a esse problema que realmente tem afetado muitos brasileiros.

Peço a V. Ex^a que conduza os trabalhos para que eu possa usar da tribuna, já que o Senador Ivo Cassol também vai usar a tribuna posteriormente.

Muito obrigado, Senador.

O Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com muita honra, assumo a Presidência, substituindo esse valoroso Senador, Acir Gurgacz.

V. Ex^a tem 20 minutos, pela ordem de inscrição, para falar para o povo brasileiro, por meio da TV Senado e da Rádio Senado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero congratular-me com os demais Senadores que usaram a tribuna no dia de hoje, cumprimentando o Senado pelo aniversário de 185 anos de existência.

Faço questão de cumprimentar o nosso Presidente, José Sarney, e toda a Mesa pela publicação do Regimento Interno – não sei se a TV Senado pode chegar até aqui, mas eu gostaria que a população brasileira, por meio da TV Senado, tivesse acesso a esta publicação: é o Regimento Interno do Senado Federal de 1826, uma publicação muito importante. Ficam aqui os meus cumprimentos ao Presidente José Sarney e a toda a Mesa pela iniciativa.

Eu gostaria de ler todo o Regimento de 1826, mas não daria tempo, Senador Jayme Campos! Faço questão de ler aqui apenas a Mesa Diretora do Senado Imperial do ano de 1826, que tinha, como Presidente, Marquês de Santo Amaro; como Vice-Presidente, Marquês de São João de Palma; como 1º Secretário, Marquês de Barbacena; como 2º Secretário, Marquês de Valença; como 3º Secretário, João Antônio Rodrigues de Carvalho; como 4º Secretário, Francisco Carneiro de Campos. Essa era a Mesa Diretora em 1826.

Houve muitas mudanças de lá até hoje no nosso Regimento. O mundo evoluiu, o Brasil evoluiu e é evidente que o Senado Federal também evoluiu. Ouvi hoje aqui, pela televisão e, por horas, pela Rádio Senado, muitos pronunciamentos importantes. Não tive oportunidade de estar aqui presente, porque eu estava fora da Casa em compromissos em prol do meu Estado de Rondônia e dos meus Municípios do Estado de Rondônia.

Ouvi pessoas enaltecendo o Senado, esta valerosa Casa que hoje completa 185 anos. Ouvi também alguns reclamarem do Regimento, reclamarem da nossa Casa, da Casa que é a Casa mais democrática do nosso País.

Aqui nós temos uma igualdade de tratamento de todos os Estados da Nação brasileira. Nós temos que ter o cuidado, Presidente Jayme Campos, de ter comentários sobre a Casa, mas nunca de forma a diminuí-la, porque, ao diminuir o Senado, estamos diminuindo a democracia brasileira.

Ouvi alguns comentários. Mudanças têm de haver. Este Regimento aqui mostra que mudanças são necessárias. E as mudanças aconteceram ao longo dos anos e irão continuar acontecendo, conforme o desenvolvimento do nosso País, o desenvolvimento

das nossas regiões, dos nossos Estados. Mas é importante sempre preservar esta Casa com a democracia que nós temos hoje aqui no nosso País.

Neste dia tão importante para a Nação brasileira, comemoramos também, Senador Jayme Campos, o Dia de Rondon, o Dia de Rondônia e o Dia das Comunicações.

Essas três datas foram instituídas em homenagem à data de nascimento de Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, em 5 de maio de 1865. Dedicamos este dia no Brasil, em especial no nosso Estado de Rondônia, para homenagear esse homem extraordinário. Oficial do Exército Brasileiro, engenheiro e professor, adepto da Sociologia e Filosofia positivistas do movimento intelectual e religioso, o qual propugnava que a verdadeira liberdade consistia em subordinar a vida a uma ordem moral e servir à família, à Pátria e à humanidade, pois assim contribuiria para estabelecer a fraternidade e a paz universal.

Consonante a esses princípios, moldou as suas concepções sobre a Nação e uma devoção extrema à causa da brasilidade, assim como formou a visão universal e os fundamentos para a construção de um novo e moderno país, constituído por uma comunidade unificada de brancos, negros, mestiços e índios brasileiros.

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas foi criada em 1907, visando promover a expansão da autoridade do Estado Central no Brasil, com sua crescente presença e uma vasta região do Norte e Noroeste de Mato Grosso e da Amazônia ocidental, cuja maioria dos habitantes nada sabia sobre o Governo Federal e a capital do nosso País.

Era uma situação preocupante para o País e para os militares relativa à segurança nacional. Ainda estavam bem vivas na memória dos brasileiros as dificuldades enfrentadas na Guerra do Paraguai e nas ações bélicas em confronto com a Bolívia e o Peru, no início do século XX, pela posse dos vales dos rios Purus, Juruá e Javari, abundantes em seringueiras, árvores produtoras do látex, da borracha, produto de alta cotação no mercado internacional da época.

Para empreender essa grandiosa e difícil missão, foi nomeado como chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, o Engenheiro-Chefe do Distrito Telegráfico, o Major Cândido Mariano da Silva Rondon.

A linha telegráfica tinha por objetivo ser o instrumento de modernidade capaz de promover o progresso e estabelecer a civilização nos locais mais isolados do nosso País; possibilitar o estabelecimento de núcleos de povoamentos agrícolas e pecuários; garantir a segurança das fronteiras internacionais e a adoção de

uma política que possibilitasse a gradativa e voluntária integração dos indígenas à sociedade brasileira em igualdade de direitos e cidadania.

A comissão foi constituída por engenheiros militares, oficiais especializados, funcionários civis dos telégrafos, trabalhadores do 5º Batalhão de Engenharia e Construção. Ela iniciou suas atividades em 24 de junho de 1907 e concluiu sua missão em 6 de fevereiro de 1910.

Os trabalhos realizados pela Comissão Rondon, no espaço geográfico limitado pelo Estado de Rondônia, continuam surtindo seus efeitos positivos até os dias atuais, em prol do seu progresso e do seu desenvolvimento. Ao longo do caminho aberto na selva, surgiram sedes de seringais e, em torno dos postos telegráficos, surgiram pequenos núcleos agrícolas, alguns evoluindo para modernas e prósperas cidades, como Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Jaru e Ariquemes.

A picada de 40 metros de largura no eixo na qual se assentaram os postes da linha telegráfica serviu de base para a construção da BR-364, a rodovia que hoje corta o Estado de Rondônia de norte a sul, interligando Cuiabá a Rio Branco e o nosso Estado aos demais Estados brasileiros.

A grandeza do seu trabalho, tanto material como científico e social, foi alvo do reconhecimento nacional e internacional mostrado por intermédio das homenagens que lhe são prestadas, condecorações, títulos e diplomas conferidos e outorgados, incluindo a sua indicação, em 1957, para o Prêmio Nobel da Paz, tendo preenchido todas as condições exigidas para ser agraciado, o que não ocorreu possivelmente em consequência do seu falecimento em 19 de janeiro de 1958, no decurso do processo.

O Congresso Nacional conferiu-lhe o título de Marechal do Exército brasileiro em 5 de maio de 1955. E o nome do Território Federal do Guaporé por Território Federal de Rondônia ocorreu em 17 de fevereiro de 1956, em sua homenagem.

Rememorar os fatos da Comissão Rondon, a personalidade ímpar do seu comandante, a fim de resgatá-los e preservá-los, é um dever de todos nós de Rondônia, como um pleito de reconhecimento aos serviços prestados, sustentáculos da construção do Estado de Rondônia por seus audazes integrantes.

Essa é a homenagem que eu faço, Sr. Presidente, a um homem que tem o nome do nosso Estado, que continua crescendo e se desenvolvendo com a mesma pujança, com a mesma determinação que houve no passado.

Assim é o nosso Estado de Rondônia!

Concedo aparte ao Senador Ivo Cassol.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador Acir. É com alegria que agradeço este aparte a V. Ex^a, especialmente em um dia tão especial. Quero lembrar desse grande empreendedor e desbravador Marechal Cândido Rondon. Cinco de maio é uma data histórica, especialmente para nós de Rondônia, que leva o nome de Rondon. Para nós é motivo de alegria saber que no passado tínhamos essa imensidão que era isolada. E aí os próprios governos, preocupados em integrar a Amazônia para não entregá-la, conseguiram esse grande desbravador, que deixou marcas nos quatro cantos deste País, especialmente no nosso Estado. É uma satisfação estar hoje, aqui no Senado, tendo a oportunidade de fazer esse aparte para parabenizar V. Ex^a, porque são pessoas dessa magnitude, pelo trabalho prestado, que esta Casa relembra, para que nós possamos cada vez mais fazer um Brasil e uma Rondônia melhor. Obrigado pelo aparte.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que o Estado de Rondônia tem como espírito, como trabalho, o mesmo sentimento que Rondon teve quando abriu as primeiras picadas, onde se construíram os postos telegráficos e temos hoje a BR-364.

Que nós continuemos com a mesma dedicação ao nosso Estado, como a que Rondon teve ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Acir e quero me associar a S. Ex^a na homenagem que presta a esse grande brasileiro e, sobretudo, a esse grande mato-grossense.

Rondon nasceu na comunidade de Mimoso, Município de Santo Antônio de Leverger, que fica à beira do rio Cuiabá. Moço pobre, humilde, foi para o Estado do Rio de Janeiro, onde se formou numa academia militar, e foi implantar linhas telegráficas nessa vasta região do Brasil.

Acho que há pouca homenagem a Rondon. Penso que ele deveria estar no panteão dos grandes brasileiros, como foi Juscelino Kubitschek, que construiu Brasília. Lamentavelmente, eu falo aqui, pouco, quase nada de homenagem foi prestada a esse cidadão. E V. Ex^a, em boa hora, neste dia 5 de maio, relembra aqui a sua história. Brasileiros como esse são poucos, Senador Ivo Cassol, diante do trabalho extraordinário que ele fez, não só na implantação das linhas telegráficas dessa região do Brasil, mas sobretudo pelo cuidado com os povos indígenas.

Quero me associar a V. Ex^a. Sinto-me lisonjeado, honrado, também, por ser conterrâneo do marechal

Cândido Rondon, brasileiro que certamente todos nós admiramos pela sua história e por tudo que fez pelo Brasil.

Parabéns, Senador Acir! Parabéns também ao Estado de Rondônia por ter a origem do seu nome em Rondon.

O SR. ACIR GUARGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero, com muita alegria, anunciar aqui as palavras que vão ser proferidas pelo valoroso ex-governador e atual Senador da República Ivo Cassol, por vinte minutos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar também todos que acompanham a TV Senado e a Rádio Senado neste grande Brasil, mas especialmente no grande Estado de Rondônia.

Com uma alegria muito grande, recebi, nesta semana, aqui em Brasília, o meu neto, um presente de Deus, especialmente do meu filho Ivo Júnior, que deu ao filho o nome de Ivo Neto Cassol. Então para mim é motivo de alegria e satisfação cumprimentar também a minha nora, que o acompanha, a Ecclesiane. Para nós, homens públicos, o maior presente que temos é a família, é a base, a sustentação do nosso trabalho no dia a dia.

Às vezes, Sr. Presidente, os políticos têm a mania de dizer, alguns homens têm o costume de dizer que atrás de um grande homem há uma grande mulher. Eu discordo. Eu sempre digo que ao lado de um grande homem é que sempre há uma grande mulher e nunca atrás. É o passo do dia a dia nas nossas conquistas, na nossa luta. Assim foi a minha esposa no trabalho como primeira-dama do Estado de Rondônia, a companheira e parceira que vem toda semana me acompanhar no trabalho aqui em Brasília. É uma alegria, é uma satisfação.

Ao mesmo tempo em que deixo o meu abraço a todo o povo do meu Estado, à minha família, quero dizer que fui convidado pela Embraer, a empresa que representa a modernidade em fabricação de aviões, pelo presidente da Embraer, Frederico Curado, que nos recebeu hoje, acompanhado do Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, do Senador Ciro Nogueira, do PP do Piauí, acompanhado de vários Deputados Federais e lideranças, em visita ao parque industrial, à indústria no Estado de São Paulo, São José dos Campos.

Nós conseguimos ver ali a diferença que faz, Sr. Presidente, aquela empresa na balança comercial brasileira. No ano passado, 10% em nossos índices positivos foram conquistados pela Embraer. E isso só

foi possível depois que houve a sua privatização, que começou em 94.

Eu gostaria de parabenizar as autoridades, os governantes, os ministros daquela época, que criaram essa empresa que hoje gera mais de 17 mil empregos no Brasil.

Hoje nós temos aeronaves que fazem os voos regionais. Eu vi lá um avião que a Trip recebeu hoje à tarde, o 195, com 120 lugares, para atender a nossa região. E não é diferente a empresa Azul, que veio buscar os deputados aqui na Base Aérea de Brasília para levá-los à indústria, em São José dos Campos, para que pudéssemos verificar **in loco** a grandeza que é aquela fábrica, aquela indústria de aviões.

Pouco tempo atrás, nenhuma das empresas que voam por este Brasil afora sequer tinha uma aeronave da Embraer voando. Parabéns para essas empresas que estão adquirindo nossas aeronaves, gerando emprego neste Brasil e pagando imposto aqui.

Não sou nada contra os importados. Sou a favor quando não se tem. Mas em torno de 87% das aeronaves produzidas pela Embraer são exportadas. Isso demonstra o tamanho do crescimento que ainda podem ter as empresas locais, para que a gente possa ter os voos regionais, não centralizando São Paulo, não centralizando o Rio de Janeiro e nem centralizando Brasília, mas diversificando para as regiões do nosso grande Brasil, para não ficarem congestionados da maneira que estão hoje os nossos aeroportos. Então, quero aqui agradecer.

Outro dado importante que nós vimos nos quadros apresentados pelo Presidente da Embraer, Frederico Curado, é que enquanto um financiamento nos Estados Unidos ou em outros países é em torno de dois a quatro meses, infelizmente, pelo nosso BNDES chega a 12 meses.

Nós precisamos urgentemente agir nesta Casa para que o nosso BNDES, a nossa instituição financeira, Sr. Presidente, possa, de verdade, diminuir esse prazo. Com isso, nós vamos ter condições de poder financiar mais aeronaves e aumentar em mais 30% a capacidade de produção dos aviões pela Embraer.

Eu quero aqui também agradecer e parabenizar o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que recebeu ontem toda a nossa bancada quando fomos reivindicar melhorias para o nosso Estado de Rondônia, especialmente para a BR-364. Naquele momento, o Ministro Alfredo Nascimento, que é muito prático como eu – como nós, Senador Jayme Campos! –, já falou para o pessoal do DNIT: “Vocês pediram prazo e quero saber o prazo, porque não está sendo cumprido. Eu quero a data!”

Nós temos um trecho, no Estado de Rondônia, de Presidente Médici a Cacoal, que é intransitável. O trânsito deslocou-se pela linha 184, Rolim de Moura, e a RO-010, Pimenta Bueno a Rolim de Moura. A rodovia que foi construída, recapeada no meu governo, foi preparada, foi construída para um trânsito de no máximo de 50 carretas por dia. Hoje estão passando por lá de 800 a 1.000 carretas por dia.

Eu pedi ao Governo do Estado de Rondônia, ao Lúcio, Diretor do DER, que tome providências urgentemente, sob pena de essa rodovia, em poucos dias, ficar toda acabada, porque ela não foi preparada. A BR-364, uma rodovia de grande porte, não aguenta o movimento. Imagine as rodovias de pequeno movimento.

Então, junto com toda a bancada, os três Senadores, os nossos Deputados Federais, a nossa coordenadora, Deputada Marinha, nós solicitamos ao Ministro, urgentemente, que fosse feito na BR-364 um recapeamento. E o DNIT garantiu que ele já está sendo contratado, nos próximos dias, para o trecho de Ouro Preto a Ji-Paraná, de Ji-Paraná a Médici e de Médici a Cacoal, para poder diminuir o risco, o perigo que aquela rodovia infelizmente tem oferecido à vida das pessoas que por lá trafegam.

Fizemos várias solicitações, ainda falando da BR-364. O trecho que vai de Porto Velho ao Acre é inaceitável. Estamos em 2011, um novo milênio. A rodovia Transoceânica está pronta, e a ponte do rio Madeira, que liga o Estado ao Acre, sequer saiu do papel. Um projeto que estava andando há muitos anos.

Precisamos urgentemente a união de toda a bancada, da maneira como estamos, para que essa ponte seja construída, porque o lado do Peru já está sendo feito. A rodovia já está pronta, a ponte de Maldonado também já está praticamente pronta, e nós precisamos fazer a nossa parte, no Brasil, para poder integrar, cada vez mais, os Estados de Rondônia, do Acre e do Mato Grosso com os países andinos. Mas há vários gargalos, e um deles, Sr. Presidente, é o de começar uma obra e parar pela metade, a exemplo dos viadutos de Porto Velho.

Há poucos dias, deram à Prefeitura Municipal a explicação de que vão recomençar com um toque de mágica, mas o que dizem os diretores, os técnicos do DNIT, é o contrário.

A empresa paralisou; a segunda não quis assumir; e há irregularidade na execução, porque não fizeram a perfuração do solo, para verificar a profundidade em que deveriam ser colocados os pilares. Hoje, infelizmente, uma obra paralisada no Município de Porto Velho. São vários viadutos. A obra não aguenta outra chuvarada, vai virar atoleiro na região.

São obras iniciadas, mal projetadas, e a equipe sem competência deixa o trem pela metade. O povo, no prejuízo, não aguenta mais a maneira como está o trânsito em nossa capital.

Mas vamos parabenizar quando é preciso. O DNIT reiniciou a obra dos dois viadutos da cidade de Pimenta Bueno. Há poucos dias, usei esta tribuna e disse que iria fazer uma discoteca em cima e um hotel embaixo. Há mais três anos, está parada a obra no centro da cidade de Pimenta Bueno.

Parabéns ao Ministro Alfredo Nascimento, ao Diretor do DNIT, Pagot. Que a obra seja concluída urgentemente.

Ao mesmo tempo, quero, nesta oportunidade, além de parabenizá-lo pelo início das obras, dizer que queremos a conclusão delas. Vamos aproveitar essa seca, para fazer o aterro e liberar o trânsito dentro de Pimenta Bueno.

Mas quero chamar a atenção da população de Ji-Paraná. Trabalhou-se muito, e duplicou-se a ponte do rio Machado, em Ji-Paraná. A população daquela cidade ficou dividida por um rio, isolada, gerando-se um constrangimento não só para aqueles que iam para seu serviço, quanto para aqueles que tinham seu comércio de um lado e de outro. Agora estão trabalhando para fazer a duplicação e os viadutos na BR-364, para a conclusão da obra no centro de Ji-Paraná.

Sou a favor da duplicação; sou a favor também dos viadutos, mas, antes, Sr. Presidente, precisamos fazer o anel viário. Primeiro, temos de concluir o anel viário. Há políticos, em nosso Estado, que estão preocupados, porque dizem que, se se fizer o anel viário primeiro, o DNIT, do Ministério dos Transportes, não vai fazer a duplicação no centro de Ji-Paraná.

Temos de estar unidos, para que o DNIT, o Ministério dos Transportes, faça as duas obras. A ponte de Ji-Paraná nós já fizemos no governo passado, com recursos próprios, embora fosse obrigação do DNIT, do Ministério dos Transportes. Que faça a duplicação e os viadutos, porque o que fizeram com a ponte vai deixar o povo de Ji-Paraná isolado. Por onde vão passar 1,8 mil carretas por dia?

Então, precisamos desviar o movimento pesado, para que os comerciantes, ao lado da BR-364, nas marginais, não saiam no prejuízo. Não quebrem, como quebraram, por causa da ponte de Ji-Paraná.

Portanto, queremos, sim, a duplicação; queremos o viaduto não só para a cidade de Ji-Paraná, mas também para a cidade de Cacoal. É para concluir. Precisamos concluir a obra na cidade de Ariquemes; precisamos melhorar a cidade de Jaru; precisamos melhorar a cidade de Ouro Preto. Precisamos melhorar todas as duplicações na BR-364 e nas cidades.

E não é diferente o pedido que fiz aqui, ontem, junto com a bancada, ao Ministro Alfredo Nascimento, para que incluísse o trecho da saída de Vilhena até o frigorífico. Aquele frigorífico tem algo em torno de 1,2 mil funcionários; abate mais de 1,2 mil bois por dia, e, muitas vezes, Sr. Presidente, acontecem acidentes, atropelamentos, pelo movimento muito grande, e não há acostamento. Só há um metro e meio.

Então, o Ministério dos Transportes, o DNIT, urgentemente, deve fazer essa duplicação, essa recuperação na BR. Agora, é um tapa-buraco. Mas o que está sendo contratado nos próximos 90 dias é o refazimento do trecho novo, desde a divisa do Mato Grosso até a divisa com o Acre. É esse o compromisso que está aí.

Queremos uma rodovia de qualidade. Duplicação em vários lugares, para que se evitem acidentes, como o que aconteceu, há pouco tempo, com o Deputado do nosso Estado, Eduardo Valverde. Mas, além disso, temos outras obras importantes em nosso Estado: a BR-429, que interliga Presidente Médici...

E, por falar em Presidente Médici, que serviço porco fizeram, desculpem-me a expressão, no trevo de Presidente Médici! Será que as empresas que pegaram essa obra não têm **know-how**, não têm capacidade? Cadê os técnicos do DNIT do nosso Estado, que receberam essa obra sem qualidade? Acabam de fazer, e, um mês, três meses depois, está tudo estragado, deteriorado, arrebitado no meio, gente! É dinheiro público! Tem de haver respeito, tem de haver qualidade.

Graças a Deus, essas obras estão no PAC, desde Presidente Médici até a cidade de Costa Marques. Em Alvorada, já estão prontas; de Alvorada para São Miguel, também praticamente prontas; de São Miguel para Costa Marques, também há várias frentes de trabalho. O asfalto está vindo de Costa Marques para cá, interligando a BR-429, um povo que viveu muito tempo isolado, porque havia muitas pontes de madeira.

Muitas vezes, os técnicos estão aqui, em Brasília, em salas com ar-condicionado, olhando para um lado e vendo tudo florido, olhando para o outro e vendo o Banco Central, sem saber o que o povo dos Estados da região amazônica sofre, bem como o dos demais Estados da nossa Federação, como os do Nordeste.

Por isso, Sr. Presidente, quero parabenizar a Presidente Dilma, a nossa Presidente do Brasil, por colocar a BR-429 no PAC e por estar a obra sendo executada.

Ao mesmo tempo, as nossas reivindicações também foram em relação à 425, que interliga a 364 até Guajará-Mirim. É preciso, urgentemente, que se façam

as pontes que estão no meio do caminho, que são pontes simples, mas com um movimento muito pesado.

Também solicitamos, para o povo de Guajará-Mirim, a ponte, que vai beneficiar tanto o Brasil como a Bolívia, de Guajará-Mirim para Guaiará-Mirim. É uma ponte que vai fazer a integração, um novo caminho para o Oceano Pacífico, beneficiando os Estados da região amazônica e o Brasil como um todo. Poderá ser utilizado desde o Oceano Atlântico, via rio Madeira, continuando pela nova passagem pela Bolívia.

Além disso tudo, também temos outras duas importantes rodovias, que são de responsabilidade, agora, do Governo Federal: a 421, que vai de Ariquemes a Monte Negro, de Monte Negro a Campo Novo. Faltam 27 quilômetros.

Precisamos, urgentemente, que o Governo Federal... Eu assumi, no meu Governo! Na época, Sr. Presidente, o DNIT não dava conta de tapar os buracos, não dava conta de arrumá-los. Eu assumi como Governador, recapeei e concluí o asfalto até Monte Negro. Agora, voltou, novamente, para o DNIT, e esperamos que o Ministro, que recebeu, ontem, de toda a bancada, a solicitação, providencie: aproveite o projeto que o Estado tem – que nós fizemos – e pavimente até Campo Novo, para que seja beneficiado aquele setor produtivo do povo que trabalha e acredita.

E continuar a 421, de Campo Novo até Nova Maroré, beneficiando o povo do nosso Estado, diminuindo o tráfego por Porto Velho, passando por dentro da região de Ariquemes. Há mais uma nova rodovia, além da 174, que interliga Rondônia ao seu Estado, Mato Grosso, que também precisamos concluir.

Mato Grosso está fazendo de lá para cá, até Juína, e queremos também a ela interligar, para trazermos o fluxo, uma vez que os combustíveis que abastecem Aripuanã, Juína, toda aquela região, passa por dentro de Vilhena, entrando por uma estrada de chão, e o custo do combustível para o povo amazônico da região Norte e do Mato Grosso fica mais caro.

Além disso, há uma nova rodovia em Rondônia, que colocaram no ano passado: a 399, cujo número agora mudou, que vai da cidade Vilhena, da BR-364, até Colorado; de Colorado a Cerejeiras; de Cerejeiras até Pimenteiras, onde falta... É preciso recapear urgentemente de Colorado a Cerejeiras, o que era para ter sido feito ano passado, mas, infelizmente, há muita empresa de “mala”, que só quer pegar obra e sentar em cima, não quer executá-la da maneira como ela deve ser feita. Mas faltam trinta e poucos quilômetros para chegar a Pimenteiras, um dos maiores berçários da pesca esportiva e do turismo ecológico, algo que ela

tem colocado à disposição para os turistas brasileiros e para a nossa população do interior.

Sr. Presidente, eu lhe pediria mais cinco ou dez minutos, para fechar com chave de ouro.

Quero aqui registrar que recebi da Câmara Municipal da cidade de Ji-Paraná ofício que passo a ler, datado de 15 de abril de 2011:

Prezado Senador Ivo Cassol,

Com o devido respeito e gratidão, venho, em nome do povo do Município de Ji-Paraná/RO, segunda maior cidade do nosso Estado, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, agradecer pelo brilhante trabalho formulado por Vossa Excelência, nos 07 anos e 03 meses como Governador do Estado, no qual prestou brilhante serviço para o nosso Município, sendo os principais a seguir:

Disponibilidade de recursos para a compra do bairro Novo Ji-Paraná [...]

Sr. Presidente, esse bairro tem mais de mil casas, e as pessoas sequer tinham documentos para fazer financiamentos e melhorar suas residências, sequer tinham documento para dizer que era dono. Por intermédio de uma emenda dos Deputados Euclides Marciel e Jesualdo Pires, liberei o recurso e pagamos R\$1,3 milhão – se não estou enganado – para que aqueles moradores pudessem ter o direito de propriedade, o direito de ter uma casa.

Ao mesmo tempo, a construção da ponte do anel viário, que falei agora há pouco. A preocupação que eu tinha de tirar o movimento pesado por dentro de Ji-Paraná. A ponte está pronta, falta fazer o aterro e falta fazer o anel viário. Esperamos que o governo atual, que já tem parceria com o Dnit, dê continuidade para que essa obra saia logo, e o Ministério dos Transportes libere o restante dos R\$20 milhões que precisa para fazer o anel viário, melhorando mais ainda esse trabalho. Essa ponte foi inaugurada pelo nosso governador João Cahula que deu continuidade à obra.

Dezoito quilômetros de asfalto urbano que liberamos no ano passado para poder fazer ainda na nossa administração.

A implantação de sete leitos de UTI, beneficiando toda aquela região.

Ações governamentais para as populações menos favorecidas em nosso Município, além das que já nomeiei:

Programa Cidade Limpa – tínhamos equipamentos e deixamos para o atual governo que está lá, como caçamba, patrôla, carregadeira, PC, que vinha e fazia o apoio para a prefeitura na limpeza, no cascalhamento, na melhoria.

E quantas vezes foi melhorada a cidade de Ji-Paraná na limpeza e no cascalhamento, dando dignidade para o povo! Era obrigação dos prefeitos, mas quem fazia era o Governo do Estado. Obrigado, Sr. Presidente, por tem me lembrado disso.

Também, ao mesmo tempo, a manutenção das estradas estaduais, que, no passado, quem tinha que fazer éramos nós, prefeitos. Jayme, você foi Governador, e no passado quem tinha que arrumar éramos nós, prefeitos. Quando eu assumi o Governo do Estado de Rondônia, além de consertar as nossas estradas, do Estado, ainda ajudava o Município.

O fortalecimento das associações rurais, porque é o setor produtivo que segura este Brasil; é de lá, da mão calejada, que sai o alimento que vem para a nossa mesa, de milhares e milhares de pessoas que ajudam nisso.

A manutenção e a recuperação do aeroporto de Ji-Paraná. E aqui, quanto ao aeroporto de Ji-Paraná, precisamos trabalhar integrados com toda a bancada federal, para que se possa, de uma vez por todas, reformar, ampliar e fazer uma pista paralela até a cidade de Ji-Paraná.

(Interrupção de som)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

A reforma e ampliação de mais de 20 escolas estaduais do nosso Município.

Aqui são as palavras do Presidente da Câmara Municipal de Ji-Paraná, Nilton Cezar Rios:

Tenho fé e confiança de que Vossa Excelência não irá esquecer o nosso Município, na qualidade de Senador da República.

Portanto, venho agradecer, em nome dos moradores de Ji-Paraná/RO, o apoio que Vossa Excelência deu ao Município, na época que era Governador do Estado, dizer que estamos a sua disposição e esperamos que Vossa Excelência possa sempre manter carinho e apreço ao nosso Município.

Obrigado ao Presidente Nilton Cezar, aos demais vereadores da cidade de Ji-Paraná, obrigado pelo reconhecimento do trabalho que a gente fez, independente de cores e paixões partidárias, mas com o único propósito do bem-estar do nosso povo.

Que Deus abençoe todo mundo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento-o, Senador Ivo Cassol, pelo belo pronunciamento. Sem sombra de dúvida, V. Ex^a foi um grande governador daquele Estado, fez uma verdadeira revolução administrativa. Como vizinho, não posso deixar de testemunhar a administração extraor-

dinária que V. Ex^a fez em Rondônia. Indiscutivelmente, quando V. Ex^a recebe essa manifestação de apreço e de carinho, tenho certeza de que representa a maioria do povo rondoniense homenageando-o pelo trabalho que fez, acima de tudo, pensando no bem-estar daquela população.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Agradeço o aparte.

Desejo sucesso a todo mundo.

Que Deus abençoe todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 151/GOV, de 2011**, do Governo do Estado do Amapá, referente ao Requerimento nº 200, de 2008, que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de *apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado*.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 151/GOV

Macapá, 28 de março de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Dirijo-me a Vossa Excelência para agradecer pela remessa do Relatório Final nº 3, de 2010, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 200, ao tempo em cumprimento a Comissão pelos relevantes serviços prestados em defesa dos direitos humanos e ao combate à criminalidade que condena crianças e adolescentes à condição de vítimas de violência.

Atenciosamente, – **Carlos Camilo Góes Capiberibe**, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O expediente lido será juntado ao processado do respectivo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência recebeu o **Ofício PGR/GAB/Nº 260, de 2011**, do Procurador-Geral da República, referente ao Requerimento nº 200, de 2008, que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

É o seguinte o Ofício:

Ofício PGR/GAB/nº 260

Brasília, 14 de março de 2011

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Of. SF nº 311, de 3 de março de 2011, cientificando Vossa Excelência de sua remessa, nesta data, à consideração da Subprocuradora-Geral da República Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

Atenciosamente, – **Roberto Monteiro Gurgel Santos**, Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM

– MT) – O expediente lido será juntado ao processado do respectivo requerimento.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 234, DE 2011

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 59, de 2011 (nº 87/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal a indicação do Senhor Pedro Brito do Nascimento para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em votação secreta, realizada em 05 de maio de 2011, apreciando o relatório apresentado pelo Senador FLEXA RIBEIRO, sobre a Mensagem (SF) nº 59, de 2011, opina pela aprovação da indicação do Senhor **PEDRO BRITO DO NASCIMENTO** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por 16 votos favoráveis, 01 voto contrário e 0 abstenção.

Sala das Comissões, 05 de maio de 2011.


SENADORA LÚCIA VÂNIA
Presidente da Comissão

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	
Mensagem "SF" nº 59, de 2011	
ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 05/05/2011, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: Sen. Lúcia Vânia	
RELATOR: Sen. Flexa Ribeiro	
TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
LINDBERGH FARIAS	1- HUMBERTO COSTA
DELCEÍDO DO AMARAL	2- JOSÉ PIMENTEL
JORGE VIANA	3- WELLINGTON DIAS
WALTER PINHEIRO	4- MARCELO CRIVELLA
BLAIRO MAGGI	5- VICENTINHO ALVES
ACIR GURGACZ	6- PEDRO TAQUES
ANTONIO CARLOS VALADARES	7- RODRIGO ROLLEMBERG
INÁCIO ARRUDA	8- VANESSA GRAZZIOTIN
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
VALDIR RAUPP	1- ROMERO JUCÁ
WALDEMIR MOKA	2- GILVAM BORGES
LOBÃO FILHO	3- ROBERTO REQUIÃO
VITAL DO RÊGO	4- JOÃO ALBERTO SOUZA
RICARDO FERRAÇO	5- WILSON SANTIAGO
EDUARDO BRAGA	6- CASILDO MALDANER
CIRO NOGUEIRA	7- EDUARDO AMORIM
FRANCISCO DORNELLES	8- IVO CASSOL
Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	
FLEXA RIBEIRO	1- AÉCIO NEVES
LÚCIA VÂNIA	2- ALOYSIO NUNES FERREIRA
MÁRIO COUTO	3- CYRO MIRANDA
DEMÓSTENES TORRES	4- JAYME CAMPOS
PTB	
FERNANDO COLLOR	1- ARMANDO MONTEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	2- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PSOL	
	1-

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Por meio da Mensagem (SF) nº 59, de 2011 (nº 87, de 2011, na origem), o Senhor Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor PEDRO BRITO DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, na vaga do Senhor Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa.

A ANTAQ, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes”.

Determina o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que os membros da Diretoria da ANTAQ serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, III, *f*, da Constituição Federal. Em complementação, estabelece que o ocupante de cargo de Diretor da instituição deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da Agência, e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito estabelecido no art. 383, também da nossa carta regimental.

Consta dos autos da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades”.

Segundo informa o currículo apresentado, o Senhor PEDRO BRITO DO NASCIMENTO é cidadão brasileiro, nascido em 5 de abril de 1950. Sua formação acadêmica abrange a graduação em Economia, realizada na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) entre 1971 e 1975; e Mestrado em Administração Financeira, na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluído em maio de 1978.

Seu currículo revela ainda a participação em cursos em instituições nacionais e internacionais de renome, como o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de empresas privadas de prestígio notoriedade, como IBM, Unisys International Company e Citicorp Investment Bank.

Iniciou sua vida profissional aos catorze anos de idade, como funcionário do Banco do Nordeste S.A., onde entrou mediante concurso público. Nessa instituição galgou as mais diversas posições possíveis, chegando a Superintendente Financeiro, responsável pelas áreas financeira, de contabilidade e de mercado de capitais.

Sua experiência inclui importantes funções executivas, tais como Presidente do Banco do Estado do Ceará, Secretário de Fazenda do mesmo Estado e Superintendente-Geral da Bolsa de Valores. No âmbito do Governo Federal, ocupou os cargos de Chefe de Gabinete, Secretário Executivo e Ministro de Estado do Ministério de Integração Nacional.


Mais recentemente, entre 2007 e 2010, ocupou o cargo de Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, sendo o primeiro titular da pasta, criada para incentivar o desenvolvimento portuário do País.

A análise do *curriculum vitae* encaminhado evidencia, assim, que a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho profissional do indicado credenciam-no para o exercício do cargo para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, bem como as exigências constantes do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão (*curriculum vitae*, conforme especificado no inciso I; e demais declarações relacionadas no inciso II).

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor PEDRO BRITO DO NASCIMENTO, constante da Mensagem nº 59, de 2011 (nº 87, de 2011, na origem).

Sala da Comissão,

 , Presidente

 , Relator

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 274, de 2011**, do Senador Jayme Campos, Líder da Minoria no Congresso Nacional, indicando, nos termos do § 5º do art. 4º do Regimento Comum, o Deputado Claudio Cajado para a função de Vice-Líder da Minoria no Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

OFGSJAYM nº 274/2011-H

Brasília, 4 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho à presença de V. Ex^a Indicar o Deputado Cláudio Cajado para participar, como representante do Democratas e de integrante do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, na condição de Vice-Líder da Minoria no Congresso Nacional.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

– Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência designa o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro titular, em substituição ao Deputado Duarte Nogueira, e o Deputado Reinaldo Azambuja, como suplente, em substituição ao Deputado Otavio Leite, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 532, de 2011**, que “Acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”, conforme o **Ofício nº 424, de 2011**, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 424/2011/PSDB

Brasília, 5 de maio de 2011

Assunto: Indicação de Membro de Comissão.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro titular, e o Deputado Reinaldo Azambuja, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 532/11, que acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Respeitosamente, – Deputado **Duarte Nogueira**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Os Srs. Senadores Alysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa para serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “A herança maldita de Dilma”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 18 de abril de 2011.

A matéria destaca que o ex-Presidente Lula não aperfeiçoou o modelo econômico nem sanou problemas que emperram obras públicas. Deixando uma herança maldita para presidenta Dilma.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

B2 | Economia | SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

A herança maldita de Dilma

● CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Considerem os problemas com os quais o governo Dilma lida neste momento: inflação e juros altos; aeroportos e infraestrutura da Copa, tudo atrasado; entrada excessiva de dólares e real muito valorizado; comércio desequilibrado com a China.

São heranças do governo Lula. Claro que toda administração deixa coisas inacabadas para seu sucessor, mas trata-se aqui de algo mais. Em seu mandato, Lula não avançou um passo sequer no aperfeiçoamento do modelo econômico. E não foi capaz de ou não teve interesse em alterar as regras institucionais e o modelo de gestão que emperram as obras públicas no País. Curioso: Lula não aceitou as propostas econômicas mais à esquerda, mas também não embarcou totalmente na ortodoxia. Foi tocando uma coisa mista, deixando correr.

Poderia ter avançado – este é o ponto. Nos momentos de cresci-

mento é com sua popularidade, o ex-presidente poderia ter lido à luta. Daria problema, é claro. Precaria enfrentar interesses, mas deixaria um legado precioso. Preferiu, porém, apenas surfar na onda fácil.

Tome-se o modelo econômico. Lula tocou com o que recebeu de FHC, regime de metas, superávit primário, câmbio flutuante. O sistema funcionou para domar a inflação e trazer os juros reais para algo entre 5% e 6% ao ano. Considerando que vieram de níveis absurdos (20%), o resultado é mais do que positivo.

Mas já passou a hora de avançar e houve condições para isso. Poderia ter sido iniciado um processo de redução de meta de inflação, que Lula recebeu com 4,5% ao ano e entregou assim mesmo. Nos países emergentes, essa meta está em torno de 3% e o Brasil precisa caminhar para lá. Só assim se poderia fazer uma reforma para eliminar o que resta de indexação na economia brasileira, aquele processo de correção automática de preços que joga para o futuro a inflação do passado.

Alá, a presidente Dilma queixou-se dessa indexação algumas

vezes. Mas o que fez? Endossou a regra definida na gestão Lula que indexa o salário mínimo, um fator dominante na economia, à inflação e ao crescimento passados. Essa indexação do mínimo, de sua vez, indexa outros salários e preços, tornando rígida a inflação.

Também há uma queixa generalizada com a dobradinha juros altos e dólar barato. Aqui houve uma mudança. No governo Lula, o Banco Central (BC) iniciou o processo de compra de dólares – no que seguiu os passos dos principais países emergentes.

Mas não foi uma providência que, digamos, antecipa mudanças estruturais. Foi inevitável. Havia sobra de dólares na praça, de modo que ou o BC os compraria ou a cotação da moeda americana cairia abaixo de R\$ 1. E houve sobra de dólares por causa da expansão do comércio mundial e, em especial, da China, que se tornou nossa principal freguesa.

De novo, isso não resultou de uma ação deliberada da diplomacia brasileira. Simplesmente a China precisou de minério de ferro, soja e petróleo e foi atrás disso em diversos países. E o Brasil tinha em abundância.

Em resumo, acompanhamos a linha dos emergentes. Mas esses emergentes já ostentam metas de inflação e taxas de juros menores do que as nossas. Assim como investem mais. A exceção da China, todos têm moedas valorizadas, mas o real brasileiro é mais valorizado por causa dos juros altos.

Nada foi feito para atacar esse problema. Na turma de Lula, o pessoal mais à esquerda sempre pediu controle de capitais e uma espécie de comando para o BC bal-

Lula não aperfeiçoou o modelo econômico nem sanou problemas que emperram obras públicas

zar os juros na vontade. Lula não quis correr esse risco.

Mas também não fez nada na direção dos caminhos ortodoxos. Por exemplo: deixar o dólar fluir para baixo, o que derrubaria a inflação e permitiria uma redução forte na taxa básica de juros.

No caso das contas públicas, Lula também não definiu lado. Muitos companheiros pediam para ele jogar fora essa coisa neoliberal de superávit primário e acelerar

sempre o gasto público. Lula não se arriscou, de novo. Manteve a Lei de Responsabilidade Fiscal (que define o sistema de superávit), mas aceitou uma série de quebra-galhos e manobras contábeis para aumentar o gasto e apresentar um superávit falso, de valor menor que o anunciado.

Tudo considerado, o governo Lula não tomou qualquer providência substancial no caminho que é agora a prioridade máxima: como reduzir de modo consistente a taxa de juros. Reduzir a meta de inflação e desindexar são complementos.

E no que se refere ao bloqueio a investimentos? O ex-presidente chegou a identificar problemas. Reclamou dos bagres que atrasaram as usinas do Rio Madeira, do chimpanzé que bloqueou estradas. Mas não tomou nenhuma medida para aperfeiçoar o sistema de concessão de licenças ambientais. Ficou no quebra-galho, no caso a caso. Forçou, por exemplo, as licenças das Usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, inclusive demitindo funcionários, mas o sistema que trava o processo está aí, parando milhares de obras pelo País afora.

E, mesmo naqueles casos em que o governo "arrancou" as licenças, pode escrever: ainda vai dar rolo na Justiça.

O ex-presidente reclamou do Tribunal de Contas. E aí? Procurou acertar um ou outro caso, mas sem mudar o modo de licitação, realização e fiscalização das obras públicas, que está notoriamente atrasado.

Ministros e outros funcionários disseram a Lula que, sem concessões privadas, as obras dos aeroportos não andariam. O ex-presidente não quis se arriscar com essa "privatização", optou por mudanças administrativas na Infraero, que simplesmente não aconteceram. Dilma está começando do zero.

Pode-se dizer que ela tem parte da culpa, porque estava na gestão anterior, em posição de mando. É verdade. Mas quem mandava era Lula, dele dependia a tomada de qualquer medida substancial. E ele não tomou. Foi na onda. Agora, está tudo aí, mais complicado.

✱

JORNALISTA
E-MAIL: SARDENBERG@CBN.COM.BR
SITE: WWW.SARDENBERG.COM.BR

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taguegráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro das seguintes matérias: “PF pede a Ministério Público varredura em conta do PT”, jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 8 de abril, “O silêncio dos Inocentes”, revista **Época** de 11 de abril e “Um golpe para Lula”, jornal **Estado de S. Paulo**, de 5 de abril do corrente.

As matérias divulgam que após a entrega do relatório final do inquérito que confirmou a existência do mensalão do PT, a Polícia Federal pediu a Procuradoria – Geral da República que vasculhe a conta do PT e

identifique pessoas que receberam parte do dinheiro do mensalão. O relatório aponta que continuam desconhecidos os beneficiários de 59 pagamentos que totalizam R\$ 2,3 milhões.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

A6 poder ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2011

PF pede a Ministério Público varredura em conta do PT

Relatório diz que ainda são desconhecidos 59 pagamentos feitos por meio do “valerioduto”, no valor de R\$ 2,3 milhões

Polícia recomenda que Procuradoria acesse dados cadastrais do BC para identificar destino de verba do mensalão

FILIPPE COUTINHO
ANDREZA MATAIS
DE BRASÍLIA

A Polícia Federal pediu à Procuradoria-Geral da República que vasculhe a conta bancária do PT e identifique pessoas que receberam parte do dinheiro do mensalão.

O relatório final do inquérito sobre a origem dos recursos do esquema afirma que continuam desconhecidos os beneficiários de 59 pagamentos, em um total de R\$ 2,3 milhões (valores da época).

As retiradas foram feitas entre fevereiro e julho de 2003 da conta que o PT nacional tem na agência do Banco do Brasil, na avenida São João, em São Paulo.

A maior delas foi de R\$ 500 mil por meio de um cheque compensado. Houve outras quatro compensações de cheques acima de R\$ 100 mil.

“Deve a Procuradoria-Geral da República apreciar a necessidade e pertinência da realização das diligências [...] vez que alguns favorecidos

não foram devidamente qualificados pelo Banco do Brasil”, diz o relatório da PF, concluído em fevereiro.

O documento traz a planilha das contas-correntes dos beneficiados pelos repasses e sugere ao Ministério Público que acesse o sistema do Banco Central para identificar seus titulares.

A polícia lembra que o órgão não precisa de autorização da Justiça para realizar essa varredura, “por se tratar de dados cadastrais e não de movimentação financeira”.

Os R\$ 2,3 milhões têm como origem dois empréstimos

SAIBA MAIS 38 RÉUS AINDA RESPONDEM A AÇÃO PENAL

O mensalão foi revelado em 2005 pelo então deputado Roberto Jefferson (PTB) e levou à denúncia de 40 pessoas. Ainda respondem a ação penal no STF 38 pessoas. Um dos réus, o ex-deputado José Janene (PP), morreu em 2010. O ex-secretário do PT Sílvio Pereira foi excluído da ação após acordo.

contraídos pelo PT nos bancos Rural e BMG —canais usados para esquentar e movimentar o dinheiro do mensalão, de acordo com o relatório da CPI dos Correios.

Um desses empréstimos, de R\$ 3 milhões, foi firmado com o Banco Rural em maio de 2003. Teve como garantia um contrato assinado pela DNA Propaganda com o Banco do Brasil em 2000.

A DNA tem como proprietário Marcos Valério, acusado de ser o principal operador do mensalão, junto com o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. São justamente eles os avalistas do empréstimo de R\$ 3 milhões.

O outro empréstimo, de R\$ 2,3 milhões, foi tomado do BMG em fevereiro de 2003. Também teve como avalistas Marcos Valério e Delúbio, segundo a CPI dos Correios.

Esta é a segunda vez que a PF aciona a Procuradoria-Geral da República para tentar vasculhar a conta do PT.

Em 2006, os investigadores propuseram uma “perícia contábil-financeira” nas contas e declarações fiscais da Executiva Nacional do partido. A Procuradoria-Geral negou o pedido alegando que era “genérico”.

Colaboraram FERNANDA ODILLA E RUBENS VALENTE, de Brasília

O silêncio dos inocentes

Como entender a reação do governo Dilma a respeito das revelações do relatório da PF sobre o mensalão

Marcelo Rocha e Diego Escosteguy

No último sábado, a presidente Dilma Rousseff tirou a noite para ir ao teatro em Brasília. Assistiu ao monólogo *A lua vem da Ásia*, estrelado pelo ator Chico Diaz e baseado no romance do escritor Walter Campos de Carvalho, de quem a presidente é fã. Diaz incorpora Astrogildo, um louco que delira sobre os crimes que imagina ter feito ou, quem sabe, tenha mesmo chegado a fazer — mas que, sem saber ao certo nem o próprio nome, permanece preso às alucinações e às incertezas de sua mente doentia, metáfora surrealista do mundo contemporâneo que, para muitos, deixou de fazer qualquer sentido. Astrogildo recusa o absurdo do real, refugiando-se no conforto desatinado de sua alma à deriva. Dilma não poderia ter escolhido peça mais adequada para o momento. Com as revelações que vieram à luz na última edição de ÉPOCA, que envolveram um de seus principais ministros e boa parte de seu partido, a presidente viu-se diante de sua primeira crise política. Aparentemente confusa sobre como proceder em face do que aconteceu, ela parecia refugiar-se em seu próprio mundo, como Astrogildo. Escolheu a inação como tática.

A reportagem de ÉPOCA trouxe as provas do relatório final da Polícia Federal (PF) sobre o caso do mensalão, maior esquema de tráfico de influência e compra de apoio político já descoberto no Brasil. O demolidor documento era mantido até então sob estrito sigilo. Assim que seu teor veio a público, detonou-se em Brasília seu imenso potencial. Ao sair do teatro, Dilma foi questionada por

NEM AI
Inaugurando nos
Estados Unidos
sua carreira de
palestrante, Lula
não quis comentar o
relatório da PF

repórteres se comentaria as novidades do relatório. Ela preferiu o silêncio – e deu ordem a seus ministros para que fizessem o mesmo. Ninguém ousou contrariá-la. O ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, cujo tesoureiro de campanha recebeu R\$ 247 mil do valerioduto, mandou avisar que não se pronunciaria até ler o relatório. Nenhuma palavra também do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que já admitiu publicamente a existência do esquema. Cardozo, note-se, é o responsável pela PF. A divulgação do relatório deixou ambos em situação difícil. Pimentel se queimou. Cardozo arcará com os prejuízos causados aos governistas com a publicação do relatório.

Seria mesmo difícil para eles dizer algo sobre o documento da PF. Trata-se de uma peça irrefutável. Ao cabo de seis anos de investigações, o delegado Luís Flávio Zampronha e sua equipe conseguiram produzir provas conclusivas sobre o que restava confirmar acerca do valerioduto petista. A pedido do ministro Joaquim Barbosa, relator do caso no Supremo Tribunal Federal, a equipe de Zampronha vasculhou as dezenas de contas bancárias pelas quais transitou o dinheiro do mensalão e tomou o depoimento de uma centena de testemunhas. Conforme relatou *ÉPOCA*, esse trabalho permitiu à PF corroborar tanto as apurações da CPI que investigou o escândalo quanto as investigações do Ministério Público Federal – além, é claro, das revelações publicadas pela imprensa no decorrer dos últimos anos. O relatório narra como os R\$ 55 milhões que bancaram o mensalão vieram mesmo dos cofres públicos.

Como? Por meio dos contratos das empresas de Marcos Valério com o governo Lula, sobretudo o mais lucrativo deles, o da agência DNA com o Banco do Brasil, que rendeu R\$ 68 milhões ao publicitário durante a administração petista. Valério superfaturava os serviços; em alguns casos, nem os prestava. O dinheiro “excedente”, nas palavras da PF, passeava pelas contas do publicitário antes de ser entregue, limpinho, aos beneficiários da “organização criminosa”. A PF qualificou esse dinheiro como “fonte primária” do mensalão. A fonte primária, ou o dinheiro de todos os brasileiros, foi parar nos bolsos de mais gente do que se pensava – e foi precisamente essa a novidade que mais incomodou o governo.

OS RÉUS DA QUADRILHA

Roberto Jefferson e José Dirceu, protagonistas do escândalo. Eles fizeram de tudo para desacreditar o relatório da PF

Os peritos encontraram indícios de que vários políticos se envolveram, direta ou indiretamente, no esquema. O mais graduado é o ministro Pimentel. Rastreado o dinheiro desviado pela quadrilha, a PF chegou ao nome de Rodrigo Barroso Fernandes, tesoureiro da campanha vitoriosa de Pimentel à prefeitura de Belo Horizonte em 2004. Ele sacou um cheque de R\$ 247 mil. Questionado pela PF, ficou em silêncio.

Houve os que não se calaram. Um deles foi o líder do governo no Senado, Romero Jucá. “Quero aqui repudiar todas essas informações. Não há meu nome no relatório”, disse Jucá na tribuna do Senado. Ele tem razão. O relatório não cita seu nome, mas cita a empresa de seu irmão, Álvaro Jucá, que recebeu R\$ 650 mil do esquema de Marcos Valério. Álvaro enviou à PF uma cópia do contrato de sua empresa com o Banco do Brasil e notas fiscais. Os federais, porém, não se convenceram com suas explicações. Caberá ao procurador-geral da República pedir mais investigações se julgar adequado.

Na categoria dos que abriram a boca, contudo, brilhou, como de hábito, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As investigações da PF confirmaram que Freud Godoy, segurança pessoal do ex-presidente e amigo de sua família, recebeu R\$ 98 mil do valerioduto. Godoy admitiu à polícia que os recursos bancaram serviços prestados a Lula durante sua campanha à Presidência.

Depois de dar uma palestra nos Estados Unidos, paga pela Microsoft, Lula respondeu secamente aos questionamentos dos repórteres. Primeiro, disse que, “por não ser advogado”, não leu o relatório. Nenhuma palavra sobre Freud. Ele prosseguiu: “Não tem relatório final do mensalão. Tem uma peça que dizem que foi o relatório produzido pela Polícia Federal. Mas não se sabe se o ministro Joaquim vai receber, se aquilo vai entrar nos autos do processo”. Nenhuma palavra sobre Freud. E Lula arrematou: “Se entrar (o relatório final na ação penal do mensalão), todos os advogados de defesa vão pedir prazo para julgar. Então, vai ser julgado em 2050”. Fim de peroração – e nenhuma palavra sobre Freud. Astrogildo, o louco que de tudo duvida e nada sabe, ficaria confuso com tanto silêncio. Ele poderia duvidar do mensalão – mas, se não pode mais esperar pelo Ministério Público ou pela PF, talvez sua última esperança seja esperar por Godot.

Um golpe para Lula



A Polícia Federal (PF) levou nada menos de 6 anos para confirmar que o esquema petista de pagamentos ilícitos a políticos conhecido como mensalão, trazido à tona em 2005, não é a “farsa” de que fala clinicamente o ex-presidente Lula, mas um fato objetivo, documentado e que não comporta mais de uma interpretação. Assim não fosse, o Supremo Tribunal Federal (STF) não teria aceito praticamente na íntegra a denúncia do então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra os 40 membros da “organização criminosa” liderada pelo titular da Casa Civil, José Dirceu, e autora do maior escândalo de corrupção já identificado no País.

Dezenas de parlamentares de cinco partidos receberam no mínimo um total de R\$ 55 milhões, ou para votar com o governo ou, no caso de deputados do PT, para abastecer seus cofres eleitorais. Neste último fim de semana, faltando menos de meio ano para prescrever talvez o principal delito de que são acusados os mensaleiros – o de formação de quadrilha, mencionado mais de 50 vezes na peça incriminatória acolhida pelo Supremo –, a revista *Época* revelou ter tido acesso às 332 páginas que formam o relatório final da PF, do qual transcreveu trechos contundentes. A investigação não deixa em pé nenhuma dúvida sobre a origem do dinheiro usado para comprar políticos venais e reforçar as finanças da companheirada.

Na esmagadora maioria dos casos, foram os contribuintes que pagaram indiretamente a lambança, mediante recursos transferidos da área pública para as empresas do publicitário mineiro Marcos Valério Fernan-

des de Souza, o operador do mensalão recompensado com opulentos contratos com setores da administração federal. O Fundo Visanet, do qual participa o Banco do Brasil, repassou R\$ 68 milhões a Marcos Valério. As datas dos recebimentos tendiam a coincidir com as dos pagamentos que fazia aos políticos. O dinheiro saía das contas do publicitário no Banco do Brasil e passava pelo Banco Rural antes de chegar aos beneficiários. Não havia portas no governo Lula que não se abrissem para Valério, concluiu a PF.

A apuração, requerida pelo ministro Joaquim Barbosa, relator do processo no STF, acrescenta aos acusados de envolvimento com o mensalão nomes como os do atual ministro do Desenvolvimento, o petista Fernando Pimentel, e do líder do governo no Congresso, senador Romero Jucá, do PMDB. Mas, principalmente, trouxe Lula mais para perto do escândalo. Em agosto de 2006, este jornal já havia revelado que Freud Godoy, segurança do então candidato presidencial em 1998 e 2002, recebeu R\$ 98,5 mil do valerioduto. Agora se sabe que Godoy disse aos federais que o dinheiro obtido de Marcos Valério se destinava a cobrir parte dos R\$ 115 mil da conta que apresentara ao PT pelos serviços prestados na campanha lulista. Foi o partido que o encaminhou à agência de Valério.

Claro que Lula poderá alegar que não teve nada com isso, assoberbado que estaria com questões mais importantes do que o custo e a forma de pagamento do seu segurança (e amigo há 20 anos). Poderá também repetir, como disse quando rebentou o escândalo do mensalão, que “foi traído” – naturalmente, sem apontar os presumíveis traidores. Penitente, poderá mais uma vez afirmar que “devia desculpas” ao País. Mas a volta do mensalão ao noticiário, a partir de um do-

cumento da Polícia Federal que não apenas corrobora o que já era de conhecimento público, porém adiciona novos nomes e fatos, como a conexão Lula-Godoy-PT-Valério, é um golpe para a pretensão do ex-presidente de sair por aí desmoralizando a denúncia que marcou para sempre o seu governo.

O alvo do ex-presidente é o Supremo. Contando com a erosão da memória nacional, ele decerto há de ter calculado que a passagem do tempo e a pressão implícita na sua anunciada campanha acabariam pesando na decisão da Corte sobre o destino dos 38 réus remanescentes no processo. A sentença está prevista para 2012. Paradoxalmente, dependendo do que a Justiça fizer com o tardio relatório da PF, os acusados poderão ensaiar novas manobras para protelar o que, pelas evidências recolhidas, só poderia conduzir a uma condenação exemplar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer da matéria intitulada “Lula gastou mais que FHC com publicidade no fim do mandato”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 19 de abril de 2011.

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência, o governo Lula consumiu R\$ 1,629 bilhão em publicidade em 2010, seu último ano de mandato. Isso significa 70,3% a mais do que seu antecessor, Fernando Henrique

Cardoso (PSDB), gastou em 2002, quando também encerrou os oito anos de seu governo.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Folha de S.Paulo 19/04/2011

Lula gastou mais que FHC com publicidade no fim do mandato

Despesas feitas pelo governo petista em 2010 foram 70% superiores às do ex-presidente tucano em 2002

Lula gastou mais de R\$ 10 bilhões em oito anos, mas falta de dados sobre governo FHC impede comparações

FERNANDO RODRIGUES DE BRASÍLIA

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) gastou com publicidade no ano passado, o último de seu mandato, 70,3% a mais do que seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), gastou em 2002, quando encerrou os oito anos de seu governo.

Segundo dados que devem ser divulgados hoje pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência, o governo Lula consumiu R\$ 1,629 bilhão em publicidade em 2010.

O valor se refere aos gastos da administração direta (os ministérios) e indireta (autarquias, fundações e empresas estatais). Não há ainda informação disponível sobre o mandato de Dilma Rousseff.

No seu oitavo ano no Planalto, 2002, FHC registrou gastos com publicidade de R\$ 956,4 milhões, em valores atualizados pelo índice de preços IGP-M. O cálculo foi feito pelo Planalto, que não divulga valores nominais, exceto para 2010.

Lula é o primeiro presidente para o qual há dados completos dos dois mandatos. A

estatística oficial sobre gastos de publicidade começou a ser produzida em 1998 de forma precária. A Secom divulga as informações de maneira regular desde 2000.

Em oito anos no Planalto, Lula registrou um gasto total de R\$ 10,304 bilhões. É o equivalente a um terço do total orçado para construir o trem-bala, projetado para o trajeto Campinas-São Paulo e com custo estimado em R\$ 33,1 bilhões.

Não há como saber qual foi o gasto mensal do governo Lula no ano passado com publicidade. Essa informação não é divulgada.

Ontem, quando o site do Planalto mostrava os dados considerados só até 9 de dezembro, o gasto total no ano era de R\$ 1,101 bilhão.

Agora, com a contabilidade final de 2010, sabe-se que a cifra atingiu R\$ 1,629 bilhão — uma diferença de R\$ 528 milhões. Mas Lula não consumiu toda essa diferença nos seus últimos 22 dias.

Há um lapso entre os comerciais serem feitos, veiculados, pagos e lançados na contabilidade oficial. Não se sabe quanto é esse tempo, pois o governo não diz.

No segundo semestre do ano passado, todos os governos estavam impedidos de fazer comerciais — exceto os de real utilidade pública — porque se tratava de um período eleitoral. O veto não atinge as empresas estatais

que concorrem no mercado.

Por causa dessa liberação, as empresas do governo costumam fazer comerciais em períodos eleitorais. Em 2010, o gasto das estatais foi de R\$ 1,001 bilhão — 61% de tudo o que a administração federal investe em propaganda.

DADOS SECRETOS

A **Folha** indagou em março ao Planalto se poderia ter acesso à lista dos valores pagos a cada um dos meios de comunicação que veicularam propaganda federal. A resposta foi negativa.

“Os valores destinados a cada veículo de comunicação não são disponibilizados para preservar a estratégia de negociação de mídia promovida anualmente pela Secom com esses veículos. Desnudar esses valores contraria o interesse público, uma vez que implicará a perda de capacidade de negociação.”

Nos dados divulgados, como tem sido a praxe, são revelados os valores totais investidos em cada tipo de meio. Assim, é possível saber que as TVs se mantêm como receptoras da maior parte do bolo: tiveram 61% quando Lula assumiu, em 2003; foram a 64% em 2010.

Jornais, emissoras de rádio, revistas e outdoors perderam receita. Internet, cinema e mídia exterior (carro de som, mobiliário urbano e TVs em aeroportos, entre outros) ganharam espaço.

R\$ 10,3 bilhões foram gastos em propaganda nos oito anos de governo Lula

70,3% foi o aumento dos gastos na comparação entre o último ano de governo Lula e o último ano de FHC

63,9% da verba em 2010 foi destinada à televisão, que se manteve como receptora da maior parte do bolo durante todo o período

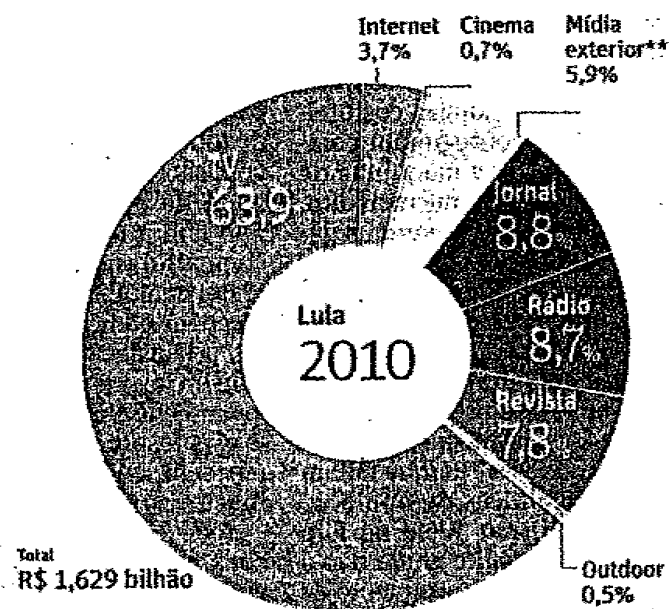
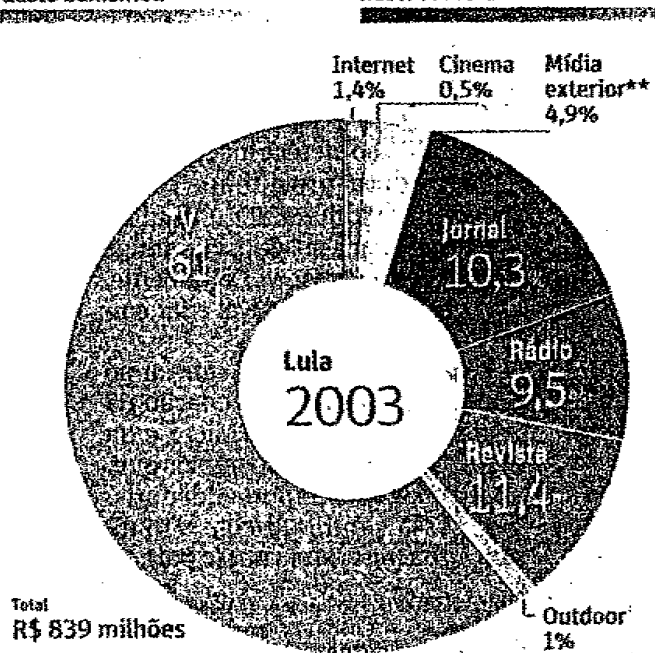
15% foi a redução da participação dos jornais no destino das verbas entre 2003 e 2010

164% foi o crescimento da participação da internet no destino das verbas nos oito anos de governo Lula

COMPARAÇÃO DOS GASTOS ENTRE O PRIMEIRO E O ÚLTIMO ANO DE LULA Divisão por meio de comunicação

Gasto aumentou

Gasto reduziu



* Dados de 2000 a 2009 corrigidos pela IGPM, da FGV ** Inclui carro de som, mobiliário urbano, painéis, placas, relógios, TVs em transporte e outras Fonte: Setom

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com muita satisfação que compareço a esta tribuna para algumas breves considerações sobre o seminário que o PMDB fez hoje em Brasília, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados que debateu exatamente a grandeza da marca que é o PMDB. Foram 2 painéis com os nomes respeitados em disputas eleitorais norte-americanas além do escritor brasileiro Alberto Almeida, autor do livro “A cabeça do Eleitor”.

Este ano o PMDB completou quarenta e cinco anos de lutas e conquistas do glorioso MDB, rebatizado de PMDB pela força da tentativa de golpe eleitoral de 1980, quando, novamente, tentou-se enfraquecer o partido fragilizando o peso de sua sigla.

A trajetória do partido se confunde e se mistura com a história e com o futuro do País. É uma legenda que, festejada ou, eventualmente contestada, pertence ao dia a dia da sociedade brasileira, às suas instituições e à cultura política brasileira. Todo mundo que transita pela vida pública tem, em seu DNA político, um pouco de PMDB.

Afinal, lá atrás nos tempos mais sombrios da ditadura militar, foi o MDB que comandou nas ruas o processo de redemocratização e conquistou a volta das liberdades e dos direitos individuais e coletivos.

Quem, um dia, se esquecerá das cenas históricas do Doutor Ulysses em 1978 ao desembarcar na Bahia nos anos mais duros da ditadura militar?

Aquela frágil figura enfrentando, indômito, as baionetas da tropa de choque da polícia e seus cães raivosos. Os policiais tentavam impedir o presidente do MDB de entrar na sede do partido no bairro de Campo Grande, em Salvador.

Bradava ele solitário, no meio das ruas, fazendo a polícia recuar e empurrando o cano de um fuzil apontado contra si: “Respeitem o líder da oposição”. E como ele foi e ainda é respeitado.

O PMDB manteve por muito tempo o traço de frente partidária. Por isso albergou comunistas, trotskistas, maoístas e outras matizes ideológicas que, depois da redemocratização fundaram seus próprios partidos.

Até nossos conservadores eram menos conservadores que os demais.

Isso porque nossos líderes situados, ideologicamente, mais ao centro nunca tiveram medo da mudança e, por isso, sequer mereciam esta chancela. Foram

verdadeiros revolucionários disfarçados de doces conservadores. Foi o PMDB que lançou um anti-candidato à Presidência, figura simbólica e fundamental para o Brasil, foi o PMDB que conquistou a anistia, acabou com o bi-partidarismo, com o processo espúrio do colégio eleitoral e puxou o coro vitorioso das diretas-já.

Foram os timoneiros do PMDB, com muita experiência e sabedoria, que capitanearam as últimas revoluções vivenciadas pelo país, muito embora tenham sido revoluções silenciosas.

A maior delas foi, inequivocamente, foi Assembleia Nacional Constituinte, conquistada junto com a sociedade pelo PMDB e convocada pelo nosso Presidente José Sarney. O Presidente Sarney teve equilíbrio, visão política e envergadura de grande estadista ao trazer o Brasil, com mãos muito firmes, da escuridão para luminosidade da democracia. Devemos esta reverência – histórica – ao papel do Presidente Sarney naquele momento.

A Constituição Cidadã transformou o Brasil. Ela devolveu as prerrogativas e poderes de um Congresso garroteado pela ditadura, deu autonomia ao Judiciário ao Ministério Público até então decorativo.

Restabelecemos as eleições livres e diretas e os direitos sociais e coletivos foram resgatados. A constituição de 88, mesmo com suas imperfeições compreensíveis, enterrou a ditadura, o atraso e devolveu o Brasil para sua vocação de futuro.

De lá pra cá, a despeito de oráculos agourentos, o PMDB vem conquistando a confiança dos eleitores e, entre as grandes legendas, é um dos poucos que cresce a cada pleito, independente de governos.

Temos o maior número de filiados, o maior número de prefeitos, vereadores, deputados estaduais, a maior bancada do Senado Federal, a segunda bancada da Câmara dos Deputados e 5 governadores.

Em quantidade de votos absolutos, inclusive nos grandes centros, o desempenho do PMDB também tem surpreendido até seus maiores críticos. Tradução numérica de que a direção do partido, representada pelo vice-presidente Michel Temer e agora pelo nosso Senador Valdir Raupp, está sintonizada com a sociedade ao definir e acertar os rumos da legenda durante os últimos anos.

Nos últimos anos o PMDB vem honrando seus compromissos históricos com o Brasil. Depois da reconquista dos direitos mais elementares, a democracia precisa ser completada com justiça e inclusão social.

As novas transformações vieram, notadamente no campo sócio-econômico.

O País retirou mais de 30 milhões de brasileiros da miséria absoluta, a classe média aumentou substancialmente, criamos mais de 15 milhões de novos empregos com carteira assinada, distribuímos renda e aumentamos salários e o País vem crescendo em ritmo sustentado.

Olhar para trás nos dá a sensação e dever cumprido, mas ainda incompleto. Afinal democracia não só o direito de ir e vir, o direito de votar. É também mobilidade econômica, igualdade de oportunidades para todos e justiça social. Sem isso nenhuma democracia estará completa, nenhum democrata estará satisfeito.

Temos novos desafios pela frente e uma eleição municipal onde vamos repetir o desempenho de 2008, onde elegemos o maior número de prefeitos e a maior quantidade de vereadores por todo o Brasil. Temos, portanto, quantidade e qualidade em nossos quadros para, legitimamente, ambicionarmos projetos de poder mais ousados num futuro muito próximo.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 16 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

**5-5-2011
quinta-feira**

9h – 1º workshop Internacional – 3 Grandes Painéis de Inteligência Estratégica para os novos tempos do PMDB e do Brasil

Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados

12h30 – Almoço oferecido pela Senhora Presidente Dilma Rousseff em homenagem ao Senhor Presidente Christian Wulff, Presidente da República Federal da Alemanha

Sala Brasília do Palácio do Itamaraty

14h – Sessão destinada a comemorar os 185 anos de instalação do Senado Federal

Plenário

16h – Ordem do Dia

Plenário

17h30 – Procurador Fernando Grella Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Vice-Presidente do Conselho

Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾
Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).

2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR) ⁽²⁰⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(3,5,17)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

* Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁾	1.
⁽¹⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
⁽¹⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 03/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁴⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁷⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 04/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: scn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 3.5.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 224 páginas

OS: 2011/11817